

Eduardo Garuti Noronha

GREVES NA TRANSICAO BRASILEIRA
VOLUME I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS - IFCH
CAMPINAS - SJO PAULO

- 1992 -

N789g

v.1

16326/BC

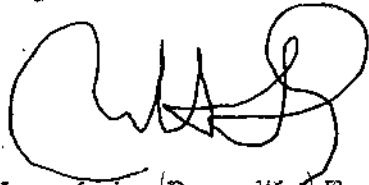
Eduardo Garuti Noronha

GREVES NA TRANSIÇÃO BRASILEIRA

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em / /1992.

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Hermínia  Tavares de Almeida†

Janeiro de 1992

Comissão Julgadora:

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos anos que me dediquei a este estudo percebi que devo muito a muitas pessoas. Não fosse comprometer demais aqueles que me apoiaram, eu diria que este é um trabalho coletivo.

A Maria Hermínia Tavares de Almeida agradeço a orientação desta dissertação e o apoio dado à minha carreira universitária. Foi um grande incentivo trabalhar com alguém que se dedica ao trabalho acadêmico com o brilho do velho e bom estilo. Com seus comentários instigantes criava novos desafios, sem jamais dizer "faça assim...", mas, "fundamente isso..." - o que acredito ser um dos segredos da solidez de sua orientação.

A base estatística de minha análise é o banco de dados da pesquisa "Acompanhamento de Greves no Brasil", que contém grande número de informações sobre cada greve deflagrada desde 1978. O volume de trabalho que a manutenção desse banco demanda só poderia ser realizado com o forte apoio institucional do NEPP/UNICAMP. Foi um privilégio realizar esta dissertação de mestrado contando com a colaboração de profissionais de processamento de dados, estatísticos e estagiários.

A equipe do NEPP, e particularmente Sônia Miriam Draibe, deram-me todas as condições materiais e intelectuais para o bom andamento da pesquisa. A Sônia Draibe devo também o incentivo e a ampla liberdade que deixou às minhas decisões referentes à pesquisa. A todos os outros (professores, pesquisadores, pessoal de secretaria e apoio) deixo meu muito obrigado, sem nomear.

los - seria quase o mesmo que citar o staff do NEPP. Com elas descobri o real valor de uma conversa de corredor ou durante as viagens São Paulo-Campinas, de uma recomendação bibliográfica, ou mesmo da incômoda pergunta "como vai a tese?".

Os estagiários e auxiliares de pesquisa (financiados pelo NEPP ou pelo CNPq) foram responsáveis pela trabalhosa alimentação do banco de dados de greves. Muitas das decisões técnicas da pesquisa contaram com suas sugestões.

Devo a elas e a Isabella Carvalho Breves o segundo volume desta dissertação. Com dedicação e competência Isabella Breves encarregou-se do processamento de dados. Todos os números aqui publicados (e não são poucos) passaram por suas mãos, e várias vezes dependeram de procedimentos complicados (que eu nem mesmo sabia se eram possíveis), cuja solução determinava o meu estado de espírito - seu interesse e paciência sustentaram meu bom humor.

Agradeço também a Ana Maria Medeiros da Fonseca, que me cedeu documentos sobre o movimento sindical e com quem eu deveria ter aprendido a ser um pouco mais historiador do que fui neste estudo.

Ao DIEESE e ao Ministério do Trabalho, agradeço o fornecimento de materiais indispensáveis à pesquisa e a atenção dos técnicos desses órgãos.

Ao IFCH-UNICAMP, e particularmente aos professores Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes pelas sugestões feitas no exame de qualificação - as quais, na medida do possível, foram incorporadas.

A ANPOCS e aos membros do grupo "Sindicalismo e Classe Operária" pela oportunidade do debate.

Ana Lúcia Valente Barbosa gentilmente elaborou um programa para o teste da consistência dos dados e Kazumi Munakata realizou a revisão do texto.

Devo um agradecimento especial a André Victor Singer pela cuidadosa leitura do texto. Seus comentários, muitos deles incorporados, foram fundamentais para o desenho da versão final.

A meus pais, Pedro e Leda Noronha e a meus sogros Jairo e Neusa Cupertino devo a possibilidade de ingressar na vida acadêmica e de sustentá-la.

Dentre minhas descobertas a principal talvez tenha sido que escrever uma dissertação é antes de tudo administrar influências. A maior delas foi a de minha mulher Maria Amélia Marcondes Cupertino, pois foi quem me ajudou a administrar todas as outras. Meu processo de trabalho funcionava da seguinte maneira: primeiro eu expunha as idéias de uma parte de um capítulo à Maria Amélia; depois eu escrevia o texto e ela o lia; feito isso, eu o reescrevia e ela o relia, e assim por diante. A clareza de suas observações, sua paciência e dedicação garantiram que este trabalho chegasse ao fim. Além disso, montou tabelas, reviu gráficos, resolveu inúmeros "galhos". Meu maior privilégio foi contar com alguém, pela ordem, otimista e socióloga. A ela dedico este trabalho.

A MARIA AMELIA

RESUMO

Este estudo trata das greves urbanas deflagradas no Brasil entre 1978 e 1987. A partir de estatísticas elaboradas por esta pesquisa busca-se, em primeiro lugar, mapear a evolução e as características das mobilizações desses anos para os diversos segmentos do mercado de trabalho e categorias profissionais, tendo como corte principal de análise as diferenças entre os setores público e privado.

As características e evolução das paralisações de cada segmento são apresentadas através de seus principais indicadores: número de greves, número de grevistas, média de grevistas, média de dias parados e número de jornadas perdidas. Além desses, a pesquisa permite avaliar a natureza das reivindicações apresentadas nos conflitos e seu grau de conquista, bem como um conjunto de outros traços distintivos dos conflitos.

Além do retrato das greves, são analisados os fatores que definiram ou influenciaram os padrões das greves, suas flutuações e seu expressivo crescimento ao longo desses anos. De forma resumida, o argumento central desta dissertação sustenta que as greves nesses anos foram potencializadas pelas características do pacto político da transição brasileira e sua simultaneidade com a crise econômica dos anos 80 e com os processos de reconstrução das organizações sindicais e de reformulação dos papéis e mecanismos de negociação entre empregados e empregadores.

SUMARIO

GREVES NA TRANSIÇÃO BRASILEIRA

VOLUME I

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I: "Grevismo" e Transição Política: as particularidades do caso brasileiro

- . Introdução
- . A Literatura Internacional
- . Comparações Internacionais. Um contraponto: Espanha
- . Greves e Transição Política
- . Diferenças entre os Setores Público e Privado
- . Características Gerais da Evolução das Greves

CAPÍTULO II: A Transição das Greves em Números e Datas (A Cronologia das Greves)

- . 1964-1977: Três Mecanismos de Exclusão
- . 1978-1984: A Cidadania Política Através de Demandas Econômicas
 - (a) 1978-1979: A Criação da Estratégia Grevista
 - (b) 1980-1982: Os anos da crise
 - (c) 1983-1984: Crise e eleições estaduais
- . 1985-1987: A Consolidação Sindical
 - 1985: Explosão de Demandas
 - 1986: Impactos do Plano Cruzado
 - 1987: Setores público e privado: crise e administração do conflito

CAPÍTULO III: Os "Determinantes" do Ciclo de Greves

- . Balanço do Ciclo
- . Desemprego
- . Salários
- . Inflação
- . Estrutura Sindical
- . Política Sindical
- . Observações Finais

NOTAS

BIBLIOGRAFIA

VOLUME II (ANEXOS).

ANEXOS

- . Livros de Códigos
- . Tabelas e Gráficos

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A partir de maio de 1978, quando eclodiram as primeiras greves no ABC paulista, a história do movimento sindical brasileiro e do conflito trabalhista tomou novos rumos. Impulsionadas pela campanha de reposição salarial, as paralisações de maio foram o exemplo, multiplicador, de que esta forma de luta, reivindicação ou demonstração de força frente aos acordos coletivos, já nos primórdios da chamada "Abertura", era viável, senão necessária, para consolidá-la.

Em 1977, praticamente não há registro de greves no país. Algumas "operações tartaruga" preparavam os ânimos dos metalúrgicos. No ano seguinte explodem 118 greves, e dez anos depois elas ultrapassam duas mil, colocando o Brasil entre os países de alta ocorrência desse tipo de conflito.

O objeto desta dissertação é pois esta forma de ação coletiva crescentemente utilizada no processo de transição brasileiro. De um lado, busca-se o retrato das greves: quem, onde, por que e sob quais condições determinadas categorias optaram pela greve. De outro, a interpretação do retrato - ou uma, dentre outras possíveis e desejáveis - que provisoriamente podemos circunscrevê-la na pergunta genérica: por que os anos 80 foram marcados por um alto e crescente grau de conflito trabalhista?

Parto da premissa de que é possível e necessário estudar greves no nível macro. Possível porque elas apresentam certas regularidades, e necessário pois no Brasil não há tradição de estudos fundamentados em estatísticas sobre o tema (1).

Cientistas sociais europeus e norte-americanos buscaram e comprovaram - não sem as naturais discordâncias - relações entre a flutuação dos movimentos paredistas e regimes políticos, sistemas de representação de interesses ou, pela ótica econômica, taxas de desemprego, inflação e média salarial.

Trata-se sobretudo de estudos comparados internacionais baseados em estatísticas que cobrem décadas ou mesmo que se iniciam em meados do século passado. São portanto análises que buscam uma "teoria da greve" ou, ao menos, uma sociologia histórica da greve.

No outro extremo encontram-se - para usarmos um termo moderno - os "minimalistas", isto é, aqueles que acreditam que cada greve tem características e são deflagradas segundo contextos de tal maneira próprios que as generalizações fundamentadas em estatísticas são de pouca valia.

A abordagem aqui utilizada, embora se aproxime mais da primeira, restringe-se ao caso brasileiro (com limitadas referências comparativas) e a um período mais curto de tempo. De um lado reafirmo a crença de que algumas generalizações são possíveis, mas não faço aqui um estudo secular. Limito-me a uma década de greves, e cada ano é analisado naquilo que lhe é específico, embora ao mesmo tempo procure contextualizá-las, como um todo, na transição brasileira.

Por "contexto da transição" quero designar as características gerais e peculiares desse período no Brasil, isto é, as alterações político-institucionais vividas, os impactos sociais do desenvolvimento econômico e, especialmente, as altera-

ções dos recursos de poder dos atores políticos, particularmente um, ou melhor, dois atores: os líderes sindicais e a base sindical ou os trabalhadores do mercado formal urbano.

Outros "contextos" estão excluídos ou tratados com pouca ênfase. Por exemplo, trato da Central Única dos Trabalhadores e da Central Geral dos Trabalhadores como os marcos básicos dos sindicatos brasileiros, mas não faço aqui história da política sindical, das eleições sindicais, do ideário dos diversos grupos e subgrupos atuantes - o que é de certo uma falha. Defendo-me dizendo que os pesquisadores brasileiros só recentemente começaram a se dedicar a essa reconstituição. Há apenas histórias parciais, ainda assim poucas, considerando a diversidade de uma nação que conta com mais de 5000 sindicatos. Não pude aventurar-me nesse caminho.

O preço desta escolha é que a ausência dos atores individuais de cada greve na análise pode tornar ausente também a vontade política; as greves apareceriam como determinações macro-estruturais, político-institucionais, econômico-conjunturais, enfim, externas, quando na verdade resultam de enormes esforços de cada líder sindical, de um aprendizado político de cada trabalhador, de profundas mudanças na sua maneira de ver e agir no trabalho assalariado. Algumas greves envolveram tal grau de risco - o confronto com a polícia, a prisão, o desemprego - que só podemos imaginar cada grevista como profundamente convencido da validade ou inevitabilidade de tal ação.

Certas paralisações só assim podem ser totalmente entendidas. O exemplo máximo é a dos metalúrgicos do ABC em maio

de 1978. é certo que ela ocorreu no início do processo de liberalização (2) dos governos militares, no maior centro industrial do país, na chamada indústria de ponta, num momento em que há acúmulo de perdas salariais apesar da expansão da economia. Tais explicações, ou contextualizações, verdadeiras é claro, não esgotam a riqueza dessa greve, a adesão surpreendente por ela conquistada e seu impacto de longo prazo. Oliva (1989), entre outros, mostram que a liderança do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema tem uma história de lutas que nasce nos anos 30. Além disso, não se pode menosprezar a intuição, sensibilidade e crescente clareza política da liderança de 1978, especialmente do então presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, cujo apelido Lula, foi posteriormente incorporado ao nome.

O caráter "inaugural" da greve de 1978 e outras - que lançam pela primeira vez, depois da fase dura dos governos militares, as suas categorias ao conflito trabalhista aberto - justifica, ou melhor, exige estudos específicos. Trata-se de momento de excepcionalidade política, em que cada ator tem sua relevância aumentada. Sobre elas certamente há muito mais o que dizer além daquilo que aqui será exposto (3).

Esta dissertação trata das greves que vieram depois, principalmente aquelas que já não trazem a marca da excepcionalidade, ao contrário, fazem parte do jogo permanente do conflito democrático e são, até certo ponto, previsíveis para empresários e trabalhadores. Sobre elas, os estudos de caso correm o risco de generalizar o que é particular e pouco relevante, ou de tomar como específico o que é generalizável. Creio que esse con-

flito cotidiano, quase institucionalizado, sem heróis, grosso modo obedece a algumas lógicas perceptíveis através das estatísticas.

Dito isso, a saber, o pressuposto da validade da busca de regularidades nas greves brasileiras, passemos à nossa primeira proposição: o retrato das greves.

Os dados sobre greves apresentados neste trabalho, salvo indicações em contrário, fazem parte da pesquisa "Acompanhamento de Greves no Brasil", em curso no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas - NEPP/UNICAMP, instituição onde trabalho e coordeno o estudo.

Esta pesquisa tem história quase tão longa quanto o seu objeto. Começou, em 1979, como iniciativa individual de Maria Hermínia Tavares de Almeida, sendo depois por ela coordenada no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP (4). Após um período de interrupção, o NEPP decidiu dar continuidade à coleta de dados, realizando a codificação referente aos anos de 1983 a 1987 e introduzindo várias modificações (e agregando outras) na classificação das informações das greves, ou seja, no "livro de códigos" elaborado no CEBRAP (5).

Dessa forma, este estudo utiliza dois bancos de dados, compatíveis entre si, embora diferentes. O primeiro, cobre os anos de 1978 a 1982 e o segundo, do NEPP, cobre a partir de 1983 - ambos os livros de códigos estão no Volume II, de anexos. Vale ainda outro esclarecimento técnico: a pesquisa do NEPP não faz o levantamento primário das greves, e sim utiliza como fontes as descrições publicadas nos Boletins DIEESE e aquelas produzidas

pela Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho. O que se faz no NEPP é a sistematização e a compatibilização das informações de ambas as fontes (6).

Tal como planejada a codificação, o processamento dos dados permite quantificar o número greves de períodos selecionados (meses, anos etc.), o número de grevistas envolvidos, de dias parados e de jornadas não trabalhadas. Informa também sobre a categoria dos trabalhadores envolvidos, a localização das greves por municípios, Estados ou regiões dos Estados, a amplitude das greves (isto é, paralisações de categorias, empresas ou grupos de empresas) e o tipo de setor (privado, público estadual, federal etc.); dispõe de dados também sobre a participação dos sindicatos na decretação ou negociação das greves, a presença da Justiça do Trabalho nas negociações, a ocorrência de punições de grevistas ou dirigentes sindicais e, por fim, os itens reivindicados e os resultados das negociações.

Na análise da amplitude do conflito grevista, há que se lembrar que a mera observação do número de paralisações mostra-se muitas vezes insuficiente, senão enganosa, já que esconde níveis de conflito determinados também por sua duração e pelo número de adesões - o que varia conforme a predominância de greves por categoria ou por empresa ou conforme o tamanho destas. Assim, o número de "jornadas não trabalhadas", isto é, a somatória da multiplicação dos grevistas de cada paralisação pela respectiva duração, é a melhor expressão da amplitude do conflito, sendo um dos principais indicadores utilizados nos estudos estatísticos internacionais. Como vantagem adicional, esse critério

minimiza a dificuldade das análises estatísticas em ponderar o significado e o peso político díspares de greves, que podem se situar entre os extremos de um dia, numa pequena empresa, e movimentos paredistas, não tão raros, que se prolongam por mais de 30 dias (entre 1978 e 1987, 145 greves superaram essa marca) e que, em geral, envolvem grande contingente de trabalhadores.

Análises preliminares dos dados indicaram que ao longo desses anos o comportamento das greves diferenciou-se claramente entre o setor público e o setor privado. Este corte analítico foi, portanto, em parte decidido a posteriori. Mas justifica-se também pelas diferenças entre os setores nas suas formas de organização, vinculadas a sua própria subordinação administrativa, e pela maneira diferencial como a política e a economia afetam a vida desses trabalhadores: a elevação das taxas de desemprego em períodos de crise certamente tem impacto maior entre os trabalhadores das empresas privadas; as políticas salariais válidas para o setor privado nem sempre foram aplicadas aos servidores públicos - federais, estaduais ou municipais - dada a própria autonomia das esferas de governo. De outro lado, os períodos eleitorais, ou pós-eleitorais, afetam de forma mais evidente a ação dos sindicalistas do setor público.

Esses procedimentos, que ao mesmo tempo são hipóteses sobre diferentes comportamentos grevistas, serão explicitados no CAPÍTULO 1. O setor público será sempre analisado a partir das diferentes realidades das esferas pública federal, estadual e municipal. Procura-se mostrar ainda que as paralisações deste setor variam também segundo a dependência administrativa - os fun-

gia-se ao mundo operário industrial.

A história da ideologia das lideranças de trabalhadores (e da forma de ação) confundia-se com a da parcela operária, que, por sua vez, se confundia-se com a história do pensamento da esquerda - entendendo esquerda genericamente como a orientação anticapitalista ou antiliberal, seja anarquista, comunista, socialista ou social-democrata.

Ao longo do século XX, o aumento da complexidade das relações de produção, das relações sociais e de poder colocou em cheque os modelos teóricos da sociologia e da ciência política, derrubou as utopias anarquistas, abalou as utopias comunistas e socialista e mais tarde a social-democracia. O chamado socialismo real foi duramente criticado e hoje encontra-se em evidente processo de transformação.

Ao lado dessas, duas alterações estruturais da sociedade capitalista ocidental, embora centrais para o entendimento das mudanças nas formas de conflitos trabalhistas, não foram abordadas neste trabalho:

Primeiro, a passagem do taylorismo ao fordismo (e, mais recentemente, a automação), simultânea à expansão da rotinização das atividades dos "white collars" e ao assalariamento dos antigos profissionais liberais. Tais processos, presentes em maior ou menor medida na Europa Ocidental, EUA e América Latina tornaram menos nítida a clássica separação marxista entre trabalhadores manuais e intelectuais - o fordismo não se restringiu à fábrica; rotinizou e criou linhas de produções nos escritórios; de outro lado, a automação reintroduziu por vezes a necessidade

do trabalhador qualificado que domine o todo ou boa parte do processo produtivo.

Não pretendo entrar nesse debate, mas apenas assinalar que algumas diferenças entre "blue" e "white collars" dissiparam-se no tempo. É óbvio que diferenças de origem, status e ética desses dois grupos de trabalhadores persistem. A greve, enquanto ação de massas de trabalhadores, pressupõe uma identidade coletiva (baseada ao menos na elaboração momentânea de um objetivo comum) contrária a outra identidade coletiva: os empresários, proprietários, administradores, gerentes, enfim, os empregadores. Essa ação coletiva, antes restrita aos operários, tem sido crescentemente adotada pelos "white collars", e algumas vezes decidida em assembleias comuns. Creio entretanto que os processos de rotinização, massificação, assalariamento dos trabalhos não operários e mesmo dos profissionais liberais são condição necessária, embora não suficiente, para a eclosão de greves desses segmentos.

Por fim, outra transformação assinalada por toda a Ciência Social diz respeito aos processos de centralização e concentração do poder nos Estados nacionais. Embora hoje o que se discuta seja justamente a reversão desses processos, não houve nenhuma alteração marcante nas áreas que afetam diretamente o mundo do trabalho: as políticas de desenvolvimento agrícola, industrial e tecnológico e as políticas de emprego e renda são fortemente determinadas pelo Estado e nada indica que o sonho da reversão liberal pura e simples possa ser concretizado.

O que quero salientar desse processo é que o conflito entre empregados e empregadores perde a restrita dimensão do mundo da fábrica à medida que as decisões empresariais foram cada vez mais influenciadas ou mesmo subordinadas às decisões de governo. O exemplo mais direto são as políticas salariais, cujos conteúdos ampliam ou restringem as possibilidades de negociações. Isso é especialmente válido para o Brasil no período aqui estudado e tem o efeito de indiretamente "politizar" as demandas sindicais.

Esse conjunto de temas sobre as alterações mais gerais da sociedade capitalista moderna (o assalariamento das profissões liberais, as mudanças nos processos de trabalho, a evolução dos marcos ideológicos e o processo de centralização e concentração de poder do Estado) certamente influenciou na evolução do conflito trabalhista brasileiro, mas não é o objeto deste trabalho. Assinalo-o apenas porque o tomo como pressuposto de outros processos (ou parte dos mesmos relativos à década de 80), vínculos ou variáveis que serão analisados como determinantes deste ciclo de greves.

No CAPÍTULO 1, "Grevismo e Transição Política", após a introdução e um balanço da literatura internacional, discute-se em que medida o volume de greves no Brasil e sua evolução foram determinados pelas características da transição política brasileira, pelas alterações da organização sindical na década, pela crise econômica que marcou esses anos, pelo estágio das relações de trabalho e pelas características específicas dos diversos segmentos de trabalhadores - particularmente a diferença

entre os setores público e privado. Na sua última parte, são detalhadas as características mais gerais das greves do período.

O CAPÍTULO II, "A Transição das Greves em Números e Datas", procura mapear o movimento grevista urbano brasileiro de 1978 a 1987, o que significa descrevê-lo ano a ano e estabelecer uma cronologia das greves. Ao lado das características da transição política brasileira, a conjuntura de cada ano definiu padrões e níveis diferentes de greves. A evolução das greves no Brasil manteve estreita relação com a transição política, de tal forma que sua cronologia corresponde aos principais marcos políticos do período. Dentro desses marcos, as flutuações da economia marcaram também características dos movimentos e níveis de conflitos.

A primeira parte trata rapidamente das restrições impostas à ação sindical no período entre 1964 e 1978.

A segunda, 1978-1984; Demandas Econômicas e Cidadania Política, está subdividida em três sub-períodos:

O primeiro, 1978-1979, analisa como as greves se alastraram a partir do exemplo dado pelos metalúrgicos do ABC e como o movimento sindical soube aproveitar o período de liberalização dos governos militares desenhando uma nova frente de pressão que teve efeito de longo prazo na estratégia sindical.

O segundo e o terceiro itens tratam dos impactos da crise econômica sobre o movimento sindical. O período 1980 - 1984, de um lado, é marcado pela manutenção de altas taxas de desemprego e pela contenção salarial, ditadas pelos seguidos decretos-leis e, de outro, representa um momento crucial da transição.

Após as vitórias operárias em 1978 e 1979, governo e empresários endurecem as negociações. A "Abertura" é posta em cheque: os fatos do período sinalizam que o caminho para a democracia não está seguro e a cautela é imposta ao movimento sindical, especialmente após a derrota dos metalúrgicos em 1980.

No terceiro subitem, "Crise e eleições estaduais", o exame dos dados do período 1983-1984 indica a diferenciação das estratégias dos trabalhadores dos setores público e privado. Os primeiros, favorecidos pela posse dos governadores eleitos pelo voto direto, se lançam à cobrança das dívidas de palanque; os segundos, frente à ameaça do desemprego, optam pela descrição das greves curtas, por empresas: os metalúrgicos deixam de dar o tom do movimento sindical.

A terceira parte do Capítulo II, "A Consolidação Sindical: 1985-1987", aponta para a sedimentação da estratégia grevista, comandada pela CUT e seguida pela CGT, e do espaço político dos sindicalistas, excluídos das decisões de governo, mas chamados seguidas vezes às negociações do pacto social irrealizado, ou irrealizável. As esperanças lançadas pela "Nova República" e a imobilidade governamental em 1985 levam à crescente mobilização e à deflagração de grandes greves em categorias antes desmobilizadas. Em fevereiro de 1986 o Plano Cruzado reverte a tendência, aparecendo, aos olhos da base sindical, como uma espécie de política inaugural da Nova República. A análise deste "ciclo" de greves encerra-se em 1987, durante a vigência do Plano Bresser e quando o governo Sarney já havia lançado suas principais cartas.

para estabilizar a economia ou para a ampliar sua base de sustentação.

O Capítulo III trata de alguns "determinantes" específicos desse ciclo de greves. Nele procura-se sintetizar as relações entre greves e desemprego, salários, inflação, taxas de sindicalização, e processos políticos. Trata-se de um "capítulo conclusivo", que vincula o nível de análise mais genérico do capítulo I com a evolução anual das greves descritas no Capítulo II.

Marino Regini, sintetizando as diferentes explicações sobre o andamento quantitativo das greves, afirmou que "variáveis econômicas, tais como o índice de desemprego, o de inflação e a relação entre salários e rendas, foram consideradas por muito tempo, os principais fatores que explicam o andamento descontínuo das greves (Ress, 1952; Ashenfelter e Johnson, 1969). A estas, mais recentemente, se acrescentaram variáveis políticas ou sindicais, tais como a presença de partidos da classe operária do Governo, o grau de sindicalização e o grau de concentração das relações industriais (Hibbs, 1976; Korpi e Shalev, 1980)." (Regini, 1986, p.562).

A hipótese desenvolvida nesta dissertação aproxima-se à da abordagem do segundo grupo de autores, particularmente Korpi e Shalev, à medida que valoriza os fatores políticos como determinantes deste ciclo grevista brasileiro: as greves no Brasil, seu histórico crescente, seu alto patamar e, em parte, sua flutuação vinculam-se a um conjunto de características do pacto da transição política brasileira e suas etapas, que potencializou

a eclosão e a manifestação de demandas, as quais foram ainda mais acentuadas pelo fraco desempenho econômico da década. Os aspectos econômico-conjunturais impuseram alguns limites à estratégia grevista, mas não a determinaram. As flutuações do emprego funcionaram mais como fator restritivo do que incentivador à greve, e as variações salariais oscilaram em limites de tal maneira baixos que as demandas monetárias nunca deixaram de ser a principal reivindicação das greves, sem contudo ser seu motor.

CAPÍTULO I

"GREVISMO" E TRANSIÇÃO POLÍTICA:

as particularidades do caso

brasileiro

A) Introdução

B) A literatura internacional

C) Comparações internacionais. Um contraponto: Espanha

D) Greves e Transição Política

E) Diferenças entre os setores público e privado

F) Características gerais da evolução das greves

CAPÍTULO I

"GREVISMO" E TRANSIÇÃO POLÍTICA: as particularidades do caso brasileiro

A) INTRODUÇÃO

O ano de 1978 marcou o início de um ciclo de greves sem precedente na história dos conflitos brasileiros. Sua principal característica durante a década foi a incorporação crescente de categorias ou grupos de trabalhadores que jamais haviam experimentado o confronto direto. Em 1978 foram deflagradas 118 greves e, dez anos depois, elas somavam 2188. O número anual de grevistas aumentou 60 vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese das greves) pulou de 1,8 milhões para 132 milhões (Gráficos 1, 2, 3).

A expressividade desses números levou as elites governantes das décadas de 70 e 80, parte da imprensa e políticos de diferentes correntes a denunciar o "grevismo" atual, com a conotação implícita de que ele derivaria da ação de grupos radicais minoritários - em particular, mas não exclusivamente, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, as greves foram vistas como políticas no sentido de contarem intencionalidades que extrapolam o conflito trabalhista. No campo das esquerdas, ou dos progressistas, denuncia-se que as greves derivam das perdas salariais impostas nos anos 80 e, neste sentido, são um fato econômico.

Tais argumentos, como parte do senso comum, expressam visões, de certa forma, curiosamente invertidas: os conservadores ao denunciarem o caráter político das ações sindicais na eclosão das 6593 greves destes dez anos, imputam às esquerdas um poder de influência sobre os trabalhadores que ultrapassa o mais utópico triunfalismo de alguém que ainda veja na greve geral "um instrumento para a derrubada do capitalismo"; um poder que eles próprios sabem ser irreal e que não condiz com sua visão conservadora da sociedade brasileira. No outro campo, os que reduzem a greve a um fato econômico, minimizam a importância política que os sindicatos vêm assumindo e desprezam as novidades do "Novo Sindicalismo". Parte dos dirigentes sindicais parece duvidar, mais que qualquer outro segmento social, de sua própria força política. O caráter reativo das ações sindicais e sua flutuação nas conjunturas econômicas é uma das mais comuns auto-críticas dos dirigentes sindicais.

Enquanto discursos políticos, de um lado servem de ameaça, intimidação e forma de indispor a opinião pública contra o "grevismo" e, de outro, formam uma espécie de escudo para as lideranças sindicais que reduzem sua responsabilidade como direção ao atribuir a alegada radicalidade do conflito aos trabalhadores acuados pelas perdas salariais. Tais falas não necessariamente revelam as análises mais aprofundadas de cada um dos campos. Mas, além do impacto político que possuem enquanto tal, às vezes, à força da repetição funcionam como autoconvencimento.

No dia 27 de abril de 1989 o presidente José Sarney fez um pronunciamento de 12 minutos em cadeia nacional de rá-

dio e TV no qual começava dizendo que suas palavras não tinham nada de excepcional; tratava-se apenas de um diálogo do presidente com o povo. Em seguida afirmava que sua grande meta sempre havia sido a democracia, a transição para a liberdade, para depois afirmar:

"Mas eu sempre tive a consciência de que este período seria um período difícil e que a paixão da luta eleitoral para a Presidência da República iria, sem dúvida, agravar muito os nossos problemas.

"Durante o governo eu enfrentei muitas tentativas de desestabilização e quero fixar uma delas. Um aspecto dessa ação, por exemplo, tem sido o grevismo selvagem, que não é exercido para defender direitos sociais ou trabalhistas, mas para ocupar espaços, por grupos políticos, que não aceitam o jogo democrático, não aceitam o império da lei.

"Por exemplo, eu quero que o povo saiba que durante este período eu enfrentei, no governo, 8790 greves. Qualquer país do mundo, por mais poderoso que ele seja, teria grandes problemas somente com esse fato, além de todos os outros problemas que eu tenho que administrar.

"Vou mostrar um quadro às brasileiras e brasileiros.

"Antes de eu assumir o governo, quase era inexistente o número de greves. A partir de 1985 nós começamos a ter, no primeiro ano, 1289 greves; no segundo ano já tínhamos 2282; no terceiro, 2313; no quarto 2241; e neste ano, até agora, nós já tivemos 1288 greves" (8).

Antes de terminar o discurso anunciando à população a edição de medida provisória regulamentando o direito de greve, o presidente voltou aos números, informando a distribuição percentual dos indicadores de greve entre os setores público e privado e gastando alguns outros minutos com a leitura do número de homens/dias parados (jornadas perdidas) de cada um dos anos de seu governo. A longa e inusitada descrição de índices - desconhecidos até mesmo pela maioria dos empresários e sindicalistas - parecia refletir, além de sua intenção básica, o real espanto do

próprio presidente.

Dois anos antes, analisando o efeito desmobilizador dos primeiros meses do Plano Cruzado, Jair Meneguelli declarou:

"O movimento sindical vem se arrastando, ele vem correndo atrás dos fatos. Estoura um plano, ele fica absolutamente atordoado, atabalhoado" (9).

A declaração do presidente da CUT, tal como a de Sarney, em parte soa como um desabafo momentâneo e, nesse sentido, não revela sua visão do movimento sindical. Mas versões similares a ela são frequentemente encontradas entre a liderança sindical.

Essas duas visões, aqui propositadamente extremadas, colocam em questão o significado do contínuo crescimento das greves e, indiretamente, o das transformações sindicais da última década.

No seu conjunto, as greves dificilmente contêm apenas um significado. No Brasil, elas se revelam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas durante os anos de autoritarismo (e acentuadas pelo fraco desenvolvimento da economia na década de 80) e estratégia de consolidação de novas lideranças sindicais.

Do ponto de vista das reivindicações é evidente o caráter trabalhista e corporativo das paralisações dos últimos anos: a maioria concentra-se claramente em temas salariais ou monetários (o que pode ser considerado natural em função das evidentes perdas salariais do período); outras reclamam contra as

más condições de trabalho, a intensificação do ritmo de produção ou reivindicam a redução da jornada (Tabela 15). De todo modo, suas pautas expressam demandas relativas ao mundo do trabalho e a defesa de interesses de categorias específicas. Foram raras no Brasil as paralisações que apresentaram demandas (ou protestos) políticas - considerando como tal aquelas que se dirigem aos poderes executivos ou legislativos do país ou dos Estados, e não aos empregadores (Tabela 17). Porém, a evolução do nível e do padrão de conflitos esteve claramente marcada pelos principais momentos políticos da década de 80, o que lhes dá outra dimensão além da corporativa.

O argumento aqui desenvolvido é de que a flutuação do conflito trabalhista no Brasil seguiu de perto os passos da transição brasileira. Primeiro, porque o movimento sindical avançou (e também soube recuar) a cada etapa do processo de liberalização do regime autoritário; segundo, porque a incorporação da classe trabalhadora e da liderança sindical no processo de transição deu-se fundamentalmente através das possibilidades abertas para expressão de suas demandas e não por meio de sua participação efetiva nos pactos políticos que definiram a transição. A greve não foi o único canal de manifestação desses segmentos (os chamados "movimentos sociais" e a campanha das diretas são outros exemplos), mas foi certamente a forma mais duradoura, crescente e talvez eficaz de expressão de descontentamento social e político - além, é claro, dos resultados das diversas eleições do final dos anos 70 e 80.

A transição brasileira, apontada na literatura como "um pacto de elites", "conservadora", ou, na expressão de O'Donnell & Schmitter (1988), a "transição transada", teve como contraparte a liberalização da expressão dos conflitos sociais, ou, mais que a liberalização, conforme assinalou Bolívar Lamounier (1987), a eclosão de novas demandas a cada passo da consolidação da democracia. Isto é, o lento processo de reconstituição da democracia formal no Brasil foi simultâneo à manutenção da exclusão de importantes segmentos sociais na definição das regras do jogo e à inexistência de avanços em direção à democracia social, sendo porém acompanhado de um processo crescente de pressões sociais. A greve foi uma das expressões mais evidentes dos temas e interesses não pactuados, não "transados", mas altamente competitivos e conflituosos do processo de transição no Brasil.

De forma resumida pode-se dizer que a década de 80 contém três características que foram fundamentais na definição do padrão grevista brasileiro. Primeiro a ocorrência de um processo de transição política conservador, pactuado à direita, que, ao mesmo tempo que mantinha fechada a participação de trabalhadores e sindicalistas no processo nas decisões de governo, ⁶ abria, lentamente, mas de forma consistente, com baixo grau de representação, os canais de expressão de demandas - o voto, a greve, as mobilizações de massa. Segundo, porque tal processo se deu numa década de crise econômica - cuja expressão mais evidente foi a estagnação do crescimento do PIB per capita, acompanhada de queda do salário médio real, de um rebaixamento ainda mais expressivo do poder de compra do salário-mínimo, do aumento da concentração

de renda no país e de um constante e crescente processo inflacionário, os quais acentuavam a legitimidade das demandas que explodiam no processo de democratização (Tabela 8, 27A, Gráficos 53, 54). E, terceiro, porque essa década foi marcada por um processo contínuo de renovação e reorganização sindical, no qual a greve foi o instrumento básico de sua efetivação.

No próximo item são apresentados os principais pontos do debate e da evolução das greves no plano internacional. Em seguida, discute-se até que ponto o caso brasileiro pode ser considerado atípico, tomando como parâmetros comparativos os indicadores de greves de outros países, particularmente a Espanha. No terceiro item, discute-se em que medida as características da transição política brasileira definiram - ou ao menos potencializaram - os conflitos sindicais da década de 80. Em seguida, são apresentadas as diferenças das mobilizações dos trabalhadores dos setores público e privado, as quais, muitas vezes, dependem de fatores mais específicos do que as características políticas e econômicas do período estudado - trata-se também de uma justificativa metodológica da prioridade dada neste estudo ao corte público X privado. Por fim, são resumidas e detalhadas as principais características das greves do período 1978-1987, e suas alterações ao longo da década.

B) A LITERATURA INTERNACIONAL

Há uma vasta literatura internacional que se dedicou, especialmente a partir da década de 60, aos estudos sobre greves com base em estatísticas que reconstituíram a história do movimento ao longo do século XX ou mesmo desde meados do século passado. Diversos países europeus contam com longas séries históricas, construídas por órgãos governamentais ou não, o que permitiu aos pesquisadores realizarem um conjunto de estudos comparativos - com raras exceções os países latino-americanos dispõem apenas de dados recentes (10).

Buscando regularidades e tendências, tais estudos chegaram a alguns poucos consensos ou "quase-consensos" sobre a evolução das greves. As discordâncias maiores referem-se às razões ou às variáveis que determinam o padrão de greves de um país num momento determinado ou a sua evolução no tempo. Ou seja, o acordo sobre a existência de certas regularidades das estatísticas de greves, embora limitado, é maior do que o sobre as causas dessas regularidades.

Em 1977, Crouch e Pizzorno mostraram que a evolução das greves se dá mais em ciclos do que em mudanças graduais. Hoje, essa visão parece ser consensual entre os pesquisadores, já que diversas séries históricas dos países confirmam esse fato. Isto significa que em meio a uma década de retração do movimento, raramente se encontra um ano com grande volume de greves sem que isto represente, na verdade, uma ruptura em direção a uma expansão mais duradoura das mobilizações.

A idéia de ciclo indiretamente se contrapõe às tentativas de estabelecer tendências lineares de longo prazo. Ross e Hartman (1960) formularam a tese do declínio secular das greves, com base numa análise comparada dos conflitos de trabalho em 15 países. Segundo esses autores, a retração do período 1948-1956 derivaria do desenvolvimento da sociedade industrial (e não da conjuntura específica do período), que teria gerado novas e eficazes instituições que tornaram possível regular e sublimar os conflitos. Dahrendorf (1959), entre outros, considera que o crescimento dos sindicatos e das instituições para negociações coletivas deram a cidadania industrial aos trabalhadores, da mesma forma que a democracia política deu a cidadania política.

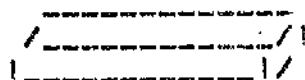
Mais tarde, a explosão de conflitos em 1968 abriu um novo ciclo de greves em diversos países. Isto é, este não foi apenas um ano excepcional, mas rompeu a tendência de declínio dos anos anteriores, sendo que em alguns países, particularmente a Itália, a Inglaterra e a Austrália, as greves mantiveram-se em níveis altos até meados da década de 70, quando entram novamente em declínio. Indo contra a corrente, a Suécia e a Dinamarca aumentaram o volume de conflitos na primeira metade da década de 80, quando na maior parte dos países europeus eles estavam em declínio, embora tal queda não necessariamente signifique baixo grau de conflito - exemplos disso foram a Espanha, a Itália e a Inglaterra.

A maneira como evoluíram os conflitos no século XX referendou portanto a tese do movimento cíclico das greves. Descartou-se assim a possibilidade de previsões de longo prazo de

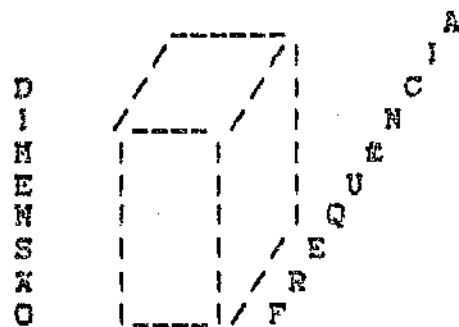
queda ou aumento das greves nas sociedades industriais ocidentais. E, embora diversos países apresentem ciclos simultâneos no tempo, não se pode deduzir que as greves dependam essencialmente de processos internacionais. Ao contrário, sua flutuação de dá mais em função de processos políticos e econômicos internos a cada país.

A partir da análise da evolução de três indicadores de greves, 1. "frequência" (isto é, número de greves de um período por 100.000 trabalhadores); 2. "gravidade" (jornadas perdidas dividido pelo número de grevistas, cujo significado é próximo ao de "média de dias parados"); 3. "dimensão" (número de grevistas por 1000 trabalhadores), Charles Tilly (1978) afirmou que, embora em alguns períodos de fato tenha havido queda da atividade grevista, isto muitas vezes foi confundido com mudanças na forma da greve. Segundo o autor, a análise das tendências do século, especialmente no pós-guerra, não permitem inferir movimentos de queda ou elevação da atividade, mas deixam claro que as greves passaram a ser mais numerosas, mais abrangentes, mas, por outro lado mais curtas. Essa alteração foi razoavelmente generalizada e linear nos países europeus e foi representada pelo autor na forma de cubos:

INÍCIO DO SÉCULO



TENDÊNCIA DO PÓS-GUERRA



GRAVIDADE

A passagem de um cubo ao outro representa a "modernização" da greve. O primeiro seria típico do conflito "selvagem" entre um grupo restrito de trabalhadores frente a empregadores (respaldados ou não pela legislação do país) que resistem ao direito de greve, à legitimidade da representação sindical e à negociação, e por essas razões se enfrentam em greves radicalizadas e extremamente longas. De forma genérica, expressa os movimentos do final do século passado e do início deste. O segundo representa as paralisações dos pós-guerra quando a institucionalização do conflito, admitido como legítimo entre as partes, já não tem o sentido da busca do reconhecimento da representação sindical. Não necessariamente há uma redução do volume de conflitos, mas as greves se tornam mais curtas e em muitos países predominam as que duram apenas um dia. Por outro lado, as greves passam a ser mais frequentes, um fato cotidiano, e, não raro, abarcam grandes contingentes de trabalhadores organizados em sindicatos

ou centrais sindicais.

Em estudo recente, Michael Poole (1986) demonstrou que na década de 70 podiam ser verificados diferentes padrões de greves. Em alguns países (Itália, Finlândia e Espanha) predominavam a "dimensão" (isto é, com base no "Cubo de Tilly", o número de grevistas por 100.000 trabalhadores ativos), sendo a frequência não desprezível e a "gravidade" baixa, próxima à média de um dia de greve. Em outros países (Israel, Austrália e Nova Zelândia), a mesma tendência a "one-day-strike" era observada e, embora a amplitude fosse expressiva, predominava a frequência. Por fim, um terceiro grupo evidencia que em alguns países permaneceu a predominância da "gravidade", isto é, da alta duração média das greves, com baixo número de paralizações (frequência) e de grevistas (dimensão). Nesse grupo se encontravam o Canadá, a Irlanda (embora com "frequência" razoavelmente expressiva), a Bélgica, a Noruega e a Dinamarca (embora os três com baixa atividade grevista em geral) e os EUA, que é o caso mais típico desse grupo, com a mais alta média de dias parados (18,2 dias) de todos os países.

A tese de Poole não descarta a validade genérica da abordagem de Tilly, mas comprova a dificuldade dos estudos comparados em estabelecer generalizações. As diferenças entre os países e a permanência de casos em que predominam a duração das greves (apesar de não se caracterizarem como greves "selvagens", como nos Estados Unidos) podem ser explicadas não apenas por variáveis políticas ou relativas a ciclos econômicos de expansão e retração, mas, além disso, dificultando as generalizações, pelas características específicas dos modelos de negociação e das orga-

nizações sindicais e empresariais.

No Brasil, no período inicial deste ciclo de greves, a forma do conflito corresponde claramente ao cubo da esquerda, acima, isto é: poucas e longas greves (Tabela 30 e anexo). Mas, no final dos anos 80, ela pode ser considerada até certo ponto atípica. As greves se tornaram mais frequentes e mais abrangentes, mas não perderam em "gravidade", isto é, permaneceram tão duradouras quanto antes.

Essas características do conflito brasileiro são justificáveis pela instabilidade da política econômica da segunda metade da década (como será discutido nos Capítulos II e III), ou por características organizacionais, particularmente do setor público. Mas dizem respeito também ao nível primário das relações de trabalho no Brasil. Certamente não são greves "selvagens", mas representam um momento de afirmação da representação sindical e de resistência empresarial - o que será abordado adiante.

Bordogna e Provassi (1982) classificaram (de forma muito simplificada, como eles próprios afirmaram) as diferentes correntes que buscaram explicações sobre o volume e a forma das greves em dois grupos: os "economistas" e os "sociólogos". Os primeiros seriam aqueles que valorizaram aspectos como as mudanças tecnológicas, ciclos econômicos ou variáveis como taxa de crescimento do PIB, de desemprego, de salários e de inflação como principais determinantes. Os "sociólogos" seriam aqueles que a esses condicionantes acrescentaram variáveis políticas, institucionais, organizacionais e culturais, tais como a participação de organizações sindicais nos governos através de partidos coliga-

dos, formas de organizações sindicais, taxas de sindicalização etc.

Embora simplificadas, talvez não seja possível ir muito além dessas classificações, pois os autores não são facilmente classificáveis. Os estudos mais recentes procuram explorar as várias correlações possíveis na busca de regularidades, variando entre si sobretudo nas ênfases.

Apesar do grande volume de pesquisas, foram limitadas as conclusões dos estudos comparados internacionais. Como disse Regini: "Na origem destas dificuldades parece estar a incerteza sobre a própria conceituação do fenômeno Greve. De acordo com uma importante linha teórica, a Greve é essencialmente uma forma de 'protesto' operário; ela, portanto, seria explicada através das condições que provocam ou impedem o protesto. Uma outra linha teórica, hoje prevalecente na literatura, considera, porém, a greve como um 'instrumento tático' que os sindicatos usam se e quando lhes é conveniente; ela se explicaria, portanto, através daqueles fatores que fazem aumentar a sua utilidade ou diminuir os riscos que pode comportar para as organizações sindicais" (Regini, 1986, p. 562).

Para os fins desse estudo talvez seja conveniente limitar a definição da greve como uma interrupção coletiva e temporária de trabalho, com uma ou um conjunto de reivindicações comuns dirigidas às empresas ou ao Estado. Portanto, a greve é uma forma de ação coletiva e sua deflagração pode (e deve) ser tomada como indicação da presença de conflitos, embora sua ausência não necessariamente indique a inexistência de conflitos (cf. Bordogna

e Provassi, 1982). Portanto, a flutuação dos indicadores de greves revelam mais o grau de expressão de conflitos (de naturezas diversas) do que o grau de presença ou ausência dos mesmos.

Apesar das dificuldades dos testes estatísticos em comprovar correlações positivas nas mais diversas abordagens, Walter Korpi e Michael Shalev (1980), testando quatro variáveis (taxa de desemprego, salário médio, número de sindicalizados e a presença ou ausência de partidos de esquerda no governo) concluíram que somente a última apresentava alto grau de correlação com as greves (cf. Korpi & Shalev, 1980, pp. 319-324).

O esquema de análise dos autores, batizado por eles de "power difference model of conflict", combina fundamentalmente dois aspectos centrais dos recursos de poder dos atores dos conflitos grevistas: o grau de capacidade de mobilização dos trabalhadores através de organizações sindicais (levando em conta suas divisões políticas) e a participação de partidos com forte base sindical nos governos ou seu nível de controle sobre as políticas governamentais.

Os autores analisaram as variações do volume relativo de conflitos (jornadas perdidas ponderada pela força de trabalho) em 18 países para o período 1946-1976. Concluíram que os países com forte tradição social-democrata possuem baixo volume de greves, apesar da alta capacidade de mobilização das organizações sindicais. Eram países que antes da experiência social-democrata apresentavam alto grau de conflito. Neste grupo estariam a Suécia, a Noruega e a Austrália (11). Em outros casos, a combinação da presença de organizações trabalhistas fortes e fraca ou

nenhuma participação nos governos leva a conflitos mais numerosos na área do trabalho:

"In the group of countries where the working class is relatively highly mobilized but has been practically excluded from political power in the postwar period - Australia, France, Italy, Japan, and Finland - the level of strike involvement has increased markedly since the war. We interpret this to reflect a situation where a relatively highly mobilized working class is limited to carrying out its conflicts of interest with capital almost entirely in the industrial arena, with the government generally sympathetic to the viewpoint of capital." (Korpi & Shalev, 1980, pp. 322-323).

Na base da argumentação dos autores não está a pressuposição de que os conflitos expressam demandas políticas. Ao contrário, contrapuseram-se a Shorter e Tilly (1978) - que haviam interpretado o crescimento das greves nos anos 20 como uma forma de pressão operária por representação política - afirmando que a maior parte das greves do período eram reações defensivas dos trabalhadores para questões da arena industrial.

A hipótese dos autores é que à medida que a classe trabalhadora, através de suas organizações, torna-se capaz de adquirir força sobre os empresários, o conflito de interesses entre capital e trabalho crescerá cada vez mais na arena política e diminuirá na arena industrial. As disputas entre empregados e em-

pregadores antes processadas apenas na esfera da empresa são transferidas para a arena política.

Desta rápida e sucinta exposição do debate sobre os estudos comparados internacionais há dois pontos que me parecem interessantes reter como hipóteses para o caso brasileiro - trata-se, na verdade, de uma adaptação dessas hipóteses, já que os estudos abordam em geral países de desenvolvimento avançado.

Primeiro, a constatação de Charles Tilly da predominância de greves longas em períodos (ou países) em que as organizações sindicais ainda lutam pelo seu reconhecimento nas negociações frente aos empresários. No Brasil, há vários indícios, inclusive na análise por categorias ou setorial, da precariedade das relações de trabalho, e de que seu processo de modernização ainda está em pleno curso, tendo sido impulsionado pelo movimento grevista.

O segundo refere-se à tese de Korpi & Shalev relativa à correlação entre greves, força sindical e representação política. A fragilidade histórica das organizações sindicais brasileiras vem se alterando desde o final dos anos 70. Simultâneo à transição para a democracia o sindicalismo foi renovando-se e revigorando-se. Trata-se de um processo ainda em curso, mas especialmente no pós-85 o aumento da força sindical tornou-se claro. O pacto da transição brasileira, ao excluir as representações sindicais, manteve a possibilidade de expressão de conflitos (acirrados pela crise econômica) restrita à esfera do trabalho.

C) COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS.

UM CONTRAPONTO: ESPANHA

Retirada sua conotação crítica usual, o "grevismo" no Brasil é um fato: o país situa-se entre os de maior taxa de conflito (Gráfico 19). Na história recente, a Espanha foi o país que mais se assemelhou ao Brasil em número de conflitos, também gerados a partir do processo de transição. As estatísticas internacionais sobre greves dificultam análises comparativas, dadas as diferenças de critérios utilizados. De qualquer forma, no período recente, os conflitos nos países de tradição democrática flutuaram em patamares inferiores - com a exceção da Itália - assim como outros países que passaram recentemente por transformações políticas de alguma forma de autoritarismo para regimes democráticos.

Segundo O'Donnell (1988), os regimes burocráticos-autoritários do Brasil e da Espanha diferenciaram-se dos casos argentino, uruguaio, boliviano, chileno e grego pela conjunção do relativo sucesso econômico e da repressão menos intensa imposta pelos governos. Ainda segundo o autor, as marcas do passado serviram para delimitar as possibilidades de processos mais ou menos traumáticos, mais ou menos pactuados.

Na Espanha, após a profunda crise econômica do final dos anos 50, as políticas de auto-suficiência econômica foram substituídas por novas estratégias dirigidas para a rápida industrialização e modernização da economia, através, entre outros

fatores, do encorajamento da importação de capital estrangeiro em escala maciça e da persuasão da força de trabalho desempregada, particularmente do setor agrícola, para que emigrasse para as nações da CEE (Comunidade Económica Europeia) ou para as áreas industriais do país (cf. Maravall & Santamaría, 1988).

"A estratégia económica revisada produziu alguns resultados espetaculares. Entre 1960 e 1970, o setor industrial da economia cresceu a uma taxa média anual de 15 por cento, o produto nacional bruto (PNB) e os salários reais duplicaram e a produtividade apresentou um crescimento médio anual de 7 por cento.

(...)

"...Em 1950, cerca de metade da população estava ocupada na agricultura - um nível de ocupação que não havia sofrido alteração desde 1940. Em 1970, menos de um quarto da população ainda permanecia nesse setor. A população industrial passou de menos de 25% em 1950 para mais de 37% em 1970, tendo ocorrido mais ou menos a mesma coisa com o setor de serviços." (Maravall & Santamaría, 1988, p. 114.)

O Brasil, a partir da década de 50 e, de forma mais clara, durante as décadas de 60 e 70, passou por rápido processo de urbanização e crescimento industrial concentrado em alguns pólos, especialmente a Grande São Paulo. Entre meados da década de 60 e 70 a economia cresceu a taxas médias superiores a 10%. (Tabela 27).

As profundas transformações ocorridas no Brasil e na Espanha redefiniram as possibilidades de organização sindical e abriram novas ou mais acirradas frentes de conflito. A concentração industrial tem sido apontada por autores de diferentes correntes como elemento incentivador de ações coletivas, seja por facilitar a ação dos dirigentes sindicais, seja pelas reações à intensificação da produtividade e do ritmo de trabalho que as in-

dústrias modernas, predominantemente fordistas, impuseram especialmente no ABC paulista (12).

Ainda que a greve no Brasil entre 1968 e 1977 (e na Espanha até meados da década de 60) tenha sido inviabilizada fundamentalmente pela repressão, sua evolução posterior, no grau em que se deu, iniciada ao primeiro sinal do processo de liberalização, não pode ser entendida exclusivamente como resultado do aumento da tolerância às greves.

Desta forma, o processos de abertura de no Brasil e na Espanha desvendaram um potencial de conflito trabalhista desconhecido até então, ao contrário dos países cujos regimes autoritários foram responsáveis por frequentes crises ou estagnação do crescimento econômico (13).

Mas as semelhanças entre os dois países terminam por aqui. Na Espanha, desde o final do regime franquista nos governos de Carrero e Arias (1973-1975), até o governo de Calvo Sotelo (1981-1982), passando pelos governos de Suárez, houve evolução dos salários reais. Mesmo com os ajustes macroeconômicos do governo de Felipe González, o "Acordo Econômico Sindical" definiu uma política salarial moderadamente restritiva, mas que manteve 0,8% de crescimento da taxa global de salários reais (cf. Dehesa, 1989). No Brasil, durante as décadas de 70 e 80, os salários perderam poder aquisitivo, salvo em curtos períodos. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que nas três últimas décadas cresceu em taxas altas e progressivas, decresceu durante os anos 80, a chamada "década perdida (Tabela 27a). Agreguem-se a isso, as discrepâncias entre os dois países quanto ao nível de bem-estar

social alcançado e ao grau de concentração de renda, os quais, no Brasil, não sofreram transformações de impacto social.

Outro elemento potencializador de conflitos no Brasil é o sistemático e expressivo grau de desrespeito às leis trabalhistas, incluindo as leis salariais (ainda que restritivas), em níveis provavelmente sem paralelo com outras sociedades urbanas industriais modernas. Quase 25% das greves do período 1983-1987 incluíam ao menos uma cláusula contra o não cumprimento de leis e acordos coletivos (Tabela 14); mais da metade dessas paralisações ocorreu exclusivamente em função desse fato, sendo a grande maioria decorrente do atraso de pagamento de salários - tema que será retomado no item "E" deste Capítulo. Creio que esta particular discrepância entre o grau de urbanização e desenvolvimento industrial e os baixos índices de bem-estar social (incluindo os direitos trabalhistas) verificados no Brasil potencializam, também de modo particular, esta forma de conflito organizado que é a greve.

Por fim, as diferentes conjunturas econômicas desses países desenvolveram-se sob pactos políticos com sinalizações quase opostas. Isto é, as forças políticas enraizadas no movimento sindical foram excluídas, no Brasil, e incluídas, na Espanha, no processo de transição (cf. O'Donnell, 1988). Creio que tal característica foi crucial na definição da capacidade de acomodação de conflitos trabalhistas em cada um dos países.

Na Espanha, após a "explosão" inicial, diminuem as taxas de conflito à medida que se transformavam as normas político-institucionais, especialmente com a aprovação da nova Consti-

tução (dezembro de 1978), após as eleições de março e a posse do primeiro governo de Suárez (Gráfico 20). Ao contrário, no Brasil, a reconstrução da democracia formal foi acompanhada pelo aumento do conflito, especialmente no desfecho da transição, com a posse de Sarney. Nos anos seguintes, os debates sobre os temas relativos ao mundo do trabalho na Assembléia Nacional Constituinte foram marcados pela polarização entre "progressistas" e o "centrão". Ao mesmo tempo, os pactos ou "entendimentos nacionais" pareciam desde o início destinados ao fracasso (14).

Mas é necessário destacar que o Brasil do pós-85 situa-se entre os países de maior volume de greves fundamentalmente em função do setor público, pois este foi o responsável por mais de 70% das jornadas perdidas do período (Gráficos 28 e 11). No setor privado, embora o ano da posse de Sarney também represente um marco, o crescimento das jornadas perdidas não foi tão expressivo (Gráfico 8).

Infelizmente não existem dados internacionais comparados desses dois setores. Mas, considerando que as greves da área privada são fundamentalmente de setor secundário da economia e da área pública, do setor terciário, pode-se tomar este outro corte para a análise comparativa. Assim, vê-se que somente no Brasil e na Suécia, dentre os países selecionados, os conflitos concentram-se no terciário. Nos outros países predominam as greves industriais (Tabela 28).

Além disso, ponderando as jornadas perdidas em cada setor pela respectiva força de trabalho observa-se que, a partir de meados dos anos 80, o Brasil passou a ser o país de maior

conflito no setor terciário, mas manteve-se num nível intermediário no setor secundário (15) - Tabela 29.

Portanto, tudo indica que, considerando apenas o setor privado, o Brasil encontra-se entre os países de nível médio de conflito. Há um conjunto de razões que justificam a predominância do conflito do setor público e o padrão diferenciado de suas greves em relação ao setor privado, e que serão discutidas adiante. Mas é importante salientar que, independente dos níveis e padrões diferenciados de greves dos dois setores, ambos cresceram ao longo da década e tiveram como principal momento de expansão o ano da posse do primeiro governo civil.

A evolução das greves esteve bastante colada à conjuntura política e econômica de cada ano da década - argumento que será desenvolvido no capítulo II. Mas minha hipótese sustenta que além desse vínculo mais estreito com as conjunturas anuais, algumas características da transição política brasileira potencializaram a eclosão e a expressão dos conflitos trabalhistas.

D) GREVES E TRANSIÇÃO POLÍTICA

Nas produções acadêmicas a respeito do movimento sindical ou da transição política na década de 80 discute-se sobre a presença de rupturas e continuidades (em relação às décadas passadas) que caracterizaram a transição política brasileira e, particularmente, as relações trabalhistas e o movimento sindical. Esse debate tem relevância para o entendimento do padrão grevista brasileiro, à medida que revela certos estrangimentos ao desenvolvimento de processos de negociação que poderiam reduzir o grau de conflito existente entre empregados e empregadores e entre sindicalistas e governo. As características do pacto político da transição e o renascimento do movimento sindical potencializaram a greve como uma das formas mais efetivas de manifestação de demandas e de descontentamento social.

ASPECTOS DO PACTO E DO CONFLITO DA TRANSIÇÃO

A análise de O'Donnell enfatiza as várias continuidades da transição brasileira. Segundo o autor, a transição no Brasil se fez através da institucionalidade existente (o Colégio Eleitoral) e, portanto, sem mudança na principal regra de competição política. A decomposição do regime político militar e a escolha de Maluf como candidato governista possibilitou a liderança das negociações por Tancredo Neves ("a oposição confiável") que, por sua vez, realizou um pacto com militares de não revisão do passado e permitiu a articulação da Aliança Democrática através

da composição do PMDB com os "notáveis" do regime anterior, particularmente do PFL. O acordo que fundou a Aliança Democrática, e que contemplou os militares, não foi realizado para definir a competição política, mas para evitá-la. O desfecho desse processo foi o "acordo de todos com todos", em que não estavam definidos quais eram os atores democratizantes e quais não eram, e permitiu que a transição brasileira apresentasse um grau muito maior de continuidade do que em qualquer outro país (cf. O'Donnell, 1988a).

Desse acordo estavam excluídos o PT e o PDT e, portanto, certos segmentos que formavam a base desses partidos, especialmente os sindicalistas.

A expressão de O'Donnell, "o acordo de todos com todos", ou "quase todos", como ressalva o autor, encontra fundamento na análise de que os excluídos foram frágeis a ponto de não terem sido capazes de firmarem-se enquanto atores políticos autônomos e expressivos (16).

A análise de O'Donnell, no global irrefutável, não enfatiza, entretanto, dois outros processos: o intenso calendário eleitoral - com suas implicações - e a "efervescência" da sociedade civil. Bolívar Lamounier acentua esses aspectos ao afirmar que esta foi uma transição sob eleições. Isto é, cada uma das eleições, a começar pela de 1974, abriu e fechou possibilidades estratégicas para os atores políticos e, neste sentido, não foi simplesmente uma transição transada.

"As análises comparativas que tem sido feitas sobre processos de redemocratização valem-se frequentemente de um contraste conceitual entre rupturas violentas e transições

negociadas - contraste atraente, mas que simplifica em excesso a realidade. Um entendimento adequado da transição brasileira não pode perder de vista que, entre as transições não violentas, umas podem basear-se quase totalmente em acordos entre as elites, com elevado grau de acerto informal e de coordenação sobre o conjunto do processo, enquanto outras se assemelham mais à disputa regulada, não indo o acordo de elite além do mínimo necessário para sustentar o marco institucional dessa disputa. A transição brasileira (...) assemelha-se bem mais a esta segunda hipótese. Foi, em essência, uma abertura regulada pelo calendário eleitoral, e não a 'transição transada' a que freqüentemente aludem alguns setores políticos, pretendendo descrevê-la como um arranjo oligárquico. Ora, o pouco que havia de acerto ou pacto substantivo desapareceu com a morte do presidente eleito Tancredo Neves. A partir daí a transição sofreu cada vez mais o efeito desestabilizador de conflitos internos à coalização governante e do forte congestionamento da agenda político-institucional no período 1985-1988." (Lamounier, 1989, pp. 36-37).

O calendário eleitoral definiu do ponto de vista do sindicalismo a mais importante ruptura das oposições. Antes, agrupadas no MDB na luta contra o regime militar, em 1979, com a reforma partidária, a oposição mais à esquerda dividiu-se em três partidos: o PMDB, o PT e o PDT. Essa ruptura ocorreu exatamente no momento em que revigorava-se a capacidade de organização do movimento sindical com as greves do ABC de 1978 e 1979. É importante ressaltar também que essa divisão foi anterior à divisão do movimento sindical entre as duas principais centrais sindicais do período. Isto só ocorreu em 1983 com a criação da CUT e mais tarde da CGT (17).

Essa ruptura das oposições no sistema partidário teve implicações de longo prazo que se tornaram cada vez mais expressivas com o crescimento do movimento sindical e da sua identificação com a CUT e o Partido dos Trabalhadores. Ao longo dos anos a CUT foi se transformando na principal Central do país, se-

ja por sua maior homogeneidade ideológica, por sua capacidade de organização, sua presença em boa parte dos principais sindicatos do país (18) ou por sua estratégia mais agressiva, "semiconfrontacionista", que lhe deu uma marca de ação sindical e de visibilidade social.

A CGT por sua vez, mais frágil e composta de grupos mais heterogêneos, não teve forte ligação com o PMDB.

No plano partidário ocorria o oposto. Com a reforma, aglutinaram-se em torno do PT a menor parcela do bloco oposicionista e do eleitorado. O PMDB foi o herdeiro do MDB como o carro-chefe da transição política e da bandeira da democracia sendo numericamente superior ao PT e ao PDT em termos de eleitorado, representação política e capacidade de articulação.

Ao PT, com dificuldades para estender suas bases eleitorais e indefinido entre partido de protesto ou socialista (cf. Tavares de Almeida, 1988), coube a marca da bandeira pela ampliação da igualdade num momento em que a classe política não a descartava, mas lhe dava o segundo plano em relação às tarefas da democratização.

Maria Hermínia Tavares de Almeida, em seu artigo "Difícil Caminho: sindicatos e política na construção da democracia" (1988), sustentou a tese de que a importância assumida pelos trabalhadores, através da ação sindical, no terreno do conflito social contrastava com sua relativa insignificância política (19).

De fato, a evolução das greves, do grau de conquista das demandas frente aos empresários, a visibilidade social

crescente dos sindicalistas (discutidas adiante), por um lado, e a incapacidade do movimento sindical de definir ou alterar políticas de governo, incluindo as salariais, de outro lado, referendam o argumento da autora (20).

Ainda segundo Tavares de Almeida, o sindicalismo encontrou dificuldades para definir canais de expressão significativos através do sistema partidário.

A ruptura da oposição no início dos anos 80 e a crescente força sindical, especialmente da CUT ao longo da década, geraram uma situação em que o principal partido político oposicionista perdeu (ou não chegou a ganhar) sua base sindical, o que lhe facilitou compor a Aliança Democrática. A base sindical, por sua vez, viu-se restrita a partidos minoritários na sua representação parlamentar. A CGT nunca chegou a ser uma central "pemedebista", nem esteve próxima disso.

A dimensão política da CUT foi essencialmente a demanda por maior igualdade num momento em que o pacto da transição adiava esse tema em função da luta pela democracia (até 1985) ou em função do projeto de estabilização da economia no pós-85.

Criou-se na oposição uma divisão antes não existente entre as bandeiras da igualdade e da liberdade, democracia formal e democracia social. Uma divisão não estanque, mas de ênfases.

Deste ponto de vista, durante os anos 80 e particularmente a partir de meados da década, delineou-se no Brasil situação semelhante à que ocorrera em países europeus antes da instalação de governos de cunho social-democrata e que, segundo

Korpi & Shalev (1980), foram períodos de grande crescimento da ação grevista; a existência de centrais sindicais fortes (no caso brasileiro, que caminharam ou caminham para sê-lo) sem participação nos governos através de partidos políticos.

ESTRUTURA E AÇÃO SINDICAL

Pode-se dizer que todas as análises dos autores, que enfatizam a efervescência das mobilizações sociais em maior ou menor grau (e ainda que vagamente), contrapõem-se à idéia da "transição transada", já que a valorização dessas ações, em geral, tem o sentido de demonstrar que o grau de mobilização social limitou as possibilidades do pacto de elites.

De um modo geral, a literatura sobre sindicatos no Brasil tende a dar mais valor ao seu papel e ao dos movimentos sociais do que os trabalhos sobre outros processos políticos da transição - o que pode ser considerado natural. Mas, ainda assim, oscila entre salientar a fragilidade dos sindicatos brasileiros ou valorizar a força renovadora do sindicalismo no ABC; entre enfatizar as rupturas com o sindicalismo populista ou sua continuidade.

Alguns trabalhos buscaram a explicação sobre as greves do ABC em 1978 e 1979 no acirramento do conflito Capital-Trabalho (Antunes, 1988); outros, examinaram o cotidiano das fábricas como forma de compreender a surpresa de mobilizações até certo ponto espontâneas (Maroni, 1982; Abramo, 1986).

O estudo de John Humphrey (1982) sobre duas das principais montadoras do ABC redundou na mais comentada polêmica

da época, tendo como interlocutores Leôncio Martins Rodrigues e Maria Hermínia Tavares de Almeida (21). O debate tinha origem nas diferentes visões sobre o grau de heterogeneidade da estrutura produtiva do país e seus efeitos sobre as condições de trabalho e prática sindical dos diferentes segmentos - grandes ou pequenas empresas, modernas ou tradicionais. O desdobramento político da polêmica era, grosso modo, a contraposição aos argumentos de Tavares de Almeida sobre a possibilidade de constituição de uma elite operária e de sindicatos do tipo "business unions" entre os metalúrgicos do ABC a partir da vivência de condições privilegiadas (de trabalho e de salários) e da adoção de estratégias descentralizadas de negociação. Baseando-se nos dados de sua pesquisa J. Humprey desfez a noção de "elite operária" e, fundamentando-se em Pizzorno (1973), "... observou que os sindicatos são capazes de perseguir estratégias econômicas quando são bastante fortes para ignorar completamente o Estado, ou estão satisfeitos com a estrutura geral em que funcionam" (Humprey, 1982, p. 238). Para o autor, a novidade do movimento sindical após 78 era o fato de não tentar obter seu poder político a partir de sua relação com o Estado, de "negociações políticas" mas, através da ênfase de ações nas fábricas, buscar construir uma base política independente (cf. Humprey, 1982, p. 239).

Na época, apesar de tudo, havia a concordância de que o "Novo Sindicalismo" estaria promovendo profundas rupturas com a tradição populista. Com temas e abordagens diferentes, os estudos sobre sindicalismo no Brasil até meados da década de 80 em geral apontam a efervescência do movimento sindical e suas

possibilidades de impor alterações políticas de longo prazo.

Recentemente, a tese de Armando Boito Jr. (1988) argumenta que a permanência da estrutura sindical corporativa impediu que a ação sindical rompesse com o período populista, estando ainda sob a égide do "Sindicalismo de Estado" que contamina e freia a ação dos trabalhadores. Neste sentido, sua análise se contrapõe à maior parte da produção sobre o tema.

Rodrigues e Tavares de Almeida apontam, em vários trabalhos (22), um conjunto de aspectos que não procuram "resolver" essas dualidades, mas justamente comprová-las.

"Um balanço da atuação do sindicalismo brasileiro nos anos 80 indica muitos resultados favoráveis que acabaram por fazer, das lideranças sindicais, um ator politicamente importante na sociedade e no sistema político no País. Os pontos fracos continuam a residir numa baixa taxa de sindicalização, na fraca implantação dos sindicatos nos locais de trabalho, na fragmentação do movimento sindical e na excessiva ideologização que, como costuma ocorrer, é a contrapartida de um excesso de peleguismo. Apesar dessas deficiências, o sindicalismo brasileiro ocupou espaços contando com as facilidades de mobilização decorrentes de altas taxas de inflação numa economia aquecida que, especialmente nos últimos anos, manteve o desemprego em patamares bastante baixos" (Rodrigues, 1990, p. 19).

No plano da política sindical há um razoável consenso de que a CUT dominou o cenário com uma estratégia "confrontacionista" (Tavares de Almeida) ou "ideologizada" e "mais radical" (Rodrigues). Parte importante das análises de Leôncio Rodrigues enfocam justamente a ação política da CUT, levando o autor a apontar indícios de riscos de isolamento político derivados dessa estratégia (sem contudo deixar de apontar a eficácia de sua ação agressiva para seu fortalecimento) e, desta forma, a criticar seu

apego às teses "revolucionárias" ou, especificamente a valorização das greves de grande porte em contraposição à eficácia das mobilizações localizadas (cf. Rodrigues & Rodrigues, 1988).

Grosso modo, as continuidades e rupturas podem ser separadas em dois campos: a estrutura sindical e a ação política.

A estrutura sindical corporativista - denunciada e criticada como tal por sindicalistas e cientistas sociais (23) - tem se mantido intacta desde sua criação no governo Vargas até hoje, sobrevivendo à nova Constituição. Portanto, deste ponto de vista, encontra-se mais continuidade do que ruptura da década de 80 em relação às décadas anteriores.

Mas, qualquer que seja a ênfase dada a cada um dos pólos, deve-se reconhecer a existência de elementos contraditórios que indicam a direção oposta. Esta é, na verdade, uma das principais características do movimento sindical brasileiro da última década: a permanência da velha estrutura sindical, de um lado, e a alteração das formas e da capacidade de ação, de outro.

Se a médio ou longo prazo uma se sobreporá à outra dependerá de fatores em alguma medida imponderáveis. Dito de outra forma: é possível que os elementos corporativos estatais minuem a capacidade de ação dos trabalhadores, impedindo a manifestação dos conflitos trabalhistas ou, ao contrário, o fortalecimento da ação dos trabalhadores leve à revogação dos mecanismos que possibilitam a interferência estatal sobre suas organizações (24). Independente do que possa ocorrer no futuro, de fato, esta foi a tensão, não resolvida, de década 80 - e que não necessariamente será solucionada.

Porém, a evidência dos dados das greves brasileiras reforça a ênfase nas rupturas do período e a própria escolha do tema não está isenta de pressupostos, mas afirma que a ação grevista foi, ao mesmo tempo, o resultado mais evidente das transformações sindicais e a forma utilizada para sua renovação.

A estrutura sindical foi um dos pontos polêmicos entre os grupos que participaram em 1981 do I CONCLAT, e que posteriormente deram origem à CUT (1983) e à CGT (1986) (25). As críticas aos elementos claramente autoritários da legislação e da estrutura sindical (como a possibilidade de intervenções em sindicatos e a lei de greve) eram pontos consensuais. Porém, a unicidade e a contribuição sindical, defendidas pela maioria dos sindicalistas da CONCLAT (e posteriormente a CGT), encontrou apoio também entre parte dos componentes da CUT.

Recentemente alguns autores têm apontado que o discurso crítico da CUT em relação ao corporativismo pouco tem se revertido em ações concretas da central sindical e que a própria radicalidade da crítica tem se amenizado (cf. Rodrigues, 1990c; Boito Jr., 1988).

A CUT, como principal herdeira do "Novo Sindicalismo" inovou mais pela prática de mobilizações e de negociações mais ou menos confrontacionista do que pela postura em relação à estrutura sindical - este argumento será retomado no item "Greves e Política Sindical" do Capítulo III. A capacidade de ação sindical alterou-se profundamente na última década. A greve tem sido a estratégia privilegiada de ação e de reação; seu volume, nos anos recentes, é a expressão máxima desse fato.

TRANSIÇÃO, PACTOS POLÍTICOS E CONFLITO SINDICAL

As características mais gerais da transição política brasileira, do movimento sindical do período e da crise econômica da década, somadas, evidenciam um alto potencial de conflitos.

Em primeiro lugar, foi uma transição lenta, pactuada à direita, que excluiu os segmentos que deram a base da reconstrução sindical, e que desembocou em baixo grau de resolução de importantes questões político-institucionais (presidencialismo X parlamentarismo; estatismo X privatização, mandato presidencial) e baixo grau de democracia social. Mas, por outro lado, a transição resultou em alto grau de democracia formal, possibilitando a expressão de demandas e descontentamento social através do voto e tolerou as greves, apesar das restrições legais ao seu exercício até a aprovação da nova Constituição.

Segundo, porque o próprio movimento sindical vivia, e ainda vive, sua transição específica, em dois sentidos: se a legislação sindical não se alterou na essência mesmo com a nova Constituição, ela perdeu, primeiro na prática depois na lei, seus mecanismos claramente repressores (por exemplo, a possibilidade de intervenção nos sindicatos e a ampliação do direito de greve); o outro sentido está relacionado ao aumento da sua capacidade de ação que levou à reorganização dos sindicatos, à renovação da liderança e à construção de centrais sindicais - um processo que, acredito, ainda está em curso.

Terceiro, porque a oposição antes aglutinada no MDB rompeu-se justamente no momento em que renascia um sindicalismo ativo e antes da criação (e da divisão do movimento) das centrais sindicais. Nesse processo, o partido-chefe da oposição, o PMDB, manteve-se sem bases sindicais expressivas. Da mesma forma os sindicalistas mantiveram-se restritos a partidos políticos menos expressivos e com baixa capacidade de alterar políticas de governo.

Quarto, porque todos esses processos foram simultâneos a uma crise econômica cujas características (aumento do desemprego, políticas salariais restritivas, constante elevação inflacionária e instabilidades das políticas econômicas, isto é, das regras do jogo) acirravam o conflito distributivo. Um processo de aprendizado democrático de reconhecimento mútuo de empresários e sindicalistas como legítimas partes da negociação teve de ser forjado em meio a uma crise econômica. Ao mesmo tempo, os dois atores passam a se digladiar de forma mais direta, com menor interferência do Estado - um indício é a diminuição da participação da Justiça do Trabalho (26) nas greves (Tabela 32). Isto quer dizer que independente do grau em que os temas políticos foram "transados" ou pactuados, no nível econômico o conflito distributivo foi dos mais acirrados.

Bolívar Lamounier sintetiza com precisão essas características:

"Uma descrição persuasiva dos anos 80, com efeito, é que o potencial de conflito social aumentou significativamente num momento em que a capacidade dos sistemas econômico e político para acomodar tais tensões decrescia de maneira não menos acentuada. (...) O ponto que

estamos destacando (...), é que o aumento e o caráter fortemente corporativo da participação intensificaram as demandas e pressões sociais num momento em que eram declinantes a capacidade decisória do sistema político e a capacidade de acomodação do sistema econômico" (Lamounier, 1990, p. 15).

A transição brasileira se deu, de fato, através de um pacto de elites (como salienta O'Donnell), mas sob eleições, (como relativiza Lamounier), e, do ponto de vista das relações de trabalho, sob greves - o que definiu, tal como o calendário eleitoral, diferentes possibilidades no pacto das elites e na composição das oposições.

Como será argumentado ao longo deste trabalho, a expansão da ação sindical não foi capaz de alterar o pacto da transição, nem mesmo as políticas ("policies") de governo, mas foi relativamente eficaz no embate com os empregadores e na conquista de reivindicações - o que reforça o argumento de Tavares de Almeida sobre o descompasso entre o peso social e o político dos sindicalistas. Porém, no plano político, foi suficientemente forte para transformar os sindicalistas em interlocutores válidos do Governo - como será discutido no Capítulo II.

Mas, ao lado desses processos políticos e econômicos gerais da década, há diferenças importantes entre os setores público e privado, e no interior de cada um deles, e que muitas vezes dizem respeito a características desses segmentos, as quais podem ser consideradas relativamente independentes dos processos mais gerais da transição - este é o tema do próximo item.

E) DIFERENÇAS ENTRE OS SETORES

PÚBLICO E PRIVADO

Os dados agregados das greves deflagradas entre 1978 e 1987 demonstram comportamentos distintos entre os setores público e privado. Este último foi responsável pela maioria das paralisações (67,9%), mas por apenas 22,3% das jornadas perdidas. Para o primeiro o quadro é invertido: suas "poucas" greves foram responsáveis por mais de 70% das jornadas não trabalhadas (Gráficos 27 e 28).

Trata-se, na verdade, de um padrão que foi se desenhando entre 1983 e 1984, com a crescente mobilização de servidores federais, estaduais e municipais, e que se estabeleceu definitivamente a partir do primeiro ano do governo Sarney.

Esse padrão diferenciado deriva do fato de que sistematicamente as paralisações dos servidores públicos são mais longas e abrangentes (Gráficos 21 e 22), o que, por sua vez está ligado a um conjunto de características que dizem respeito (a) à organização ou à própria natureza da atividade de cada um dos setores, (b) à composição das forças de trabalho desses segmentos, (c) às diferenças setoriais na forma como se estabeleceram as relações trabalhistas durante a transição brasileira e (d), por fim, mas não menos importante, à forma como cada um dos setores enfrentou a crise econômica e o violento processo inflacionário delineado em 1985 e crescente com o fracasso do Plano Cruzado.

(a) Aspectos organizacionais:

Em primeiro lugar, o tipo de vínculo empregatício dos servidores públicos, com poucos empregadores, leva a que as demandas ou as pautas de reivindicações sejam unificadas para um grande número de trabalhadores - por exemplo, são razoavelmente comuns as greves convocando todos os servidores federais da administração direta, ou, o conjunto de funcionários de um Estado, ou ainda, todos os professores de uma rede pública estadual ou municipal. Além disso, a ausência do direito de sindicalização dos servidores públicos reforçou a unificação das campanhas sindicais e a criação de associações bastante abrangentes, escapando ao padrão municipal da estrutura sindical brasileira vigente para os trabalhadores das empresas privadas.

No setor privado, apesar dos esforços de líderes sindicais, especialmente da CUT, em reverter o padrão descentralizado, deflagrando greves de categorias, a estrutura sindical dificulta essa estratégia. Se os trabalhadores, através da criação de organizações paralelas (as centrais sindicais) tentam reverter a fragmentação organizacional e das negociações, do lado empresarial, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional das Indústrias), agem no sentido oposto, sob o argumento da capacidade diferencial dos setores e das empresas no atendimento às demandas.

A maior estabilidade do emprego no serviço público, decorrente tanto do caráter social do serviço - menos sujeito às flutuações econômicas - como da estabilidade, definida estatutariamente,

tariamente, diminui os riscos de demissões durante as greves longas - embora a liderança seja, em princípio, mais sujeita aos cortes seletivos, já que os diretores de associações não gozam da garantia de emprego dos dirigentes sindicais.

Outra hipótese é que as sentenças normativas da Justiça do Trabalho (inexistentes para o setor público) tenham servido para diminuir o tempo de duração das greves do setor privado (27).

Creio, portanto, que as características organizacionais dos setores público e privado, do ponto de vista do grau de centralização decisória ou da estrutura sindical, são fortes determinantes dos padrões diferenciados das greves e das escolhas táticas dos sindicalistas.

(b) Características da força de trabalho

Em segundo lugar, as greves do setor privado são basicamente de trabalhadores da indústria (TI), ao passo que no setor público são movimentos de assalariados de classe média (ACM) ou, em menor medida, de trabalhadores de base em serviços (TBS) - Gráficos 27, 28 e 29 - o que tem reforçado os padrões diferenciados de conflito.

No setor industrial, a comparação dos setores público ou privado revela que as médias de dias parados entre 1983 e 1987 foram semelhantes e significativamente mais baixas se comparadas aos segmentos assalariados de classe média. Estes, por

sua vez, também apresentam média relativamente próxima nos dois setores (Tabela 5a). As diferenças apontadas entre ACM e TI, independente do setor, nos levam à hipótese de que os níveis salariais desses segmentos delimitam capacidades diferenciadas de sustentação de greves longas. Isto é, para os trabalhadores industriais - e em menor medida para os TBS -, o risco de uma greve longa, com descontos das horas paradas, funcionam como fortes constrangimentos. A importância das campanhas de fundo de greve no ABC entre final e início da década de 70 são um bom exemplo disso.

Já entre os trabalhadores de serviços (TBS) a diferença das médias setoriais é expressiva, sendo, na área privada, a mais baixa, e, na área pública, intermediária. Neste segmento, as diferenças organizacionais e de relações trabalhistas são mais marcantes.

(c) Diferenças nas relações trabalhistas:

Isolados, os argumentos apresentados acima fariam supor que as médias de dias parados e de grevistas (e, portanto, o grau de radicalidade das greves) são, e devem ser, naturalmente maiores no setor público. Isto é, eles são baseados em características imutáveis (exceto as da estrutura sindical, mas que ainda assim sobreviveu por mais de 40 anos) da própria natureza das atividades dos setores.

Creio, porém, que esses índices são ainda mais fortemente marcados pelas características gerais das relações de trabalho praticadas em cada setor durante o processo de reorganização das atividades sindicais no pós-68.

A história do movimento sindical indica que a primeira ou as primeiras mobilizações de uma determinada categoria apresentam um grau de radicalidade que tende a diminuir com o fortalecimento das organizações sindicais de trabalhadores, quando este é acompanhado da criação de mecanismos eficazes de mediação de conflitos e pelo reconhecimento empresarial da legitimidade da representação sindical.

Não se trata aqui da hipótese de que as greves decorrem fundamentalmente da ausência ou fracasso de "bargaining institutions", como haviam apontado Hicks (1957) e Ashenfelter & Johnson (1969), o que seria particularmente incorreto para este ciclo de greves do Brasil. E sim do reconhecimento da validade dessa hipótese em seu sentido fraco, isto é, de que o processo de institucionalização do conflito capital X trabalho otimiza a sua equalização. O fraco desenvolvimento das áreas de recursos humanos das empresas não são a razão primeira dos conflitos no Brasil, mas certamente, seu desenvolvimento diferenciado entre setores e categorias definiu padrões mais ou menos acirrados de conflitos.

Mas, se o processo de reconstituição dos sindicatos no Brasil teve esse efeito (o de alterar substantivamente o grau de reconhecimento mútuo entre empregados e empregadores), ele não é visível nos dados agregados da variação anual das mé-

dias de dias parados entre 1978 e 1987, já que não apresentam, ao final do período, tendência à queda (Gráfico 21) - tal como ocorreu na Espanha ou como seria esperado a partir das tendências demonstradas por Tilly (1978) no pós-guerra europeu (ampliação do número de greves mas redução da duração média), quando predominaram estratégias não confrontacionistas, de reconhecimento mútuo, de empresários e trabalhadores.

Como confirmação, vale lembrar que as greves de longa duração foram quase tão frequentes no final como no início deste ciclo (Tabela 25).

Porém, ao contrário do que se afirma normalmente, os metalúrgicos estão entre as categorias com índices relativamente baixos de médias de dias parados (Tabela 5a) - inclusive, e principalmente, os do ABC, representantes máximos da CUT.

A evolução deste índice no ABC entre 1978 e 1983-1984 apresentou clara tendência à queda, voltou a crescer, mas em níveis menores, entre 1985 e 1986 e caiu ligeiramente em 1987 (Gráfico 25). Entre os metalúrgicos do município de São Paulo, a curva das médias tem um comportamento incerto até 1982, e, a partir de então, passa a flutuar muito próxima à do ABC. Por fim, as médias dos outros metalúrgicos do Estado de São Paulo e do Brasil não desenham tendências claras (Gráfico 26) - por exemplo, a maior média para os metalúrgicos do Estado de São Paulo ocorreu em 1985, ao passo que entre os de outros Estados do Brasil o pico coincide com os anos iniciais de reorganização dos sindicatos.

No setor privado, os setores mais organizados (e, às vezes, mais grevistas) apresentam as médias mais baixas: a área industrial comparada às outras (ACM e TBS); no interior da área industrial as categorias destacadas na Tabela 5a (metalúrgicos, químicos etc.) realizaram greves mais curtas do que o conjunto dos outros industriários; entre os ACM os bancários foram os únicos que se aproximaram ao padrão "one-day-strike".

Outro dado que indica o estágio de desenvolvimento dos processos de negociação coletiva, e do respeito a elas por parte dos empregadores, é a alta proporção de greves (24,2%) deflagradas contra o não cumprimento de leis, acordos ou convenções coletivas tanto no setor público como no privado (Tabela 14). - vale lembrar que na grande maioria dos casos deve-se ao atraso de pagamento de salários (Tabela 17).

Apesar da incidência de demandas desse tipo ser semelhante em ambos os setores, há diferenças expressivas no interior de cada um deles. Na área pública, os funcionários das administrações municipais foram os mais atingidos pelo desrespeito às leis e aos acordos coletivos, e os da esfera federal, os menos atingidos. Por outro ângulo, nota-se que nas empresas públicas (principalmente federais e estaduais) a presença desse problema é significativamente menor do que nas administrações diretas. - No setor privado, a proporção de conflitos referentes ao desrespeito às leis é superior entre os TBS e menos expressiva entre os trabalhadores da indústria (TI), e dentre estes a menor incidência se dá entre os químicos e metalúrgicos - principalmente os do ABC (Tabela 14).

Há fortes indícios portanto de que o grau de presença desses temas nas demandas das greves está vinculado aos níveis de organização sindical e de valorização empresarial da negociação coletiva de cada um desses segmentos (compare-se, por exemplo os metalúrgicos do ABC com os do restante do país) e da predominância de grandes ou pequenas empresas - na amostra de 36 greves dos bancários, justamente um dos setores mais oligopolizados da economia do país, nenhuma apresentou esse tipo de protesto (Tabela 14).

Tomar o grau de presença de reivindicações contra o desrespeito às leis e aos acordos coletivos como indicador do grau de desenvolvimento do processo de negociação é, naturalmente, apenas uma aproximação. Mas, reforça ainda essa hipótese a alta correlação encontrada entre a duração das greves e o grau de presença de reivindicações dessa natureza. Isto é, são justamente os segmentos que realizam as greves mais longas aqueles em que há maior incidência de desrespeito à leis (Gráficos 56 e 57). Deve-se esclarecer que a hipótese não é de que os protestos contra o desrespeito às leis e aos acordos sejam difíceis de serem atendidos - ao contrário, os dados revelam que são os mais facilmente atendidos, inclusive porque são respaldados pela Justiça do Trabalho (Tabela 16). O que se afirma é que diversas categorias, ou segmentos delas, ainda se encontram em estágios primários de relações entre empregados e empregadores, seja porque grande parte das greves são deflagradas por atraso de pagamento de salários (ou quebras de acordos anteriores), seja por resistirem à negociação, acirrando os conflitos e ampliando a sua duração.

Tomando 13 segmentos de trabalhadores do setor privado e 9 do setor público nota-se que apenas 4 deles caracterizam-se por greves curtas apesar de serem fortemente atingidos pelo desrespeito às leis ou aos acordos. São justamente alguns dos segmentos mais desorganizados, em que predominam trabalhadores de baixa renda e empregadores de pequeno porte - no caso do setor público só aparecem nesse grupo os conflitos municipais.

	% de desrespeito às leis	média de dias parados
GRUPO ALTA TAXA DE DESRESPEITO X BAIXA DURAÇÃO DAS GREVES		
1. Motoristas do setor privado (predominam empresas de ônibus)	32.7	3,0
2. Comerciantes do setor privado	28.9	4,7
3. Empresas municipais (predominam empresas de ônibus)	29.6	3.8
4. Autarquias e fundações municipais	62.5	5.7
GRUPO ALTA TAXA DE DESRESPEITO X ALTA DURAÇÃO DAS GREVES		
1. Funcionários de estabelecimentos de saúde do setor privado	45.7	7.7
2. Médicos do setor privado	42.9	7.1
3. Empregados da construção civil do setor privado	39.5	5.8
4. Metalúrgicos, exceto os do Estado de São Paulo, do setor privado	29.3	6.8
5. Alimentação do setor privado	28.6	5.6
6. Administração direta municipal	34.9	10,0
7. Administração direta estadual	25.2	10,1
GRUPO BAIXA TAXA DE DESRESPEITO X BAIXA DURAÇÃO DAS GREVES		
1. Bancários do setor privado	0,0	2,1
2. Químicos do setor privado	14,1	5,4
3. Metalúrgicos do ABC do setor privado	15,4	4,0
4. Metalúrgicos do Interior de S. Paulo, do setor privado	18,8	6,0
5. Metalúrgicos do Município S. Paulo, do setor privado	19,0	4,8
6. Administração direta federal	11,3	8,1
7. Empresas federais	13,5	4,2
8. Empresas estaduais	15,7	3,8
9. Autarquias e fundações estaduais	20,0	4,1
UM CASO ATÍPICO - BAIXA/MÉDIA X ALTA		
1. Professores do setor privado	22,0	10,0
MÉDIA TOTAL DO SETOR PRIVADO	24,6	5,5
MÉDIA TOTAL DO SETOR PÚBLICO	23,4	8,5

Obs: cada segmento dos setores privado e público foram classificados nos dois itens em "BAIXA" ou "ALTA", segundo as respectivas médias totais dos setores. Dados do período 1983-1987.

O terceiro grupo é o oposto do primeiro. Predominam empregadores mais "legalistas" e, apesar da tradição sindical e grevista dos trabalhadores desse segmento, suas paralisações são mais curtas. Predomina ainda o setor industrial, mais moderno, ou os segmentos oligopolizados. Vale assinalar entretanto que não necessariamente as greves desse grupo são eficazes na conquista das reivindicações. De todos esses segmentos os únicos a apresentarem taxas positivas de conquista de reivindicações foram os metalúrgicos do ABC e do Município de São Paulo. São portanto as categorias com os três melhores indicadores: baixo grau de desrespeito, greves rápidas e eficientes. No setor bancário, por exemplo, de sua "taxa zero" de desrespeito não se pode deduzir uma postura negociadora dos empregadores, dado o baixo grau de conquista das reivindicações (28).

Dos 13 segmentos, os conflitos dos professores do setor privado são os únicos em que a duração média é alta apesar da taxa relativamente baixa de desrespeito - ou melhor, "baixa" em comparação ao padrão brasileiro. Na verdade, não são tão discrepantes dele os casos da administração direta federal, dos químicos e dos metalúrgicos do interior, cujas greves não são tão curtas - pode-se dizer que todos eles são segmentos intermediários entre os grupos 1 e 2.

No segundo grupo predominam as estratégias mais acirradas. São segmentos que, apesar de sua capacidade de sustentar greves de longa duração, enfrentam alto grau de desrespeito às leis e aos acordos coletivos. O segmento dos funcionários das administrações diretas estaduais é o mais grevista de todo o

país. São responsáveis por 41,3% de todas (incluindo o setor privado) as jornadas perdidas do período 1978-1987 - vale lembrar que esse segmento inclui categorias importantes como médicos e professores do setor público estadual. Os outros segmentos são alguns dos que vêm apresentando maior taxa de crescimento anual.

O conjunto de índices descritos acima parecem indicar que a maior parte das organizações sindicais brasileiras ainda vive um momento de afirmação. A elevada duração das greves de diversas categorias do setor privado e principalmente do setor público e, além disso, a maneira relativamente errática como flutuaram, sem definirem tendências, retratam o fato de que a cada ano uma nova categoria, de um novo município, se lança ao conflito frente a empregadores que resistem à novidade, apegados a concepções conservadoras e despreparados para negociações rápidas. Neste sentido, a radicalidade das greves não deriva simplesmente de um conflito econômico, da inexistência ou do mal funcionamento de "bargaining institution", mas de um conflito político, no sentido de que cada um dos atores (empregados e empregadores) questionam a legitimidade de seu interlocutor.

A não negociação e o não reconhecimento mútuo ainda é a marca das relações entre empregados e empregadores no Brasil. Mas, certas categorias, incluindo algumas das mais grevistas, estão superando essa fase, embora a instabilidade econômica e a crise de governabilidade do pós-86 tenha abalado esse processo: dados preliminares das greves de 1988 e 1989 revelam que houve aumento generalizado da média de dias parados.

Neste ponto, há três diferenças importantes entre os setores público e privado relacionadas à forma como cada um dos setores enfrentou, particularmente durante o governo Sarney, a instabilidade da política econômica e salarial nas negociações coletivas.

(d) Efeitos da instabilidade econômica nas negociações

Há indícios de que em alguns segmentos do setor privado realizou-se razoável adaptação a taxas de inflação superiores a 100% ao ano, enquanto no setor público uma conjunção de fatores impediu tal adaptação: as negociações e os aumentos salariais foram dificultados pela crise fiscal do Estado, pelas políticas de congelamento de preços e salários (especialmente quando prolongadas) e pelo fato de o empregador público servir como "exemplo" ao setor privado nos períodos de congelamento de salários.

Como consequência, do ponto de vista econômico, a crise do setor público de um lado debilitou a capacidade de barganha da Federação e dos Estados e, de outro, imprimiu expressivas perdas salariais no segmento mais grevista do setor público (os da administração direta), superiores às do setor privado (29).

Completando a hipótese anterior, até 1985 os empregadores do setor público, ao contrário do setor privado, pautaram suas decisões mais claramente pela lógica política - o que

não significa que ela tenha uma única direção, mais ou menos permeável às demandas sindicais. Exemplos disso foram, de um lado, a resistência dos governos e dos administradores públicos federais (seja da administração direta ou das estatais) à democratização das relações de trabalho, especialmente até 1984, e, de outro lado, a maior transigência dos governos estaduais em períodos eleitorais. A partir de 1985 a crise financeira do Estado introduziu mais claramente o elemento econômico como empecilho à negociação - este tema será retomado no Capítulo II.

A postura governamental frente as greves do setor público variou (especialmente após 1985), entre dois pólos que, grosso modo, correspondem (a) à área produtiva, em que a junção do cálculo econômico e a administração com forte presença militar redundou em negociações que aliavam repressão e um grau relativamente baixo de atendimento às demandas (Tabela 13), e (b) à administração direta e autárquica, em que o efeito financeiro da greve é menor (por não serem áreas de produção) e, em alguns casos, seu impacto social ou visibilidade política também é menor; nestes segmentos a postura variou entre o descaso e a morosidade das negociações, com relativo atendimento às demandas (caso típico das autarquias e principalmente das universidades), a rigidez nas negociações (a administração direta federal forçada a seguir as políticas salariais restritivas impostas pelo próprio poder público ao setor privado) e o desrespeito às leis salariais - caso típico de praticamente todas as administrações diretas estaduais (e grande parte das administrações municipais) sob o argumento da crise das finanças públicas.

Alguns estudos (30) apontam que esse tratamento diferenciado ocorre também quanto aos níveis salariais desses grupos. O setor público emprega cerca de 29,3% da força de trabalho formal urbana brasileira, 20,6% distribuídos nos Estados e municípios e os 8,7% restantes vinculados ao governo federal (1.789.400 funcionários, segundo dados de 1985). Destes, quase 50% são funcionários das estatais dos bancos e das empresas concessionárias, 30% das autarquias e fundações e 20% da administração direta e das entidades típicas de governo. A remuneração média dos servidores federais é cerca de 85% superior à dos empregados do setor privado. Contudo, na administração direta e, em menor medida, nas autarquias, a distribuição salarial por faixas de renda é bastante próxima à do setor organizado da economia (Tabela 33) o que, de fato, pode ser considerado baixo, dada a concentração de funcionários qualificados, com alto nível de instrução, em todo o setor público (Tabela 34).

A administração pública tem se utilizado de mecanismos indiretos para reverter as perdas salariais que se acumulam. Um exemplo são as complementações salariais: por serem benefícios individuais (e não destinados a uma categoria) provocam, muitas vezes, distorções nos quadros de carreira. Em alguns segmentos as complementações elevam a média das remunerações em 100% (é o caso dos bancários), e elas tendem a ser maiores exatamente nos setores cujo salário base é mais elevado. Outro exemplo são as reformulações dos planos de cargos e salários - reivindicação das mais comuns entre os servidores - , que indiretamente permitem escapar às normas rígidas de reajustes.

Em resumo, do ponto de vista das relações trabalhistas as greves da década de 80 ainda estão sob o signo da afirmação do movimento sindical enquanto ator político, embora as diferenças setoriais, principalmente os cortes público X privado ou, sob outro ângulo, setor industrial X de serviços, impliquem condições diferenciadas de expressão do conflito, seja por suas características organizacionais ou pela forma como os atores elaboraram suas estratégias de ação. A marca comum de todos os segmentos foi o rápido e expressivo processo de incorporação dos mais diferentes segmentos assalariados no conflito grevista.

F) CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EVOLUÇÃO DAS GREVES

Retomando alguns pontos já descritos, uma rápida caracterização dos conflitos no Brasil indica que, para os padrões internacionais, o Brasil é um país com um número baixo de greves (quando ponderado pela sua força de trabalho), mas com médias de grevistas relativamente altas (particularmente no setor público) e alta duração das greves (também mais acentuada no setor público), o que o transforma em um dos países com maior número de jornadas perdidas. Dadas as características de cada setor, essa "pole-position" brasileira deve-se fundamentalmente ao setor público. Na área privada, o Brasil está num nível intermediário nas comparações internacionais.

A evolução do impacto das greves (jornadas perdidas - Gráfico 2) durante a década foi marcada por clara ruptura no ano de 1985, permitindo-nos separar este ciclo em duas fases: 1978-1984 e 1985-1987 (31). Embora haja outras distinções entre os dois períodos, como a queda da importância relativa da área industrial, o principal divisor de águas é o volume de conflitos.

As greves brasileiras concentram-se na área urbana, especialmente na região Sudeste do país (Tabela 6) ou nos grandes centros, onde predominam as atividades industriais ou de serviços (32).

Na área privada, as paralisações dos trabalhadores industriais (TI) têm mais peso, e, na pública, dos Assalariados de Classe Média (33). Por outro corte de análise, no setor público predominam as greves de funcionários estaduais ou, ainda por

outro ângulo, os das administrações diretas (Gráficos 28, 31, 33).

Pode-se dizer que as greves brasileiras são bastante concentradas em termos de impacto. Segmentando a força de trabalho brasileira em 23 grupos (11 do setor privado e 11 do público e 1 com o restante das categorias - Gráfico 35) observa-se que 4 deles concentram 67,2% das jornadas perdidas: pela ordem, as greves dos professores de escolas e universidades públicas, responsáveis por 33,1% das jornadas perdidas do período 1978/87; as greves gerais dos servidores públicos (16,7%); as metalúrgicas do setor privado (9,2%) e as paralisações localizadas dos servidores públicos de secretarias, ministérios, fundações e outros órgãos (8,2%) (34). Mas, a prática grevista, quando vista em termos de número de greves (Gráfico 34), espalha-se entre as mais diversas categorias (embora com destaque para os metalúrgicos) e regiões do país - sobre esse tema voltaremos adiante.

Por fim, outra característica, já descrita, é que a demanda levada pela maioria das greves é salarial (35), ou, em segundo lugar, contra o desrespeito às leis trabalhistas ou aos acordos coletivos (Tabela 15) - o que muitas vezes também é uma reivindicação salarial ou monetária (Tabela 17). As demandas propriamente políticas (dirigidas ao governo) representam apenas 0,3% das cláusulas e estiveram presentes em 0,7% das greves.

Essa rápida descrição merece alguns comentários adicionais.

DEMANDAS

Quanto às cláusulas, deve-se assinalar que apesar da predominância dos temas salariais e monetários (são expressivos também os relativos a adicionais e gratificações especiais), as cláusulas das greves são bastante diversificadas (Tabela 17). São expressivos os temas relativos à situação funcional (principalmente estabilidade e planos de cargos e salários para o setor público) e às condições de trabalho (com destaque para as demandas de diminuição de jornadas e ritmo de trabalho). Mesmo o grupo de demandas menos numeroso, relativo às políticas de bem-estar das empresas, esteve presente em quase 12% das greves. Esses dados confirmam a evolução das pautas de negociação, como alguns estudos já haviam apontado (36).

Temas como esses fazem parte da estratégia adotada pelas centrais sindicais, especialmente a Central Única dos Trabalhadores - CUT, de valorização das bandeiras não monetárias, dado o seu caráter relativamente permanente, se contraposto à instabilidade dos ganhos salariais advindos de reajustes em períodos inflacionários.

Tal estratégia, porém, encontra como obstáculo a realidade econômica vigente, expressa na manutenção do baixo patamar salarial no Brasil, na constante alta dos preços no mercado e em períodos de redução de atividade econômica que elevam a taxa de desemprego. Frente a essa conjuntura, confere-se legitimidade aos dirigentes sindicais, por assim dizer, pragmáticos, que valorizam as demandas urgentes de suas categorias, no mais das vezes salariais.

Somando-se às cláusulas salariais as relativas ao desrespeito às leis, nota-se que elas atingem a grande maioria dos casos (99,1% em 1987 - Tabela 15). Tudo indica, portanto, que os outros tipos de cláusulas raramente são, isolados, a razão da deflagração de uma greve. Talvez as exceções sejam aquelas relativas às demissões, um tema explosivo que atingiu 6,0% das greves (37).

As cláusulas relativas ao não cumprimento de leis foram as mais facilmente atendidas pelos empregadores, com um índice positivo de 0,43 (Tabela 16), numa escala que varia de +1 a -1 (38). Isso pode ser considerado natural dada a base legal da demanda. O segundo grupo de cláusulas mais atendidas, envolve temas bem diferenciados, tais como os relativos ao conflito grevista, em que predominam as solicitações de pagamento dos dias parados, e os classificados como "de solidariedade", e que envolve principalmente os protestos contra demissões (Tabelas 16 e 17). Certamente a prática generalizada de pagamento dos dias parados justifica em grande parte a alta taxa de atendimento deste grupo (39).

Os temas relativos à situação funcional e à estabilidade (no caso do setor privado) tiveram grau de conquista positivo, o que indica um nível razoável de aceitação da estabilidade temporária que visa diminuir a rotatividade.

Quanto aos temas salariais pode-se dizer que houve um empate, com um índice um pouco melhor para a área privada. O mesmo ocorreu quanto às políticas de bem-estar - neste caso a posição dos servidores foi mais favorável.

As demandas do grupo "condições de trabalho", especialmente as relativas à diminuição da jornada e do ritmo de trabalho, estão entre as que encontraram maior resistência. São demandas que quando conquistadas são definitivas, ao contrário da maioria das que tiveram taxa positiva. Os adicionais especiais (por tempo de serviço, insalubridade ou outras condições especiais de trabalho) também têm caráter permanente e foram rejeitados pelos empregadores. Outra resistência forte é quanto às demandas que aumentam o poder sindical (ou associativo) na área pública, confirmando mais uma vez o maior atraso das relações de trabalho neste setor.

Embora tenha havido algum desenvolvimento das pautas de reivindicações, as vitórias obtidas pelos trabalhadores na década foram bastante limitadas, se consideramos que o simples cumprimento das leis (e ainda a posteriori) não chega a constituir uma real vantagem, e que as mudanças mais duradouras foram negadas. Mesmo assim, nos momentos de vigência de leis salariais restritivas, a resistência dos trabalhadores evitou que houvesse um agravamento dos já baixos níveis de rendimentos, o que de forma nenhuma deve ser desprezado.

GRAU DE CONCENTRAÇÃO

De fato, como vimos, alguns poucos segmentos são responsáveis pela maior parte das jornadas perdidas em todo o período estudado. Mas, a prática grevista disseminou-se para as mais diversas categorias, dos setores público ou privado, e regiões do país.

Essa diversificação não ocorreu apenas por "tipo de categoria" - por exemplo, "metalúrgicos", "químicos" etc.: os dados indicam que entre 1983 e 1987, 2331 categorias de bases territoriais específicas (por exemplo, "metalúrgicos de São Paulo", "servidores públicos municipais de Santos" etc.) realizaram ao menos uma greve (Tabela 26).

No setor privado, durante esse período, paralisaram 1288 categorias de bases territoriais específicas. Considerando que o número de sindicatos ou associações profissionais urbanas no Brasil é de cerca de 2900 e considerando que sua base territorial é predominantemente municipal (Tabela 31), vê-se que quase a metade dos sindicatos brasileiros realizou ao menos uma greve, mesmo que localizada em apenas uma empresa. Também no setor público as "categorias" foram muito diversificadas.

No período, 194 "categorias" (ou sindicatos) realizaram 5 greves ou mais, o que significa pelo menos uma greve por ano. Destas, 64 "categorias" deflagraram mais de 10 greves, 50 do setor privado (76,6%) e 14 do setor público.

Esses dados demonstram o grau relativamente alto de penetração, consolidação e legitimidade da ação grevista entre os trabalhadores do mercado formal urbano, e sua contínua expansão.

OS GRUPOS COM GREVES DE MAIOR IMPACTO

Como vimos, as greves do setor público, apesar de representarem menos de 30% do total, são responsáveis pela perda

de mais de 70% das jornadas. Discriminando os dois setores em 6 grupos, vê-se que os ACM do setor público estão em primeiro lugar e em último os TI do mesmo setor. Num nível intermediário estão os Trabalhadores Industriais do setor privado e os TBS da área pública. Reordenando os grupos pela sua participação relativa em termos de número de greves vê-se que os TI do setor privado ficam em primeiro lugar, com 44,2% das greves.

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DE GREVES - PERÍODO: 1978/87

	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL		MÉDIAS DE	
	GREVES	JORNADAS	DIAS	GREVISTAS
TI (privado)	44,2	15,4	5,6	2076
ACM (público)	22,1	60,8	9,4	8295
TBS (privado)	14,3	3,6	4,4	2086
ACM (privado)	6,5	2,6	8,7	2180
TBS (público)	5,5	9,8	7,9	5358
TI (público)	2,8	1,0	4,8	3928
TOTAL DO SETOR PRIVADO	67,9	22,3	5,6	2185
TOTAL DO SETOR PÚBLICO	29,5	71,6	8,6	7325
TOTAL GERAL	100,0	100,0	6,5	4075

Essa diferença explica-se pelas altas médias de dias dos ACMs dos dois setores e de grevistas dos ACM e dos TBS do setor público.

Dentre as 23 categorias citadas acima (Gráfico 34 e 35), as diferenças de duração e amplitude das greves também justificam a alta participação de poucos segmentos no total das jornadas perdidas. Por exemplo, os professores do setor público, com 6,0% das greves, perdem mais de 33% das jornadas em função das altas médias de dias (12,9) e grevistas (quase 14.000) - o segundo posto em ambos os casos. Os médicos, também do setor público, realizam as greves mais longas (média de 15,3 dias) e, naturalmente, as greves gerais dos servidores são as mais abrangentes (Tabela 35).

O importante é assinalar que as 6 categorias com as maiores médias de dias parados (todas superiores a 10 dias) e as 7 com maior média de grevistas (média acima de 7.000 grevistas) são do setor público, e dentre elas, os médicos e os professores. Além disso, no setor privado, as 4 categorias são justamente as das áreas de ensino e saúde. Isso demonstra a força do cálculo econômico, tanto no setor público como no privado, na resolução das greves da área produtiva, a radicalidade (ou a possibilidade de assim ser) de alguns segmentos da classe média (40), e o descaso governamental na área social.

DIFERENÇAS ENTRE OS DOIS PERÍODOS:

1978-84, 1985-87.

O que distingue os dois períodos é antes de tudo a quantidade e o volume de conflitos: a média anual de greves aumenta 5,1 vezes e a de jornadas 7,0 vezes. O aumento mais que proporcional das jornadas deve-se à evolução também das médias de dias e grevistas, embora em menor proporção.

MÉDIAS DOS PERÍODOS:

	1978-1984	1985-1987	CRESC.
MÉDIA DE GREVES POR ANO	259	1593	5.2
MÉDIA DE JORNADAS POR ANO (em milhões)	10,9	87.3	7.0
MÉDIA DE DIAS	5,1	7,0	
MÉDIA DE GREVISTAS	3322	4361	

Utilizando os padrões internacionais da análise do volume de conflitos, e particularmente os "cubos de Tilly", vê-se que a principal alteração de um período ao outro é de volume ou escala, e não da forma dos conflitos brasileiros (ver desenhos dos "cubos", em anexo à Tabela 30). Continua predominando a "duração", embora a "amplitude" tenha passado a ser expressiva.

Mas, novamente, há diferenças importantes entre os setores. Na área pública, o aumento das jornadas (11,1 vezes) foi mais do que proporcional ao de greves (7,6 vezes), enquanto na esfera privada ocorreu oposto: greves 4,6 vezes e jornadas 2,7 vezes. Os cubos dos dois setores, antes parecidos, ganham novas e diferentes formas (Tabela 30 e anexo) - no caso a comparação entre da período 1978-1982 (e não 1978-1984) com 1985-1987, é interessante pois os anos 1983 e 1984 podem ser considerados "de transição", especialmente para o setor público - como veremos no Capítulo II.

O significado das transformações desse conjunto de indicadores pode ser resumido da seguinte forma: no setor privado, a ruptura em 1985 é essencialmente de disseminação do conflito para regiões e categorias antes não mobilizadas - o que pode ser visto pelo aumento proporcional da altura e da profundidade do cubo. No caso do setor público, além desse processo houve outro, mais marcante, de aumento da amplitude do conflito. As greves se tornaram mais frequentes, com maior número de grevistas e maiores médias de grevistas e de dias parados, e, portanto com grande perda de jornadas. Dito de outra forma, as greves da esfera pública espalharam-se como as do setor privado, mas, além e apesar disso, tornaram-se mais amplas (aumento da média de grevista) e "radicais" (aumento da média de dias).

A variação dos três indicadores demonstra que ocorreram dois processos, interrelacionados mas diferentes, de evolução das greves no Brasil. Primeiro, um processo contínuo e mais ou menos linear de disseminação da greve como forma de ação

para diferentes categorias e regiões do país - independente de serem greves mais ou menos duradouras e abrangentes, como se pode ver pelo indicador "número de greves" (Gráficos 1, 7 e 10). E o segundo processo, também flutuando em torno de uma linha crescente, que demonstra que a expansão do volume de conflitos esteve marcada por diferentes fases, sendo a ruptura mais evidente a de 1985, como se nota pelos indicadores "jornadas perdidas" e "número de grevistas" (Gráficos 2, 3, 8, 9, 11 e 12).

Revela também que o período 1978-1984 pode ser diferenciado por três fases - embora elas tenham em comum patamares médio ou baixos de conflito: a primeira (1978-1979) de crescimento, a segunda (1980-1982) de retração e a terceira (1983-1984) de retomada.

Ao longo da década há também evidente alteração da predominância das categorias grevistas. As paralisações começaram no setor privado, ou, por outro ângulo, industrial, e, ao longo do tempo, passaram a ser mais expressivas no setor público ou de serviços. Não se trata de um deslocamento do conflito de um segmento para outro (já que as greves mantiveram-se expressivas no setor secundário da economia) e sim a alteração do peso relativo de cada segmento.

Em 1978, as greves estiveram fortemente concentradas no setor industrial, ou melhor na área metalúrgica do ABC, mas, rapidamente, no ano seguinte, espalharam-se para outros municípios, Estados, e outras categorias do setor privado. Em 1979 destacaram-se, além dos metalúrgicos, os trabalhadores da construção civil, médicos e professores. Esses anos representaram o

nascimento e a generalização das greves para algumas das categorias que continuam sendo as principais até hoje.

Entre 1980 e 1982 as greves mantiveram-se concentradas nessas mesmas categorias, mas o movimento esteve retraído.

Em 1983 e 1984 houve a incorporação de diversos segmentos do setor público (greves em secretarias, ministérios, empresas públicas). Foram anos-marco da disseminação das greves na área pública.

De 1985 em diante acelerou-se o processo de incorporação e diversificação das categorias tanto do setor privado como público. Na área privada os TBS ganham maior importância. Na área pública o destaque foi a crescente incorporação dos funcionários municipais. Em 1986 há relativa retração do conflito, e, no ano seguinte, a retomada representa novo patamar de conflitos.

A evolução do conflito trabalhista seguiu de perto as etapas da transição política. Cada passo em direção à democracia servia para liberar a expressão de demandas de categorias tradicionalmente ativas ou para introduzir novos segmentos no conflito. A relação estreita entre a evolução das greves e as fases políticas de década de 80 justificam a periodização do conflito tomando como marcos principais os anos de 1978 e 1985.

O tema do capítulo II é justamente esse: como as greves flutuaram em cada etapa do processo de transição, e, num nível mais específico de análise, as influências das conjunturas políticas e das flutuações econômicas sobre o movimento sindical.

CAPÍTULO II

A TRANSIÇÃO DAS GREVES EM

NÚMEROS EM DATAS

(A cronologia das greves)

CAPÍTULO II
A TRANSIÇÃO DAS GREVES EM
NÚMEROS EM DATAS
(A cronologia das greves)

O conflito trabalhista no Brasil durante as décadas de 60, 70 e 80 está claramente marcado por três períodos, que correspondem aos principais momentos de transformação política do país: O primeiro entre 1964 e 1977; o segundo entre 1978 e 1984 e o terceiro entre 1985 e 1989.

Cada uma dessas fases corresponde simultaneamente a um determinado volume de greves, a uma forma de relação entre sindicatos e governo, a níveis diversos de consolidação sindical e a estratégias diferenciadas de ação.

1964-1977: TRÊS MECANISMOS DE EXCLUSÃO

A primeira fase, iniciada com o golpe de 1964 e reafirmada pelo endurecimento do regime após as manifestações de 1968, caracterizou-se pela exclusão dos sindicalistas da cena política. Esse processo se deu através de três mecanismos assinalados por toda a bibliografia: a repressão às greves e às lideranças, as intervenções seletivas nos sindicatos atuantes (41) e o controle estatal dos reajustes salariais e das negociações coletivas.

Com a Lei 4.725 de julho de 1965 e os Decretos-Leis de julho e agosto de 1966, as empresas passaram a valer-se do ajuste salarial automático para recusar a discussão das questões salariais com os sindicatos. Assim, as "audiências prévias entre as entidades patronais e de trabalhadores passaram a ser um diálogo de surdos, uma vez que diante das reivindicações dos trabalhadores as empresas respondiam que estavam impedidas de atendê-las porque a legislação não o permitia" (DIEESE, 1975, apud. Moreira Alves, 1987, p.82).

Essa conjunção de ações teve, em parte, o efeito de transformar os sindicatos em agências prestadoras de serviços, predominantemente médicos e jurídicos, perdendo até mesmo sua mais restrita função corporativa de defesa dos salários dos empregados (42)

Toda a ação governamental do período foi voltada contra a liderança, deixando intacta porém a estrutura sindical populista. Ao lado da repressão e da manutenção dos mecanismos de

controle da estrutura sindical foi também mantido o principal mecanismo que permitia a expansão das ações assistenciais, o imposto (ou contribuição) sindical.

A fórmula populista "controle-incorporação" foi substituída pela "repressão-exclusão". Isto é, se até 1964 o controle exercido através da estrutura sindical foi acompanhado pela incorporação (ou cooptação) da liderança sindical no jogo político e nas agências estatais (por exemplo os Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs), após o golpe, os militares utilizaram com maior evidência e impacto os instrumentos repressivos da legislação sindical e optaram pela exclusão total dos sindicalistas das agências governamentais e da própria vida política, sem a intenção de recriar uma nova liderança ativa, identificada com o governo ou que lhe servisse de ponte. Embora houvesse algum esforço para a criação de novas lideranças (cf. Moreira Alves, 1987, pp. 119-120), elas passam a ser passivas, voltadas exclusivamente às atividades assistenciais, e com baixo poder de mobilização em favor de políticas governamentais.

1978-1984: A CIDADANIA POLÍTICA ATRAVÉS DE DEMANDAS ECONÔMICAS

O traço comum destes anos é a recuperação da função básica dos sindicatos de defesa dos salários e a própria definição da estratégia grevista como forma de reconquista da cidadania política. O período, contudo, está marcado por três diferentes fases: (a) nos dois primeiros anos estouraram várias e importantes greves concentradas no setor privado, cujo efeito de longo prazo será a definição desses traços comuns - nesse sentido, as greves desses anos contêm um caráter inaugural; (b) a segunda fase (1980-1982) é marcada pela retração do movimento grevista em função de particulares alterações políticas e econômicas: o início do período recessivo, a instabilidade do processo de transição e o aumento das reações governamentais e empresariais às pressões sindicais; (c) a terceira fase (1983-1984) caracteriza-se pela relativa retomada das greves do setor privado e, particularmente, pela extensão definitiva desse tipo de conflito para o setor público.

(a) 1978-1979: A CRIAÇÃO DA ESTRATÉGIA GREVISTA

O acúmulo de derrotas do final da década de 60 e a evidência da reação governamental às tentativas de mobilização mantiveram os sindicalistas de mãos atadas ou absortos em suas tarefas assistenciais. Conforme Lamounier e Souza, "o ponto de

inflexão na mobilização operária ocorreu no final de 1977, quando a Federação dos Metalúrgicos abriu três processos contra o governo federal. Agindo em nome de seus 33 sindicatos membros, representando 650.000 operários do setor industrial moderno de São Paulo, a Federação buscou recuperar as perdas salariais de 1973, quando se alegou que as taxas de inflação haviam sido manipuladas pelo governo na intenção de conceder aumentos menores. A Federação reivindicava uma 'recomposição' salarial de 34,1% porque a taxa real inflacionária para 1973, de acordo com o relatório do Banco Mundial, foi de 26,6%, e não de 13,7% segundo os dados oficiais" (cf. Lamounier & Souza, 1981, pp. 145-146).

As greves de maio de 1978, concentradas num dos setores mais dinâmicos da economia, as indústrias automobilísticas do ABC paulista, contaram com a adesão de 30% dos operários da região. O governo Geisel, patrocinador do lento processo de distensão, respondeu à sua maneira tradicional, e o Tribunal Regional do Trabalho - TRT julgou a greve ilegal e ameaçou depor a liderança. Entretanto, o sindicato patronal decidiu negociar diretamente com o dos metalúrgicos, chegando a um acordo salarial que superava o máximo previsto pela política oficial (cf. Lamounier & Souza, 1981).

A razão inicial das greves do ABC em 1978 era a recuperação das perdas salariais anteriores, e as conhecidas declarações de Luiz Inácio da Silva em 1978 procuravam restringir o significado das greves às questões econômicas. Mas a greve adquiriu significado mais amplo. Primeiro porque representava um desrespeito à lei de greve; segundo porque a própria recuperação da ca-

pacidade de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores abalava um dos três pilares do sistema de exclusão dos sindicalistas da cena política, isto é, aquele que os retiravam das arenas de negociações; terceiro porque o apoio recebido de parcelas das lideranças políticas do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e de associações da sociedade civil, e, sobretudo, a simpatia de parte considerável da população evidenciavam o que o crescimento do movimento em favor da democracia não se restringiria ao protesto pelo voto das eleições de 1974 e 1976.

A disseminação das greves no setor industrial foi possível através da organização das comissões de fábrica, que comandavam o movimento, algumas vezes, a despeito dos dirigentes sindicais.

Em junho, as paralisações atingiram outros setores e se avolumaram: 39 greves contra 14 no mês de maio; o ano culminou com 118 greves.

Desta forma, as greves de 78, embora relativamente pouco numerosas (se comparadas aos anos posteriores), quase exclusivamente do setor privado (91,5%), metalúrgicas (53,4%) e paulistas (85,6%), transformaram-se em marco do processo de transição brasileira (Tabelas 1, 1a e 6). O projeto distensionista de Geisel, divulgado desde a primeira reunião ministerial de seu governo (cf. Skidmore, 1988) e encampado com algum atraso por lideranças empresariais (cf. Cardoso, 1983), não incluía e não previa, ao menos a curto prazo, o aumento da liberdade sindical. Neste sentido, as greves do ABC, reprimidas, mas não esmagadas como as de 1968, elevaram a política de abertura um degrau acima,

ao forçar a inclusão na agenda da questão da liberdade sindical.

A política distensionista ganhou credibilidade em dezembro de 1978, quando se iniciaram as negociações da lei de anistia, finalmente aprovada em agosto de 1979 sob o governo Figueiredo. Neste último ano, em meio às sinalizações favoráveis, os metalúrgicos do ABC paralisaram 160.000 operários durante 15 dias. A resposta governamental foi então deixar claro que a abertura não incluía o conflito industrial: novamente o TRT declarou a greve ilegal e a diretoria do Sindicato foi deposta (inclusive o seu presidente, Luiz Inácio da Silva). Mas, num lance sem precedentes, o governo foi forçado a reempossar a liderança para poder negociar o acordo coletivo (cf. Lamounier & Souza, 1981).

As parciais vitórias econômicas do movimento e, particularmente, a inusitada vitória política dos sindicalistas frente ao recuo da intervenção governamental no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1979, tiveram efeito exemplar para outras categorias e regiões do país: em apenas 4 meses (de maio a agosto) ocorreram 132 movimentos paredistas, os quais atingiram a marca de 246 ao fim do ano, isto é, mais do que o dobro em relação a 1978. No ano anterior o exemplo do ABC ficara circunscrito à Região Metropolitana de São Paulo (76,3%). A partir de então ele se espalha para outras regiões do país (apenas 20,7% na Grande São Paulo em 1979 - Tabela 6).

Se 1978 representou o experimento, em parte decidido, em parte espontâneo, dos metalúrgicos do ABC, 1979 já anuncia a afirmação da estratégia grevista de parte da liderança de dezenas (e pouco a pouco centenas) de categorias do setor priva-

do.

Neste ano, além dos metalúrgicos, que continuavam a liderar o movimento, com 18,3% das greves e 31,1% das jornadas perdidas, novas categorias do setor privado entraram em cena: os trabalhadores da construção civil (8,1% das greves e 10,5 % das jornadas), os motoristas e cobradores (8,9% e 3,0%) e algumas outras categorias do setor industrial. Além deste, dois outros segmentos, médicos (7,7% e 2,7%) e professores (9,3% e 35,4%), davam início a movimentos que ao longo do tempo os transformariam nos principais grupos grevistas dos "Assalariados de Classe Média" (Tabelas 1, 1a, 2 e 2a).

De 1978 a 1979, o número de jornadas perdidas cresceu em todos os segmentos. Os trabalhadores da indústria (inclusive a construção civil) e de serviços do setor privado atingiram as elevadas médias de grevistas e de duração das greves, que não foram superadas até 1987 (Tabelas 4 e 5).

Assim, as características das greves industriais de 1978 e de 1979 contrastam-se fortemente: no primeiro ano, as paralisações foram relativamente curtas e envolveram baixo contingente operário; no ano seguinte, menos numerosas mas longas e abrangentes. Tais características exprimem a mudança da estratégia sindical em 1979, dando preferência à reunião de forças nas greves por categoria (27,0% contra 6,0% em 1978 - Gráfico 49) ou por grupos de empresa (6,8% contra 1,2%). Com isso, o embate, medido em número de jornadas perdidas, ampliou-se mais de 10 vezes, apesar do número de greves ter sido semelhante nos dois anos entre os trabalhadores industriais (TI).

O clima propício às vitórias do ABC era ditado pela receptividade que as paralisações de 78 tiveram frente à opinião pública e pelo momento particularmente favorável às teses democráticas, a que começavam a aderir parte do empresariado.

Em 1977 líderes empresariais uniram-se, com algum atraso, ao coro democrático que se avolumava na sociedade civil a partir das propostas liberalizantes do grupo Geisel-Golbery (cf. Cardoso, 1983).

Em 1978, os empresários eleitos para participar do "Fórum da Gazeta Mercantil" aderiram, no "Primeiro Documento dos Empresários", publicado em julho de 1978, às principais teses oposicionistas, entre elas uma "política salarial justa", liberdade sindical e modernização da estrutura sindical (cf. Cardoso, 1983). Representavam apenas parcela da classe empresarial, mas serviam para avolumar o clima de descontentamento e abrir brechas dentro da elite governante.

Foram nestes primeiros anos de rearranjo das relações entre empresários e governo, quando o discurso empresarial assumia tons mais democráticos e liberais, e anunciava seu possível distanciamento do regime autoritário em direção ao restante da sociedade civil, que o movimento sindical encontrou e percebeu o momento favorável à expressão de suas demandas.

Mas a ausência de canais político-governamentais e o nível incipiente da democracia empresarial nas negociações trabalhistas tornavam a greve o único instrumento disponível, apesar de seus riscos, para que os dirigentes sindicais readquirissem status de representantes dos trabalhadores. Este fato, somado à

eficácia dos primeiros embates levaram a que a greve fosse consolidada a partir de 1979 como a estratégia privilegiada de ação sindical.

(b) 1980-1982: OS ANOS DA CRISE

O ano de 1980 representa uma reversão do comportamento de empresários e do governo frente às greves industriais. Inicia-se sob o impacto da repressão à greve de novembro de 1979 dos metalúrgicos de São Paulo, que ocasionou a morte do operário Santo Dias da Silva.

Os metalúrgicos do ABC anteciparam sua campanha salarial para março e mantiveram a estratégia adotada no ano anterior: no dia 31 de março foi decretada uma ampla greve, mostrando a intensa capacidade de organização dos novos sindicalistas. Porém, no dia 17 de abril, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de São Bernardo e Diadema sofreu intervenção e seus dirigentes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Ainda assim, a greve prolongou-se por mais 23 dias, completando 41 dias de paralisação. Ao fim da greve (11 de maio) o movimento acumulava outras derrotas: demissões em massa e desconto dos dias parados.

O impacto da derrota foi forte e prolongado. As paralisações, já reduzidas em 1980 em relação a 1979 (Gráfico 1), concentraram-se nos quatro primeiros meses do ano (50%), bem como o número de jornadas não trabalhadas (61,4%). Em maio nenhuma greve foi decretada entre os trabalhadores industriais, e nos me-

ses seguintes ocorrem apenas 19 greves - contra 41 deflagradas entre janeiro e abril.

Nos anos posteriores (1981-1982) o refluxo do conflito paredista foi visível, em número de greves, grevistas e jornadas (Gráficos 1, 2, 3.) As derrotas de 1980 somavam-se fatos que indicavam o retrocesso da política distensionista. Como assinalou Lamounier, "...a relutância de Figueiredo em determinar uma completa investigação do chamado caso Riocentro (o fracassado atentado terrorista contra um espetáculo comemorativo do 1º de maio, no Rio de Janeiro), infligiu um pesado golpe na credibilidade do processo de abertura. (...) A falta de uma investigação rigorosa trouxe à tona, com formidável clareza, a suspeita de que todo o processo estava sujeito a veto militar..." (Lamounier, 1987, p. 46).

No nível econômico, a crise que se anunciava no final de 1980, e que só seria revertida em meados de 84, transformou-se em elemento quase que proibitivo das paralisações, especialmente as massivas - entre 1980 e 1984 a média de grevistas é declinante, em particular no setor privado (Tabela 4 e Gráfico 22).

O esforço das lideranças sindicais em reverter as derrotas e abrir espaços em meio ao clima político desfavorável tornou-se ainda mais penoso com as políticas econômicas recessivas.

As demissões posteriores às greves de março e abril no ABC foram o prenúncio de outras dispensas em massa. As taxas de desemprego aberto em 1981 flutuaram em torno de 8,0

(sendo que em vários meses superaram esta marca), chegando a 9,2 em janeiro de 1982 (43).

A elevação das taxas de juros em 1979 acentuara a corrida inflacionária. No diagnóstico governamental, parte da responsabilidade pela elevação dos preços cabia aos reajustes salariais constantemente pleiteados pelos trabalhadores. Em outubro de 1979 o governo federal conseguiu a aprovação no Congresso da Lei 6708, que estabelecia reajustes superiores a 10% do recém criado INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para a faixa de menor renda (1 a 3 salários mínimos), iguais ao INPC para aqueles que recebiam entre 3 e 10 salários e de 80% desse índice para o patamar superior - mais de 10 salários mínimos. Os protestos sindicais e as alterações introduzidas no projeto inicial não mudaram sua concepção básica: o governo reduzia a massa salarial, impedia a negociação salarial (apenas a produtividade seria negociada) e dividia os trabalhadores entre favorecidos e prejudicados pela lei (44).

Sob o fogo cruzado do desemprego, da contenção salarial com sua faceta divisionista, do endurecimento das negociações, da repressão governamental e da retração da política distensionista, os sindicalistas ainda tentavam resistir com greves longas - fato recorrente nas primeiras mobilizações das categorias. A média geral de dias parados de 1981 foi a mais alta do período (8,8 dias) sendo também a mais elevada de todos os anos para o setor privado (8,2). Desde então, a duração média passou a ser decrescente (em geral até 1984), dando mostras que a direção do movimento revia suas estratégias (Tabela 5).

Driblando as circunstâncias desfavoráveis à mobilização dos trabalhadores no conflito grevista, a liderança sindical revalorizou sua organização interna. Em agosto de 1981 realiza-se a 1ª CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), o primeiro esforço de articulação nacional, que posteriormente daria origem à CUT - Central Única dos Trabalhadores e à CGT - Central Geral dos Trabalhadores.

De fato, desde o final da década de 70 o associativismo vinha sendo valorizado. Entre 1970 e 1977 a porcentagem da população economicamente ativa - PEA constituída por operários sindicalizados decresceu de 13.0% para 12.5%, mas entre esse ano e 1979 pulou para 17% (45). O número de sindicatos também tem crescido. Da mesma forma, fora do âmbito industrial, cresceu o número de associações para-sindicais: os dados indicam que 41% das 228 associações técnicas e profissionais do Rio de Janeiro foram criadas entre 1978 e 1983 (cf. Boschi, 1986, p. 35).

A retração das greves desse período impediu a sua expansão para diferentes categorias. As mesmas 5 principais categorias grevistas de 1979 (Tabela 7) continuaram responsáveis por mais de 60% das greves e das jornadas perdidas: no setor privado (que continuou predominante em número de greves - Gráfico 1) os metalúrgicos superavam largamente os trabalhadores da construção civil e os motoristas e cobradores de ônibus urbanos; continuavam também preponderantes os conflitos de professores e médicos, especialmente do setor público. Este quadro será parcialmente alterado a partir de 1983.

(c) 1983-1984: CRISE E ELEIÇÕES ESTADUAIS

Estes anos foram marcados pela revitalização da estratégia grevista e pela inclusão dos servidores públicos de forma expressiva e definitiva. O crescimento das greves (Gráfico 1) e do contingente de grevistas (Gráfico 3) foi generalizado e semelhante nos setores público e privado. O mesmo não ocorreu em relação ao número de jornadas perdidas, cuja expansão em 1983 deveu-se exclusivamente ao setor público (Gráfico 2).

No setor industrial (essencialmente privado), o número de jornadas não trabalhadas manteve-se estável entre 1982 e 1983, pois, apesar do significativo aumento das paralisações, elas, em geral, foram curtas e localizadas, abrangendo pequeno contingente. A ameaça do desemprego certamente conteve, nesse setor, a deflagração e adesão às greves que estavam, por assim dizer, potencialmente favorecidas pela posse dos governadores oposicionistas, de um lado, e pelas investidas do Governo Federal na contenção dos salários.

Em 1983, a política salarial passou a ser exercida através de cinco Decretos-Leis, todos eles com um ponto em comum: retiravam o ganho adicional de 10% do INPC concedido aos trabalhadores com renda de até 3 salários-mínimos tal como previam as leis anteriores - Leis 6708 de outubro de 1979 e 6886 de dezembro de 1980.

Após diversas tentativas (46) o governo obteve, através de acordo com o PTB, a aprovação do Decreto-Lei (nº 2065)

que previa reajuste de 100% do INPC para a faixa de até 3 S.M., 80% para até 7 S.M., 60% até 15% S.M. e 50% para os assalariados de maiores rendas.

O decreto aprovado impunha grandes perdas salariais e significava claro retrocesso em relação às leis e decretos anteriores.

Mais de um ano depois, quando a economia já apresentava os primeiros sinais de recuperação, em outubro de 1984, por iniciativa do senador Nelson Carneiro (PTB-RJ), foi debatida a proposta de reajustes com base em 100% do INPC para todas as faixas. Foi aprovado, no entanto, o substitutivo do deputado Nelson Marchezan (PDS-RS) que manteve o reajuste integral apenas para a faixa de até 3 S.M., e fixou em 80% para as classes de renda superiores. A aprovação de Lei 7238, obtida pelo voto das lideranças partidárias - exceto o PT, que recusou o apoio, mas não obstruiu a votação - foi possível ante a clara ameaça de que sua recusa significaria simplesmente a manutenção do D.L. 2065.

Nesse período, as mobilizações da classe trabalhadora indubitavelmente acumularam derrotas no plano político e, embora servissem de pressão sobre os parlamentares, não foram capazes de evitar as articulações entre PDS e PTB que garantiam as vitórias do governo no Congresso. No nível das reivindicações o período, como veremos adiante, foi de relativo sucesso.

A política salarial foi a razão das principais greves de 1983: em junho, entre os dias 6 e 10, entravam em greve os petroleiros de diversas estatais. Os Sindicatos de Campinas e

da Bahia sofreram intervenções respectivamente nos dias 7 e 8; dia 10 terminava a greve com advertências e demissões. Simultaneamente, 53 mil metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema paralisavam em solidariedade aos petroleiros e também contra o decreto salarial em vigor (cf. Junho Pena, 1986).

Os sindicalistas, divididos entre a orientação de Jair Meneguelli e de Joaquim dos Santos Andrade, articulavam em conjunto a primeira greve geral do período, que seria deflagrada em 21 de julho. As discordâncias no meio sindical levaram ao fracasso da greve, cujas cálculos mais otimistas foram de 3 milhões de adeptos em todo o país, bastante concentrados nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (47).

Além da baixa adesão, houve fortes conflitos entre grevistas e polícia, especialmente no centro bancário de São Paulo e no ABC; os sindicatos dos bancários e dos metroviários de São Paulo sofreram intervenções.

Dados desta pesquisa e a análise dos boletins mensais do DIEESE levam à constatação de que no primeiro semestre de 1983 as razões das greves concentram-se fortemente também em reclamos contra o atraso de pagamento de salários - inclusive no setor público - e contra as demissões. Em junho e julho as paralisações dos petroleiros, metalúrgicos e a tentativa de greve geral difundiram a crítica aos decretos salariais. Porém, foi em novembro que esse tema passou a estar presente em grande parte das greves, e o Decreto-Lei 2065, recém-aprovado, começava a ser derrubado na prática: a greve de 55 mil metalúrgicos de 13 empresas de São Bernardo do Campo e Diadema, durante 9 dias,

culminou com um acordo - primeiro na Ford, depois estendido para outras empresas - que fixava reajustes de 100% do INPC para rendas de até 10 S.M. e 80% para o restante, além de um abono de emergência. Esse acordo teve efeito multiplicador: no mesmo mês diversas empresas, principalmente metalúrgicas, foram paralisadas e concederam reajustes que, de maneira geral, eram mais favoráveis do que o D.L. em vigor.

Em abril de 1984, fazendo uso de operações tartaruga, metalúrgicos do ABC e do interior do Estado de São Paulo novamente garantiram ganhos superiores aos definidos no D.L. 2065. O acordo com as montadoras previa ainda antecipações salariais que, na prática, instituíam a trimestralidade.

Em 1983 e particularmente em 1984, as greves do setor privado foram na sua maioria bem sucedidas (Gráfico 40). As vitórias foram gerais: os trabalhadores industriais melhoraram suas conquistas de 1983 para 1984, atingindo altos índices; entre os "assalariados de classe média (ACM) e especialmente entre os "trabalhadores de base em serviços" (TBS) as taxas foram fortemente crescentes (Gráficos 43 e 44). Internamente ao setor privado industrial, os metalúrgicos mantiveram desempenho positivo e semelhante às outras categorias industriais (Gráfico 45); os metalúrgicos do ABC passaram de uma situação em que predominavam as derrotas, em 1983, para expressivas vitórias no ano seguinte, e os metalúrgicos de São Paulo melhoraram ainda mais seu bom desempenho de 1983 (Gráfico 46).

Há evidências portanto de que, cumulativamente de 1983 a 1985 os trabalhadores foram capazes de superar na prática

o Decreto-Lei (DL) 2065 e posteriormente a Lei 7238. Ainda assim, nos dois primeiros anos as perdas salariais foram evidentes, posto que é provável que os salários dos trabalhadores de várias categorias ou empresas tenham sido reajustados de acordo com a lei e que parte daqueles que superaram os índices legais não garantiram reajustes integrais para todas as faixas de renda - a generalização progressiva de abonos e antecipações salariais dificultam a avaliação do quanto foi disseminada a prática da trimestralidade.

O que parece claro é que este período, de perdas salariais para a maioria dos assalariados (Tabela 8), não o foi para os segmentos grevistas.

Por um lado, a estratégia sindical de canalizar esforços nas greves por empresa, localizadas, de curta duração, redundou em vitórias parciais cujo resultado foi a superação gradual das leis salariais vigentes. Tudo indica que nesses anos as greves foram instrumentos eficazes para evitar as perdas salariais, especialmente no setor privado.

Mas, por outro lado, a política salarial de 1983 logrou sua meta de reduzir os salários reais. Dados da PME e da PNAD apontam a forte queda do rendimento médio dos assalariados durante a primeira metade da década de 80. Entre 1979 e 1983 o rendimento médio mensal dos empregados com carteira da Região Metropolitana de São Paulo reduziu-se de 100,0 para 55,7 ou 76,8, segundo diferentes índices deflatores (Tabela 9). Observa-se também que as perdas distribuídas entre 1979 e 1984 foram bastante acentuadas em 1983, especialmente a partir de julho.

(Tabela 8), e que o início da recuperação do salário médio coincidiu com o fim da vigência do D.L. 2065, em outubro de 1984.

A ameaça de desemprego, presente até meados de 1984, dificultava a realização de greves massivas, de categorias. Vale lembrar que a continuada queda da atividade gerou uma massa de desempregados que no início de 83 passou a comportar-se quase como uma categoria. As primeiras negociações do recém-eleito governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, foram justamente com representantes dos desempregados que haviam se organizado e realizado diversas manifestações públicas.

Mais tarde, em 1985, a economia reaquecida possibilitou que as mobilizações trabalhistas derrubassem, através de acordos coletivos, a Lei 7238 então em vigor; mas foi somente a partir de agosto de 1986 que o rendimento médio dos empregados da Região Metropolitana de São Paulo superou os níveis vigentes em 1980 (Tabela 8).

Entre as categorias grevistas, o setor privado não apresenta novidades em relação aos anos anteriores. O fato novo é que apesar da continuada expressividade dos metalúrgicos, suas greves não mais definiam de forma tão marcante o destino de outros segmentos. Os movimentos do setor público ganham autonomia: na área industrial as paralisações de maior impacto foram as dos petroleiros; na administração direta e autárquica as mais expressivas passam a ser as dos funcionários de ministérios e secretarias ou mesmo as greves gerais de servidores municipais, estaduais ou federais, superando o padrão concentrado nas áreas de ensino e saúde dos anos anteriores (Tabelas 1a e 2a).

O número de greves na área pública desde 1979 vinha crescendo proporcionalmente mais do que o do setor privado, chegando em 1983 a quase 30% (Tabela 1a). Processo semelhante, mas menos linear, ocorreu com a proporção de jornadas perdidas, que atingiu, no mesmo ano, 82,5% (Tabela 2a). Diferente do indicador "número de greves", a significativa elevação do número de jornadas de 1983 e 1984 deve-se exclusivamente ao setor público (Gráfico 2).

Esta expansão mais que proporcional a do número de greves decorre da manutenção de altas médias de trabalhadores envolvidos (Tabela 4 e Gráfico 22), posto que as médias de dias parados foram, nos dois anos, as mais baixas do período (Tabela 5 e Gráfico 21).

Mas algumas poucas greves, longas e abrangentes, também influíram fortemente no índice de jornadas: a principal delas teve início no dia 18 de maio e só foi encerrada 38 dias depois. Nela, cerca de 240 mil funcionários públicos federais (48), lotados nos principais Estados da Federação, reivindicavam reajustes de 70%, semestralidade, 13º salário, jornada de 6 horas e direito à sindicalização. As negociações intermediadas por parlamentares redundaram em fracasso e a greve foi encerrada com punições e sem nenhuma conquista.

A intransigência governamental refletia-se tanto na definição da política salarial para o setor privado como nas negociações com os funcionários públicos. De fato, essas questões estavam vinculadas. O governo demonstrou o quanto considerava fundamental a política de contenção salarial, quando praticamente

sitiou a Capital e decretou Estado de Emergência em Brasília para evitar a presença de sindicalistas e trabalhadores durante a votação do D.L. 2045, em junho de 1983. Do ponto de vista da política salarial específica do setor público definia-se nesses anos a estratégia que se tornou típica nos anos 80: a particular intransigência nas negociações com o setor público como forma de demonstração de cumprimento da política salarial.

Outra sorte tiveram as greves dos funcionários públicos estaduais, cujas negociações com os governadores legitimados pelo voto direto foram menos acirradas. No mesmo mês de maio, professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais e Santa Catarina firmaram acordo que democratizava decisões que lhes diziam respeito. Em Minas as negociações salariais foram adiadas, mas formou-se uma comissão de servidores que passou a fiscalizar a evolução da arrecadação estadual. Em Santa Catarina a greve terminou sem que se conseguisse a reivindicação salarial, mas os grevistas conquistaram a formação de duas comissões paritárias para elaborar um Plano Estadual de Educação e efetuar revisão do Estatuto do Magistério. É certo porém que outras greves de funcionários públicos estaduais tiveram o mesmo destino da deflagrada pelos funcionários federais, mas esta não foi a norma.

De forma geral, os trabalhadores do setor público mantiveram em 1983 e 1984 índices negativos de conquista nas greves, o que representou uma pequena reversão em relação ao ano eleitoral (Gráfico 40). Mas esse comportamento foi claramente diferenciado segundo os níveis de governo. Quem realmente perdeu

foram os servidores federais, com baixo grau de conquista (-0,8); entre os servidores municipais predominaram as vitórias, e na esfera estadual a taxa de conquista foi intermediária, próxima a zero (Gráfico 41). Independente da esfera de governo, os funcionários das autarquias e fundações e, secundariamente, das administrações diretas alcançaram bons resultados - as derrotas predominaram entre os trabalhadores das empresas públicas (Gráfico 42).

O acentuado crescimento do conflito em 1983 e 1984, seus resultados parcialmente vitoriosos e sua forte concentração no setor público sugerem que a consolidação de uma etapa da transição teve o efeito de liberar a expressão de demandas reprimidas nos anos anteriores.

As eleições de 1982, além de criar um clima político favorável às mobilizações, dificultavam a repressão às greves através das polícias estaduais. Esse duplo significado, em princípio favorecia as greves tanto do setor público como do setor privado. Entretanto, a ameaça do desemprego, quando os sindicatos ainda estavam em fase de consolidação e penetração nas fábricas, foi um sinal claro para a necessidade de moderação na área privada. As lideranças deslocaram sua atenção para os servidores públicos, menos sujeitos ao desemprego, que estavam em situação particularmente favorável à deflagração de greves.

Em 1984 o movimento sindical manteve-se de certa forma obscurecido pela campanha das diretas que fora articulada em nível suprapartidário e canalizada pelo PMDB através de seus executivos estaduais. No dia da votação da emenda Dante de

Oliveira, não foi deflagrada a greve geral que havia sido articulada (e posteriormente desarticulada) pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas. Os sindicalistas discordantes, especialmente da CUT, não puderam ou não foram capazes de influir nas articulações das diretas. A expressividade do movimento sindical nas fábricas e locais de trabalho nesses anos não teve sua contrapartida política em igual medida.

1985-1987: A CONSOLIDAÇÃO SINDICAL

Estes anos foram marcados pela grande ampliação das greves e pela sua disseminação para categorias até então passivas. A partir do novo governo, o elevado custo político da repressão consolidou, na prática, o direito de greve e o inseriu definitivamente na agenda governamental.

No período 1978-1984, a afirmação do direito sindical de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores era a razão de duas frentes de conflito: entre trabalhadores e empresários e entre trabalhadores e governo. A partir de 1985 ele passa a se dar fundamentalmente entre cada sindicato (ou associação profissional) de empregados e as empresas ou os sindicatos patronais. Embora a greve ainda sofresse as mesmas restrições legais do período anterior, na prática, a postura predominante entre os membros do governo Sarney era a de considerar a lei da greve obsoleta. Havia portanto acordo quanto a necessidade de que a nova lei fosse mais liberal - as diferenças entre sindicalistas e lideranças governamentais estava portanto no grau de liberdade pretendido. O mais importante porém era a existência do acordo que retirava (não sempre, mas em grande parte) a ameaça da lei, e que desta forma fechava uma das principais frentes de conflito entre sindicalistas e governo, o ponto cuja não solução inviabilizaria toda a possibilidade de diálogo. Se nos anos anteriores os trabalhadores readquiriram cidadania política pela sua capacidade de pressão, não legitimada pelo Estado, nestes anos sua liderança adquire o status de interlocutor válido do governo, e, nesse pro-

cesso, as estratégias de CUT e CGT passam a se diferenciar também pela forma como valorizam essa nova relação com o Estado.

Esses anos tem em comum o que podemos chamar de "explosão de demandas", cuja efetivação através das greves consolidou definitivamente o novo status político dos trabalhadores organizados. Mas há diferenças importantes entre eles: as greves de 1985 expressam mais que qualquer outro ano a "explosão de demandas" reprimidas anteriormente; o Plano Cruzado em 1986 e seus desdobramentos abrem e fecham as possibilidades de políticas pactuadas, e introduzem brechas na hegemonia da CUT sobre o movimento sindical; a partir de 1987 exacerbam-se o conflito distributivo na área privada e a crise financeira do setor público como reflexo do fracasso das tentativas de estabilização da economia e das políticas pactuadas.

1985: A EXPLOSAO DE DEMANDAS

A partir de março de 1985 o conflito entre empregados e empregadores readquiriu dimensões e visibilidade social que lembravam os anos de 1978 e 1979. Sem o mesmo impacto da novidade, as greves de 1985 expressavam as demandas contidas entre 1980 e 1984, quando o movimento grevista esteve abafado pelo risco do desemprego e os trabalhadores assistiam ao desfecho da lenta transição, não tão segura a ponto de permitir maior agressividade dos sindicalistas. Mas, durante esse período de crise, o movimento sindical organizou-se nacionalmente, com a criação de

duas centrais sindicais, e ampliou suas bases, de tal forma que ao ser empossado o governo civil, eleito indiretamente, os sindicalistas evidenciaram sua nova importância no jogo político.

De 1984 a 1985 houve grande crescimento do número de grevistas e de jornadas perdidas: de 14 milhões para 76 milhões (Gráfico 2). Foi a expansão mais significativa de toda a década e resultou da conjunção dos aumentos do número de greves (Gráfico 1), da média de dias parados (Tabela 5) e, principalmente, da média do número de grevistas (Tabela 4).

Diferente do que ocorrera em anos anteriores, tal incremento não esteve concentrado em um setor ou em poucas categorias, mas foi disseminado para praticamente todos os segmentos (Tabela 2).

A coincidência da retomada da expansão da economia com a posse do novo governo civil, portador de promessas de mudanças e de políticas pactuadas, era sinalização suficiente para que lideranças canalizassem as expectativas salariais, ou as esperanças difusas de melhoria de vida entre os assalariados, para o campo da pressão grevista.

Nos meses de março e abril o conflito esteve contido em função do estado de saúde do presidente Tancredo Neves. As notícias diárias da imprensa, a comoção nacional e as declarações de representantes do governo sugeriam um período de trégua. O recado era dado especialmente aos metalúrgicos do ABC que ameaçavam paralisações.

Em meados de abril uma greve conjunta dos metalúrgicos do ABC e do Vale do Paraíba começava a tomar fôlego. A gre-

ve, longa (ultrapassou 40 dias em alguns segmentos ou indústrias), foi solucionada através de acordos separados por empresa. As negociações acirradas de parte a parte conduziram à ocupação desesperada da General Motors. Em represália à decisão da direção da GM de demitir 93 operários, outros 3000 ocuparam a fábrica e impediram a saída de um grupo de funcionários administrativos. A crítica generalizada (inclusive dos próprios sindicalistas) à atitude extrema, levou ao recuo e à resolução do conflito sem maiores danos.

Desde 1981, mas claramente a partir de 1983, o número de jornadas não trabalhadas do setor público vinha superando o da área privada (Gráfico 2 e Tabela 2a). Isso também ocorreu em 1985. Mas, nesse ano, o do setor privado cresceu proporcionalmente mais e pela primeira vez retomou (e ultrapassou) o volume de conflitos de 1979 (Gráficos 8 e 9).

Internamente ao setor privado, o conflito continuou concentrado na área industrial mas também se diversificou espalhando-se para outras categorias além dos metalúrgicos (Gráficos 17 e 18) e crescendo proporcionalmente mais nas áreas privadas não industriais (Gráficos 8 e 9).

No processo de generalização das greves, a lei salarial de 1984 foi praticamente esquecida e os ganhos passaram a depender dos acordos firmados; elevou-se a média salarial em 1985, indício de que as vitórias sindicais foram superiores às derrotas.

As taxas de conquista das reivindicações, embora declinantes em relação ao ano anterior, foram bastante positivas:

0,63, a segunda melhor taxa de todo o período (Gráfico 40).

Neste ano o movimento sindical do setor privado realizou o que havia apenas esboçado em 1983. A eclosão de greves industriais (e particularmente dos TBS), ainda mais favorecida pelo contexto político do que em 83, não foi barrada pelo desempenho da economia; ao contrário, a partir de março de 85 as taxas de desemprego foram sistematicamente decrescentes (Gráfico 55). O momento favorável à adesão às greves levou à revisão de estratégias. Desde 1980 a proporção de greves por empresa aumentava a cada ano, chegando a representar 91,0% do total do setor privado em 1984. Em 1985 esse processo foi revertido com a paralisação de 109 categorias e 41 grupos de empresas. As greves por estabelecimentos foram reduzidas a 75,9% (Gráfico 51).

Setores há muito tempo desmobilizados passaram a manifestar-se. No final de abril iniciou-se a greve dos aeroviários e metroviários de São Paulo e Rio de Janeiro. Outro exemplo foi a greve de março do correio de Londrina, a primeira no setor postal do Estado nos últimos 34 anos e que se alastrou no Sul do país para depois atingir São Paulo e Rio de Janeiro. Em abril, motoristas e cobradores de Brasília foram o exemplo das mobilizações que vieram a ocorrer em diversas capitais brasileiras.

O expressivo crescimento do conflito desses segmentos assalariados do setor de serviços (TBS) foi ainda mais evidente no setor público, embora continuasse a predominar as greves de ACM (Gráficos 10, 11, 12).

As greves do setor público colocaram em pauta a reforma da Lei de Greve. Coube ao ministro Pazzianotto a inicia-

tiva de elaborá-la. Quatro projetos de autoria do ministro foram divulgados, dois em 1985 e dois em 1986, e todos eles tiveram o mesmo fim: foram criticados e recusados por empresários e sindicalistas, por razões diferentes, é claro (49).

Sob a lei obsoleta, em maio paralisaram 30 mil trabalhadores do setor de saúde do Rio de Janeiro, e, em julho, os servidores da Previdência; outras tantas greves de professores e funcionários públicos eclodiram em regiões e meses diversos.

Mas a principal mobilização de "classe média" ocorreu em setembro com a primeira greve nacional dos bancários. Durante dois dias 700 mil funcionários paralisaram 30 mil agências de todo o país, incluindo desde os maiores aos menores bancos, nas capitais e pequenas cidades do interior. A unidade se deu em torno da incorporação da antecipação de 25% e outras demandas como piso, anuênio, gratificações, quebra de caixa, auxílio alimentação e transporte, produtividade, estabilidade por 1 ano e trimestralidade. O TRT decretou a ilegalidade da greve mas atendeu, ainda que parcialmente, de forma favorável a alguns itens da pauta. A greve foi encerrada em clima de vitória e as decisões do TRT paulista serviram como modelo a outros Estados (50).

O sucesso da mobilização dos bancários deveu-se, em parte, à organização da greve, considerada exemplar, e que uniu no seu comando CUT e CGT. Mas, a adesão da totalidade da categoria, que até então não havia sido receptiva aos comandos grevistas, insere-se num momento em que o desaponto em relação à imobilidade do governo Sarney tornou-se latente, especialmente

quanto à política salarial e ao controle da inflação, cujas taxas batiam recordes.

Terminado o ano, o número de jornadas perdidas do setor público superava em 5 vezes o volume de 1984 (Gráfico 14). Apesar de elas continuarem se concentrando quase exclusivamente entre servidores das administrações diretas, atingiram fortemente as áreas estaduais e federal e, neste ano, começaram a envolver os funcionários municipais (Gráfico 14).

A posse do vice-presidente, a morte de Tancredo Neves, os embates ministeriais, a escalada inflacionária e a inexistência de medidas de impacto, ou, para ser mais exato, a imobilidade do governo Sarney caracterizaram um ano de expectativas frustradas. Mês a mês aumentou o número de categorias que paralisavam, mesmo aquelas que jamais haviam sido capazes de fazê-lo, ou que nunca haviam experimentado grandes mobilizações. Terminado o ano, o volume de greves era um dos principais termômetros a indicar o descontentamento generalizado.

1986: IMPACTOS DO PLANO CRUZADO

Entre o final de 1985 e início de 1986, simultâneo ao descontrole inflacionário, generalizavam-se as críticas ao governo Sarney, que a partir de então encontrava-se ameaçado de perder sua base de sustentação. Parlamentares e ministros peemedebistas tornaram públicas suas discordâncias. Mais de 90 greves são deflagradas em novembro de 1985 e ganham espaço na imprensa, bem como as propostas de reformulação da lei de greve e o debate

sobre as possibilidades de um pacto social. Embora não tenha havido articulações efetivas para concretizá-lo, o tema do pacto esteve em pauta até fevereiro de 1986, quando foi anunciado o Plano Cruzado.

O Plano Cruzado funcionou como substituto das políticas pactuadas. Em alguns aspectos elas foram "compensadas" pela coesão nacional advinda do Plano. Seu impacto na sociedade foi o de uma espécie de política inaugural da Nova República e sobre a base partidária do governo foi o de aplinar as diferenças. A oposição que prontamente se manifestou contrária ao Plano, especificamente PT e PDT, não encontrou ressonância.

Restrito enquanto plano de estabilização econômica, o Plano Cruzado não foi acompanhado de medidas que afetassem vários temas em pauta no movimento sindical - exceto a natureza das reivindicações salariais, é claro. A criação do seguro-desemprego (a única medida efetiva além das relativas a preços, salários e moeda), teve pouca repercussão, dado o baixo valor do seguro e seu pequeno escopo. Politicamente, sua criação não foi capaz nem mesmo de influir ou alterar a qualidade do debate em temas correlatos como a estabilidade no emprego.

Mas o impacto do Cruzado nas relações e no conflito trabalhista, e é este o ponto que nos interessa, foi relativo. Apesar do grande crescimento numérico das greves de 1986 em relação a 1985 (+ 79,6%) o Plano reduziu o conflito em termos de jornadas perdidas (-31.0%), o que foi causado fundamentalmente pela queda da média de grevistas, posto que a redução do tempo médio

das greves foi pouco significativa (Tabelas 4 e 5). Dito de outra forma: as numerosas paralisações de 1986 foram menos abrangentes. Os movimentos localizados, por empresa, voltaram a crescer como resultado da estratégia sindical que buscava superar a baixa receptividade das paralisações entre a base sindical e dar agilidade às negociações com os empresários (Gráficos 50 e 51).

Essa redução foi visível e generalizada no setor privado, industrial ou não (Gráfico 5). Mas, no setor público, embora ela tenha se dado na mesma proporção em relação à área privada, a redução concentrou-se entre os servidores estaduais. Além disso, no setor público houve crescimento do número de grevistas, apesar da queda das jornadas não trabalhadas (51).

Assim, os efeitos das medidas econômicas de fevereiro na amplitude do conflito grevista foram de certa forma duvidiosos, e diferenciados segundo os grupos assalariados.

Nos primeiros meses o efeito desmobilizador foi claramente sentido entre os sindicalistas. Em abril o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Jair Meneguelli, declarava que "...o clima de euforia que foi criado em torno do congelamento de preços e a esperança de que os problemas dos trabalhadores seriam resolvidos tornou difícil mobilizá-los para a greve. (...) Em São Bernardo, um dos locais mais mobilizados, não faremos greves este ano; mas iremos, de quinze em quinze dias, às portas das fábricas, mostrar quanto os trabalhadores estão perdendo com o pacote" (52).

Avaliando os efeitos do Cruzado nas greves de sua categoria, Luís Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos

Metalúrgicos de São Paulo, declarou que a grande maioria das quase 200 paralisações do mês de julho foram solucionadas em um dia ou menos. Segundo Medeiros, a rapidez com que os acordos eram firmados foi o resultado natural das vitórias metalúrgicas favorecidas pela transigência patronal resultante do bom desempenho econômico das empresas (53).

Outra foi a análise de Jair Meneguelli. No seu entender, o Cruzado não favoreceu os acordos coletivos: "na maioria das greves durante o Plano Cruzado, não dá para dizer que houve, assim, vitórias significativas não, de uma maneira conjunta. Possivelmente alguma ou outra categoria, em algum ou outro Estado, tenha conseguido alguns 'avanço-zinhos', mas nenhum avanço significativo." (54).

Segundo Mattoso (1988) o aumento real de renda propiciado pelo Plano Cruzado foi pouco expressivo entre os assalariados e ainda menos para os trabalhadores da indústria de transformação, cujo ganho em relação ao ano anterior foi de 2.7% - indícios de que justamente nos setores mais mobilizados os acordos salariais foram pouco favoráveis e possivelmente mais acirrados. Há outros dados que confirmam essa análise: 1) a evolução mensal da duração das greves e do contingente envolvido indica o progressivo aumento do conflito e o acirramento das negociações, ao longo do ano; 2) em 1986 a taxa geral de conquista das reivindicações foi a mais baixa desde 1978: -0,1 (Gráfico 39). Para o setor público, particularmente federal, o baixo grau de conquista significou apenas um retrocesso aos índices dos anos do governo Figueiredo - exceção feita a 1985 (Gráfico 40). Mas,

no setor privado, 1986 foi o único ano em que as derrotas superaram as vitórias, tanto na área industrial como de serviços (Gráficos 43 e 44a).

Portanto, o Plano Cruzado, ao mesmo tempo que diminuiu o volume de conflitos trabalhistas, aumentou o grau de dificuldade de resolução desses conflitos. Isto é, as greves foram mais acirradas, dado o aumento da média de dias parados no setor privado, embora menos expressivas, em função da queda da média de grevistas. Além disso houve diferenças importantes e elucidativas entre as categorias: a indústria alimentícia, que passava por momento particularmente favorável, foi uma das poucas categorias do setor industrial em que houve aumento do volume de conflito - mas a maior parte de suas greves redundaram em derrotas. Contrariando duplamente a tendência geral, os metalúrgicos de São Paulo aumentaram o volume de conflitos e mantiveram alta taxa de vitórias (Tabelas 10, 11, 12, e Gráfico 47).

Esse conjunto de indicadores permite afirmar que as visões díspares de Luís Antônio de Medeiros e de Jair Menequelli, compatíveis com suas posturas políticas, expressavam vivências também diferenciadas. As características das empresas metalúrgicas de São Paulo e do ABC contrastam pelo porte, tipo de produção ou outros fatores. A amplitude e duração das greves, o nível de transigência empresarial e o conteúdo dos acordos firmados variaram segundo setores ou empresas mais ou menos sujeitas ao controle de preços, mais ou menos preocupadas com as repercussões políticas e econômicas da deflagração de um movimento grevista. É provável que estudos detalhados sobre outras categorias

venham a confirmar a hipótese de que estas situações opostas ocorreram em outros segmentos, não se restringindo aos metalúrgicos do Município de São Paulo e do ABC. O ano do Cruzado propiciou a base para o desenvolvimento do "sindicalismo de resultados" em algumas categorias.

Durante a vigência efetiva do congelamento de preços, os trabalhadores estiveram divididos entre duas situações díspares. De um lado os sindicalistas dos setores sujeitos a rígidos controles de preços encontraram, nas mesas de negociações, empresários pouco transigentes, e, nas fábricas, operários desmobilizados - a tradicional força do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema não foi suficiente para reverter o quadro desfavorável. De outro lado, para os empresários dos setores menos sujeitos ao controle de preços e mais pressionados pela demanda crescente e, em alguns casos, pela escassez de mão-de-obra, o custo de uma greve longa era maior que o da concessão de benefícios - a maior parte das 200 greves de junho de 1986 foi deflagrada, e rapidamente negociada, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cujo presidente em exercício, Luís Antônio de Medeiros, despontava justamente como o inventor do "sindicalismo de resultados".

O início do descongelamento de preços, pouco após as eleições de 15 de novembro, foi o ponto detonador do descontentamento que já era crescente. No dia 27, ocorreram diversas manifestações em Brasília que envolveram ao todo cerca de 50 mil pessoas e culminaram em conflitos com a polícia e quebra-quebras no centro comercial da Capital.

O anúncio das medidas do Cruzado II, reajustando alguns preços e tarifas, logo após as eleições de 15 de novembro, levou à reunião da CUT e da CGT no comando da greve geral de 12 de dezembro, na qual a adesão dos trabalhadores, embora parcial, foi sem dúvida a mais expressiva (55). A baixa adesão em São Paulo e nas principais capitais do país retirou-lhe seu peso político e seu caráter de greve geral. Mas, ainda assim, o número total de adeptos no país superou em muito as tentativas anteriores, expressando o avanço da capacidade mobilizadora da liderança ao longo dos anos e, especificamente, sua recuperação com os desastrosos do Cruzado.

Além do relativo sucesso da greve geral de dezembro de 1986 e outras manifestações de descontentamento popular, como o quebra-quebra do dia 27 de novembro em Brasília, o Cruzado II recolocou na ordem do dia o esforço de articulação de um pacto social. Desta vez com maior força. No dia 8 de dezembro o presidente José Sarney delegou ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a tarefa de coordenador do pacto. Essa tentativa, de curta duração - seu fracasso tornou-se evidente no final de janeiro de 1987 -, envolveu entretanto intensas negociações entre as principais lideranças de empresários e trabalhadores (56).

O pacto, ao mesmo tempo que se apresentava como uma saída possível para a política de preços e salários, era a tentativa governamental de esvaziar a greve de dezembro e diminuir as pressões de sindicalistas e empresários (57).

O "entendimento nacional", como era chamado por seu articulador, o ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, fra-

cassou quando o Ministério da Fazenda anunciou reajustes de matérias-primas e eletro-domésticos, variáveis em torno de 25%. A decisão, sem aviso prévio aos negociadores do pacto, inclusive ao ministro do Trabalho, teve efeito imediato. No mesmo dia (29 de janeiro), as Confederações, Federações e Centrais Sindicais que participavam das negociações divulgaram documento rompendo o diálogo. Poucos dias antes, as relações entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o governo haviam ficado tensas quando Mario Amato, o presidente da Federação, declarou à imprensa que os empresários partiriam para a "desobediência civil e generalizada".

No final de 1986 o gatilho foi acionado pela primeira vez, e logo em janeiro de 1987 surgiam diversas propostas para acabar ou alterar esse mecanismo (58), o que, aliado à já visível tendência de alta das taxas de inflação, deixava os sindicalistas de sobreaviso - outra greve geral começava a ser articulada.

Ao mesmo tempo que o ministro do Planejamento João Sayad elaborava um novo plano econômico, que acabou redundando na sua demissão em março, o presidente Sarney novamente tentava, desta vez sem a mediação de ministros, algum tipo de diálogo com empresários e trabalhadores. De fevereiro a abril de 1987, líderes dos dois grupos foram chamados à Granja do Torto.

No dia 13 de fevereiro, líderes sindicais enviaram uma pauta com 13 itens para o presidente Sarney. Pediam reajuste mensal com base na inflação real, congelamento dos gêneros de primeira necessidade e de tarifas públicas, tabelamento de alu-

guéis, reforma agrária, ensino gratuito em todos os níveis, jornada de trabalho de 40 horas, entre outros pontos. O diálogo era uma espécie de encenação ou interregno entre o fracasso do Cruzado e um provável futuro plano, cujo conteúdo ainda era incerto. Da parte do governo não havia propostas concretas no diálogo, e em nenhum momento foi estabelecido qualquer tipo de compromisso; da parte dos sindicalistas as reivindicações eram muito ambiciosas, expressando não apenas a recusa, na prática, à negociação (posição defendida por parte da CUT), mas a descrença daqueles que poucos meses antes haviam colocado na mesa propostas "pouco ambiciosas" e ainda assim infrutíferas.

1987: SETORES PÚBLICO E PRIVADO: CRISE E ADMINISTRAÇÃO DO CONFLITO

O ano de 1987 marcou o fracasso da mais acreditada tentativa de entendimento nacional no governo Sarney e tornou evidente as imensas dificuldades para sua efetivação. No âmbito econômico, o Plano Cruzado havia funcionado como uma espécie de pacto sem-atores, um acordo direto entre o governo e a população, do qual partidos e líderes políticos sindicais foram excluídos. O Plano Bresser, sabidamente, não teve esse impacto, e o seu fôlego enquanto política de estabilização de preços foi curto. Desde o final de 1987, e claramente a partir de 1988, com o aumento das taxas de inflação, o conflito distributivo assume maiores dimensões e as políticas econômicas e as tentativas de "pacto" parecem apenas esperar, precocemente, o fim do governo Sarney.

Até a posse do ministro Luís Carlos Bresser Pereira, em abril, ou melhor, até a divulgação do plano macroeconômico no dia 12 de junho, era grande a expectativa quanto às futuras regras do jogo econômico e o desempenho da economia, com previsões de forte recessão. Do ponto de vista dos trabalhadores, o primeiro semestre foi desfavorável, com taxas de desemprego e inflação crescentes, e salários decrescentes. No segundo semestre, não tanto por mérito do Plano Bresser, esses indicadores foram um pouco mais favoráveis (Mattoso, 1989).

Embora o desemprego seja sempre um inibidor de greves, seu efeito foi até certo ponto revertido pelos sindicalistas nos primeiros meses do ano. O forte apoio da população ao

Plano Cruzado em 1986 teve como contraparte a desilusão no início de 1987, a qual, aliada às incertezas políticas e econômicas desse período, resultou na intensificação das paralisações.

Em 1987, o número de greves superou qualquer dos anos anteriores (2188), bem como o número de grevistas (8,5 milhões) e de jornadas não trabalhadas (132 milhões). A ocorrência de greves longas resultaram em uma das mais altas médias de dias parados (8,2 dias), só inferior à de 1981 (8,8), expressando a dificuldade das negociações. A média de grevistas foi o único indicador com valores baixos em 1987: 4123 grevistas (Gráficos 1, 2, 3, 21, 22).

O crescimento do conflito ocorreu nos setores público e privado, mas foram as greves do setor público as principais responsáveis pelo expressivo crescimento dos indicadores - 80,4% do total das jornadas perdidas do ano. Para o setor privado os dados do período 1985-1987 indicam relativa estabilidade, com ligeira queda de 1985 para 1986 e recuperação em 1987. A característica desse ano para o setor privado foi a diversificação das categorias envolvidas.

Essa estabilidade é ainda mais marcante na área industrial. O crescimento do conflito no setor privado se deu principalmente na construção civil e nas áreas não industriais, especialmente entre grupos assalariados de baixa renda - TBS (Gráficos 7, 8, 9, 17, 18).

Os trabalhadores do setor industrial, tradicionais líderes das mobilizações no país, já há alguns anos vinham perdendo espaço para outros grupos de trabalhadores, mas jamais sua

participação relativa no conflito trabalhista foi tão baixa quanto neste ano. Internamente ao setor industrial, pela primeira vez, o volume de jornadas não trabalhadas dos metalúrgicos foi superado por outra categoria: construção civil.

Tomando ambos os setores, público e privado, vê-se que em 1987 pela primeira vez os assalariados de classe média realizaram mais paralisações do que qualquer outro segmento, inclusive os trabalhadores industriais (Gráfico 4). Suas greves sempre acarretam o maior número de dias de trabalho perdidos (75,8% do total em 1987), e em 87 atingiu a casa dos 100 milhões - esse número reduz-se para 4,5 milhões quando considerado apenas o setor privado, mas, ainda assim, é grande a sua importância relativa (Gráfico 8).

Apesar do expressivo aumento do conflito entre os ACM, foram as camadas de baixa renda que apresentaram maior crescimento em 1987 - por exemplo os trabalhadores da construção civil, os quais, seguindo a tendência de todo o setor privado, concentraram suas paralisações no primeiro semestre.

Em 1986, em função do Plano Cruzado com o crescimento da demanda e a escassez de mão-de-obra, essa categoria conquistou 20,3% de aumento real no salário médio (59). Foi portanto um momento excepcionalmente favorável, assim como para outras categorias de serviços, o que certamente refletiu na sua capacidade organizativa. Para esses segmentos, no ano do Cruzado as greves foram uma forma de pressão eficaz na obtenção de ganhos reais de salários. Ao contrário, em 1987, o aumento das greves no setor expressava a reação às perdas salariais que começavam a ser im-

postas com a queda do nível de atividade, já evidente nos primeiros meses do ano. Em março foram lançados 21 prédios de apartamentos em São Paulo, o pior desempenho desse mês desde 1981 - em 1986, a média mensal havia sido de 70 por mês (60). Terminado o ano, a construção civil acabou tendo um crescimento de 6% em relação a 1986, mas os salários tiveram queda de 43% em relação a 1985 (61) - é provável que tanto os ganhos do Cruzado quanto as perdas posteriores tenham sido menos intensos na área industrial.

Duas grandes paralisações ocorreram nesse ano. A primeira, começou dia 14 de maio na zona sul de São Paulo, convocada pela oposição sindical - ligada à CUT - à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo. Cinco sindicatos filiados à central sindical (Campinas, Mogi das Cruzes, Santos, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), além da oposição sindical de São Paulo, recusaram os termos do acordo coletivo negociado entre 7 sindicatos patronais e outros 34 de trabalhadores da construção civil (62). Além da reivindicarem aumento salarial, membros da oposição afirmavam que diversas construtoras não estavam pagando o gatilho de março e abril - informação contestada pelo presidente do sindicato empresarial, Miguel Sérgio Mauad, para quem a greve estava ligada às eleições do sindicato da categoria marcadas para julho. O sindicato da Construção Civil de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo desaconselhou as empresas a firmarem acordos em separado com a oposição sindical, mas esta anunciou a assinatura de acordos com pelo menos 5 empresas. Segundo um dos coordenadores da oposição sindical, Manoel Dias do Nascimento, só em São Paulo a greve envolveu de 15 a

20 mil trabalhadores. A segunda grande greve do ano, em julho, reuniu 140 mil grevistas durante 29 dias no Estado do Paraná - uma das maiores desde 1978.

A semelhança da construção civil, diversos grupos assalariados de baixa renda iniciaram 1987 deflagrando greves que tinham o sentido de manter os ganhos salariais conquistados durante o Plano Cruzado. Porém, os segmentos menos organizados desses grupos não foram capazes de realizar acordos favoráveis.

Nas outras categorias de trabalhadores industriais, algumas delas com tradição de greves longas, abrangentes e lideranças fortes (mas que em 1986 haviam tido seus salários efetivamente congelados), a estratégia adotada foi outra. Em maio, comentando o acordo, sem greve, dos metalúrgicos do ABC, Luiz Inácio Lula da Silva declarou:

"...foi uma demonstração de visão política fantástica, porque o acordo não foi bom. Foi um acordo ruim, do ponto de vista salarial. Entretanto, a conjuntura econômica - não a política - fez com que os trabalhadores entendessem que não era o momento de fazer greve. Estariam mais vulneráveis que nos outros anos. A situação das empresas, do ponto de vista da produção está pior. Pela primeira vez, em doze anos, vi companheiros votarem unanimemente pelo acordo" (63).

Contudo, no primeiro semestre, a linha de conduta do ex-líder sindical não era unânime dentro da CUT. As greves de categorias (contrapostas às por empresas) foram relativamente numerosas nos seis primeiros meses e, entre abril e junho, quando já era clara a sua tendência decrescente, parte da CUT esforçava-se por reverter esse processo justamente com a unificação do movimento, o que significava evitar as paralisações isoladas, favo-

recer as de categorias e, acima de tudo, mobilizar para a greve geral - isto é, de certa forma o oposto da proposta de Lula.

A greve geral foi pensada como uma reação imediata ao Plano Bresser, mas as negociações entre CUT e CGT - na verdade uma disputa de datas entre a corrente de Jair Meneguelli e Joaquim dos Santos Andrade - levaram a que ela fosse adiada para agosto, coincidindo com a dia da entrega das emendas populares à Constituinte. Assim, com objetivos duplicados, a greve perdia seu conteúdo de protesto imediato ao plano e ganhava significado político. A estratégia, não compartilhada por Medeiros, não deu certo, e a greve praticamente não existiu, especialmente nos principais Estados do país. É certo que não foi a ausência de Luís Antônio de Medeiros que determinou o seu fracasso - ditado pelo já evidente refluxo da capacidade de mobilização grevista.

Mas a influência de Medeiros era crescente. Em julho, saíra vitorioso da principal eleição do ano, a do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o que significou sua confirmação como terceira força do sindicalismo brasileiro, mais próxima da CGT, mas independente dela. Sua linha pragmática, apartidária e negociadora, segundo ele próprio, levou-o a não apoiar a greve geral. Nos debates da Constituinte, Medeiros manteve-se independente das duas centrais sindicais, especialmente quando manifestou-se contrário à estabilidade de emprego, tema dos mais polêmicos entre empresários e trabalhadores. Tais atitudes, seguidas por alguns líderes também representativos como Rogério Magri, presidente dos Eletricitários de São Paulo, alçaram o grupo de Medeiros a interlocutor privilegiado de empresários e governo.

Firmou-se, portanto, em 1987, uma nova corrente no sindicalismo brasileiro, capaz de influenciar as negociações trabalhistas, o rumo das tentativas de pacto e, especificamente, a reação sindical ao Plano Bresser e o sucesso da greve geral de agosto.

No segundo semestre o movimento grevista refluíu, em parte forçado pela conjuntura econômica pouco favorável, em parte realizando paralisações curtas, as quais eram eficientes para conquistarem o pagamento adiantado do resíduo do gatilho que, segundo o Plano Bresser, seria adiado e parcelado.

No final do ano, a retomada das greves coincide com a nova escalada inflacionária. Em novembro, diversas categorias importantes param suas atividades, reagindo às perdas salariais que, com a vigência da URP - Unidade Referencial de Preços, tornavam-se crescentes frente à inflação também ascendente (64). De qualquer forma, tradicionalmente em novembro aumenta o volume das greves, seja pela concentração de categorias com data-base nesse mês, seja porque os sindicalistas se adiantam aos acordos de dezembro e janeiro, meses pouco favoráveis às greves. Além das 37 greves de categorias deste mês, ocorreram 126 paralisações localizadas, atingindo principalmente empresas de construção civil, de asseio e conservação, permissionárias do transporte coletivo e metalúrgicas. Destas, a principal foi a da Autolatina, cuja principal reivindicação era a reposição salarial de 65,9%. A empresa concedeu reajuste de 31,96%, mas demitiu 2 mil funcionários, os quais, somados aos dispensados desde o início do ano totalizaram 12.203 trabalhadores (65).

Até o final do ano, para diversos setores o desemprego continuava sendo elemento inibidor de greves. Alguns segmentos empresariais optaram por conter as demissões através da redução da jornada de trabalho. Em Santa Catarina, quase a totalidade das empresas do setor moveleiro reduziram a jornada de trabalho de 48 para 38 horas semanais, negociando a redução dos salários (66). Esse tipo de barganha, quando ocorreu, foi proposta pelos empresários e não se teve notícias de greves cuja razão fosse a redução salarial negociada pela redução da jornada. A demanda comum do sindicalismo, e esta sim, negociada durante as greves, foi a redução de jornada sem redução salarial, o que, sempre foi uma das reivindicações de maior resistência empresarial, e este ano não escapou à norma (67).

Os dados gerais comparativos dos setores público e privado permitem que se caracterize 1987 como o ano das greves dos funcionários públicos. Os servidores (federais, estaduais ou municipais) deflagraram 838 greves, o que representa não só o maior número já realizado num ano, mas a maior participação percentual no total (38,3%) desde 1978. O número de jornadas perdidas superou a casa dos 115 milhões (80% do total), o que, se ponderado pela força de trabalho do setor ("jornadas por 1000 trabalhadores"), indica que seu volume de conflitos foi 13 vezes superior ao da área privada. A média de dias parados atingiu seu ponto máximo (Gráfico 21). Mas, de 1986 para 1987, a expansão das greves concentrou-se nas esferas estaduais e municipais. A área federal manteve-se relativamente estável desde 1985 (Gráfico 14).

Merece destaque o fato de que os quatro principais segmentos grevistas desse ano foram do setor público e justamente as áreas sociais foram as mais afetadas. (Tabela 19). Mais de 30,0% do total das jornadas perdidas no ano foram em decorrência das greves dos profissionais diretamente ligados ao ensino e à saúde públicos: professores, médicos e funcionários de escolas, universidades, hospitais e estabelecimentos de ensino e saúde. Nessas atividades, em que o poder público divide o mercado com a iniciativa privada, o conflito esteve claramente concentrado na esfera pública (Tabelas 18 e 19). As greves dos médicos duraram em média 18 dias e dos professores 13,9 dias, as duas mais altas médias dentre as 15 principais categorias grevistas no ano. Tais números demonstram a dificuldade e lentidão das negociações.

Em abril, pararam 50 mil professores das universidades federais, numa greve que se alongou por 42 dias até que o Ministério da Educação apresentasse um plano de cargos e salários concedendo reajustes variáveis entre 25% e 90% (68). Em setembro foi a vez dos previdenciários também reivindicarem seu plano de cargos e salários, com reajustes de 100%. A greve, sem sucesso, resultou na demissão de 30 funcionários que ocupavam cargos de chefia; e os dias parados foram descontados. Como essas, ocorreram dezenas de paralisações nas atividades sociais controladas pelos governos de Estado.

No setor privado, o pagamento do resíduo do gatilho (o hiato entre os 20% da escala móvel e o percentual restante da inflação acumulada) e, após o Plano Bresser, o pagamento adiantado do resíduo que seria parcelado em seis meses foram duas

das reivindicações mais facilmente atendidas pelos empresários (69). No final do ano, parte dos sindicatos firmaram acordos com reajustes superiores à URP. Ao contrário, a política do governo federal para a administração direta, foi seguir à risca o que definiam os planos.

Em março, a proposta governamental para o funcionalismo era o reajuste de 17,27% referente ao gatilho do mês, descontados 2,32% correspondente ao ganho real que os servidores obtiveram em janeiro. O reajuste, válido também para os militares, acabou sendo fixado em 20%, atendendo às pressões desse grupo - mas o resíduo não foi pago (70). Em abril novamente foi concedido reajuste de 20% (sem o resíduo de 5,74%), política que foi seguida até junho, o último mês de vigência da escala móvel. Nessa época, técnicos do Ministério do Trabalho divulgavam à imprensa que de março de 1986 a maio de 1987 os servidores públicos federais acumularam, em média, 80% de perda salarial (71). Depois, com a vigência do plano do ministro da Fazenda, as URPs de setembro a dezembro foram pagas, acrescidas, em outubro, de reajustes variáveis para diferentes segmentos e faixas salariais, mas todos eles muito aquém dos índices de reposições pleiteados pelas associações de trabalhadores ou estimados pelo próprio Ministério do Trabalho como necessários para a manutenção do rendimento médio de anos anteriores.

Porém, se na esfera federal ao menos foi seguida a política salarial em vigor, praticamente todos os governos estaduais não pagaram, atrasaram, ou pagaram apenas parcialmente os gatilhos e as URPs. Esta foi a principal razão da grande expansão

das greves municipais e estaduais comparadas à estabilidade (ou redução, se medido em jornadas) da área federal (Gráfico 14).

Reagindo ao não cumprimento da lei, os funcionários públicos estaduais do Rio Grande do Sul foram os primeiros a pararem, em janeiro. No mês seguinte os servidores da Paraíba e de Goiás começaram greves que duraram cerca de 50 dias, protestando contra o atraso de pagamento de salários; em março era a vez dos servidores municipais e estaduais do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Pernambuco, e em abril retomou-se o movimento no Rio Grande do Sul - desta vez durante 51 dias com mais de 200 mil trabalhadores. Nesse mês, a polícia civil de Goiás cruzou os braços contra a suspensão dos gatilhos e o mesmo fizeram os professores de dezenas de municípios brasileiros. Em maio paralisaram os servidores do Pará, Santa Catarina, Alagoas e outros 420 mil grevistas do Estado de São Paulo, todos reivindicando a aplicação dos gatilhos salariais. A lista é longa, e as categorias grevistas se repetem durante o ano, retomando suas greves pela mesma razão (o gatilho) ou, mais tarde, pelo não pagamento da URP. As greves gerais do funcionalismo (o que implica sempre a paralisação de dezenas ou centenas de milhares de trabalhadores), atingiram a maioria dos Estados brasileiros - incluindo todos os principais.

Segundo balanço realizado em junho pelo jornal Folha de S. Paulo (16/6/87), nenhum dos governadores, recém-eleitos sob os aplausos do Cruzado, haviam pago a totalidade ou parte dos índices acumulados pela escala móvel. As únicas exceções eram o Acre - o que, de fato, não chega a ser expressivo - e Brasília,

onde razões políticas e administrativas forçavam o cumprimento da lei.

Alguns governadores, como Valdir Pires, da Bahia, prometiam pagar os gatilhos atrasados, mas, de fato, estavam em débito. Nos demais Estados o conflito grevista somava-se à disputa jurídica sobre legalidade ou não do corte do gatilho. Os governos estaduais enviaram às Assembleias Legislativas projetos reformulando suas políticas salariais, com propostas de trimestralidade, vinculação dos reajustes à arrecadação estadual ou ainda a simples extinção do gatilho. No Rio de Janeiro o governador Wellington Moreira Franco cortou o gatilho com o apoio da Assembleia Legislativa, sob a arguição de inconstitucionalidade da lei que determinava seu pagamento aos servidores.

Pedidos semelhantes levados ao Supremo Tribunal Federal (STF) receberam tratamento diferenciado: em São Paulo o STF determinou o pagamento dos gatilhos já disparados, mas para o Piauí a decisão foi oposta.

A situação dos servidores municipais não diferia muito, já que boa parte dos prefeitos seguiam o exemplo de seus governadores. Indício desse fato é que 33% das greves municipais foram deflagradas contra o não cumprimento de leis e acordos coletivos - índice superior ao dos Estados (Tabela 14a).

Aliás, vale lembrar que o argumento para o não pagamento do gatilho, da URP ou o atraso dos salários era a crise das finanças públicas. Esse foi o ano em que se generalizou o debate sobre a necessidade de adequar as despesas à receita. O foco das críticas eram os salários e o alto número de servidores pú-

blicos contratados, além de seus subtemas populares tais como "marajás" e "funcionários fantasmas". O primeiro semestre foi marcado por esses embates, os quais se reproduziram sob novos argumentos (mas de maneira semelhante) durante a vigência da URP no final do ano.

Nesse quadro de disputas, perdas salariais e incertezas quanto aos seus reajustes futuros, os servidores estaduais foram mais uma vez os principais grupos grevistas em 1987, cujas 284 paralisações implicaram a perda de quase 60 milhões de jornadas (Gráfico 14).

As greves em 1987 implicaram tantas derrotas quanto vitórias - a taxa de conquista do ano foi zero (Gráfico 39). Mais uma vez, o setor privado teve desempenho melhor (Gráfico 40) e, internamente ao setor público, justamente o setor mais grevista, os servidores estaduais, apresentou a pior taxa (Gráfico 41a).

Na administração direta federal, a política salarial estritamente legalista não foi suficiente para conter o crescimento numérico das greves. Mas, a estratégia utilizada pelos líderes sindicais foi semelhante à do setor privado: predominaram os conflitos localizados e curtos, o que implicou a queda do número de jornadas perdidas em relação a 1986.

Quanto às empresas estatais, em certos casos houve, como de praxe, maior respeito às leis (Tabela 14a) e às vezes maior transigência às reivindicações, mas acompanhados de violência, ocupação ou cerco militar em empresas.

Exemplo disso foram a ocupação por fuzileiros navais do terminal marítimo da Petrobrás na greve de março (72); a intervenção, também em março, de tropas militares em refinarias e centros de produção da mesma empresa (73); as tropas do exército deixadas de sobreaviso durante a greve dos bancários (74); a tomada militar na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em agosto (75); e, em setembro, durante a greve de trabalhadores da construção civil de empresas que prestam serviços em Itaipu, o cerco por companhias do exército ao conjunto residencial dos trabalhadores - 4 operários foram presos e dezesseis foram feridos a baioneta no confronto com as tropas (76). As intervenções militares, limitadas às greves que afetaram as estatais, eram ilegais na opinião de juristas, já que só poderiam ser efetivadas pela polícia federal, e sob condições determinadas.

As autarquias e fundações tiveram o mais alto nível de conquistas, mas à custa de greves longas e intermináveis negociações, ao passo que na administração direta dos três níveis de governo e, especialmente o federal, a maioria das paralisações redundou em fracasso (Gráfico 42a).

Tais dados são reflexo de um ano em que a disposição ao diálogo esteve relativamente presente no setor privado, seja pela postura de parte do empresariado aceitando acordos que minimizavam as perdas impostas pelas políticas salariais definidas pelo governo federal, seja pela maneira como a liderança sindical habilmente evitou os confrontos acirrados. O desemprego foi a ameaça que sinalizou a necessidade de cautela da liderança sindical (77).

Na esfera pública, o balanço do ano indica o oposto: a não negociação, a morosidade no desfecho dos acordos ou a violência. A postura legalista da administração direta federal foi eficiente para evitar greves massivas, mas quando ocorreram, tiveram o pior grau de eficiência dentre os diferentes segmentos do setor público, dada a rigidez das negociações (Tabela 13). O tema "demissões" nesse setor manteve-se apenas como pano de fundo no debate sobre o desequilíbrio das finanças públicas já que, salvo raras exceções, optou-se pela linha de ação de menor resistência, isto é, o corte de salários.

CAPÍTULO III

OS "DETERMINANTES" DO CICLO DE GREVES

CAPÍTULO III

OS "DETERMINANTES" DO CICLO DE GREVES

BALANÇO DO CICLO

No Capítulo I mostrou-se como as características gerais da transição política brasileira e da crise econômica dos anos 80 acirraram os conflitos sindicais, os quais, pode-se dizer, já estavam latentes devido a heranças de um passado de crescimento industrial e urbano desacompanhado de políticas de redistribuição de renda e de melhoria das condições e relações de trabalho.

A análise dos indicadores de greves, das cláusulas negociadas e do grau de conquista das demandas revelaram que durante a década de 80 os avanços dos processos de negociação e de reconhecimento mútuo entre empregados e empregadores não foram muito significativos, embora eles tenham sido diferenciados entre as diversas categorias. Curiosa e sintomaticamente, dentro das categorias metalúrgicas encontram-se dois extremos. De um lado, os do ABC e do município de São Paulo, cujas greves relativamente curtas e eficazes são negociadas com empregadores que, para os padrões brasileiros, respeitam em maior grau as leis e os acordos coletivos firmados. No outro extremo, os metalúrgicos dos outros Estados do Brasil, com greves longas, pouco eficazes frente a empregadores que com frequência desrespeitam leis trabalhistas.

Em outro nível de análise, mostrou-se como os traços particulares dos setores público e privado também definiram

padrões e níveis de conflitos diferenciados. As características específicas dos empregadores público ou privado, de suas forças de trabalho, de seus níveis de desenvolvimento e valorização de processos de negociação e a forma com que cada setor enfrentou a crise dos anos 80 definiram tipos de greves bastante diferenciados. Na área privada, apesar de numericamente mais expressivas, as greves foram mais curtas e menos abrangentes. Na esfera pública, longas e com alta média de grevistas, fazendo com que o impacto de suas greves (medido em jornadas perdidas) fosse bastante superior ao do setor privado.

No Capítulo II vimos que os principais marcos de alteração do comportamento grevista no país foram simultâneos às alterações político-institucionais do processo de transição política, sendo os principais momentos de ruptura os de 1978, quando os metalúrgicos do ABC forçaram sua incorporação no projeto de "Abertura" dos governos Geisel e Figueiredo, e 1985, o ano da posse do primeiro governo civil do pós-64.

Outras fases da transição também tiveram impacto sobre as greves, particularmente 1983 com a posse dos governadores eleitos pelo voto direto.

Num nível mais específico, os fatos políticos desses anos algumas vezes abalaram e outras incentivaram o movimento sindical. Exemplos disso foram a retração imediata das greves com a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em abril de 1980, e a que se seguiu ao atentado no Riocentro, no 12 de maio de 1981.

Outro exemplo foi o Plano Cruzado, em 1986, que teve significados políticos tão ou mais expressivo que econômicos. O Cruzado foi entendido pela população, inclusive a base sindical (ou até mesmo parte das lideranças) como o plano inaugural da esperada Nova República. Mais tarde seu fracasso foi sentido como a derrota de um projeto nacional, de um governo, e não de um simples plano econômico. A grande expansão das greves em 1987 expressam a exacerbação do conflito distributivo e, acima de tudo, um descontentamento social de uma população que via um governo chegar ao fim antes da hora. Os planos que o seguiram, o Plano Bresser e o Plano Verão, foram como o Cruzado "pacotes" não pactuados, mas diferente deste, limitaram-se à sua dimensão econômica de administrar o conflito distributivo, sem lançar novas esperanças de soluções duradouras. A esperança passou a ser o fim do governo Sarney e não uma solução dentro dele.

As tentativas de pacto social começaram com alguma credibilidade mas, aos poucos, caíram na vala comum das descrenças. É certo que havia enormes dificuldades para sua concretização. Como disse Tavares de Almeida (1987), "... a tentativa de estabelecimento de uma solução pactuada para os impasses da economia mergulhou o governo Sarney em um mar de indefinições: quanto aos propósitos e orientações governamentais, quanto ao escopo da negociação e à sua pauta concreta, quanto aos interlocutores e à sua representatividade. A indefinição atingiu até mesmo a denominação do esforço de negociação empreendido, que se chamou alternadamente de pacto social, entendimento nacional ou trégua." (Tavares de Almeida, 1987, p. 187). Mas, se é possível um julga-

mento de valor, eu diria que os três atores, governo, sindicalistas e empresários não levaram tão a sério o "entendimento nacional" quanto era possível naquela época. Independente disso, o fato é que ele não se concretizou, o que fez com que os conflitos trabalhistas ganhassem características ferozes nos anos subsequentes.

Embora 1988 e 1989 não tenham sido discutidos nesta dissertação, não se pode deixar de assinalar certas características das greves desses anos que confirmam algumas das hipóteses apresentadas. Em 1988 o impacto das greves, embora inferior ao ano anterior, esteve no nível intermediário ao dos três primeiros anos do governo Sarney: em 1988, 88,6 milhões de jornadas perdidas; em 1987, 132,3 milhões; em 1986, 55,0 milhões; e em 1985 76,6 milhões. Mas, em 1989, com o fim da URP, o atraso do Plano Verão em definir os mecanismos de reajuste salarial e a violência da escalada inflacionária, foram deflagradas 3943 greves, quase o dobro do ano anterior, que implicaram a perda de 241,9 milhões de jornadas de trabalho - quase o triplo de 1988. O ano de 1989 merece análise cuidadosa. Afinal, trata-se do ano das eleições diretas para presidente o que provavelmente teve implicações nas estratégias dos sindicalistas. Mas esse volume recorde de jornadas perdidas de toda a história brasileira (78) foi reflexo de um ano em que a violência do conflito distributivo (expresso na taxa de inflação de 2000% ao ano) somou-se à incapacidade de se gestar políticas pactuadas e à postura de espera de fim de governo presente em toda sociedade.

Ao longo do Capítulo II mostrou-se que as variações das taxas de desemprego, das políticas salariais e dos níveis de inflação afetaram, ano a ano, o nível e a forma das greves. Na produção acadêmica sobre o tema, frequentemente buscou-se estabelecer correlações entre fluxos de greves e ciclos econômicos ou mesmo com indicadores específicos tais como taxas de emprego, de inflação e de salários. A polêmica sobre o peso dessas variáveis persiste, mas boa parte dos estudos concluem que não há regularidades evidentes nas comparações entre países. De forma simplificada pode-se dizer que há dois níveis desse debate, que expressam ênfases diferentes nessas variáveis: primeiro, quanto ao efeito dos ciclos econômicos em definirem ciclos de greves; e segundo, quanto ao efeito dessas variáveis dentro de um ciclo de greves definido por um conjunto de outras variáveis não restritas ao plano econômico.

Creio que, nesse segundo nível de análise, é possível avançar na sistematização da relevância dessas variáveis para a definição dos níveis de conflito da década de 80 no Brasil. No caso brasileiro não se pode atribuir as características deste ciclo de greves, ou o seu nível, às flutuações do emprego, da inflação e mesmo (e talvez menos ainda) a dos salários. Mas elas definem limites à deflagração e à adesão às greves.

DESEMPREGO

A queda nas taxas de emprego é indiscutivelmente um inibidor de greves, bem como a expansão do emprego propicia-lhe condições favoráveis. No conflito capital X trabalho o recur-

so de poder primário dos empregadores é a oferta de empregos e dos empregados a decisão de trabalhar ou não. A demissão e a greve são portanto as armas básicas utilizadas.

A análise desenvolvida no Capítulo II mostra que na esfera privada houve coincidência das variações da oferta de empregos com os fluxos e refluxos das greves. O período que vai de meados 1980 ao final de 1984, quando as taxas de desemprego atingiram altos níveis, foi de queda da atividade grevista. Posteriormente, a recuperação do crescimento econômico foi simultânea ao crescimento das greves.

De fato, apesar de a conjuntura política do período 80-84 também sinalizar a necessidade de cautela aos sindicalistas, é inegável o impacto desarticulador das demissões desses anos, quando o movimento sindical ainda dava seus primeiros passos organizacionais. Mais tarde, a posse do primeiro governo civil possibilitou a expressão de demandas reprimidas nos anos anteriores, e a retomada do crescimento econômico apenas facilitou a adesão às greves.

Quanto a esse tema, a comparação mais ilustrativa é entre a crise do início dos anos 80 com a que se estabeleceu com o "Plano Collor", quando as taxas de desemprego atingiram níveis altos e próximos aos de 1981-1983. Dados do Ministério do Trabalho mostram que foram deflagradas 1087 greves com 165,0 milhões de jornadas não trabalhadas: um nível de conflito inferior ao de 1989, mas superior a qualquer outro ano da década de 80. Nos primeiros 6 meses de 1991 houve queda expressiva do número de greves, mas elas foram de tal maneira longas e abrangentes que

implicaram a perda de 77,7 milhões de jornadas. No primeiro semestre de 1991, pela primeira vez, as greves do setor privado além de longas (média de 23,2 dias) foram mais duradouras do que as do setor público (21,5 dias). Trata-se da mesma estratégia adotada pelos sindicalistas em 1981, quando as greves do setor privado duravam 8,1 dias - a mais alta média de todo o ciclo até 1988. A diferença é que hoje, apesar do desemprego, as organizações sindicais não perderam sua capacidade de organização e de resistência.

SALARIOS

O conflito distributivo foi acirrado pelas perdas salariais da década e pela contínua aceleração inflacionária. As políticas salariais contencionistas dos governos militares não foram revertidas no governo Sarney, salvo em curtos períodos. Na segunda metade da década, o país viveu no limiar da hiperinflação. Os planos econômicos, se não impuseram perdas através de seus mecanismos de correção, acarretaram-nas durante o períodos de descongelamento. Neste sentido, a retração salarial é naturalmente incentivadora de conflitos.

Mas o fato de os níveis salariais serem e terem sido sempre baixos permite-nos afirmar que variações, no grau que têm ocorrido, não alterarão a pauta das demandas. O salário foi e será por muito tempo a principal reivindicação das greves.

Exatamente por isso, um período de expansão salarial pode também incentivar demandas. Assim ocorreu com o Plano Cruzado em 1986, especialmente com os metalúrgicos de São Paulo,

como foi analisado no Capítulo II.

Ao mesmo tempo que incorporava a classe trabalhadora, a transição se realizou num período de crise econômica, cuja administração se deu através de planos não pactuados (os chamados pacotes) que introduziam do ponto de vista das relações trabalhistas dois importantes elementos: a imprevisibilidade da política e dos indicadores econômicos e um conflito distributivo entre empregados e empregadores que em certos casos se transformava em aliança contra os planos do governo federal, especialmente por introduzirem congelamento ou controle de preços e salários. Havia portanto uma sinalização dupla do conflito: uma luta interna entre atores privados (empregados e empregadores) e outra luta, espalhada, de alianças instáveis, entre, de um lado, diversos atores sociais e, de outro, o Executivo e seus representantes no Congresso.

Assim, o tema "salários" no Brasil foi altamente politizado pela junção do forte controle estatal e a instabilidade das políticas salariais. Neste sentido, o conflito no Brasil flutuou mais em função das políticas salariais com seus diversos aspectos (expectativas criadas, graus de legitimidade) do que em função propriamente das variações salariais. De todo modo, as perdas da década certamente impulsionaram as demandas e talvez em maior medida no setor público.

INFLAÇÃO

Esta é uma correlação difícil de mensurar. Mas é inegável seu caráter desestabilizador dos acordos coletivos. As

taxas de inflação altas e crescentes que caracterizaram a década de 80 (somadas aos choques econômicos) retiraram dos negociadores toda a capacidade de previsão econômica. Os acordos firmados foram rapidamente envelhecidos com a constante elevação dos preços, acima das previsões. Por exemplo, com frequência as antecipações salariais perderam seu valor no próprio mês em que foram conquistadas em função de um surto inflacionário não previsto, exigindo novas e mais acirradas negociações entre empregados e empregadores.

Outro efeito, dos mais perniciosos para as negociações coletivas, é que quanto mais altas as taxas inflacionárias, mais acirrados se tornam os conflitos, já que os valores negociados giram em torno de 20%, 50%, ou mesmo 200% dos salários, como ocorreu em 1989. Na negociação, quem ganhar ganhará muito, e quem perder perderá ainda mais. Não foram raras as greves, inclusive em empresas de grande porte, deflagradas com uma reivindicação de 100% de reajuste, solucionadas com um acordo de 40% ou 50%, quando a proposta inicial dos empresários era de 10%. No jogo, ou as partes blefavam ou perderam os parâmetros do que é razoável apostar. O mais provável é um misto de ambos, em que a perda de parâmetros acirra os ânimos dos negociadores.

Não há dúvida que os surtos inflacionários estão na base, não deste ciclo de greves como um todo, mas do acirramento das posições de empregados e empregadores - especialmente a partir de 1985 ou 1987, quando a duração média das greves, antes em declínio, voltou a crescer sistematicamente. A explosão das greves em 1989 expressa, antes de tudo, as dimensões do conflito

na hiperinflação.

Eu arriscaria afirmar que o processo de modernização e "civilização" das negociações coletivas no Brasil tem sido barrado pela instabilidade econômica vivida a partir da segunda metade da década de 80, e não simplesmente pelo conservadorismo empresarial ou o "radicalismo" dos sindicalistas - embora ambos ainda persistam em maior ou menor medida em diversos segmentos.

Há ainda dois temas importantes para o estudo de greves no Brasil, e tradicionalmente abordados pelos estudos internacionais, que foram pouco discutidos nesta dissertação mas que merecem alguns comentários. O primeiro diz respeito às relações que se pode estabelecer entre greves e a estrutura sindical brasileira; o segundo sobre a política sindical.

ESTRUTURA SINDICAL

No Brasil, a taxa de sindicalização não necessariamente expressa maior capacidade de ação da liderança ou maior tendência à ação grevista. Um levantamento realizado por Armando Boito Jr. em 19 dos 46 sindicatos de metalúrgicos do Estado de São Paulo demonstra que as taxas de sindicalização do sindicato do município de São Paulo e o de São Bernardo do Campo e Diadema - os dois sindicatos que realizaram maior número de greves no país em todo o período - são inferiores às de pequenas cidades que não possuem forte tradição operária como Itapeva, Ourinhos e Jaú (cf. Boito Jr., 1989, p. 239). Nesse estudo, A. Boito conclui que "a taxa de sindicalização do sindicato de Estado cresce independentemente da existência, ou não, de luta sindical no interior.

desse aparelho. (....) sindicalização não é sinônimo, no sindicato de Estado, de propensão à luta sindical" (Boito Jr., 1989, p. 268).

Pode-se argumentar que se algumas categorias sem tradição organizativa e grevista possuem altas taxas de sindicalização, por outro lado, dificilmente seriam encontradas entre as mais grevistas taxas muito baixas de sindicalização. Em geral, as categorias com maior capacidade de mobilização e organização desenvolvem suas atividades através dos sindicatos oficiais - ou, no caso dos servidores, por meio de associações autônomas.

De qualquer forma, duas características da estrutura sindical brasileira retiram o tradicional significado dado à sindicalização em outros países: 1. a unicidade sindical, ao evitar a competição política das organizações e validar os acordos firmados entre empregados e empregadores, independente de filiação; 2. o imposto sindical e a contribuição assistencial, por desvalorizarem as contribuições voluntárias dos filiados e por garantirem a sustentação financeira dos sindicatos independente de sua penetração e legitimidade frente à sua base.

Outro elemento não discutido nesta dissertação é a estrutura da Justiça do Trabalho. Há ao menos dois aspectos cujo impacto na intermediação dos conflitos merecem análises aprofundadas. O primeiro diz respeito às decisões da Justiça quanto à procedência da greve - antes "ilegais" ou não, e atualmente, com a nova Constituição, "abusivas" ou não. O outro, refere-se às "Mesas Redondas" realizadas pelas DRTs (Delegacias Regionais do Trabalho): trata-se de um procedimento, anterior à intervenção da

Justiça do Trabalho, cuja função é tentar um acordo amigável entre as partes, estejam os trabalhadores em greve ou não. A eficácia e o impacto desses procedimentos na resolução de conflitos (seja com a força da Lei ou com a habilidade do fiscal do trabalho como mediador) mereceriam estudos detalhados.

POLÍTICA SINDICAL

Outro ponto ainda não discutido refere-se à influência dos grupos políticos que compõem o sindicalismo brasileiro.

O movimento sindical esboçou nesses anos uma polarização entre duas centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a qual se desmembrou posteriormente.

A história das centrais sindicais (79) existentes hoje tem origem na "Conferência Nacional da Classe Trabalhadora" (CONCLAT) realizada em agosto de 1981, quando ainda se reuniam os grupos que originaram todas as centrais sindicais.

Em agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, foi fundada a CUT com os grupos mais à esquerda e com propostas de mobilização mais agressivas. Em novembro do mesmo ano outra reunião de sindicalistas criava a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (também chamada CONCLAT). Somente em março 1986 esse grupo decidiu-se pela criação de uma central sindical, a CGT. Em setembro de 1985 foi fundada a União Sindical Independente - USI, menos expressiva e ativista, incapaz de alterar o quadro do sin-

dicalismo da época.

Como analisou Leôncio M. Rodrigues (1990), "a CGT reuniu um conjunto muito heterogêneo de tendências políticas e sindicais que se mantinha unido, entre outros fatores pela oposição à CUT e pela defesa comum de certos elementos da estrutura sindical, entre os quais a unicidade, a contribuição sindical e a estrutura vertical na forma de federações e confederações. Assim, participaram da CGT sindicalistas do PCB, do PC do B do MR-8, da tendência que recebeu o nome de "sindicalismo de resultados", além de outros dirigentes de federações e confederações de orientação moderada e politicamente pouco definida. (....) A convivência de correntes tão heterogêneas no interior de uma mesma central (como as lideranças comunistas e a do "sindicalismo de resultados) dificilmente poderia durar muito tempo." (Rodrigues, 1990, pp. 119-121).

Em janeiro de 1988, numa plenária da entidade surgiu o bloco do "sindicalismo de resultados", que recentemente (março de 1991) deu origem à mais nova central chamada Força Sindical, tendo como presidente Luis Antônio de Medeiros. Antes dela, entre maio e outubro de 1989, a CGT já havia se dividido em duas: a "Confederação Geral dos Trabalhadores" (CGT) de Rogério Magri e a "Central Geral dos Trabalhadores" (CGT) de Joaquim dos Santos Andrade. Deve-se salientar, como fez Leôncio Rodrigues, que em muitos aspectos parte dessas centrais sindicais não passam de siglas, com poucos recursos e pequena influência sobre os sindicatos que lhes dão base. As exceções são a CUT e, provavelmente, a recém-criada Força Sindical.

O pioneirismo da CUT na criação de uma central sindical, sua maior homogeneidade ideológica (em torno de visões socialistas ou, mais genericamente, "anticapitalista"), contraposta à antiga CGT (isto é, anterior à divisão entre as duas CGTs), e a unidade mantida ao longo desses anos comprovam sua hegemonia no movimento sindical ativo - uma hegemonia que foi conquistada através de uma ação mais agressiva, que tinha na greve o instrumento básico de luta e organização.

A CUT e a antiga CGT divergiram em torno de suas suas identificações partidárias e de temas ligados à estrutura sindical brasileira, e, em certa medida, distinguem-se pela prática mais voltada à negociação ou ao confronto. Exemplos disso foram a instável disposição da CUT ao diálogo e sua recusa de participar das negociações de pacto social propostas pelo governo Sarney; a CGT, por sua vez, nutria esperanças de ao menos obter pequenas vitórias com sua participação na mesa de negociações.

Apesar disso, as centrais possuem pontos de contacto entre os extremos das estratégias confrontacionista (em que tradicionalmente a CUT é situada) e negociadora (a antiga CGT).

Para a CUT, a greve foi o instrumento básico de organização e deveria ser evitada quando lhe representasse perdas. Seu limite não era salarial, nem objetivava apenas conquistas específicas para cada empresa ou categoria, embora sua habilidade negociadora, revertida em ganhos, tenha sido em parte, e reconhecidamente, o fundamento de sua legitimidade. Sua estratégia pode ser resumida como a de deflagrar greves no limite da perda de legitimidade frente às bases, ou dos riscos para a sua

estabilidade política.

Para a antiga CGT, ou mesmo para as centrais sindicais derivadas dela, certamente havia posições extremamente variadas sobre a greve. Mas pode-se arriscar uma caricatura que, se não lhe corresponde, representa a forma de ação de boa parte dos sindicalistas brasileiros: a greve não tinha fundamentalmente metas organizacionais e deveria ser deflagrada para conquistas específicas, em geral salariais ou de benefícios monetários. O limite da adoção dessa estratégia era a perda de espaço frente à CUT, ou a perda de legitimidade frente às bases.

Não há estudos que correlacionem a deflagração de greves e a filiação dos sindicatos às centrais sindicais. Sabe-se, porém, que as paralisações foram tão significativas entre os metalúrgicos de São Paulo, quanto entre os de São Bernardo e Diadema, expressões máximas da antiga CGT e da CUT, respectivamente.

Uma hipótese provável sobre a década de 80 é que independente do significado que se dava à greve, as diferentes orientações parecem unir-se na valorização da paralisação como recurso, não necessariamente o primeiro, mas um dos principais e mais eficientes, para a conquista ou a manutenção de benefícios imediatos aos trabalhadores. Se a greve geral, como instrumento político, foi mais cara à CUT do que à CGT na oposição à Nova República, há bons indícios de que, grosso modo, as paralisações, depois de impulsionadas em 1978-1979 pelo novo sindicalismo, disseminaram-se sob o comando de sindicatos identificados com uma ou outra central.

A maior parte do tempo a CUT soube conciliar mobilizações que tinham como meta a conquista de melhores salários com o objetivo organizar os trabalhadores. As greves gerais foram praticamente as únicas cujos objetivos extrapolavam os limites dos locais de trabalho ou das categorias profissionais. A dimensão política do movimento paredista não foi dada pelo conteúdo das reivindicações, mas pela maneira como elevou os trabalhadores a atores políticos e serviam como termômetro do descontentamento social no processo de transição brasileira.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Na tradição autoritária e conservadora brasileira a greve em si é interpretada como um elemento desestabilizador da política e da economia. No outro extremo, na fala de muitos sindicalistas, ela aparece como mera consequência dos baixos níveis salariais e das condições de trabalho vividas no Brasil. Entre esses dois estereótipos, há um conjunto de significados simultâneos nas mobilizações dos trabalhadores.

Parte dos empresários e da imprensa atribuem às greves perdas econômicas que não lhe correspondem. Certamente de difícil mensuração em nível setorial, essas perdas entretanto jamais atingiram no Brasil níveis de impacto macroeconômico. Considerando o ano de maior volume de conflitos de toda a história brasileira, 1989, vê-se que o número de jornadas perdidas de todas as greves do ano corresponderia apenas ao de uma única greve geral que durasse 4 dias.

As greves jamais chegaram também a patamares capazes de desestabilizar governos, nem era essa a sua razão; poucas expressavam demandas políticas. Ao contrário, na sua grande maioria, expressavam reivindicações relativas à esfera trabalhista, particularmente as salariais.

O crescimento sistemático das greves na década de 80 e sua simultaneidade com os principais marcos da transição política demonstram que a cada momento novos e diferentes segmentos expressavam conflitos e reivindicações antes reprimidos. Nesse sentido as greves tiveram conteúdo reativo.

Mas há um conjunto de características da transição brasileira, do pacto político que fundou a Nova República, da política econômica da década e do estágio das relações de trabalho no Brasil, que lhes dá outros significados.

Uma transição pelo alto, "transada" (como disse O'Donnell), mas que expandiu a participação democrática e cumulativamente acrescentou temas à agenda política. Um dos mecanismos de expressão de conflitos foi o processo eleitoral (como enfatizou Lamounier), outro foram as greves. Do ponto de vista das relações de trabalho foi uma transição sob greves. Primeiro, porque esta foi a forma básica que deu origem às novas lideranças e o recurso pelo qual elas reconstruíram suas organizações, ganharam visibilidade social e legitimidade frente às bases. Foi também a expressão de um processo, ainda em curso, de reconhecimento da representação sindical frente aos empregadores e, além disso, uma das molas propulsoras das alterações das relações de trabalho.

A força crescente dos sindicalistas gerou um descompasso entre sua relevância no plano social e sua incapacidade de alterar políticas de governo - como argumentou Tavares de Almeida. A divisão partidária das oposições no início da década, anterior à criação das centrais sindicais abriu uma brecha para que se processassem separadamente os conflitos relativos ao desenho da democracia política brasileira e as demandas sociais por maior igualdade. Ao PMDB, com laços frágeis com os sindicalistas, coube a condução do processo político-eleitoral. A CUT, por sua vez, aliada a um partido mais frágil, coube a primazia no movimento sindical. As demandas relativas à esfera trabalhista, essencialmente econômicas, dificilmente eram processadas e solucionadas no Parlamento ou no Executivo. Soma-se a isso a dificuldade ou impossibilidade de efetivação de um "pacto social". Essa ausência de canais políticos manteve a negociação e a solução das reivindicações trabalhistas restritas à esfera da empresa.

Nesse campo, sindicalistas e empresários, de um lado com força e demandas aumentadas e, de outro, com capacidade de resposta reduzida em função da instabilidade econômica, entravam em conflitos acirrados. Ao mesmo tempo, a valorização da greve como recurso deparou-se com empresários resistentes à negociação.

O fraco desempenho econômico da década, as frequentes alterações da política econômica e salarial e o violento processo inflacionário dificultaram, e talvez barraram, a evolução dos mecanismos de negociação nas empresas e imprimiram posturas mais radicais de a parte a parte. Não todos, mas os conflitos

de segmentos expressivos do mercado de trabalho foram marcados por greves longas e ineficazes frente a empregadores que sistematicamente desrespeitavam leis trabalhistas e acordos coletivos.

Num quadro de reordenação do espaço dos atores no jogo político, de incertezas quanto ao desfecho da transição, de paralisia da capacidade decisória dos governos, e de instabilidade e crise econômica, o que mais surpreende é a ocorrência de greves eficazes, curtas, frente a empresários maleáveis. Esses casos indicam a possibilidade de acordos satisfatórios mesmo em situações adversas e, mais do que isso, a existência efetiva de hábeis negociadores.

NOTAS

NOTAS

- (1) Maria Hermínia Tavares de Almeida deu início aos estudos baseados em estatísticas de greves numa série de artigos. Cf: Tavares de Almeida (1981), (1983a), (1983b), (1984). Além desses artigos, existem duas teses de doutorado baseadas em séries estatísticas. A primeira, de Salvador Sandoval foi defendida em 1984 na Universidade de Michigan e trata do período 1945-80; a segunda tem como objeto as greves deflagradas entre 1978 e 1984 e foi defendida na PUC-SP por Pedro Castro (1988). Há naturalmente um conjunto de outras obras que incluem estatísticas de greves, tal como o clássico trabalho de Azis Simão (1981), Sindicato e Estado, mas sem que elas sejam seu objeto central.
- (2) O Termo "liberalização" é utilizado no sentido dado por O'Donnell & Schmitter: "Queremos designar, com o termo liberalização, o processo de tornar efetivos determinados direitos que protejam tanto os indivíduos como os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por uma terceira parte. No nível dos indivíduos, essas garantias incluem os elementos clássicos da tradição liberal: habeas corpus, respeito à privacidade, inviolabilidade da correspondência, direito à defesa num julgamento adequado baseado em leis preestabelecidas, e liberdade de movimento, de expressão e de apelação, etc. No nível dos grupos, esses mesmos direitos abarcam tais coisas como liberdade quanto à punição para expressões de dissensão face à política governamental; liberdade quanto à censura dos meios de comunicação de massa; e liberdade de associação." (O'Donnell & Schmitter, 1988, p. 23).
- (3) Sobre as greves metalúrgicas de 1978 e 1979 foram publicados vários trabalhos, além de serem sistematicamente abordadas e reanalisadas em toda a bibliografia sindical do período pós-78. Ver entre outros: Maroni (1982); Bargas & Rainho (1983); Abramo (1986); Antunes (1987). Uma passagem de uma entrevista, realizada por Lais Abramo, e seu comentário sobre ela, são reveladores de alguns dos outros significados das greves que estou chamando de "inaugurais":
 "É como ter o primeiro filho. Greve pela primeira vez, foi aquele entusiasmo. Chegava prá mulher:
 - 'Tô de greve!'
 - 'Pô, você tá de greve?'
 - 'Tô de greve!'
 Não sabia nem porque estava de greve, não sabia o que era greve, mas o importante era estar de greve. É como ter o primeiro filho."
 (montador - Ford)
 "Estar 'de greve' pela primeira vez é como ter o primeiro filho. Um estado, muito mais do que uma ação delimitada por uma racionalidade definida e planejada, circunscrita a um cálculo de custo-benefício. Como o nascimento do primeiro filho, um momento de renascimento de si mesmo" (Abramo, 1986, p. 301).
- (4) Na época, com o apoio da NOVIB - Organização Holandesa de Cooperação para o Desenvolvimento.

- (5) Na equipe do CEBRAP, coordenada por M.H.Tavares de Almeida, participaram: Adalberto Moreira Cardoso, Helena Urbano, Silvia Lang, Telma Hobus e Wilma Keller. Atualmente, no NEPP, a equipe da pesquisa "Acompanhamento de Greves no Brasil" é composta por: Maria Hermínia Tavares de Almeida e Eduardo Garuti Noronha (coordenadores), Paulo Rubens Leite (auxiliar de pesquisa) e Cássio Luiz e França (estagiário); o processamento dos dados foi realizado por Isabella Carvalho Breves, e Maria de Fátima Chaves Barros Silva prestou-nos assessoria estatística. Em outros momentos, trabalharam neste estudo a auxiliar de pesquisa Marisa Regina Ribeiro do Nascimento e os estagiários Edilson José Graciolli, Ênio Samuel Lorenzetti, Gabriela da Silva Tarouco, Geórgia Soares de Sordi, José Eduardo das Neves, Myriam Helena Naime, Ronaldo Rômulo Machado de Almeida, Sérgio da Hora Rodrigues e Solange Dias da Silva.
- (6) A UNICAMP, através do NEPP, mantém convênio de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho (MTb) pelo qual presta assessoria técnica para as estatísticas de greves do Ministério e tem acesso aos dados originais da pesquisa. Tanto o MTb como o DIEESE só deram início à coleta de informações sobre greves em 1983. Há, portanto, outra diferença entre os bancos de dados do NEPP e do CEBRAP. O primeiro tem como fonte original as informações do DIEESE e do MTb, realizando o trabalho de compatibilização e sistematização das duas fontes. Posto que cada uma destas deixa de identificar greves detectadas pela outra, o banco de dados do NEPP, para todos os anos, apresenta número maior de greves que os dados oficiais divulgados pelo MTb. A fonte dos anos cobertos pelo CEBRAP era principalmente a imprensa e secundariamente o boletim Aconteceu, publicado pelo CEDI.
- É necessário também um esclarecimento sobre a confiabilidade dos dados apresentados neste trabalho. O fato de utilizarmos diversas fontes, e essas fontes, por sua vez, construírem seus dados a partir de outras fontes originais diferentes (o DIEESE se baseia principalmente em informações dos sindicatos e da imprensa e o MTb utiliza dados das DRTs e também da imprensa), coloca-nos problemas tanto de procedimentos, quanto de confiabilidade das informações.
- Em 1988, uma série de encontros reunindo representantes do NEPP, do Ministério do Trabalho, do DIEESE e do DESEP-CUT possibilitou avançar na padronização de critérios. Além disso, na equipe do NEPP, adotamos um conjunto de procedimentos para compatibilizar os dados do DIEESE e do MTb - parte deles está descrita no "manual de codificação" e no "Livro de Códigos" - ver anexo, no Volume II.
- Quanto à confiabilidade dos dados, deve-se esclarecer que o maior risco é que este banco de dados subestime o número de greves. Porém, o grande número de paralisações, curtas, de pequenas empresas ou em pequenos municípios, captadas tanto pelo DIEESE como pelo MTb, leva-nos a supor que o volume de conflitos registrado esteja próximo do real.
- Há ainda outros dois aspectos que indicam a consistência dos dados: primeiro, as tendências gerais apontadas ao longo dos anos pelos dados do DIEESE e do MTb são bastante semelhantes

entre si, apesar das diferenças de número de conflitos - problema que desaparece no banco de dados do NEPP, pois juntamos as duas fontes; segundo, a análise da evolução dos dados do banco do NEPP é bastante coerente com as alterações conjunturais desses anos - como pretendo demonstrar nesta dissertação. Por fim, um argumento pouco "científico": estes são os dados disponíveis e, creio, consistente o bastante para a análise das tendências gerais da década.

- (7) Na impossibilidade de uma classificação precisa dos diversos segmentos profissionais, definimos como ACM as categorias do setor terciário onde predominam profissionais de alta qualificação, com curso superior, ou ainda categorias onde predominam "white-collars". Médicos, professores e bancários são as categorias típicas e mais expressivas desse segmento. Além destes e outros profissionais similares, a maior parte das greves de funcionários públicos foram incluídas neste grupo, embora em geral englobem ACM e TBS. O grupo de "TBS" foi definido por contraposição ao anterior: são assalariados, também do setor terciário, com baixa qualificação profissional ou menor grau de instrução e, em princípio, menores rendimentos. As categorias mais expressivas deste segmento são: motoristas, cobradores, funcionários de estabelecimentos de ensino e de saúde (exceto professores e médicos), comerciários em geral, funcionários do correio e outros grupos específicos dos setores público e privado - o detalhamento da classificação de todas as categorias pode ser conferido no "Livro de Códigos". Assim, a distinção entre ACM e TBS não tem a mesma natureza nem o mesmo grau de precisão da contraposição destes dois grupos com os "TI"; servem apenas como parâmetro adicional, útil à análise tal como utilizado por Tavares de Almeida (1983).
- (8) Deve-se notar que os números divulgados pelo presidente diferem daqueles apresentados ao longo deste trabalho. Curiosamente também não correspondem aos dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho - os quais também apresentam discrepância com os dados do NEPP por razões técnicas, explicadas na nota 6. Na época, técnicos do Ministério do Trabalho não sabiam explicar qual fonte havia sido utilizada pelo presidente.
- (9) Entrevista concedida a E. Noronha em 4 de agosto de 1987.
- (10) Com base em estatísticas, o estudo mais abrangente sobre greves na América Latina foi realizado por Francisco Zapata (1986). Nele o autor analisa a história do conflito sindical em cinco países: Argentina (com dados do final dos anos 20 até 1974); Chile (meados da década de 40 a 1973); México (de 1935 a 1980); Peru e Venezuela (com dados do início década de 60 até início dos anos 80..
- (11) Justificando alguns casos que escapam do seu modelo de análise, Korpi & Shalev afirmaram: "The relatively long participation of social democratic parties in the government of Finland and Italy does not reflect a stable or very important degree of political control, since in these countries the left has been about evenly split between communists and social democrats and the bourgeois parties have dominated in the electorate as well as in the governments" (Korpi & Sha-

- lev, 1980, p. 323).
- (12) Esse argumento foi desenvolvido por Humprey (1982).
 - (13) Não é objeto desta dissertação avançar nas comparações entre Brasil e Espanha. Tal argumentação visa apenas levantar a hipótese de que o grande crescimento das greves desses países foram potencializados pelas características descritas dos regimes burocráticos autoritários.
 - (14) Sobre as alterações na nova constituição na área trabalhista, ver Rodrigues (1989), e sobre as tentativas de pacto no Brasil, ver Tavares de Almeida (1985, 1987).
 - (15) Embora não existam dados desagregados por setor para a Espanha, a bibliografia ressalta apenas o papel do setor privado com predominância das greves industriais.
 - (16) "... a heterogeneidade e desorganização do setor popular brasileiro, marcada pela herança escravagista, posteriormente refletida, ao mesmo tempo que reforçada por um flexível e - nesse sentido - eficiente sistema de dominação social, tem resultado numa relativa ausência e, também, numa particular presença. A relativa ausência - mitigada durante breves períodos no passado e, atualmente, a partir da onda de greves de 1978/79 - é a de um setor popular que principalmente através de sindicatos ou partidos políticos (sejam ou não 'classistas' ou 'catch-all'), um grau de organização suficientemente sólido, identidades coletivas suficientemente compartilhadas no seu interior e diferenciadas o bastante com relação a outras classes, como para impor por direito próprio sua condição de ator na política nacional. A particular presença é a de uma burguesia que se constitui como sujeito social e político quase sem outro interlocutor que um aparato estatal com o que - por isso mesmo - tem se relacionado tão simbioticamente" (O'Donnell, 1988b, p. 76).
 - (17) A Central única dos Trabalhadores foi criada em agosto de 1983 e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), embora tenha sido criada enquanto central sindical somente em 1986, desde novembro de 1983 o grupo que lhe deu origem, em oposição à CUT, aglutinava-se em torno da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). Sobre a formação das centrais sindicais, suas concepções, diferenças e pesos políticos, ver Leôncio Rodrigues (1990C, 1991), textos nos quais me apoio.
 - (18) Baseado em informações da própria CUT, um balanço realizado por Leôncio Rodrigues indica que "entre os metalúrgicos, dos quinze maiores (sindicatos), dez seriam cutistas; entre os bancários e telefônicos, quatro dos cinco maiores estariam com a CUT; entre os petroleiros, ela teria dois entre os cinco maiores; e, entre os químicos e petroquímicos, todos os três maiores" (Rodrigues, 1990C, p. 117).
 - (19) Com diferenças de ênfases esta análise se aproxima e se apoia fundamentalmente no artigo de Maria Hermínia Tavares de Almeida. Nele, a autora afirma:
"Não tendo se transformado em protagonista político, o sindicalismo brasileiro encontrou, até o momento, dificuldades para definir canais de expressão significativos através do sistema partidário."

"A preferência eleitoral da massa trabalhadora pelo PMDB na maioria dos estados brasileiros, nos pleitos posteriores à reforma eleitoral que liquidou o bipartidarismo, não tem correspondência de espécie alguma em termos de poder nas instâncias de decisão do partido. Os sindicatos não constituem um grupo de pressão politicamente relevante no interior da agremiação, ainda que muitas lideranças sindicais estejam a ele filiadas.

"Algo semelhante ocorre com o PDT, que parece ter recolhido, no Rio de Janeiro, parte dos sufrágios da população trabalhadora (...).

"Por seu turno, os partidos comunistas organizam algumas lideranças sindicais de peso, mas sua ascendência sobre o movimento trabalhador, assim como sua expressão política e eleitoral, é reduzida e cadente.

"Finalmente, o Partido dos Trabalhadores, nascido do impulso do "Novo Sindicalismo" no ABC paulista, enfrenta duas ordens de problemas, de cuja solução depende seu futuro. De um lado, parece encontrar dificuldades para estender suas bases eleitorais a outros segmentos da população trabalhadora fora de seus redutos de origem (...). De outro lado, vivem o dilema de definir seu lugar no sistema político. Oscila entre uma atuação característica dos 'partidos de protesto' (...) exprimindo e afirmando a experiência de exclusão política dos trabalhadores; e uma ação mais aparentada aos partidos socialista ou trabalhistas europeus, que entraram de cheio no jogo eleitoral típico das democracias (...).

Voto e identificação partidária do eleitorado trabalhador e filiação partidária das lideranças sindicais concentram-se, segundo padrões diferentes, em agremiações diversas, espelhando um modo de relação entre camadas trabalhadoras, movimento sindical e sistema partidário ainda em formação. Se é certo a hipótese de Castles, que associa o peso político do movimento trabalhador à unidade entre sua representação sindical e sua identidade político-partidária, a reduzida importância política dos trabalhadores brasileiros tem algo a ver com uma situação em que aquela unidade está muito longe de existir." (Tavares de Almeida, 1988, pp. 362-363).

- (20) A fraqueza política dos sindicatos deve ser relativizada em dois sentidos. Primeiro, porque apesar de sua incapacidade de alterar as decisões governamentais, a partir de 1985 os sindicalistas conquistaram o status de interlocutor válido do governo - como será argumentado no Capítulo II. O segundo, refere-se às conquistas sindicais na Constituição de 1988, entre elas a redução da jornada de trabalho e a ampliação do direito de greve, que indicam maior força política. De todo modo, essas considerações não retiram a validade do argumento para o período aqui analisado (1978-1987) e, particularmente, durante o governo Figueiredo.
- (21) Os principais artigos citados por J. Humprey são o de Rodrigues (1970), e o de Tavares de Almeida (1978).
- (22) Tavares de Almeida, já em 1983, em seu artigo "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança" exprimia as duas possibilidades abertas e grande parte das questões ali colocadas permanecem atuais.

- (23) A mais recente e radical crítica à estrutura sindical foi realizada por Boito Jr. (1988). A radicalidade da crítica do autor está na sua discordância dos estudos que admitiram que alguns dos elementos corporativos da estrutura sindical (a "unicidade" e a contribuição sindical), embora fundamentalmente perniciosos à ação política dos trabalhadores, foram, sob certos pontos de vista ou em determinados momentos, favoráveis à sua organização. Além disso, Boito Jr. denuncia o descompasso entre o discurso e a prática da CUT frente à estrutura sindical.
- (24) Argumento semelhante foi desenvolvido por Rodrigues (1990c) em seu livro sobre a CUT.
- (25) Segundo Mattoso & Oliveira, grosso modo, três posições se colocavam na época: "o das 'oposições sindicais' propunham a substituição da CLT por um código do trabalho, privilegiavam a criação de comissões de fábrica e menosprezavam os sindicatos; o dos 'sindicalistas combativos' propunha a 'democratização' e utilização mais agressiva da estrutura oficial e não aceitavam a idéia de comissões de fábrica fora do controle do sindicato; o de alguns sindicatos mais conservadores, federações e confederações que reivindicavam autonomia sem pretender mudanças no sistema confederativo" (Mattoso & Oliveira, 1990, p. 21).
- (26) Digo "indício" porque os dados da Tabela 32 são dos menos confiáveis da pesquisa, seja pela grande quantidade de greves sem informação, seja pela imprecisão das fontes (DIEESE e Ministério do Trabalho) quanto ao tema.
- (27) Este argumento foi-me sugerido por Armando Boito Jr. De fato, sabe-se que a Justiça do Trabalho muitas vezes define reajustes intermediários entre o pleiteado pelos trabalhadores e o oferecido pelos empregadores. A validade dessa hipótese entretanto dependeria da comprovação de que tais reajustes (ou outros pontos das pautas de reivindicações) tenham sido com frequência considerados suficientemente bons para que os dirigentes e a base sindical decidissem pelo término da greve. A existência do mecanismo de "sentença normativa" não justifica, por si só, o encerramento das greves, pois muitas delas prosseguiram mesmo após a decretação de sua ilegalidade.
- (28) O dado "taxa de conquista" contém uma série de problemas para serem analisados, e por essa razão deve ser entendido como um indicador genérico. Para sua construção os resultados gerais das reivindicações foram classificados em 4 grupos: A) Reivindicações totalmente atendidas; B) Reivindicações atendidas nos principais itens; C) Reivindicações atendidas nos itens secundários; D) Reivindicações não atendidas (esse procedimento, embora baseado em critérios, implica decisões mais ou menos arbitrárias da interpretação de cada codificador). A taxa (T) aqui apresentada dá pesos diferenciados a cada um dos resultados e é calculada da seguinte forma: a somatória do dobro da frequência de "A" mais a frequência de "B", subtraídas da frequência de "C" com o dobro da frequência de "D". O resultado é dividido pela somatória de "A", "B", "C", "D": $T = [(2A+B)-(C-2D)]/(A+B+C+D)$. Portanto, a variação da taxa é: (+2.....-2). Um problema dessas taxas é

que não são comparáveis o grau de dificuldade de conquistas das greves de categorias com as de empresas - por isso, a diferença entre metalúrgicos (com maior proporção de conflitos por empresa) e bancários (em geral greve de categoria) pode não ser tão expressiva. Por fim, deve-se notar que parte das categorias com alto grau de desrespeito tem bons índices (ver Tabela 13). Isso pode estar ligado ao fato de que tais reclamos são justamente os mais facilmente atendidos (ver Tabela 16). Outra hipótese é de que suas reivindicações sejam mais "realistas" e por isso mais atendidas. Assim, esse indicador parece se prestar menos a comparações entre categorias do que entre grandes segmentos ou para a análise da evolução no tempo de uma mesma categoria. As evoluções das taxas dos setores público e privado são bastante consistentes entre si (as do público sistematicamente mais baixas - Gráficos 40, 40A) e frente às conjunturas de cada ano - como será abordado no cap 11. Vale assinalar que o grau maior de atendimento às reivindicações do setor privado reforça o argumento da maior rigidez das negociações do setor público. O número de greves com informações sobre os resultados variou, ao longo dos anos e para os diferentes segmentos, em torno de 20% a 40% das greves (Tabela 13A). Os gráficos construídos fornecem dados sobre a taxa de segmentos cujo número de informações atendessem a dois critérios: ser maior do que 10 greves e representar ao menos 20% de cada segmento. A Tabela 13 entretanto apresenta as taxas de diversos outros segmentos. O grau de representatividade de cada um deles pode ser observado pela Tabela 13a.

- (29) Sobre salários no setor público, ver Ramos & Santos (1988), e Maia & Saldanha (1988).
- (30) As informações sobre emprego e salários do setor público aqui apresentadas baseiam-se em estudo elaborado por técnicos da Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho: Saldanha, Rosângela et alii; "Emprego e Salário no Setor Público Federal", Brasília: MTb, SES, 1988. Os dados foram estimados a partir da RAIS e da PNAD de 1985.
- (31) Os anos de 1988 e 1989 não indicam alterações de tendências do período 1985-1987. Os indicadores de 1988 são muito próximos aos de 1987 e em 1989 houve crescimento generalizado de todos os indicadores de greve (número, jornadas, grevistas e média de dias parados) para a maioria dos segmentos de ambos os setores, público e privado. Ainda é cedo para afirmar se o governo Collor representará rupturas ou continuidades do conjunto de características do conflito trabalhista vigentes durante o governo Sarney. Mas informações preliminares dos conflitos de 1990 e 1991 não revelam alterações do padrão ou das tendências dos anos anteriores. Dados do Ministério do Trabalho indicam queda nestes dois anos em relação a 1989, o que significaria o primeiro ano, pós-85, de retração do movimento. Mas, apesar da queda, o nível de conflito ficou próximo ao do período 1985-1988.
- (32) Esta pesquisa não inclui as greves rurais, mas segundo o Ministério do Trabalho, em 1990 ocorreram apenas 37 greves rurais, o que representa 1,6% do total (2370 greves) do ano.

- (33) Vale relembrar que número de greves e jornadas perdidas do grupo que aqui chamamos de "Assalariados de Classe Média" (ACM) está, em todos os anos, até certo ponto "inchado" por considerarmos como pertencente a esse grupo a maior parte do funcionalismo público - setor bastante numeroso e que se caracteriza por greves longas.
- (34) Como se pode ver no "Livro de Códigos do NEPP" (válido a partir de 1983), as categorias profissionais foram definidas com base na classificação da CLT que, de forma geral, define a abrangência dos sindicatos o que, por sua vez, costuma definir a abrangência máxima de uma greve. Isto é, a greves normalmente atingem todas as empresas pertencentes e um mesmo sindicato ou parte delas; raramente envolvem trabalhadores filiados a mais de um sindicato. Por essa razão, a classificação da CLT é bastante apropriada para o estudo de greves. Contudo, no caso do setor público, a inexistência de sindicatos de um lado, e a proliferação de associações de servidores, de outro, dificultam a definição de categorias com o mesmo grau de precisão existente para o setor privado. Assim, optamos por seguir a classificação da CLT onde fosse possível e criar "categorias" específicas para a área pública. Tais categorias foram criadas a partir de uma análise preliminar da forma como os servidores públicos se agrupam para a deflagração de greves. Cinco códigos especiais foram criados (códigos 54 a 58). O primeiro diz respeito às greves específicas de secretarias (de qualquer esfera de governo), ministérios e órgãos assemelhados; o código 55 contrapõe-se ao primeiro e registra o que chamamos de "greve geral dos servidores públicos", o que inclui três tipos diferentes de greves gerais: as paralisações de todos os servidores de um determinado município, Estado ou dos funcionários públicos federais. Além destes foram destacadas com códigos específicos as greves dos funcionários do correio e do judiciário. Para todos os outros segmentos do setor público (metalúrgicos, professores, empresas de telecomunicações etc.), utilizamos o mesmos códigos do setor privado. Nesses casos, a distinção dos setores é feita através do cruzamento com a variável "V6".
- (35) Pela Tabela 15 pode-se ver que cerca de 70% das greves, nos diversos períodos, incluíam ao menos uma reivindicação salarial. Com outro critério (Tabela 17) vê-se que as cláusulas salariais representam 43,8% do total e que boa parte das greves incluíam mais de uma demanda salarial, de forma que o número de cláusulas desse item supera o de greves.
- (36) Para uma análise mais detalhada da evolução das negociações coletivas ver Tavares de Almeida (1981), (1983A), (1985).
- (37) O Livro de Códigos admite até 7 reivindicações por greve, o que, em 99% dos casos foi suficiente, pois as fontes, DIEESE e Ministério do Trabalho, restringem-se a poucos itens, em média 2,5 por greve (Tabela 17). Sabe-se entretanto que a estratégia dos sindicalistas nas negociações é apresentar pautas muito extensas. As fontes portanto realizam uma pré-seleção das principais cláusulas.
- (38) A escala do resultado específico de cada cláusula varia de +1 a -1, diferente do resultado geral das reivindicações das

greves, onde sua variação é de +2 a -2 (ver NOTA-28). Isto se deve ao fato de que o "resultado geral" foi classificado em 4 grupos (A) Reivindicações totalmente atendidas; B) Reivindicações atendidas nos principais itens; C) Reivindicações atendidas nos itens secundários; D) Reivindicações não atendidas) e o resultado específico de cada cláusula em três grupos: A) Reivindicação atendida; B) Parcialmente atendida; C) Não Atendida. Neste caso, a fórmula utilizada foi:

$$(A - C) / (A + B + C).$$

- (39) Por problemas técnicos não foi possível calcular separadamente as taxas desses dois subgrupos de cláusulas.
- (40) Maria da Glória Bonelli dos Santos (1987) vincula o crescimento das ações coletivas e das greves de segmentos de classe média (especialmente médicos e professores) à perda ou à "incongruência de status" vivida por diversos grupos profissionais a partir do final da década de 70: "Se durante o 'milagre econômico' constatava-se uma congruência entre a posição econômica da classe média e seu status social, na crise este equilíbrio se rompe. (...) Com a crise econômica emerge um período de discrepância de status que transforma-a num ator político ressentido, aprofundando o cenário de instabilidade." (p. 27).
- (41) Segundo Argelina Figueiredo (1975), entre 1964 e 1967 o Ministério do Trabalho interveio em cerca de 70% dos sindicatos com mais de 5000 filiados, 38% com 1000 a 5000 membros e 19% com menos de 1000 associados.
- (42) É certo que os sindicatos não perderam toda a sua capacidade de resistência. A esse respeito, Aloízio Mercadante Oliva (1988), em sua dissertação, mostra como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema manteve-se ativo. Nesse sentido também, Antunes (1988), baseando-se na bibliografia sobre o tema, mostra uma série de ações de resistência e protesto realizadas nas fábricas do ABC no período anterior a 1978.
- (43) PME - Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Taxa de desemprego (30 dias), média das regiões metropolitanas.
- (44) As informações sobre a política salarial do período apoiam-se fundamentalmente em Junho Pena (1986). Conforme a autora, "...em dezembro de 1980 consumou-se mais uma intervenção do governo na área salarial. A Lei nº 6.886, também enviada pelo Executivo ao Congresso e aprovada por decurso de prazo, de certa forma veio restaurar o projeto do ano anterior, modificado na comissão do senador José Lins. A nova lei manteve o estabelecido na anterior para a faixa de até três salários mínimos, porém subdividiu a faixa seguinte em duas outras: a primeira, até 5 salários-mínimos, seria reajustada em 80% do INPC e a outra, de 15 a 20 salários em apenas 50%. A partir daí, o fator de reajuste deveria ser negociado" (p. 41).
- (45) Anuário Estatístico do Brasil, apud. Tavares de Almeida (1985), p. 18.
- (46) Em janeiro de 1983 o governo elabora o decreto 2012 que previa reajustes semestrais automáticos de 100% do INPC para os trabalhadores com renda de até 3 salários-mínimos, 95% até 7 S.M., 80% até 15 S.M., 50% até 20 S.M. e reajustes negocia-

dos para rendas superiores a 20 salários - os índices de reajustes para todas as faixas de renda eram cumulativos ou seja, sofriam o efeito "cascata", como ficou conhecido.

Segundo Junho Pena, o decreto respondia às pressões de empresários e do FMI, cuja missão havia recém-chegado ao Brasil naquela época. Na visão de ambos, a política salarial incentivara a rotatividade de mão-de-obra, o desemprego e contribuía para alimentar a inflação. Os sindicalistas, por sua vez, mobilizaram-se para rejeitá-lo, posto que a alteração impunha evidentes perdas, não apenas para a primeira faixa salarial, mas para todos aqueles com renda inferior a 10 salários. Ainda conforme a autora, paradoxalmente o 2012 gerou predisposições críticas contra maiores cortes nos salários. Os empresários passam a afirmar que as altas taxas de juros, e não os salários, eram o principal fator inflacionário, e a oposição, fortalecida no Congresso pelas recentes eleições, passa a contar com o apoio de dissidências do PDS insatisfeitas por não serem consultadas pelo governo federal quanto à matéria.

Em maio novo decreto (2024) é enviado ao Congresso; este era uma versão levemente modificada e negociada com o PTB, em troca de cargos no Executivo, visando ao seu referendo pelos parlamentares.

Mas, em junho, isoladamente, o governo remete ao Congresso o novo decreto (2045) que estabelecia reajustes semestrais de 80% do INPC para todas as faixas de renda e ainda acabava com a negociação do índice de produtividade, que passaria a ser determinado pelo Poder Executivo com base na variação do produto real 'per capita'; a negociação em torno da produtividade havia não apenas se tornado prática comum mas transformara-se no recurso utilizado pelos trabalhadores para elevar os índices dos reajustes.

Segundo Junho Pena, o envio do DL nº 2045 ao Congresso antes mesmo da votação do DL nº 2024 e, portanto, o claro desrespeito que isto significou aos novos aliados, esteve na origem da recusa a este último decreto - apenas três deputados do PTB não o rejeitaram, além de 11 pedessistas terem votado com as oposições (cf. Junho Pena, 1986, p. 47). Contribuíram também para a recusa as pressões dos trabalhadores, através de greves ou manifestações, e o próprio sentimento dos congressistas de que sua autonomia estava ameaçada.

- (47) Sobre os preparativos desta primeira tentativa de greve geral, ver Castro (1988).
- (48) O número de grevistas do dia de maior adesão representa 50% da categoria (cf. Boletim DIEESE, junho, 1983).
- (49) Sobre os projetos de lei de greve e os debates recentes sobre a estrutura sindical, ver Noronha & Tavares de Almeida (1988).
- (50) Cf. Veja, 18/09/85. Sobre a greve dos bancários, ver também Blass (1988), e Vazquez (1988).
- (51) A queda de jornadas do setor público derivou da predominância de paralisações mais curtas e menos abrangentes. A redução da média de grevistas (apesar do crescimento do número de grevistas) se deu em função da contínua expansão das greves entre os servidores municipais, cuja base é naturalmente

menos numerosa. Não se pode, portanto, no caso do setor público, perceber uma alteração de estratégia, de descentralizar as greves

- (52) Jornal do Brasil, 28/04/86.
- (53) Cf. entrevista concedida a M. H. Tavares de Almeida e E. Noronha em 22 de julho de 1987.
- (54) Cf. entrevista concedida a E. Noronha em 4 de agosto de 1987.
- (55) As estimativas de adesão à greve geral são, como sempre, muito variadas. Autoridades do SNI calcularam em torno de 10 milhões de trabalhadores; na grande imprensa divulgou-se números em torno de 9 milhões e, segundo a CUT, 25 milhões.
- (56) Sobre esse tema, ver Tavares de Almeida (1987).
- (57) A primeira reunião do pacto ocorreu no dia 18 de dezembro e a última no final de janeiro. Ao todo foram realizados 15 encontros, sendo que em três deles houve a participação conjunta de empresários, trabalhadores e governo.
- (58) No nível ministerial, desde janeiro discutia-se a alteração da política salarial e o fim da escala móvel. Algumas associações empresariais propunham o fim do gatilho ou que ele continuasse valendo apenas para os segmentos com baixos salários. Por outro lado, os sindicalistas propunham reajustes mensais ou que o gatilho disparasse com taxas de inflação inferiores a 20%.
- (59) Dado fornecido pela Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas à Gazeta Mercantil (22 de agosto de 1986).
- (60) Cf. Jornal da Tarde, 2 de abril de 1987.
- (61) Dado fornecido por Julio Capobianco, presidente do Sindicato da Construção Civil de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo (Sinduscon) à Folha de S. Paulo (17 de dezembro de 1987).
- (62) Folha de S. Paulo, 22 de maio de 1987.
- (63) Veja, 6 de maio de 1987.
- (64) Para maiores detalhes sobre o mecanismo de reajuste salarial baseado na URP, ver Mattoso (1989).
- (65) Cf. Boletim DIEESE, dezembro de 1987.
- (66) Cf. Debate Sindical, ano I, n.º 5, julho de 1987. Publicação do DESEP - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT.
- (67) De uma amostra de 535 greves no setor privado, 60 incluíam a reivindicação de redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Dessas 60, apenas 4 foram atendidas pelos empresários, 2 atendidas parcialmente e 29 (82,9%) totalmente rejeitadas. Para as 25 restantes não foi possível obter informações quanto ao resultado das negociações. A partir da mesma amostra, constatamos que nenhuma greve incluía qualquer item contrário à redução salarial causada por acordos que reduziam a jornada de trabalho.
- (68) Cf. O Estado de S. Paulo, 6 de maio de 1987.
- (69) Numa amostra de 18 greves no setor privado nas quais obtivemos informações sobre o resultado desta reivindicação, somente em uma delas não houve o atendimento ao pedido. Avaliação semelhante foi feita pelo DESEP da CUT: ver Debate Sindical, n.º 5, julho de 1987.
- (70) Cf. O Estado de S. Paulo, 14 de março de 1987.
- (71) Cf. O Estado de S. Paulo, 17 de junho de 1987.

- (72) Cf. O Estado de S.Paulo, 8 de março de 1987.
- (73) Cf. O Estado de S.Paulo, 11 de março de 1987.
- (74) Cf. Veja, 1º de abril de 1987.
- (75) Cf. O Estado de S.Paulo, 21 de agosto de 1987.
- (76) Cf. Boletim DIEESE, novembro de 1987.
- (77) Apesar de as taxas de conquista das reivindicações do setor privado terem sido pouco superiores às do setor público, e em alguns casos, como os metalúrgicos do ABC, claramente negativas, a postura mais negociadora de parte a parte evitou a eclosão de diversas greves (Gráficos 40, 44a, 45, 48a).
- (78) Incluindo os anos de 1990 e os 6 primeiros meses de 1991, cujos dados do Ministério do Trabalho aponta níveis de conflitos próximos ao do período 1985-1988. Vale lembrar que, embora não sejam inteiramente compatíveis, os dados recentes do Ministério do Trabalho, por utilizarem metodologia próxima à do NEPP, são razoavelmente passíveis de comparação. Além disso, dado que a principal diferença entre as duas fontes é a incorporação pelo NEPP das informações do DIEESE, normalmente os indicadores do MTb ficam em níveis mais baixos que os do NEPP.
- (79) Sobre a CUT e a história recente das centrais sindicais ver Leôncio Rodrigues (1990c, 1991).

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Laís Wendel (1986)
O Resgate de Dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo).
 Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- ANTUNES, Ricardo (1989)
A Rebelião no Trabalho (o confronto no ABC paulista: as greves de 1978/80). São Paulo: Ensaio, Campinas: Editora da UNICAMP.
- ASHENFENTER & JOHNSON (1969)
 "Bargaining theory, trade unions and industrial strike activity". American Economic Review, 40.
- BLASS, Leila Maria da Silva (1988)
 "A Greve: uma festa. A paralisação nacional bancária de setembro de 1985 em São Paulo". Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- BOITO Jr., Armando (1988).
O Sindicalismo de Estado no Brasil. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP.
- BORDOGNA, Lorenzo & PROVASI, Gian Carlo (1989)
 "La conflittualità". In: Gian Primo Cella & Tiziano Treu, Relazioni Industriali. Bologna: Il Mulino, pp. 275-305.
- BOSCHI, Renato (1986)
 "A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982". Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 1, nº 1, pp. 30-42.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1983)
 "O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro". DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 26, nº 1, pp. 9-27.
- CARVALHO, Rui de Quadros & SCHMITZ, Hubert (1990).
 "O fordismo está vivo no Brasil". Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 7, pp. 148-156.
- CASTRO, Pedro (1986)
A Greve na Crise do Brasil Pós Milagre. Tese de doutoramento apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DEHESA, Guilherme de la (1989)
 "A política econômica da transição democrática". In: A Transição Que Deu Certo. O exemplo da democracia espanhola. São Paulo: Trajetória Cultural, pp. 53-73.

- DIEESE (1975)
 "10 anos de política salarial". Estudos Sócio-Econômicos,
 São Paulo, v. 1, nº 3.
- FIGUEIREDO, Argelina C. (1975)
Política Governamental e Funções Sindicais. Tese de Mestrado
 apresentada à Universidade de São Paulo.
- HICKS, J.R. (1957)
The Theory of Wages. Gloucester, Mass.: Peter Smith.
- HUMPREY, John (1982)
Fazendo o "Milagre": controle capitalista e luta operária na
 indústria automobilística brasileira. São Paulo: CEBRAP, Pe-
 trópolis: Vozes.
- JUNHO PENA, Maria Valéria (1986)
 "A política salarial do governo Figueiredo: um ensaio sobre
 sua sociologia". DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de
 Janeiro, v. 29, nº 1, pp. 39-60.
- KORPI, Walter & SHALEV, Michael (1980)
 "Strikes, power and politics in the western nations,
 1900-1976". In: Maurice Zeitlin (ed.), Political Power and
 Social Theory. Greenwich, Connecticut: Jai Press.
- LAMOUNIER, Bolívar & SOUZA, Amaury de (1981)
 "Governo e sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80".
DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 24,
 nº 2, pp. 139-159.
- LAMOUNIER, Bolívar (1987)
 "Perspectivas de consolidação democrática: o caso brasilei-
 ro". Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.
 2, nº 4, pp. 43-64.
- LAMOUNIER, Bolívar (1989)
Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90. São Pau-
 lo: Loyola.
- LAMOUNIER, Bolívar (1990)
 "Antecedentes, riscos e possibilidade do governo Collor".
 In: Bolívar Lamounier (org.) De Geisel a Collor: o balanço
 da transição. São Paulo: Sumaré/IDESP, pp. 13-35.
- LULA [Luiz Inácio da Silva] (1980)
Entrevistas e Discursos. São Bernardo do Campo: ABCD Socie-
 dade Cultural.
- MARONI, Amnérís (1982)
A Estratégia da Recusa (análise das greves de maio/78). São
 Paulo: Brasiliense.

- MATTOSO, Jorge Eduardo (coord.) (1988)
 "Mercado de trabalho". In: Sônia Miriam Draibe (coord.), Brasil 1986: relatório sobre a situação social do país. Campinas: NEPP/UNICAMP, pp. 25-50.
- MATTOSO, Jorge Eduardo (coord) (1989)
 "Mercado de trabalho". In: Sônia Miriam Draibe (coord.), Brasil 1987: relatório sobre a situação social do país. Campinas: NEPP/UNICAMP, pp. 75-108.
- MATTOSO, Jorge Eduardo & OLIVEIRA, Marco Antonio (1990)
 "Crise Econômica e Desafios do Sindicalismo Brasileiro", Texto apresentado ao Seminário de Cientistas Sociais e Centrais ou Confederações Sindicais do Cone Sul e Brasil - "Crisis, Desafios y Respuestas del Sindicalismo del Cono Sul y Brasil para la década del 90", promovido pelo INCASUR - Instituto Internacional de Estudios y Capacitación Social del Sur, Montevideo, 16 a 20 de julho de 1990.
- MARAVALL, José Maria & SANTAMARÍA, Julián (1988)
 "A mudança política na Espanha e perspectivas de democracia". In: Guillermo O'Donnell, Phillippe C. Schmitter, Lawrence Whitehead (ed.), Transições do Regime Autoritário: Sul da Europa. São Paulo: Vértice, pp. 110-159.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena (1987)
Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 4 ed. Petrópolis: Vozes.
- NEPP/UNICAMP (1990)
 "São Paulo, Anos 90: transformações sociais, novas demandas e políticas de governo". Relatório final de pesquisa.
- NORONHA, Eduardo G. & TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (1988)
 "Relações trabalhistas". In: Sônia Miriam Draibe (coord.), Brasil 1986: relatório sobre a situação social do país. Campinas: NEPP/UNICAMP, pp. 51-96.
- NORONHA, Eduardo G. (1989)
 "Relações trabalhistas". In: Sônia Miriam Draibe (coord.), Brasil 1987: relatório sobre a situação social do país. Campinas: NEPP/UNICAMP, pp. 109-149.
- O'DONNELL, Guillermo (1988a)
 "Hiatos, instituições e perspectivas democráticas". In: Fábio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell (org.), A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, pp. 72-90.
- O'DONNELL, Guillermo (1988b)
 "Transições, continuidades e alguns paradoxos". In: Fábio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell (org.), A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, pp. 41-71.

- O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C. (1988c)
Transições do Regime autoritário: Primeiras Conclusões. São Paulo: Vértice.
- OFFE, Klaus e WIESENTHAL, Helmut (1984)
 "Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional". In: Klaus Offe, Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 56-118.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho (1986)
Year Book of Labour Statistics. Genebra: OIT.
- OLIVA, Aloizio Mercadante (1988)
Estado Autoritário e Desobediência Operária: os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- PIZZORNO, Alessandro (1973)
 "Los sindicatos y la acción política". In: Economía y Política en la Acción Sindical (Cuadernos de Pasado y Presente, nº 44). Córdoba: Pasado y Presente.
- POOLE, Michael (1986)
Industrial Relations: origins and patterns of national diversity. London: R.K.P.
- RAINHO, Luís Flávio & BARGAS, Osvaldo Martines (1983)
As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979). Juiz de Fora: FG/Esdeva.
- RAMOS & SANTOS (1988)
 "Mercados de Trabalho no Setor Público Federal: subsídios para o debate". Texto para discussão nº 9. Brasília: MTb/SES.
- REGINI, Marino (1986)
 "Greve". In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino (org.), Dicionário de Política. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, pp. 560-562.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1970)
Industrialização e Atitudes Operárias. São Paulo: Brasiliense.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1988)
 "Os Sindicatos na Nova Constituição", in Marchese, Osmar de Oliveira (org.), "Análise da Nova Constituição Federal ao Término do Primeiro Turno de Votação". Publicação do NEC - Núcleo de Estudos Constitucionais da UNICAMP.

- RODRIGUES, Leôncio Martins (1990a)
Partidos e Sindicatos: Escritos de Sociologia Política. São Paulo: Ática.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1990b)
"O sindicalismo nos anos 80: um balanço". São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 4, nº 1, pp. 11-19.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1990c)
CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1991)
"As tendências políticas nas transformações das centrais sindicais". In: Armando Boito Jr. (org.), O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. São Paulo: Paz e Terra, pp. 11-42.
- RODRIGUES, Leôncio Martins & RODRIGUES, Iram Jacome (1988)
"A Greve dos Nove Dias (Greve dos bancários de 1987)". São Paulo: FIPE.
- SALDANHA, Rosângela et alii (1988).
"Emprego e Salário no Setor Público Federal". Texto para discussão nº 5. Brasília: MTb/SES
- SANDOVAL, Salvador Antoni Mireles (1984)
Strikes in Brazil, 1945-1980. Tese para obtenção do título de Doctor of Philosophy (Political Science), apresentada à Universidade de Michigan.
- SANTOS, Maria da Glória Bonelli (1987)
"A Classe Média do 'Milagre' à Recessão: mobilidade social, expectativas e identidade coletiva". Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, Água de São Pedro.
- SHALEV, Michael (1983)
"Strike and crises: industrial conflict and unemployment in the western nations". Economic and Industrial Democracy, London, Beverly Hills and New Delhi, v. 4, pp. 417-460.
- SIMÃO, Azis (1981)
Sindicato e Estado. São Paulo: Ática.
- SKIDMORE, Thomas (1988)
Brasil: de Castelo à Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (1978)
"Desarrollo capitalista y acción sindical". Revista Mexicana de Sociologia, 40 (2).
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (1981)
"Tendências recentes da negociação no Brasil". DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, pp. 161-190.

- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (1983)
 "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança".
 In: B. Sorj e M.H. Tavares de Almeida (ed.), Sociedade e Política no Brasil pós - 64. São Paulo: Brasiliense, pp. 191-214.
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (1983a)
 "Novas demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década". DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 26, nº 3, pp. 265-290.
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (1985)
 "Sindicalismo Brasileiro e Pacto Social". Novos Estudos CE-BRAP, São Paulo, nº 13, pp. 14-28.
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (coord.) (1987)
 "Pacto social na Nova República". In: Mercado de Trabalho Brasileiro - estrutura e conjuntura. Ministério do Trabalho/Instituto de Economia Industrial/UFRJ, pp. 185-200.
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (1988)
 "Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia". In: Fabio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell (org.), A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, pp. 327-367.
- TILLY, Charles (1978)
From Mobilization to Revolution. Ann Arbor, Michigan: Addison-Wesley.
- VAZQUEZ, Petilda Serva (1988)
 "Bancários: uma categoria na vanguarda do sindicalismo brasileiro". Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da AN-POCS, Aguas de São Pedro.
- ZAPATA, Francisco (1986)
El Conflicto Sindical en América Latina. México, D.F.: El Colegio de México.

Eduardo Caruti Moronha

GREVES NA TRANSIÇÃO BRASILEIRA

VOLUME II - ANEXOS

- . Livros de Códigos
- . Tabelas e Gráficos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CAMPINAS - SÃO PAULO

- 1992 -

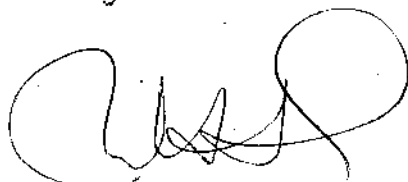
Eduardo Garuti Noronha

GREVES NA TRANSIÇÃO BRASILEIRA

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em / /1992.

Orientadora:



Profa. Dra. Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida

Fevereiro de 1992 *

Comissão Julgadora:

Eduardo Garuti Noronha

Orientadora: Prof. Dra. Maria Hermínia Tavares de Almeida

GREVES NA TRANSIÇÃO BRASILEIRA

VOLUME II - ANEXOS

SUMÁRIO

1. LIVROS DE CÓDIGOS

. NEPP - Válido para greves a partir de 1983

. Manual de codificação

. NEPP/CEBRAP - Válido para greves de 1978 à 1982

2. ANEXO DE TABELAS E GRÁFICOS

. Tabelas

. Gráficos

LIVROS DE Códigos

ACOMPANHAMENTO DE GREVES NO BRASIL

LIVRO DE CÓDIGOS

(Válido para greves a partir de 1983)

NEPP - UNICAMP

NEPP/UNICAMP - NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
ACOMPANHAMENTO DE GREVES NO BRASIL
LIVRO DE CÉDIGOS (última versão: 25/03/90)

VARIÁVEL	COLUNAS	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
v1	1-4	número da greve	de 0001 a ... recomeça a cada ano
v2	5-6	ano	78, 79, etc
v3	7-8	mês	1 a 12 mês em que a greve foi iniciada
v4	9	fonte	1 Ministério do Trabalho 2 DIEESE 3 Ministério e DIEESE - utilizados dados de ambas as fontes 4 Ministério e DIEESE - só utilizados dados do DIEESE 5 Boletim Aconteceu
v5	10-11	categorias	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA 01 trabalhadores nas indústrias da alimentação (grupo 1) ti 02 trabalhadores nas indústrias do vestuário (grupo 2) ti 03 trabalhadores nas indústrias do mobiliário * (grupo 3) ti 04 trabalhadores nas indústrias da construção civil* (grupo 3) tcc 05 trabalhadores nas indústrias da construção de estradas, pavimentação etc * (grupo 3) tcc 06 trabalhadores nas indústrias de cimento e outros materiais de construção * (grupo 3) ti 07 trabalhadores nas indústrias urbanas (grupo 4) ta 08 trabalhadores nas indústrias extrativas * (grupo 5) exclui petróleo ti 09 trabalhadores nas indústrias extrativas * (grupo 5) só petróleo ti 10 trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem (grupo 6) ti 11 trabalhadores nas indústrias de artefatos de couro (grupo 7) ti 12 trabalhadores nas indústrias de artefatos de borracha (grupo 8) ti 13 trabalhadores nas indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas (grupo 9) ti 14 trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas (grupo 10) ti 15 trabalhadores nas indústrias do papel, papelão e cortiça (grupo 11) ti 16 trabalhadores nas indústrias gráficas (grupo 12) ti 17 trabalhadores nas indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmicas de louça e porcelana (grupo 13) ti 18 trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico (grupo 14) ti 19 trabalhadores nas indústrias de instrumentos musicais e brinquedos (grupo 15) ti 20 trabalhadores nas indústrias cinematográficas (grupo 16) ti 21 trabalhadores nas indústrias de beneficiamento (grupo 17) ti 22 trabalhadores nas indústrias de artesanatos em geral (grupo 18) ti

VARIÁVEL	COLUNAS	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
v5	10-11	categorias	23 trabalhadores industriais - outros t1 ou greves que envolvem mais de uma categoria acima listada - listar à parte todos os casos. t1 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO 24 trabalhadores do comércio atacadista, varejista e autônomos (grupos 1 e 2) tbs 25 trabalhadores do comércio armazenador (grupo 3) tbs 26 empregados em turismo e hospitalidade (grupo 4) tbs sub-grupo: saúde 27 só médicos - inclui setor público (prof.lib.) acm 28 só médicos residentes - inclui setor público acm 29 empregados de estabelecimentos de saúde (grupo 5) inclui setor público / exclui médicos e médicos residentes. tbs 30 (27 e/ou 28 + 29) greves conjuntas de médicos e/ou médicos residentes e/ou empregados de estabelecimentos de saúde (prof.lib + grupo 5) acm CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS E AÉREOS. 31 trabalhadores em transportes marítimos e fluviais (grupo 1) tbs sub-grupo: transportes aéreos 32 aeroviários *(grupo 2) tbs 33 aeronautas *(grupo 2) acm 34 outros trabalhadores em transportes aéreos ou greves conjuntas de aeroviários e outros trabalhadores em transportes aéreos *(grupo 2) tbs 35 (32 e/ou 34 + 33) greves conjuntas: aeronautas + aeroviários e/ou outros trabalhadores em transportes aéreos *(grupo 2) acm 36 estivadores (grupo 3) tbs 37 portuários (grupo 4) tbs 38 trabalhadores em empresas de pesca (grupo 5) tbs CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES TERRESTRES 39 ferroviários (grupo 1) tbs 40 rodoviários - empregados de escritório *(grupo 2) tbs 41 rodoviários - motoristas, cobradores, etc *(grupo 2) tbs 42 metroviários (grupo 4) tbs CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE 43 trabalhadores em empresas de comunicações/telecomunicações (grupo 1) tbs 44 trabalhadores em empresas de publicidade (grupo 2 - inclui rádio e TV) acm 45 trabalhadores em empresas jornalísticas (grupo 3 - só jornalistas) acm 46 trabalhadores em empresas jornalísticas (grupo 3 - outros: exclui jornalistas) tbs 47 (44 e/ou 45 + 46) jornalistas e outros trabalhadores de empresas jornalísticas (grupo 3 ou grupo 2 + 3) acm CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS BANCÁRIAS 48 bancários (grupo 1 - inclui economistas) acm 49 securitários (grupo 2) acm CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA 50 professores *(grupo 1 - inclui setor público) acm

VARIAVEL	COLUNAS NOME DA VARIAVEL	VALORES DA VARIAVEL
v5	10-11 categorias	51 empregados em estabelecimentos de ensino - exceto professores *(grupo 1 - inclui setor público) tbs 52 (50 + 51) greves conjuntas: professores + empregados de estabelecimentos de ensino *(grupo 1 - inclui setor público) acm 53 trabalhadores em empresas de difusão artística e cultural, de estab. de cultura física, e trab. em estab. hípicas (grupos 2 + 3 + 4) acm FUNCIONARIOS PUBLICOS (exclui médicos, professores e funcionários de estabelecimentos de ensino e saúde) 54 servidores públicos de secretarias, ministérios e órgãos assemelhados - acm 55 greve geral do funcionalismo público municipal, estadual ou federal - acm 56 funcionários do correio - tbs 57 funcionários do judiciário - acm 58 outros e combinações não previstas de funcionários públicos (listar à parte todos os casos) AUTONOMOS 59 carreteiros ou caminhoneiros (autônomos/frete) 60 taxistas (frota ou autônomos) TRABALHADORES RURAIS 61 trabalhadores rurais 70 trabalhadores em entidades sindicais tbs 99 sem informação (inclui greve geral)

VARIAVEL	COLUNAS NOME DA VARIAVEL	VALORES DA VARIAVEL
v6	12-13 tipo de setor	01 administração direta pública municipal (VER RELAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS) 02 administração direta pública estadual 03 administração direta pública federal 04 empresa estatal federal (ver lista) 05 setor privado 06 autarquias e fundações federais (ver lista) 07 qualquer combinação de administração pública direta 08 setor privado + administração direta pública (municipal, estadual ou federal) ou autarquias e fundações 09 empresa estatal (municipal, estadual ou federal) + empresa privada (ver lista) 10 empresa estadual (ver lista) 11 empresa municipal 12 autarquias e fundações estaduais 13 autarquias e fundações municipais 15 empresas privadas que prestam serviço exclusivamente para estatais - esse código só deve ser usado para casos evidentes 99 sem informação

v7	14 amplitude	1 um estabelecimento de uma empresa 2 vários ou todos os estabelecimentos de uma mesma empresa 3 várias empresas da mesma categoria 4 greve de categoria 5 grupo de categorias 6 greve geral 9 sem informação
----	--------------	---

VARIÁVEL	COLUNAS	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
v8	15-16	nº de empresas envolvidas	00 não se aplica (exceto código 3 da v7) 02 duas empresas 03 três empresas 04 ... 98 mais de 98 empresas 99 sem informação
v9	17	abrangência territorial	1 municipal 2 mais de um município 3 estadual 4 mais de um estado 5 nacional 6 greve geral 9 sem informação (anotar à parte todos os casos)
vi0	18-22	localização	xxxxx primeiro município ou estado (VER LIVRO DE CÓDIGOS DE CEP ANEXO E CÓDIGOS COMPLEMENTARES PARA GREVES ESTADUAIS NO FINAL DESTE LIVRO)
vi1	23-27	localização	xxxxx segundo município ou estado listar à parte todos os casos com mais de cinco municípios ou estados
vi2	28-32	localização	xxxxx terceiro município ou estado
vi3	33-37	localização	xxxxx quarto município ou estado
vi4	38-42	localização	xxxxx quinto município ou estado
vi5	43	decretação da greve	1 com participação do sindicato ou associação 2 sem participação do sindicato ou associação 9 sem informação
vi6	44	negociação da greve	1 com participação do sindicato ou associação 2 sem participação do sindicato ou associação 9 sem informação
vi7	45-46	nº de sindicatos e/ou associações envolvidas	00 não se aplica (quando código 2 ou 9 nas variáveis 15 e 16) 01 um sindicato ou associação 02 dois sindicatos ou associações 03 ... 99 sem informação
vi8 data-base)	47	data-base	1 sim (se a greve foi deflagrada no mês da data-base) (ver livros de 2 não 9 sem informação
vi9	48-50	duração/dias	000 não se aplica: menos de um dia de greve 001 um dia 002 dois dias 003 três dias 004 ... 999 sem informação

VARIAVEL	COLUNAS NONE DA VARIAVEL	VALORES DA VARIAVEL
v20	51 duração/horas	0 não se aplica se a informação está completa em dias 1 uma hora 2 duas horas 9 nove horas
v21	52-59 número de grevistas	00000010 dez grevistas 00000100 cem grevistas 99999999 sem informação
v22	60 participação da justiça do trabalho	1 participação DRT 2 participação TRT/TST 3 greve ilegal TRT/TST 4 greve ilegal - MT 5 greve legal - MT, TRT ou sem especificar 6 participação do Ministério do Trabalho 8 sem participação da justiça do trabalho ou ministério 9 sem informação
v23	61-62 punições	01 sem punição 02 demissão de grevistas 03 demissão da comissão de negociações 04 intervenção no sindicato 05 demissão de grevistas e intervenção 06 desconto de horas/dias parados 07 demissão de grevistas e membros da comissão de fábrica 08 prisão de grevistas 12 ameaça de punição de grevistas (outros) 13 intervenção do exército 14 confrontos com a polícia 99 sem informação

VARIAVEL COLUNAS NO ME DA VARIAVEL VALORES DA VARIAVEL

v24	63-65	1ª reivindicação	Os códigos abaixo são válidos para todas essas variáveis. Antes de decidir o código da reivindicação deve-se definir a que grupo ou sub-grupo ela pertence
v26	67-69	2ª reivindicação	
v28	71-73	3ª reivindicação	
v30	75-77	4ª reivindicação	
v32	79-81	5ª reivindicação	
v34	83-85	6ª reivindicação	
v36	87-89	7ª reivindicação	

GRUPOS E SUB-GRUPOS DE REIVINDICAÇÕES

000 NÃO SE APLICA (este código não pode ser usado na primeira reivindicação)

1XX REIVINDICAÇÕES SALARIAIS (exclui adicionais e gratificações)

11X REIVINDICAÇÕES DE NOVA PERIODICIDADE DE REAJUSTES

12X CONTRA A ALTERAÇÃO DA PERIODICIDADE DO REAJUSTE; PELA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIGENTE

13X REIVINDICAÇÕES RELATIVAS A REAJUSTES ESCALONADOS (DIFERENCIADOS SEGUNDO FAIXAS SALARIAIS)

14X a 15X : ÍNDICES SALARIAIS: 14X AUMENTO REAL DE SALÁRIO

15X REAJUSTES SALARIAIS

17X ABONOS E ANTECIPAÇÕES

19X OUTROS ITENS RELATIVOS A REIVINDICAÇÕES SALARIAIS

2XX ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES

21X ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO

22X ADICIONAIS POR CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

24X GRATIFICAÇÕES E ABONOS ESPECIAIS

29X OUTROS TIPOS DE ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES

3XX CONDIÇÕES DE TRABALHO

31X JORNADA E RITMO DE TRABALHO

33X SOBRE AS CONDIÇÕES DO LOCAL DE TRABALHO

34X CONDIÇÕES DE TRABALHO SEM ESPECIFICAR

39X OUTROS ITENS RELATIVOS A CONDIÇÕES DE TRABALHO

4XX SITUAÇÃO FUNCIONAL

41X ESTABILIDADE

42X PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS, CONTRATAÇÃO E DEMISSÃO

44X NÃO DE OBRA TEMPORÁRIA; NÃO DE OBRA DE EMPRESAS CONTRATADAS

45X NORMAS ESPECÍFICAS DA EMPRESA (exclui as relativas à jornada de trabalho - vide 31X)

49X OUTROS ITENS RELATIVOS A SITUAÇÃO FUNCIONAL

5XX PODER SINDICAL

51X SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES

52X DIRETORES SINDICAIS

53X DELEGADOS SINDICAIS

54X COMISSÃO DE FÁBRICA

55X COMISSÃO PARITÁRIA OU COMISSÃO DE SALÁRIOS

56X CIPA

57X TEMAS RELATIVOS A CATEGORIA

59X OUTROS ITENS RELATIVOS A PODER SINDICAL

6XX POLÍTICAS DE BEM-ESTAR DAS EMPRESAS

61X SAÚDE

62X PREVIDÊNCIA

63X EDUCAÇÃO

64X TRANSPORTES

65X ALIMENTAÇÃO

69X OUTRAS REIVINDICAÇÕES DE POLÍTICAS DE BEM-ESTAR DAS EMPRESAS

7XX CONTRA O NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E ACORDOS COLETIVOS

71X ATRASO DE PAGAMENTOS

72X NÃO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SALARIAL EM VIGOR

73X NÃO RECOLHIMENTO OU NÃO PAGAMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS (monetários)

74X NÃO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA (exceto as relativas a benefícios monetários - vide 71X, 72X e 73X)

76X NÃO CUMPRIMENTO DE CLAUSULAS PREVISTAS NOS ACORDOS COLETIVOS

79X OUTRAS REIVINDICAÇÕES CONTRA O NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E ACORDOS COLETIVOS

8XX REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS, DE SOLIDARIEDADE OU OUTRAS

81X REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS (não dirigidas à empresa)

82X REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS OU PARTICIPACIONISTAS (dirigidas à empresa)

83X REIVINDICAÇÕES DE SOLIDARIEDADE

84X REIVINDICAÇÕES RELATIVAS AO CONFLITO GREVISTA

89X OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO PREVISTAS EM NENHUM DOS GRUPOS OU SUB-GRUPOS

999 SEM INFORMAÇÃO (este código só pode ser usado na primeira reivindicação (v24))

CÓDIGOS DE REIVINDICAÇÕES

- 000 NAO SE APLICA (este código não pode ser usado na primeira reivindicação)
- 1XX REIVINDICAÇÕES SALARIAIS (exclui adicionais e gratificações) ATENÇÃO: QUANDO HOUVER CLARO DESRESPEITO AS LEIS SALARIAIS VER CÓDIGOS DO GRUPO 74X
- 11X REIVINDICAÇÕES DE NOVA PERIODICIDADE DE REAJUSTES
 - 111 por reajuste semestral
 - 112 por reajuste trimestral
 - 113 por reajuste mensal com base na URP (ou no índice oficial para salários)
 - 114 por reajuste mensal com base em outros índices, mesmo que oficiais, exceto o válido para a política salarial
 - 115 por reajuste com base em escala móvel (gatilho)
 - 119 outros: listar todos os casos
- 12X CONTRA A ALTERAÇÃO DA PERIODICIDADE DO REAJUSTE; PELA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VICENTE
 - 121 pela manutenção de reajuste semestral
 - 122 pela manutenção de reajuste trimestral
 - 123 pela manutenção de reajuste mensal com base na URP (ou no índice oficial para salários)
 - 124 pela manutenção de reajuste mensal com base em outros índices, mesmo que oficiais, exceto o válido para a política salarial
 - 125 pela manutenção de reajuste com base em escala móvel (gatilho)
 - 129 outros: listar todos os casos
- 13X REIVINDICAÇÕES RELATIVAS A REAJUSTES ESCALONADOS (DIFERENCIADOS SEGUNDO FAIXAS SALARIAIS)
 - 131 contra o reajuste escalonado definido por lei
 - 132 por um reajuste escalonado diferente do definido por lei
 - 133 pela aplicação do reajuste escalonado definido por lei
 - 139 outros: listar todos os casos
- 14X a 15X : ÍNDICES SALARIAIS
- 14X AUMENTO REAL DE SALÁRIO
 - 141 aumento real, aumento
 - 142 índice maior que o definido por lei; índice maior que o oficial (reajuste baseado no ICV-DIEESE)
 - 143 produtividade: participação nos lucros da empresa
 - 144 reposição salarial
 - 145 transformação da antecipação ou abono concedido em reajuste
 - 146 contra a redução nominal dos salários (na implantação do Cruzado I)
 - 147 reivindicações específicas de políticas salariais. (o conteúdo desta variável poder mudar ano a ano) 1988: pagamento do resíduo do gatilho
 - 149 outros: listar todos os casos
- 15X REAJUSTES SALARIAIS
 - 151 reajuste salarial com base em índice oficial
 - 152 contra o parcelamento do reajuste
 - 153 contra o acordo coletivo: por reajuste maior que o definido na convenção coletiva
 - 154 reajustes específicos de categorias especiais. Ex: reajuste ou aumento de bandeirada de taxi, de preço de frete, de consulta médica. Listar os casos que surgirem
 - 155 paridade ou equiparação salarial para trabalhadores da mesma função, na mesma empresa (paridade interna)
 - 156 paridade ou equiparação salarial com empresas da mesma categoria.
 - 157 reajuste salarial sem especificar (vale também para casos ambíguos entre reajuste e aumento real)
 - 159 outros: listar todos os casos
- 17X ABONOS E ANTECIPAÇÕES
 - 171 Abonos (em horas ou Cz\$)
 - 172 antecipações salariais
 - 179 outros: listar todos os casos
- 19X OUTROS ITENS RELATIVOS A REIVINDICAÇÕES SALARIAIS
 - 191 aumento ou reajuste de piso salarial: piso profissional

- 192 benefícios salariais indiretos: vales quinzenais, adiantamento de férias, adiantamento de 13º salário. Listar os casos que surgirem
- 193 outros: listar todos os casos
- 2XX ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES
- 21X ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO
- 211 direito a anuênio
- 212 direito a quinquênio
- 213 direito a adicional por tempo de serviço (sem especificar periodicidade)
- 217 aumento do valor do adicional por tempo de serviço (independente da periodicidade)
- 219 outros: listar todos os casos
- 22X ADICIONAIS POR CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO
- 221 direito a adicional noturno ou de turno
- 222 direito a adicional de insalubridade
- 223 direito a adicional de periculosidade
- 224 direito a adicional de hora-extra (além do previsto por lei)
- 225 adicionais de profissões específicas. Ex: adicional de quebra de caixa, por trabalho extra-classe, por peça vendida, etc. Listar todos os casos que surgirem
- 227 aumento do valor do adicional ou alteração de critérios de cálculo (para qualquer tipo de adicional por condições especiais de trabalho)
- 229 outros: listar todos os casos
- 24X GRATIFICAÇÕES E ABONOS ESPECIAIS
- 241 gratificação ou abono de férias
- 242 gratificação ou abono de natal (além do 13º salário). Atenção: para funcionalismo, abono de natal pode ser igual a 13º salário
- 249 outros: listar todos os casos
- 25X OUTROS TIPOS DE ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES
- 299 outros: listar todos os casos (gratificação sem especificar)
- 3XX CONDIÇÕES DE TRABALHO
- 31X JORNADA E RITMO DE TRABALHO
- 311 redução da jornada de trabalho (sem redução salarial)
- 312 contra a redução da jornada de trabalho com redução salarial
- 313 regularização da jornada de trabalho (intervalo para prevenção de fadiga, refeição, etc)
- 314 diminuição do ritmo de trabalho
- 315 contra o aumento do ritmo de trabalho
- 316 fim da obrigatoriedade de horas-extras
- 317 aplicação dos direitos trabalhistas previstos na Nova Constituição
- 319 outros: listar todos os casos
- 33X SOBRE AS CONDIÇÕES DO LOCAL DE TRABALHO
- 331 melhoria da higiene no local de trabalho
- 332 contra a insalubridade no local de trabalho
- 333 melhoria da segurança no local de trabalho (equipamento, vigilância, prevenção de acidentes, etc)
- 339 outros: listar todos os casos
- 34X CONDIÇÕES DE TRABALHO SEM ESPECIFICAR
- 341 Condições de trabalho (sem especificar)
- 39X OUTROS ITENS RELATIVOS A CONDIÇÕES DE TRABALHO
- 399 outros: listar todos os casos
- 4XX SITUAÇÃO FUNCIONAL
- 41X ESTABILIDADE
- 411 estabilidade (sem especificar)
- 412 estabilidade até 3 meses
- 413 estabilidade até 6 meses
- 414 estabilidade até 1 ano
- 415 estabilidade por mais de 1 ano
- 419 outros: listar todos os casos
- 42X PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS, CONTRATAÇÃO E DEMISSÃO

- 421 pela alteração (ou criação) de planos de carreira e/ou critérios de promoção
- 422 contra a alteração de planos de carreira e/ou critérios de promoção
- 424 pela contratação de mão de obra; efetivação dos contratados, contratação dos concursados; realização de concursos públicos
- 425 pela alteração dos critérios de recrutamento, seleção e/ou dispensa
- 426 contra a alteração dos critérios de recrutamento, seleção e/ou dispensa
- 427 direito dos trabalhadores de influir nos critérios de recrutamento, seleção e/ou dispensa
- 429 outros: ex: ampliação do tempo de aviso prévio. Listar todos os casos
- 44X MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA; MÃO DE OBRA DE EMPRESAS CONTRATADAS
- 441 contra a contratação de mão de obra temporária
- 442 pela incorporação da mão de obra temporária
- 445 contra o estabelecimento de contrato com empresas prestadoras de serviços (contratadas)
- 446 contra a permanência de empresas prestadoras de serviços (contratadas)
- 447 pela incorporação da mão de obra de empresas prestadoras de serviços (contratadas)
- 449 outros: listar todos os casos
- 45X NORMAS ESPECÍFICAS DA EMPRESA (exclui as relativas à jornada de trabalho - vide 31X)
- 451 não pagamento de multa por atraso
- 452 não pagamento de valores e/ou peças roubadas e/ou perdidas e/ou quebradas
- 453 contra ou a favor de manutenção de equipes de trabalho, remanejamentos, etc
- 459 outros: listar todos os casos
- 49X OUTROS ITENS RELATIVOS A SITUAÇÃO FUNCIONAL
- 499 outros: listar todos os casos
- 5XX PODER SINDICAL
- 51X SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES
- 511 direito à sindicalização
- 512 fim da intervenção no sindicato ou associação
- 519 outros: listar todos os casos
- 52X DIRETORES SINDICAIS
- 521 contra a demissão de diretores ou candidatos à direção sindical; pela readmissão de diretores ou candidatos à direção sindical
- 522 estabilidade para diretores ou candidatos à direção sindical
- 523 permissão para a entrada ou circulação nos locais de trabalho aos diretores ou candidatos à direção sindical
- 529 outros: listar todos os casos
- 53X DELEGADOS SINDICAIS
- 531 contra a demissão de delegados sindicais; pela readmissão de delegados sindicais
- 532 estabilidade para delegados sindicais
- 533 permissão para a entrada ou circulação nos locais de trabalho para delegados sindicais
- 534 regularização ou reconhecimento dos delegados sindicais
- 535 realização de eleições para delegados sindicais
- 539 outros: listar todos os casos
- 54X COMISSÃO DE FÁBRICA
- 541 contra a demissão de candidatos ou membros da comissão de fábrica; pela readmissão de candidatos ou membros da comissão de fábrica
- 542 estabilidade para candidatos ou membros da comissão de fábrica
- 543 permissão para a entrada ou circulação nos locais de trabalho para candidatos ou membros da comissão de fábrica
- 544 regularização ou reconhecimento da comissão de fábrica
- 545 realização de eleições para comissão de fábrica
- 549 outros: listar todos os casos
- 55X COMISSÃO PARITÁRIA OU COMISSÃO DE SALÁRIOS
- 551 contra a demissão de membros da comissão; pela readmissão de membros da comissão
- 552 estabilidade para membros da comissão
- 553 permissão para a entrada ou circulação nos locais de trabalho para membros da comissão
- 554 regularização ou reconhecimento da comissão

555 realização de eleições para a comissão
 559 outros: listar todos os casos
 56X CIPA
 561 contra a demissão de candidatos ou membros da CIPA; pela readmissão de candidatos ou membros da CIPA
 562 estabilidade para candidatos ou membros da CIPA
 563 permissão para a entrada ou circulação nos locais de trabalho para candidatos ou membros da CIPA
 564 regularização ou reconhecimento da CIPA
 565 realização de eleições para a CIPA
 569 outros: listar todos os casos
 57X TEMAS RELATIVOS A CATEGORIA
 571 pela alteração ou contra a alteração da data-base da categoria
 572 contra ou pela mudança de categoria
 573 incorporação de grupos de trabalhadores (por ex: técnicos, supervisores, coordenadores) ao contrato, acordo ou convenção coletiva
 579 outros: listar todos os casos
 58X OUTROS ITENS RELATIVOS A PODER SINDICAL
 591 direito de greve
 599 outros: listar todos os casos
 6XX POLÍTICAS DE BEM-ESTAR DAS EMPRESAS
 61X SAÚDE
 611 criação de serviço de assistência médica e/ou odontológica
 612 melhoria do serviço de assistência médica e/ou odontológica
 613 criação de convênio (ou subsídio) médico e/ou odontológico
 614 melhoria do convênio (ou subsídio) médico e/ou odontológico
 619 outros: listar todos os casos
 62X PREVIDÊNCIA
 621 direito à complementação de benefício previdenciário
 622 melhoria da complementação de benefício previdenciário
 629 outros: listar todos os casos
 63X EDUCAÇÃO
 631 reivindicações relativas a creches e berçários
 632 reivindicações relativas a cursos de 1º e 2º grau
 633 reivindicações relativas a cursos técnicos e profissionais
 634 reivindicações relativas a cursos universitários
 639 outros: listar todos os casos
 64X TRANSPORTES
 641 direito a subsídios a transporte
 642 direito a vale-transporte
 643 melhoria do subsídio ou do serviço
 649 outros: listar todos os casos
 65X ALIMENTAÇÃO
 651 direito a subsídio à alimentação
 652 melhoria do serviço ou do subsídio
 659 outros: listar todos os casos
 69X OUTRAS REIVINDICAÇÕES DE POLÍTICAS DE BEM-ESTAR DAS EMPRESAS
 699 outros: listar todos os casos
 7XX CONTRA O NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E ACORDOS COLETIVOS
 71X ATRASO DE PAGAMENTOS
 711 atraso de pagamento de salários
 712 atraso de pagamento de horas-extras
 713 atraso de pagamento de 13º salário
 719 outros atrasos de pagamentos. Listar todos os casos
 72X NÃO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SALARIAL EM VIGOR (utilizar quando houver claro desrespeito à lei salarial - atenção especial c/ funcionários públicos)
 721 contra o não cumprimento da legislação salarial em vigor no que diz respeito a periodicidade

722 contra o não cumprimento da legislação salarial em vigor no que diz respeito aos índices de reajuste
 729 outros: listar todos os casos
 73X NÃO RECOLHIMENTO OU NÃO PAGAMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS (monetários)
 731 contra o não recolhimento, por parte da empresa, do FGTS
 732 contra o não recolhimento, por parte da empresa, da contribuição sindical
 732 contra o não pagamento do 13º salário
 734 contra o não pagamento dos direitos aos demitidos
 739 outros: listar todos os casos
 74X NÃO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA (exceto as relativas a benefícios monetários - vide 71X, 72X e 73X)
 741 pela regularização da situação trabalhista (registro em carteira)
 749 outros: listar todos os casos. Por ex: não cumprimento da CLT (sem especificar)
 76X NÃO CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS PREVISTAS NOS ACORDOS COLETIVOS
 761 aumento, reajuste, produtividade, abono, ou antecipação não paga ou não paga integralmente
 762 não pagamento de outros benefícios monetários previstos (por ex: adicionais por tempo de serviço, piso salarial, etc)
 763 não cumprimento de cláusulas não monetárias
 769 outros: listar todos os casos. Por ex: contra o não cumprimento do acordo ou da convenção coletiva
 79X OUTRAS REIVINDICAÇÕES CONTRA O NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E ACORDOS COLETIVOS
 799 outros: listar todos os casos
 8XX REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS, DE SOLIDARIEDADE OU OUTRAS
 81X REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS (não dirigidas à empresa)
 811 protesto contra a política econômica ou salarial governamental
 812 protesto contra intervenção no sindicato
 819 outros: listar todos os casos
 82X REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS OU PARTICIPACIONISTAS (dirigidas à empresa)
 821 por eleições diretas para reitor, diretor, chefias, etc
 822 por participação na administração da empresa
 823 por demissão de chefias, gerentes, etc
 829 outros: listar todos os casos
 83X REIVINDICAÇÕES DE SOLIDARIEDADE
 831 solidariedade com trabalhadores de outras empresas ou categorias
 832 protesto pela demissão de trabalhadores; pela readmissão de companheiros (quando for demissão por greve usar cod. 842 ou 843)
 833 indenização extra a demitidos
 839 outros: listar todos os casos
 84X REIVINDICAÇÕES RELATIVAS AO CONFLITO GREVISTA
 841 pelo pagamento dos dias parados
 842 contra a ameaça de demissão de grevistas
 843 readmissão de trabalhadores demitidos na greve
 849 outros: listar todos os casos
 89X OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO PREVISTAS EM NENHUM DOS GRUPOS OU SUB-GRUPOS
 899 outros: listar todos os casos
 999 SEM INFORMAÇÃO (este código só pode ser usado na primeira reivindicação - v24)

VARIAVEL	COLUNAS	NOME DA VARIAVEL	VALORES DA VARIAVEL
v25	66	1º resultado	Os códigos abaixo são válidos para todas essas variáveis:
v27	70	2º resultado	
v29	74	3º resultado	
			0 não se aplica. Este código não pode ser usado para o primeiro resultado (v25)
v31	78	4º resultado	1 reivindicação atendida
v33	82	5º resultado	2 reivindicação atendida parcialmente
v35	86	6º resultado	3 reivindicação não atendida
v37	90	7º resultado	4 promessa de negociação causando o fim da greve (não confundir com greve de advertência)
			8 greve de advertência (necessariamente não tem resultado)
			9 sem informação
38	51	resultado geral	1 reivindicação totalmente atendida
			2 reivindicação atendida nos principais ou na maioria dos itens
			3 reivindicação atendida parcialmente ou nos itens menos importantes
			4 reivindicação não atendida
			5 promessa de negociação causando o fim da greve (não confundir com greve de advertência)
			8 greve de advertência (necessariamente não tem resultado)
			9 sem informação
v39	92	natureza das reivindicações	1 renovação do acordo coletivo (incompatível para greves com reivindicações do grupo 7XX)
			2 contra o não cumprimento de leis, acordos ou convenções coletivas (só para greves que tenham somente reivindicações do grupo 7XX)
			3 reivindicações de ambas as naturezas - só para greves com reivindicações do 7XX e outro(s) grupo(s)
			5 sem informação

CÓDIGOS COMPLEMENTARES DAS VARIÁVEIS 10, 11, 12, 13, 14 (localização)

Códigos de municípios ver livro de CEP

- 00001 - Estado de São Paulo
- 00002 - Estado do Rio de Janeiro
- 00003 - Estado de Minas Gerais
- 00004 - Estado do Espírito Santo
- 00005 - Estado do Paraná
- 00006 - Estado de Santa Catarina
- 00007 - Estado do Rio Grande do Sul
- 00008 - Estado da Bahia
- 00009 - Estado de Pernambuco
- 00010 - Estado de Alagoas
- 00011 - Estado de Sergipe
- 00012 - Estado da Paraíba
- 00013 - Estado do Rio Grande do Norte
- 00014 - Estado do Maranhão
- 00015 - Estado do Ceará
- 00016 - Estado do Piauí
- 00017 - Estado do Pará
- 00018 - Estado de Mato Grosso
- 00019 - Estado de Mato Grosso do Sul
- 00020 - Estado de Goiás
- 00021 - Estado do Amazonas
- 00022 - Estado do Acre
- 00023 - Estado do Amapá
- 00024 - Território de Roraima
- 00025 - Território de Rondônia
- 00026 - Território de Fernando de Noronha
- 00027 - Greve Nacional
- 00030 - Base Territorial imprecisa: baixada fluminense, baixada santista, planalto catarinense, etc.
- 00100 - Região Metropolitana de São Paulo
- 00200 - Região Metropolitana de Rio de Janeiro
- 00300 - Região Metropolitana de Belo Horizonte
- 00400 - Região Metropolitana de Salvador
- 00500 - Região Metropolitana de Recife
- 00600 - Região Metropolitana de Fortaleza
- 00660 - Região Metropolitana de Belém
- 00800 - Região Metropolitana de Curitiba
- 00900 - Região Metropolitana de Porto Alegre
- 99999 - Sem informação

MANUAL DE CODIFICAÇÃO

ORIENTAÇÕES BÁSICAS E CRITÉRIOS

v1 Esta variável refere-se ao número da greve. É o número que se encontra a lápis nos boletins Dieese ou a caneta vermelha nos boletins Mtb.

v2 Refere-se ao ano em que se inicia a greve.

v3 Refere-se ao mês em que se inicia a greve.

v4 Refere-se a fonte na qual encontramos os dados. Há algumas indicações: as greves que tem como fonte única o Mtb, estão numeradas em vermelho no próprio boletim Mtb. As greves que tem o Dieese como fonte única estão numeradas nos Boletins Dieese sem grifo. As greves que estão nos dois boletins, devem ser codificadas consultando-se o Boletim Dieese. A indicação de que a greve encontra-se nas duas fontes é o grifo. Deve-se notar ainda, se foram feitas complementações no Boletim Dieese. Se há dados complementares extraídos do Boletim Mtb, deve-se considerar que foram utilizados dados de ambas as fontes. Se o número da greve está grifado mas não há qualquer complementação, quer dizer que, embora a greve tenha sido registrada pelas duas fontes, os dados utilizados por nós serão somente os do Dieese.

v5 As categorias estão listadas no Livro de Códigos. Encontrando alguma dúvida quanto a categoria, deve-se recorrer a listagem da CLT. Atenção: trabalhadores de empresas de saneamento ou eletricitários, consultar CLT (trabalhadores nas indústrias urbanas). Leia com atenção códigos 24 e 25.

v6 Refere-se ao setor em que ocorreu a greve. Os setores público municipal, estadual ou federal, referem-se a administração direta. Há uma lista das estatais. Em caso de dúvida, deve-se consultá-la. Greves que englobem o setor público e privado ou qualquer outra conjugação, estão previstas em alguns códigos. Deve-se dar especial atenção para greves que ocorram em empresas privadas que prestam serviços para estatais. Estes casos são explicitados pelo Boletim Dieese. As Universidades são autarquias (exceto quando são particulares).

v7 Refere-se a amplitude da greve.

v8 Esta variável refere-se ao número de empresas envolvidas na greve. Esta variável só não será 00 quando a variável 7 tiver código 3. Só tem sentido falar em número de empresas quando a greve ocorre em mais de uma empresa.

v9 Uma greve pode abranger um ou vários municípios, um ou vários estados, todo o território nacional, etc. Qualquer que seja a abrangência territorial de uma greve, esta estará prevista no Livro de Códigos.

v10/v14 Refere-se à localização da greve. Se a greve abrange um ou vários municípios, deve-se consultar o Livro de CEPs. Se abrange um ou mais estados, todo o território nacional ou tem base territorial imprecisa, deve-se consultar a listagem da última página do Livro de Códigos. Obs. Os casos

em que a base territorial é imprecisa, devem ser listados a parte (indique número da greve e base territorial). Quando a greve tem base territorial no "Grande ABC", esta greve tem código 2 na variável 9 e tem o CEP das seguintes cidades: Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema. É preciso, ainda, dar especial atenção às greves de metalúrgicos em São Bernardo e Diadema. O problema é que o sindicato é um só e as greves ocorrem somente em desses municípios. Nesse caso, deve-se verificar no Boletim Mtb a localização exata. Caso a greve só conste no Boletim Dieese, a solução é considerar os dois municípios e, numa folha à parte, listar os casos. O número da greve e a empresa em que ela aconteceu são dados fundamentais. Os casos serão resolvidos posteriormente.

v15 Refere-se a participação do sindicato na decretação da greve. Se o Boletim não informa explicitamente a participação ou não participação do sindicato, deve-se adotar o código 9 (sem informação). Nos casos em que a greve é de categoria ou de grupo de categorias, há necessariamente participação de sindicato. O mesmo ocorre em greves que abrangem vários estados ou greves nacionais. Também quando a greve atinge mais de uma empresa, considerar participação do sindicato na decretação e na negociação (salvo indicação contrária).

v16 Refere-se a participação do sindicato na negociação da greve. Seguem-se os mesmos critérios da variável anterior. É importante notar se há citação do TRT, TST ou DRT. Se houver, necessariamente o sindicato participou da negociação.

v17 Refere-se ao número de sindicatos envolvidos na decretação e/ou negociação. Se a greve abrange uma ou mais de uma categoria, o número de sindicatos é, pelo menos, correlato ao número de categorias. É incoerente referir-se a número de sindicatos quando afirmamos, nas duas variáveis anteriores, que não houve participação, ou ainda quando não tínhamos informações. As greves de categoria de abrangência nacional ou estadual, tem código 99 nesta variável. Neste trabalho, desprezamos participação de sindicatos patronais.

v18 Pretende-se saber se a greve foi deflagrada no mês da data-base. Para isso, deve-se consultar as duas relações de data-base. Se o dissídio coletivo da categoria grevista está previsto para o mês em que a greve foi deflagrada, o código é 1. Caso contrário, é 2. Muitas vezes não nos é possível obter este dado. Utilizamos, então, código 9.

v19 Refere-se a duração da greve pelo número de dias. Se o Dieese indica continuação da greve no mês posterior, não a registra mais e o Mtb prossegue o levantamento, prevalece a informação do Mtb. Se o Dieese e o Mtb indicam continuação da greve e ambos não a registram no mês posterior, prevalece a fonte que der conta do maior número de dias. Quando a informação é imprecisa e está indicando "alguns dias", adotar código 999.

v20 Refere-se ao número de horas de paralisação. 1/2 dia de paralisação, consideram-se 5 horas. Nos casos em que há períodos quebrados, aproxima-se para o número de horas inteiro posterior (2,5=3). Se a indicação é "algumas horas", consideramos 5 horas. E ainda, se a duração dada em número de horas for superior a 9, considerar um dia.

ATENÇÃO: quando temos a informação em dias, o código nesta variável é 0. E se temos a informação em número de horas (menor ou igual a nove), a variável 19 terá código 000.

v12 Refere-se ao número de grevistas.

v22 Procura-se saber se há participação da Justiça do Trabalho. Se o Dieese indicar (X) em Resultados, necessariamente o código desta variável será 9. Caso o Dieese omita, não traga citação sobre as instâncias da Justiça do Trabalho, o código será 8. Se houver co-participação NTb ou DRT, prevalece a instância jurídica.

v23 Refere-se a punições. Como o Dieese explicita punições, onde houver citação, o código será 01; se o Dieese indicar (X) em Resultados, necessariamente o código será 99.

v24/26/28/30/32/34 e 36 Referem-se as reivindicações.

v25/27/29/31/33/35 e 35 Referem-se aos resultados de cada reivindicação. Estas variáveis merecem especial atenção quando referem-se a GREVES DE ADVERTÊNCIA. Algumas vezes há dados relativos a resultados. Nestes casos, o procedimento é: informar os resultados nas variáveis 25, 27, 31, 33, 35 e 37; informar que é greve de advertência no resultado geral (v38). Quando a greve é de advertência e não traz dados relativos a resultado, o procedimento é: adotar código 8 em todos os resultados. Obs: estes procedimentos se limitam a greves de advertência.

v38 Refere-se ao resultado geral da greve. Greves não acompanhadas até o final, tem código 99.

v39 Refere-se a natureza das reivindicações.

ACOMPANHAMENTO DE GREVES NO BRASIL

LIVRO DE CÓDIGOS

(Válido somente para greves de 1978 a 1982)

NEPP - UNICAMP

CEBRAP

NEPP/UNICAMP Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas

Pesquisa "Acompanhamento de Greves no Brasil"

Livro de códigos válido para os anos 1978/1982. Reformulado no NEPP a partir de livro de códigos elaborado no CEBRAP

VARIÁVEL	COLUNA	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
V1	1-4	Número do caso	0001 até X
V2	5-6	Ano	78 79 ...
V3	7-8	Mês	01 02 ... 12
V4	9-10	Setor	01 Trabalhador industrial metalúrgico 02 Trabalhador industrial químico/abrasivo 03 Trabalhador industrial têxtil 04 Trabalhador industrial alimentação 05 Trabalhador industrial gráficos 06 Trabalhador industrial mobiliários/marceneiros 07 Trabalhador industrial mineiros 08 Trabalhador industrial plásticos 09 Trabalhador industrial coureiros/calçados 10 Trabalhador industrial vidreiros 11 Trabalhador industrial borracheiros 12 Trabalhador industrial vestuário 13 Trabalhador industrial ceramistas 14 Trabalhador industrial joalheiros 15 Trabalhador industrial gráficos + publicitários/jornalistas (?) 16 ACM só médicos e/ou dentistas 17 ACM só professores 18 ACM oficiais de justiça 19 ACM bancários 20 TBS greves de funcionários de estabelecimentos de ensino 21 ACM engenheiros e/ou arquitetos e/ou desenhistas 22 ACM securitários 23 ACM radialistas/operadores de TV/câmeras 24 ACM greves conjuntas médicos (e/ou dentistas) e funcionários do setor saúde (inclusive enfermeiros) 25 TBS comerciários 26 ACM servidores públicos de secretarias ministérios e órgãos assemelhados (exclui estabelecimentos de saúde e ensino) 27 ACM comunicação em geral (jornalistas, radialistas, operadores de câmeras de TV, etc) 28 TBS só médicos residentes 29 ACM só funcionários não médicos de estabelecimentos de saúde (inclui enfermeiros) 30 ACM outros e combinações não previstos (listar à parte todos os casos) 31 TBS motoristas e cobradores de ônibus urbanos e interurbanos

VARIAVEL	COLUNA	NOXE DA VARIAVEL	VALORES DA VARIAVEL
			32 TBS vigilantes
			33 TI urbanitários e/ou eletricitários
			34 TBS funcionários de correio (carteiros e outros)
			35 TBS garis, lixeiros/asseio e conservação
			36 TBS marítimos e/ou metroviários e /ou ferroviários e/ou aeroviários
			37 TBS potuários e/ou estivadores e/ou trabalhadores de portos
			38 TBS outros e combinações não previstas (listar à parte todos os casos)
			39 TBS motoristas de caminhões não autônomos de empresas de transporte. Exclui taxistas, caminhoneiros de frete, carreteiros, e mot. de ônibus.
			40 TBS motoristas de ambulâncias/ motoristas de empresas de transporte de valores
			41 TBS empregados de serviços de empresas privadas de categorias não definidas (listar à parte)
			42 TBS funcionários de prefeituras (limpeza)
			43 TBS motoristas e entregadores de gás
			44 TBS frentista de posto de gasolina e semelhantes
			45 TBS arrumadores (pessoal de limpeza)
			50 ACM + TBS sem especificar (para servidores públicos, greve geral)
			51 ACM + TBS Funcionários (para servidores públicos, greve geral)
			52 ACM bolsistas e médicos residentes
			53 TBS porteiros, serventes, zeladores
			63 TI trabalhadores de usinas de açúcar
			64 AUTÔNOMOS costureiros e alfaiates
			65 TI indústria extrativa (fora mineral)
			66 TI petroleiros
			67 TI indústria de papel
			68 TI indústria de cimento
			69 TI outros e combinações (listar à parte todos os casos)
			70 TCC trabalhadores da construção civil
			71 AUTÔNOMOS carreteiros e caminhoneiros (autônomos ou frete)
			72 AUTÔNOMOS taxistas
			73 taxistas de frota
			99 Sem informação

VARIAVEL	COLUNA	NOXE DA VARIAVEL	VALORES DA VARIAVEL
v5	11-12	Localização das greves	00 Sem informação
			01 Município de São Paulo
			02 Osasco
			03 Guarulhos
			04 Santo André e/ou Ribeirão Pires
			05 São Caetano
			06 São Bernardo e/ou Diadema
			07 Santo André + São Caetano
			08 Santo André e/ou Ribeirão Pires + São Bernardo e/ou Diadema
			09 São Caetano + São Bernardo e/ou Diadema
			10 Todos os municípios do ABC

VARIÁVEL COLUNA NOME DA VARIÁVEL

VALORES DA VARIÁVEL

- 11 Baixada Santista (Santos e\ou Cubatão e\ou São Sebastião e\ou Guarujá e\ou São Vicente)
- 12 São José dos Campos
- 13 Campinas
- 14 Taubaté
- 15 Outros municípios do Interior do Estado de São Paulo
- 16 Greve estadual de São Paulo
- 17 Rio de Janeiro - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 18 Rio de Janeiro - Capital
- 19 Rio de Janeiro - Interior
- 20 Minas Gerais - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 21 Minas Gerais - Capital
- 22 Minas Gerais - Interior
- 23 Espírito Santo - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 24 Espírito Santo - Capital
- 25 Espírito Santo - Interior
- 26 Paraná - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 27 Paraná - Capital
- 28 Paraná - Interior
- 29 Santa Catarina - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 30 Santa Catarina - Capital
- 31 Santa Catarina - Interior
- 32 Rio Grande do Sul - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 33 Rio Grande do Sul - Capital
- 34 Rio Grande do Sul - Interior
- 35 Bahia - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 36 Bahia - Capital
- 37 Bahia - Interior
- 38 Pernambuco - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 39 Pernambuco - Capital
- 40 Pernambuco - Interior
- 41 Alagoas - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 42 Alagoas - Capital
- 43 Alagoas - Interior
- 44 Sergipe - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 45 Sergipe - Capital
- 46 Sergipe - Interior
- 47 Paraíba - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 48 Paraíba - Capital
- 49 Paraíba - Interior
- 50 Rio Grande do Norte - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 51 Rio Grande do Norte - Capital
- 52 Rio Grande do Norte - Interior
- 53 Maranhão - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 54 Maranhão - Capital
- 55 Maranhão - Interior
- 56 Ceará - Greve estadual ou que envolva Capital e Interior
- 57 Ceará - Capital

VARIÁVEL	COLUNA	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
			58 Ceará - Interior
			59 Piauí - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			60 Piauí - Capital
			61 Piauí - Interior
			62 Pará - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			63 Pará - Capital
			64 Pará - Interior
			65 Mato Grosso - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			66 Mato Grosso - Capital
			67 Mato Grosso - Interior
			68 Mato Grosso do Sul - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			69 Mato Grosso do Sul - Capital
			70 Mato Grosso do Sul - Interior
			71 Goiás - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			72 Goiás - Capital
			73 Goiás - Interior
			74 Amazonas - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			75 Amazonas - Capital
			76 Amazonas - Interior
			77 Acre - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			78 Acre - Capital
			79 Acre - Interior
			80 Roraima - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			81 Roraima - Capital
			82 Roraima - Interior
			83 Rondônia - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			84 Rondônia - Capital
			85 Rondônia - Interior
			86 Fernando de Noronha - Greve em todo o território
			87 Fernando de Noronha - Capital
			88 Fernando de Noronha - Interior
			89 Amapá - Greve estadual ou que envolva Capital e interior
			90 Amapá - Capital
			91 Amapá - Interior
			92 Brasília e cidades satélites
			93 Greves que envolvam mais de um Estado (não é greve nacional)
			94 Greve nacional
			95 Mais de um município da Grande São Paulo (exceto os já incluídos nos códigos acima)
			96 Município de São Paulo e outros municípios do interior do estado (exceto os da Grande São Paulo)
			97 Município da Grande São Paulo (exceto a capital) + município do interior do Estado

VARIÁVEL	COLUNA	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
v6	13-14	amplitude	00 sem informação
			01 categoria (simples)
			02 categoria (mais de um sindicato)
			03 grupo de categorias (simples)
			04 grupo de categorias (mais de um sindicato)

VARIÁVEL	COLUMNA	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
			05 um estabelecimento, mesma categoria
			06 vários estabelecimentos, mesma categoria
			07 um estabelecimento, várias categorias
			08 vários estabelecimentos, várias categorias
			09 greve geral
v7	15	tipo de setor	0 sem informação
			1 público municipal
			2 público estadual
			3 público federal
			4 empresa estatal (obter lista)
			5 setor privado
			6 autarquias e fundações (obter lista)
			7 estado + município
			8 público + privado
			9 estatal e privado
v8	16	data-base	0 sem informação
			1 sim
			2 não
v9	17-19	duração	000 sem informação
			001 um dia
			002 dois dias
			...
v10	20-25	número de grevistas	000000 sem informação
			999999 sem informação

VARIÁVEL	COLUNA	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
----------	--------	------------------	---------------------

v11	26	decretação da greve	0 sem informação 1 com participação do sindicato ou associação 2 sem participação do sindicato ou associação 3 sem informação
-----	----	---------------------	--

v12	27	negociação da greve	0 sem informação 1 com participação do sindicato ou associação 2 sem participação do sindicato ou associação 3 sem informação
-----	----	---------------------	--

DA VARIÁVEL 13 A VARIÁVEL 34 CONSULTAR LIVRO DE CÓDIGOS DE REIVINDICAÇÕES E RESULTADOS

VARIÁVEL	COLUNA	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
----------	--------	------------------	---------------------

v35	72-73	resultado genérico	00 sem informação 01 acordo total (ou quase se especificado) 02 com acordo (sem informar se total ou parcial) 03 sem informação 04 sem acordo 05 sem acordo - empresa em concordata vai fechar/fechou 06 parte das reivindicações atendidas e retomada das negociações com volta ao trabalho 07 demissão de grevistas 08 demissão da comissão de negociações 09 intervenção no sindicato ou associação 10 parte das reivindicações atendidas 11 parte das reivindicações atendidas e negociações com a secretaria 12 greve de advertência 13 10 + outros fora de pauta 14 outros, fora de pauta 15 formação de comissão para estudar a situação do funcionalismo/dos grevistas 16 10 + demissões de parte dos grevistas 17 11 + DRT / sem acordo 18 04 + prisão de grevistas 19 TRT discute bloqueamento das contas da empresa para pagar salários 20 acordo total + outros fora de pauta 21 10 + 09 22 04 + 07 23 sem acordo - retomada das negociações com mediação da secretaria (do trabalho) 24 sem acordo - suspensão da greve e continuação das negociações 38 prisão de grevistas 40 outros
-----	-------	--------------------	---

VARIÁVEL	COLUNA	NOME DA VARIÁVEL	VALORES DA VARIÁVEL
V36	74	participação da justiça do trabalho	0 sem informação 1 participação DRT 2 participação TRT 3 greve ilegal TRT 4 sem participação da DRT ou TRT 5 greve ilegal - Ministério do Trabalho 6 greve legal - Ministério do Trabalho 7 participação do Ministério do Trabalho
V37	75	amplitude do acordo (resultados)	0 sem informação 1 acordo por empresas 2 acordo Sinfavea 3 acordo Sindipeças 4 acordo Sindimaq 5 Sem acordo 6 acordo para um conjunto de empresas de determinada base territorial 7 acordo grupo 14 com cláusulas salariais específicas para montadoras 8 acordo (Pirelli, Embraer ou Cosipa - convenção coletiva) 9 acordo conjunto do grupo 14
V38	76	Punições	0 sem informação 1 sem informação 2 sem punição 3 demissão de grevistas 4 demissão da comissão de negociações 5 intervenção no sindicato 6 demissão de grevistas e intervenção 7 desconto de horas/dias parados 8 demissão de grevistas e membros da comissão de fábrica 9 prisão de grevistas

REIVINDICAÇÕES

V 13 a V 16

- 01 - Reajuste mensal
- 02 - Reajuste trimestral
- 03 - Reajuste semestral
- 04 - Antecipação salarial
- 05 - Piso salarial
- 06 - Décimo terceiro
- 07 - Mudança na data base do reajuste
- 08 - Reajuste de 100% do INPC para todos
- 09 - Reajuste acima do INPC (para todos)
- 10 - Reposição salarial além do reajuste/aumento do reajuste
- 11 - Equiparação salarial com outras categorias
- 12 - Paridade com a mesma categoria, outras empresas
- 13 - Por produtividade ou índice maior/contra sua transformação em gratificação
- 14 - Incorporação do abono, (ou da antecipação, etc) ao salário
- 15 - Aumento do preço do frete/da consulta médica
- 16 - Aumento da hora de v&o/repasse do aumento do combustível
- 17 - Contra o parcelamento do reajuste
- 18 - Aumento
- 19 - Paridade, sem mais
- 20 - Contra o pagamento de meia diária nos dias de chuva (estivadores)
- 21 - Vales quinzenais de 40% do salário
- 22 - Paridade interna
- 23 - Contra a não aprovação do CNP salarial de reajuste acima do 2065 e Anuênio
- 24 - Reajuste de acordo com o 2065
- 25 - Anuênio
- 26 - Pagamento de salários fixados para categorias/fretes fixados
- 27 - Reajustes trimestrais segundo índice C.V. do DIEESE
- 28 - Aumento do descanso semanal remunerado
- 29 - Participação nos lucros da empresa
- 30 - Abono de férias
- 31 - Reajuste de 100% do INPC (parte dos trabalhadores)

- 32 - Reajuste acima do INPC (parte dos trabalhadores)
- 33 - Aumento de faixas salariais por cargo
- 34 - Quinquênio
- 35 - Melhores salários (genérico)
- 36 - Reajuste salarial abaixo de 100% (ou genérico)
- 37 - Aumento + 100% INPC + mudança de data-base
- 38 - Não mudança da data-base
- 39 - Contra o acordo coletivo: por reajuste acima do firmado na convenção coletiva
- 40 - Outros
(Repasse do aumento do óleo diesel); (contra tabela extra-motoristas e cobradores; atraso na liberação de novas tabelas taxi; pagamento por horas trabalhadas dos motoristas e cobradores; aumento da bandeirada)
- 41 - Extensão das cláusulas salariais das montadoras
- 42 - Extensão das cláusulas salariais das montadoras (100% INPC até 10 salários mínimos)
- 43 - Aumento até 30%
- 44 - Transformação de antecipação concedida em aumento (até 30%)
- 45 - Contra redução nominal do salário

V 21 - ABONOS, GRATIFICAÇÕES (44,45)

- 01 - Adicional de horas-extras
- 02 - Adicional noturno/ou de turno
- 03 - Gratificações especiais (férias, tempo de serviço, por número de alunos, etc).
- 04 - Liberação do FGTS
- 05 - Seguro de vida
- 06 - Adicional de insalubridade/periculosidade
- 07 - Abono
- 08 - 06 + 03
- 09 - 06 + 01
- 10 - 06 + 02
- 11 - 06 + 07
- 12 - 01 + 02 + 06
- 13 - 01 + 07
- 14 - Salário Família
- 15 - Outros adicionais (por trabalho extra-classe; por peças vendidas)

- 16 - Aumento por horas extras + 06
- 17 - 15 + 06
- 18 - 05 + 01
- 19 - Aumento por horas extras
- 20 - 05 + 06
- 21 - Abono até 50%
- 22 - Abono de 50% a 100%
- 23 - Aumento abaixo fixado na convenção coletiva
- 24 - Abono de 240 horas
- 25 - Abono de 80 horas
- 26 - Abono de 100 horas
- 27 - 06 + 25
- 38 - 02 + 03
- 39 - 01 + 02
- 40 - Outros

V 23 - CONDIÇÕES DE TRABALHO (48, 49)

- 01 - Higiene no local de trabalho
- 02 - Insalubridade
- 03 - Segurança no trabalho (equipamento, vigilância, prevenção de acidentes, etc)
- 04 - Redução da jornada de trabalho
- 05 - Regularização da jornada de trabalho (intervalo para prevenção de fadiga, refeição, etc)
- 06 - Fim das horas-extras
- 07 - Problemas de chefia
- 08 - Não pagamento de quantias roubadas/peças quebradas
- 09 - Diminuição do ritmo de trabalho/contrá aumento
- 10 - Acidente
- 11 - 08 + não pagamento de multa por atraso
- 12 - 05 + 08
- 13 - 04 + 06
- 14 - Condições de trabalho - genérico
- 15 - 03 + 04
- 16 - Melhor qualidade nos serviços (médicos)
- 17 - 14 + 07

- 18 - 14 + 04 + 05
- 19 - Conserto das balanças no terminal de fertilizantes (carreteiros)
- 20 - Fim da obrigatoriedade das horas-extras + 07
- 21 - 04 + 09
- 22 - 05 + 40
- 23 - Contra o aumento da férias diária (táxi)
- 24 - Mudança na escala de turnos
- 25 - Manutenção da mesma equipe
- 26 - Aposentadoria aos 25 anos de serviço
- 27 - 04 + 08
- 28 - 14 + 16
- 29 - 05 + 06 + 40 + 25
- 30 - 03 + 40
- 31 - Ventilação
- 32 - 01 + 03
- 33 - 13 + 32
- 34 - Contra redução da jornada de trabalho com redução salarial
- 38 - 14 + 05
- 39 - 04 + 02
- 40 - Outros (fornecimento de uniformes - Mot. e cobreadores) (Contra a redução das internações pelo INAMPS) (Contra a redução de número de vagas para residentes e internos em 1980); Uniformes gratuitos; contra compensação dos dias de carnaval; pela manutenção do dia de pagamento

V 25 - SITUAÇÃO FUNCIONAL (52, 53)

- 01 - Critérios de recrutamento/seleção
- 02 - Critérios de promoção
- 03 - Reformulação da carreira/regulamentação do estatuto do magistério/no estatuto/aplicado
- 04 - Critério de dispensa
- 05 - Aviso-prévio (ampliação do tempo de aviso, etc)
- 06 - Contra a contratação de mão-de-obra temporária/incorporação de mão-de-obra temporária
- 07 - Contra a reforma bancária
- 08 - Efetivação de contratados/contratação de concursados
- 09 - Mudança de categoria
- 10 - Credenciamento geral dos médicos pelo INAMPS/contra o descredenciamento

- 11 - Estabilidade
- 12 - Fim da prestação de serviços à previdência por empresas particulares
- 13 - 11 + revogação do projeto SENAR e CONERJ
- 14 - Contratação de mão-de-obra (professores) (Instrutores/Residentes)
- 15 - 08 + 03
- 16 - Contratos assinados (médicos bolsistas)
- 17 - Contra o descredenciamento pelo HEC dos médicos residentes
- 18 - Não utilização de aposentados como Motoristas
- 19 - Contra o plano CONASP
- 20 - 09 + 11
- 21 - Concursos públicos + 08
- 22 - 21 + 03
- 23 - 02 + 08
- 24 - Incorporação de técnicos, supervisores e coordenadores na convenção coletiva
- 25 - 06 + 11
- 26 - Passar de horistas para mensalistas
- 27 - 21 + 03 + 11
- 28 - Reenquadramento/enquadramento
- 29 - Renovação da convenção coletiva
- 30 - 11 + reclassificação de cargos
- 31 - Federalização da entidade
- 32 - Ampliação do sistema de aumento por mérito
- 33 - 03 + 11
- 36 - Concurso Público + 03
- 40 - Outros (Título de especialista ao fim da residência) Remanejamento de pessoal na área de distribuição - entregadores de gás)

V 27 - PODER SINDICAL (56, 57)

- 01 - Reconhecimento da comissão de fábrica/por comissão de fábrica
- 02 - Estabilidade para membros da comissão de fábrica/comissão de salários
- 03 - Contra dispensa de diretores sindicais
- 04 - Eleições de delegado sindical/CIPA
- 05 - Estabilidade para o delegado sindical/CIPA
- 06 - Fim da intervenção no sindicato/associação

- 07 - Não demissão de membros/candidatos à CIPA
- 08 - Direito de Sindicalização/Respeito a Organização nos locais de trabalho
- 09 - Perícia médica pelo sindicato
- 10 - 07 + 01
- 11 - Reconhecimento da CIPA + 01
- 12 - Regularização comissão paritária
- 13 - Permissão de entrada de dirigentes sindicais
- 14 - Direito de greve
- 15 - 01 + 01
- 16 - Reconhecimento do delegado sindical
- 17 - Não demissão de trabalhadores que concorreram às eleições sindicais
- 18 - 01 + 04
- 19 - Contra demissão comissão fábrica
- 20 - Readmissão dos membros da CIPA
- 21 - Na frequência tem 1 caso
- 40 - Outros

V 29 - NÃO CUMPRIMENTO DA CLT (60, 61)

- 01 - Atraso de pagamento
- 02 - Não recolhimento do FGTS, 157, contribuição sindical e outros
- 03 - Não cumprimento da legislação dos salários (2,065 e outros) (Piso, etc)
- 04 - Não cumprimento da convenção coletiva/acordos com os sindicatos
- 05 - Regularização da situação trabalhista (Registro em carteira)
- 06 - 01 + 02
- 07 - Pagamento de horas extras - contra o atraso
- 08 - Não cumprimento CLT (genérico)
- 09 - Atraso e outros, não especificado
- 10 - Liberação do FGTS para os que têm direito
- 11 - Não pagamento da produtividade
- 12 - 01 + 10
- 13 - 01 + 03 + não registro em carteira
- 14 - Não pagamento do 13º
- 15 - 07 + 04
- 16 - 07 + não pagamento anuênio

- 17 - 01 + 07
- 18 - 06 + não pagamento do piso da categoria
- 19 - 01 + 04
- 20 - 01 + 05 + 02
- 21 - 01 + 05
- 22 - Pagamento dos direitos trabalhistas devidos para demitidos
- 23 - Não julgamento último dissídio
- 24 - 01 + 03 + 14
- 25 - Não pagamento de antecipação ou abono acordado
- 26 - 02 + 03 + 04
- 27 - 03 + 04
- 28 - 03 + 14
- 29 - 01 + 02 + 03
- 30 - 02 + 04
- 35 - 04 + 05
- 40 - Outros

COLUNAS

V 31 - POLÍTICA DE BEM-ESTAR DA EMPRESA (64,65)

- 01 - Subsídio à refeições e transportes
- 02 - Complementação de benefícios previdenciários
- 03 - Subsídio educação
- 04 - Convênio médico/assistência médica/assistência odontológica
- 05 - Creches/berçários
- 06 - Melhorias condições refeitórios e alojamentos
- 07 - 04 + 01
- 08 - Melhor assistência médica
- 09 - 08 + 01
- 10 - 06 + 40
- 11 - Intervalo para café
- 12 - Congelamento de preços das refeições
- 13 - Melhoria na alimentação + 12
- 14 - Construção de restaurante
- 15 - Transporte + refeições (grátis)

- 16 - 12 + 05
- 17 - Transportes
- 38 - 01 + 05
- 39 - Convênio extensão universitária
- 40 - Outros

COLUMNAS

V 33 - APOIO, POLITICAS, OUTRAS (68,69)

- 01 - Solidariedade a outras categorias
- 02 - Solidariedade à mesma categoria, outras empresas
- 03 - Contra a política econômica do governo/mais verbas p/políticas públicas
- 04 - Ameaça de demissão
- 05 - Readmissão de companheiro/protestos pela demissão de companheiros
- 06 - Pagamento dos dias parados
- 07 - Indenização extra a demitidos (assistência médica, avisos prévios, etc)
- 08 - Protesto contra aumento da gasolina
- 09 - Participação na administração da empresa
- 10 - Não demissão dos grevistas
- 11 - Protesto desconto dias parados/não desconto dias parados
- 12 - Readmissão ou indenização extra aos demitidos
- 13 - Por demissão chefia, gerentes, etc
- 14 - Protesto contra política econômica, congelamento de preços, criação seguro-desemprego, fim intervenção nos sindicatos
- 15 - Protesto intervenção no sindicato
- 16 - Garantias trabalhistas em caso de fechamento fábricas
- 17 - Readmissão de trabalhadores demitidos na greve
- 18 - Fim da mão-de-obra de terceiros
- 19 - Protesto contra o sistema "Xenban" de racionalização da produção adotado pela empresa, que acelerou a produção ao nível mais alto da categoria
- 20 - 05 + 13
- 21 - Proposta para contratação de funcionários
- 22 - 21 + 03
- 23 - Eleição direta p/... (reitor, diretor, chefias...)
- 24 - 23 + 03

- 35 - Contra a extinção do BNI e pela incorporação de seus funcionários pela Caixa Econômica Federal
- 36 - Exige definição da nova política da empresa
- 37 - Protesto contra mau tratamento por parte dos chefes
- 38 - Protesto contra aumentos exclusivos aos cargos de chefia
- 39 - 05 + 06
- 40 - Outros (protesto contra lista de trabalhos escolhidos para recebimento por merecimento; protesto contra assassinato de trabalhador protesto por agressão de 1 trabalhador pelo contra mestre) (Reivindicação de melhoria dos transportes na região)

RESULTADOS

V 17 a V 20 - SALÁRIO

- 01 - Reajuste mensal
- 02 - Reajuste trimestral
- 03 - Antecipações trimestrais ou outras
- 04 - Reajuste semestral
- 05 - Piso salarial pedido (ou simplesmente piso salarial)
- 06 - Piso salarial abaixo do pedido
- 07 - Décimo terceiro
- 08 - Mudança da data base do reajuste
- 09 - Reposição (de acordo com o pedido)
- 10 - Reajuste de acordo com o pedido
- 11 - Reajuste abaixo do pedido
- 12 - Reajuste escalonado por faixas salariais - teto abaixo ou igual ao pedido
- 13 - Equiparação salarial
- 14 - Produtividade pedida
- 15 - Produtividade abaixo da pedida/parcelada/produtividade/sem mais
- 16 - Incorporação da produtividade/abono ao salário
- 17 - Aumento do preço do frete (parcelado ou não) aumento da hora de voo/reparse do aumento do combustível
- 18 - Anuênio
- 19 - Reajuste de 100% do INPC (para todas as faixas salariais ou sem informações)
- 20 - Reajuste acima do INPC, ver código 38
- 21 - Reposição salarial abaixo do pedido.
- 22 - Aumento abaixo do pedido
- 23 - Aumento como pedido/Aumento s/mais
- 24 - Vales de 30%
- 25 - Paridade interna
- 26 - Incorporação de parte ou total das antecipações ao salário
- 27 - Acima do INPC p/faixas menores, abaixo p/faixas maiores, (menor que o pedido)
- 28 - Reajuste p/parte dos grevistas
- 29 - Anuênio + 02
- 30 - Mudança nas escalas de turnos
- 31 - Reajuste 100% INPC (p/parte dos trabalhadores)

- 32 - Reajuste (acima do INPC p/parte dos trabalhadores) escalonado do que o definido pela lei ou seja, 80% INPC) para determinadas faixas salariais
- 33 - Reajuste abaixo do pedido (genérico)
- 34 - Quinquênio
- 35 - Conseguem a não mudança da data-base
- 36 - Aumento abaixo do pedido + antecipação salarial
- 37 - Antecipação acima do pedido
- 38 - 20 + 11
- 39 - Não redução nominal dos salários
- 40 - Outros - concedido totalmente ou em parte
- 41 - Outros - não concedido
- 42 - Antecipação abaixo do pedido
- 43 - Aplicação do 2065
- 44 - Abono maior que o fixado no acordo FIESP
- 45 - 10% sobre o salário reajustado de acordo com 2065
- 46 - Antecipação salarial + abono de complementação
- 47 - Aumento escalonado
- 48 - Aumento + abono
- 49 - Reajuste escalonado c/100% até 10 s.m p/montadoras e fabricantes de motor veiculares; para as demais empresas vale o reajuste definido pela legislação

V 22 - ABONOS, GRATIFICAÇÕES

- 01 - Adicionais pedidos (horas-extras, noturno, insalubridade/periculosidade)
- 02 - Gratificações especiais
- 03 - Liberação do FGTS
- 04 - Seguro de vida
- 05 - Abono (esalonado por faixas salariais ou não), de acordo com o pedido
- 06 - Abono abaixo do pedido
- 07 - Abono, sem mais
- 08 - Adicional noturno
- 09 - Adicionais não pedidos (p/cargo de chefia, para os que manuseiam lixo)
- 10 - Aumento do abono fixado na convenção coletiva
- 11 - Abono de 80 horas
- 12 - Abono não reivindicado até 50% do salário

- 13 - Abono não reivindicado de 50% a 100% do salário
- 14 - Abono escalonado de 50% a 100%, segundo o tamanho da empresa
- 39 - 03 + 01
- 40 - Outros. Concedido totalmente ou em parte
- 41 - Não concedido

V 24 - MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

- 01 - Melhoria das condições de higiene/insalubridade
- 02 - Melhoria das condições de segurança
- 03 - Redução da jornada (sem redução salarial)
- 04 - Regularização da jornada
- 05 - Fim das horas-extras/Não obrigatoriedade
- 06 - Demissão de chefes, supervisores, etc./sua substituição/não ingerência dos chefes em assuntos específicos (médicos)
- 07 - Não pagamento de quantias roubadas/peças quebradas
- 08 - Diminuição do ritmo de trabalho/não aumento
- 09 - Condições melhores de trabalho (geral)
- 10 - Férias reajustadas abaixo do que seria antes
- 11 - Mudança na escala de turnos
- 12 - Repouso semanal remunerado calculado sobre mês de cinco semanas
- 13 - Manutenção da mesma equipe
- 14 - Uniforme gratuito
- 15 - 09 + melhoria de condições de atendimento médico
- 16 - 04 + 05 + 13 + 14 + 40
- 17 - 08 + 02
- 18 - Redução jornada com redução salarial
- 19 - 01 + 02
- 20 - 01 + 02 + 03
- 37 - 03 + 09
- 38 - 02 + 04
- 39 - 02 + 03
- 40 - Outros - concedido totalmente ou em parte
- 41 - Outros - não concedido
- 42 - Intervalo para descanso diário

V 26 - SITUAÇÃO FUNCIONAL

- 01 - Mudança/revisão dos critérios de recrutamento e seleção
- 02 - Mudança/revisão dos critérios de promoção
- 03 - Regulamentação do Estatuto do Magistério/reformulação da carreira
- 04 - Revisão/mudança dos critérios de dispensa
- 05 - Aviso-prévio
- 06 - Não contratação de mão-de-obra temporária/contratação apenas em casos excepcionais
- 07 - Contratados efetivados
- 08 - Mudança de categoria
- 09 - Recredenciamento pelo INAMPS dos descredenciados
- 10 - Estabilidade de até 3 meses
- 11 - Estabilidade de 3 a 6 meses
- 12 - Estabilidade de 6 a 12 meses
- 13 - Estabilidade de mais de um ano
- 14 - Estabilidade temporária sem especificar
- 15 - Formação de comissão para elaborar plano Estadual de Educação e estatuto do Magistério
- 16 - Concurso p/ P-1 (professores) + 07
- 17 - Reclassificação (de professores)
- 18 - Reenquadramento
- 19 - Renovação da convenção coletiva
- 20 - Contratação de Instrutores
- 22 - Federalização de entidade
- 23 - Benefícios extras a transferidos ou demitidos (genérico)
- 24 - Ampliação da cota para aumentos por mérito
- 25 - Estabilidade para quem está a 3 anos da aposentadoria
- 26 - Promoção para parte dos funcionários
- 38 - 03 + estabilidade
- 40 - Outros - concedido totalmente ou em parte
- 41 - Outros - não concedido

V 28 - PODER SINDICAL

- 01 - Comissão de fábrica permitida
- 02 - Estabilidade para comissão de fábrica (igual ou menor que a pedida)
- 03 - Readmissão de sindicalistas
- 04 - Readmissão de parte dos sindicalistas demitidos
- 05 - Estabilidade para o delegado sindical/CIPA
- 06 - Fim da intervenção
- 07 - Readmissão de membros da CIPA
- 08 - Sindicalização concedida
- 09 - 01 + CIPA
- 10 - 04 + 05
- 11 - Reconhecimento do delegado sindical
- 12 - Estabilidade comissão de greve/negociação
- 13 - Regulamentação comissão partidária
- 14 - Eleição delegado sindical/CIPA
- 15 - Readmissão integrantes comissão fábrica
- 16 - Readmissão de representantes dos trabalhadores
- 17 - Indenização extra para integrantes demitidos da Comissão Fábrica
- 40 - Outros - concedido totalmente ou em parte
- 41 - Outros - não concedido

V 30 - NÃO CUMPRIMENTO DA CLT

- 01 - Pagamento de parte dos atrasados (ou parcelado)
- 02 - Pagamento total dos atrasados
- 03 - Aplicação da legislação salarial
- 04 - Pagamento dos fundos (total ou parcial, à vista ou parcelado)
- 05 - Cumprimento dos acordos
- 06 - Regularização da situação trabalhista
- 07 - 02 04
- 08 - Pagamento de horas extras
- 09 - pagamento do 13º
- 10 - 01 + 08
- 11 - 02 + 04 + pagamento do piso da categoria

- 12 - Pagamento de direito aos demitidos
- 13 - 02 + 06
- 14 - Pagamento de antecipação ou abono
- 15 - Prazo para pagamento dos atrasados
- 39 - 05 + 06
- 40 - Outros - concedido totalmente ou em parte
- 41 - Outros - não concedido

V 32 - POLÍTICA DE BEN-ESTAR DA EMPRESA

- 01 - Subsídio às refeições e/ou transportes/fornecimento refeições
- 02 - Complementação dos benefícios previdenciários
- 03 - Subsídio educação
- 04 - Convênio médico, etc.
- 05 - Creches/berçários
- 06 - Melhorias refeitórios e alojamentos
- 07 - 01 + 04
- 08 - Melhor assistência médica dos transportes ou alimentação
- 09 - 06 + 40
- 10 - Intervalo para café
- 11 - Transportes
- 12 - Refeitório + 40
- 13 - Serviço Social
- 14 - Congelamento dos preços das refeições
- 15 - 08 + 14
- 32 - Convênio extensão universitária
- 40 - Outros - concedido totalmente ou em parte (condução noturna para trabalhadores)
- 41 - Outros - não concedido

COLUNAS

V 34 - APOIO, GERAIS (70,71)

- 01 - Suspensão das demissões previstas
- 02 - Readmissão de demitidos
- 03 - Indenização extra a demitidos
- 04 - Pagamento dos dias parados
- 05 - Pagamento de parte dos dias parados
- 06 - Desconto parcelado dos dias parados/não pagamento
- 07 - Não demissão dos grevistas
- 08 - Participação na administração (eleição de diretores, chefes, etc)/Fiscalização das Contas do Estado
- 09 - Revogação das punições
- 10 - Negociação antes de efetivar demissões
- 11 - Aumento nas tarifas (táxis)
- 12 - Pagamento a vista das rescisões de contratos, dos demitidos
- 13 - Suspensão das demissões previstas por certo tempo
- 14 - Novas demissões, com pagamento de 2 avisos prévios
- 15 - 04 + 02
- 16 - Empresa não cobriu impacto aumento do diesel
- 17 - 04 + 03
- 18 - Não punição dos grevistas (geral)
- 19 - 18 + 02
- 20 - 19 + 04
- 21 - Submeter qualquer demissão ao conselho universitário
- 22 - 06 + 03
- 23 - + demissões
- 24 - 03 + lista de voluntários para efetivar as demissões
- 25 - Demissão chefia, gerentes, etc
- 26 - 03 + redução do número de demissões
- 27 - Alteração no processo de produção
- 36 - Fim de meus tratos por parte de chefia
- 37 - Revogação de aumento exclusivo aos cargos de chefia
- 38 - Incorporação dos funcionários pela CEF (Caixa Econômica Federal)
- 41 - Não concedido

ANEXO DE TABELAS E GRÁFICOS

Parte I - Tabelas

Parte II - Gráficos

TABELAS

TABELA 1

NÚMERO DE GREVES POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1978-1987.

	1978-1987				1978				1979			
	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL
II - TRABALHADORES DE INDUSTRIAS	187	2911	8	3106		92		92	4	95		99
II metalurgicos	33	1636	6	1675		63		63	2	45		47
II trabalhadores da construcao civil	9	332	1	342		8		8		29		29
II quimicos	12	234		246		5		5		3		3
II alimentacao	1	168		169		5		5		8		8
II urbanitarios	117	9		126					2			2
II outros	15	312	1	328		11		11		19		19
ACM - ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	1394	426	69	1989	6	3	2	11	26	24	22	72
ACM serv.públ.de ministerios, secret. etc (4)	691			691	5			5	12			12
ACM professores de escolas e universidades (2)	393	211	32	636	1		2	3	7	5	11	23
ACM medicos (6)	155	89	38	282					3	6	10	19
ACM bancarios	53	49	10	112		1		1		3	1	4
ACM greve geral de servidores publicos (1)	94			94					4			4
ACM outros	8	77		85		2		2		10		10
TDS - TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	364	940	78	1382	2	8		10	8	31	1	40
TDS motoristas	20	395	66	481	2	6		8	2	22	1	25
TDS comerciaes (7)	54	340	3	397		1		1		4		4
TDS funcionarios de estabelac. de saúde (5)	112	102	8	222								
TDS funcionarios de escolas e universidades (3)	60	11		71								
TDS correio	22			22					6			6
TDS outros	96	92	1	189		1		1		5		5
OUTROS / SEM INFORMACAO		197	2	205		5		5		34	1	35
TOTAL	1945	4474	174	6593	6	108	2	110	30	104	24	246

TABELA 1

NÚMERO DE CÉPES POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,
1978-1987.

	1980				1981				1982			
	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL
TI - TRABALHADORES DE INDÚSTRIAS	1	60	1	62	3	45		48	3	67	6	76
TI metalúrgicos		31		31	2	30		32	1	52	6	59
TI trabalhadores da construção civil	1	17	1	19		7		7	1	3		4
TI químicos						1		1		1		1
TI alimentacao		1		1						5		5
TI urbanitários									1			1
TI outros		11		11	1	7		8		8		8
ACH - ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	29	12	12	53	34	8	18	60	34	7	1	42
ACH serv públ. ex ministerios, secret. etc (4)	4			4	5			5	7			7
ACH professores de escolas e universidades (2)	14	5	5	24	16	3	3	22	12	1	1	14
ACH médicos (6)	5	2	7	14	6	2	15	23	8	4		12
ACH bancários												
ACH greve geral de servidores públicos (1)	6			6	7			7	7			7
ACH outros		5		5		3		3		2		2
TBS - TRABALHADORES DE CLASSE EM SERVIÇO	3	13	4	20	3	13	1	17	3	18		21
TBS motoristas	2	7	1	10	2	7		9		15		15
TBS comerciantes (7)		3	2	5		2	1	3				
TBS funcionarios de estabelec. de saúde (5)			1	1						1		1
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)	1			1					2			2
TBS correio					1			1	1			1
TBS outros		3		3		4		4		2		2
OUTROS / SEM INFORMACAO		9		9		21	4	25		3		3
TOTAL	33	94	17	144	40	87	23	150	40	97	7	144

TABELA 1

NÚMERO DE CRECHES POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1976-1987.

	1983				1984				1985			
	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL
TI - TRABALHADORES DE INDÚSTRIAS	4	285		289	16	341		357	25	362		407
TI metalúrgicos	1	151		152	7	227		234	5	209		209
TI trabalhadores da construção civil		15		15	3	27		30	1	47		48
TI químicos	3	11		14		38		38	1	43		44
TI alimentação		6		6		9		9	1	19		20
TI urbanitários					4			4	16	2		18
TI outros		22		22	2	48		50	1	71		72
ACH - ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	169	14	2	185	165	17	5	187	196	61	3	254
ACH serv. públ. de ministérios, secret. etc (4)	44			44	41			41	103			103
ACH professores de escolas e universidades (2)	38	1	2	41	38	7	1	46	58	58		116
ACH médicos (6)	16	7		23	17	2	1	20	23	10	1	34
ACH bancários					6	4	3	13	5	6	2	13
ACH greve geral de servidores públicos (1)	9			9	3			3				
ACH outros	1	6		7		4		4	1	7		8
TGS - TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	10	35	2	47	21	68	3	92	74	166	13	253
TGS motoristas	3	17	1	21		26	3	29	3	64	11	78
TGS comerciários (7)	2	12		14	3	29		32	10	67		77
TGS funcionários de estabelec. de saúde (5)	1	5	1	7	7	2		9	33	6	2	41
TGS funcionários de escolas e universidades (3)	2			2	7			7	8	1		9
TGS correio									9			9
TGS outros	2	1		3	4	3		7	11	8		19
OUTROS / SEM INFORMAÇÃO		29	1	31		49	1	50		33		33
TOTAL	114	274	5	393	142	467	9	618	269	622	16	927

TABELA 1

NÚMERO DE GREVES POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, regiões urbanas,

1978-1997.

	1986				1997			
	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL
TI - TRABALHADORES DE INDÚSTRIAS	49	893	1	933	82	739		821
TI metalúrgicos	18	489		507	5	338		343
TI trabalhadores da construção civil	3	96		99		118		118
TI químicos	7	85		92	1	55		56
TI alimentícios		57		57		58		58
TI urbanitários	26	3		29	68	4		72
TI outros	3	149	1	153	8	166		174
ACH - ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	254	189	18	364	616	189	5	691
ACH serv.públ.de ministérios, secret. etc (4)	133			133	337			337
ACH professores de escolas e universidades (2)	82	57	6	145	125	94	1	235
ACH médicos (6)	21	7	3	31	56	49	1	106
ACH bancários	9	21	1	31	33	14	3	50
ACH greve geral de servidores públicos (1)	9			9	49			49
ACH outros		15		15	6	23		29
TBS - TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	180	198	53	351	149	418	1	559
TBS motoristas	3	72	49	124	3	159		162
TBS comerciários (7)	19	85		104	20	137		157
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)	26	28	3	49	45	68	1	114
TBS funcionários de escolas e universidades (3)	7	3		10	33	7		49
TBS correio	2			2	3			3
TBS outros	43	18	1	62	36	47		83
OUTROS / SEM INFORMAÇÃO		16	1	17		7		7
TOTAL	483	1197	65	1645	838	1344	6	2188

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

(1) greves gerais dos servidores públicos municipais, estaduais ou federais

(2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionários de escolas e universidades

(3) greves so de funcionários de escolas e universidades

(4) greves localizadas de ministérios, secretarias, fundações, etc.

(5) greves so de funcionários de estabelecimentos de saúde

(6) greves so de médicos ou greves conjuntas de médicos e funcionários de estabelecimentos de saúde

(7) exclui o setor saúde

TABELA 16

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE GREVES POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, regiao urbana,

1976-1987.

	1976-1987				1976				1977			
	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL
II - TRABALHADORES DE INDUSTRIAS	2.8	44.2	0.1	47.1	78.0			78.0	1.6	38.6		40.2
II metalurgicos	0.5	24.8	0.1	25.4	53.4			53.4	0.8	18.3		19.1
II trabalhadores da construcao civil	0.1	5.3	0.0	5.5	6.8			6.8		8.1		8.1
II quimicos	0.2	3.5		3.7	4.2			4.2		1.2		1.2
II alimentacao	0.0	2.5		2.6	4.2			4.2		3.3		3.3
II urbanitarios	1.8	0.1		1.9					0.8			0.8
II outros	0.2	7.8	0.0	8.0	9.3			9.3		7.7		7.7
ACH - ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	21.1	6.5	1.2	28.8	5.1	2.5	1.7	9.3	10.6	9.8	9.9	29.3
ACH serv.públ.de ministerios, secret. etc (4)	10.5			10.5	4.2			4.2	4.9			4.9
ACH professores de escolas e universidades (2)	6.0	3.2	0.5	9.6	0.8		1.7	2.5	2.8	2.6	4.5	9.9
ACH medicos (5)	2.4	1.2	0.6	4.3					1.2	2.4	4.1	7.7
ACH bancarios	0.8	0.7	0.2	1.7		0.8		0.8		1.2	0.4	1.6
ACH greve geral de servidores publicos (1)	1.4			1.4					1.4			1.4
ACH outros	0.1	1.2		1.3		1.7		1.7		4.1		4.1
TES - TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	5.5	14.3	1.2	21.0	1.7	6.8		8.5	3.3	12.6	0.4	16.3
TES motoristas	0.3	6.0	1.0	7.3	1.7	5.1		6.8	0.8	5.9	0.4	10.2
TES comerciarios (7)	0.8	5.2	0.0	6.0		0.8		0.8		1.6		1.6
TES funcionarios de estabelec. de saude (5)	1.7	1.5	0.1	3.4								
TES funcionarios de escolas e universidades (3)	0.9	0.2		1.1								
TES correio	0.3			0.3					2.4			2.4
TES outros	1.5	1.4	0.0	2.9		0.8		0.8		2.0		2.0
OUTROS / SEM INFORMACAO		3.6	0.1	3.7		4.2		4.2		13.8	0.4	14.2
TOTAL	29.5	67.7	2.3	100.0	6.8	91.5	1.7	100.0	15.4	74.8	9.8	100.0
(Números absolutos)				6593				118				246

TABELA 1A
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE GREVES POR GRANDES SETORES
Brasil, regio urbana,
1970-1987.

	1980				1981				1982			
	PUBL	PRIV	C.T.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL
TI - TRABALHADORES DE INDUSTRIAS	0.7	46.7	0.7	48.1	2.0	33.0		35.0	2.1	47.9	4.2	54.2
TI metalurgicos		21.5		21.5	1.3	26.0		27.3	0.7	35.1	4.2	41.0
TI trabalhadores da construcao civil	0.7	11.0	0.7	12.4		4.7		4.7	0.7	2.1		2.8
TI quimicos						0.7		0.7		0.7		0.7
TI alimentacao		0.7		0.7						3.5		3.5
TI urbanitarios									0.7			0.7
TI outros		7.6		7.6	0.7	4.7		5.4		5.6		5.6
ACH - ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	20.1	8.3	6.3	34.7	22.7	5.3	12.0	40.0	23.6	4.9	0.7	29.2
ACH serv.publ.de ministerios, secret. etc (4)	2.0			2.0	3.3			3.3	4.9			4.9
ACH professores de escolas e universidades (2)	9.7	3.5	3.5	16.7	10.7	2.0	2.0	14.7	8.3	0.7	0.7	9.7
ACH medicos (6)	3.5	1.4	4.9	9.7	4.0	1.3	10.0	15.3	5.6	2.8		8.4
ACH bancarios												
ACH greve geral de servidores publicos (1)	4.2			4.2	4.7			4.7	4.9			4.9
ACH outros		3.5		3.5		2.0		2.0		1.4		1.4
TBS - TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	2.1	9.0	2.0	13.1	2.6	0.7	0.7	3.3	2.1	12.5		14.6
TBS motoristas	1.4	4.9	0.7	6.9	1.3	4.7		6.0		10.4		10.4
TBS comerciantes (7)		2.1	1.4	3.5		1.3	0.7	2.0				
TBS funcionarios de estabelec. de saude (5)			0.7	0.7						0.7		0.7
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)	0.7			0.7					1.4			1.4
TBS correio					0.7			0.7	0.7			0.7
TBS outros		2.1		2.1		2.7		2.7		1.4		1.4
OUTROS / SEM INFORMACAO		6.3		6.3		14.0	2.7	16.7		2.1		2.1
TOTAL	22.9	65.3	11.8	100.0	26.7	50.0	15.3	100.0	27.8	67.4	4.9	100.0
(Números absolutos)				144				159				144

TABELA 1A
DISTRIBUICAO PORCENTUAL DE GREVES POR GRANDES SETORES
Brasil, regio urbana,
1972-1997.

	1983				1984				1985			
	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL
TI - TRABALHADORES DE INDUSTRIAS	1.0	52.2		53.2	2.6	55.2		57.8	2.7	41.2		43.9
TI metalurgicos	0.3	39.4		39.7	1.1	36.7		37.9	0.5	21.6		22.1
TI trabalhadores da construccao civil		3.8		3.8	0.5	4.4		4.9	0.1	5.1		5.2
TI quimicos	0.8	2.8		3.6		4.9		4.9	0.1	4.6		4.7
TI alimentacao		1.5		1.5		1.5		1.5	0.1	2.0		2.2
TI urbanitarios					0.6			0.6	1.7	0.2		1.9
TI outros		5.6		5.6	0.3	7.8		8.1	0.1	7.7		7.8
ACH - ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	25.4	3.6	0.5	29.5	17.0	2.8	0.8	20.6	20.5	6.6	0.3	27.4
ACH serv.públ.de ministerios, secret. etc (4)	11.2			11.2	6.6			6.6	11.1			11.1
ACH professores de escolas e universidades (2)	7.6	0.3	0.5	8.4	6.1	1.1	0.2	7.4	6.3	4.1		10.4
ACH medicos (6)	4.1	1.8		5.9	2.8	0.3	0.2	3.2	2.5	1.1	0.1	3.7
ACH bancarios					1.0	0.6	0.5	2.1	0.5	0.6	0.2	1.4
ACH greve geral de servidões publicos (1)	2.3			2.3	0.5			0.5				
ACH outros	0.3	1.5		1.8		0.6		0.6	0.1	0.0		0.9
TBS - TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	2.5	8.9	0.5	12.0	3.4	9.7	0.5	13.6	0.0	15.7	1.4	25.1
TBS motoristas	0.0	4.3	0.3	5.3		4.2	0.5	4.7	0.3	6.9	1.2	8.4
TBS comerciarios (7)	0.5	3.1		3.6	0.5	4.7		5.2	1.1	7.2		8.3
TBS funcionarios de estabelet. de saude (5)	0.3	1.3	0.3	1.9	1.1	0.3		1.5	3.6	0.6	0.2	4.4
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)	0.5			0.5	1.1			1.1	0.9	0.1		1.0
TBS correio									1.0			1.0
TBS outros	0.5	0.3		0.8	0.6	0.5		1.1	1.2	0.9		2.0
OUTROS / SEM INFORMACAO		5.1	0.3	5.3		7.9	0.2	8.1		3.6		3.6
TOTAL	29.0	69.7	1.3	100.0	23.0	75.6	1.5	100.0	31.2	67.1	1.7	100.0
(Números absolutos)				373				618				927

TABELA 1A

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE GREVES POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, regio urbana,

1976-1987.

	1986				1987			
	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL	PUBL	PRIV	S.I.	TOTAL
TI - TRABALHADORES DE INDUSTRIAS	2.9	53.6	6.1	56.0	3.7	33.6		37.5
TI metalurgicos	6.6	31.6		29.6	6.2	15.4		15.7
TI trabalhadores da construcao civil	0.2	5.4		5.6		5.4		5.4
TI quimicos	0.4	5.1		5.5	0.6	2.5		2.6
TI alimentacao		3.4		3.4		2.7		2.7
TI urbanitarios	1.6	0.2		1.7	3.1	0.2		3.3
TI outros	0.2	0.9	6.1	7.2	0.4	7.6		8.0
ACH - ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	15.3	6.6	0.6	21.9	28.2	8.2	0.2	36.6
ACH serv.publ.de ministerios, secret. etc (4)	8.0			8.0	15.4			15.4
ACH professores de escolas e universidades (2)	4.9	3.4	0.4	8.7	6.2	4.3	0.6	10.5
ACH medicos (6)	1.3	0.4	0.2	1.9	2.6	2.2	0.6	4.8
ACH bancarios	0.5	1.3	0.1	1.9	1.5	0.4	0.1	2.0
ACH greve geral de servidores publicos (1)	0.5			0.5	2.2			2.2
ACH outros		0.9		0.9	0.3	1.1		1.3
TES - TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	6.0	11.9	3.2	21.1	6.4	17.1	0.6	25.5
TES coloristas	0.2	4.3	2.9	7.4	0.1	7.3		7.4
TES comerciarios (7)	1.1	5.1		6.2	0.9	6.3		7.2
TES funcionarios de estabelec. de saude (5)	1.6	1.2	0.2	2.9	2.1	3.1	0.6	5.2
TES funcionarios de escolas e universidades (3)	0.4	0.2		0.6	1.5	0.3		1.8
TES correio	0.1			0.1	0.1			0.1
TES outros	2.6	1.1	0.1	3.7	1.6	2.1		3.8
OUTROS / SEM INFORMACAO		1.0	0.1	1.0		0.3		0.3
TOTAL	24.2	71.9	3.9	100.0	38.3	61.4	0.3	100.0
(Números absolutos)				1685				2189

Fonte: NSFP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

- (1) greves gerais dos servidores publicos municipais, estaduais ou federais
- (2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionarios de escolas e universidades
- (3) greves so de funcionarios de escolas e universidade
- (4) greves localizadas de ministerios, secretarias, fundacoes, etc.
- (5) greves so de funcionarios de estabelecimentos de saude
- (6) greves so de medicos ou greves conjuntas de medicos e funcionarios de estabelecimentos de saude
- (7) exclui o setor saude

TABELA 2

NUMERO DE JORNADAS PERDIDAS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, região urbana,
1970-1997.

	TOTAL 1970-1997				1978			
	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
II TRANSFORMAÇÕES NA INDÚSTRIA	3471152	55177459	238328	57944372		964253		964253
II minerais	1521165	31231351	224328	32444914		768347		768347
II trabalhadores da construção civil	79410	14093645	2600	14072313		8306		8306
II trabalhadores	1985372	56559		2042672				
II químicos	141961	1123971		1265932		17423		17423
II alimentação	7660	1134162		1141822		19383		19383
II outros	235724	7762945	66500	806839		159152		159152
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	265456731	8523213	16911683	231094426	441605	429620	41160	921725
ACH professores de escolas e universidades (2)	111737359	5246614	6400383	123513647	380040		41161	421161
ACH greve geral de servidores públicos (1)	56271072			56271072				
ACH serv. públ. de ministérios, secret. etc (4)	27828354			27828354	61605			61605
ACH bancários	1431531	691115	9317423	11569739		9341		9341
ACH médicos (6)	7910834	1138727	809471	9727352				
ACH outros	42719	1753443		1797352		427679		427679
TBS TRANSFORMAÇÕES DE PAPE EM SERVIÇO	30661127	12244233	2234318	46486335	1834	19036		26720
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)	14012415	563952	2427197	17763555				
TBS funcionários de escolas e universidades (3)	12476667	472776		12949443				
TBS secretarias (7)	419270	6772417	39301	7200948		64		64
TBS estatísticos	472570	3499732	763530	4727632	1834	7763		9597
TBS correio	1539124			1582124				
TBS outros	3149445	936431	5604	4107645		11239		11239
OUTROS/S.I.		2215491	166163	2381753		4314		4314
TOTAL	241933759	75466147	26521291	337961397	443459	1366649	41160	1651259

TABELA 2

NÚMERO DE JORNALISTAS EXERCENDO FUNÇÕES SETORAIS, CATEGORIAS SEGUIMENTOS ASSIMILADOS E CATEGORIAS DELIBERADAS

Brasil, região urbana,

1970-1987.

	1979				1980			
	PÚBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
IV TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	151974	961747	52159	923776	400	727337	2629	727737
IV metalúrgicos		647175	52159	652395		6510191		6510191
IV trabalhadores da construção civil		2192832		2192832	400	333955	2000	334355
IV urbanitários	154574			154574				
IV químicos		35345		35345				
IV alimentares		73767		73767		3736		3736
IV outros		297770		297770		117672		117672
ACM ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	2440243	515044	4941275	4325375	4011457	214043	1245437	6271894
ACM professores de escolas e universidades (2)	2851101	249497	4571656	735277	4765309	24479	1241750	6111517
ACM greve geral de servidores públicos (1)	410430			410430	121241			121241
ACM servidores de ministérios, secret. etc (4)	304013			304013	6460			6460
ACM bancários		247000	32000	379000				
ACM médicos (3)	162344	67032	337619	547466	13456	2224	33729	43449
ACM outros		201767		201767		177240		177240
TES TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	446449	915051	63600	1451500	33389	141624	35827	210100
TES funcionários de estabelec. de ensino (3)							1535	1535
TEN funcionários de escolas e universidades (3)					30896			30896
TES comerciários (7)		214530		214530		22259	24900	48249
TES motoristas	154974	690715	63600	874689	2369	21618	12100	25987
TES correio	250375			250375				
TES outros		68337		68337		95367		95367
OUTROS/S.I.		709010	19459	728470		54120		54120
TOTAL	4072307	11611174	5100004	20734615	4945247	7693044	1232013	12711163

ANEXO 2

NÚMERO DE JORNADAS PERDIDAS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO GÊNEROS ASSOCIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, região urbana,
1978-1987.

	1981				1982			
	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	45428	1274783		1419153	135934	1008316	174576	1316926
TI metalúrgicos	33450	742118		775568	27539	889799	174678	1011936
TI trabalhadores da construção civil		454500		454500	4934	6550		11484
TI artesãos					103500			103500
TI químicos		5200		5200		5200		5200
TI alimentícios						96007		96007
TI outros	12000	107500		119500		81000		81000
ACN ASSOCIADOS DE CLASSE MÉDIA	301604	127500	193100	427604	218886	163300	384100	287696
ACN professores de escolas e universidades (2)	192300	37000	183000	299700	185000	100	36000	219100
ACN prova geral de servidores públicos (1)	45300			45300	24200			24200
ACN serv. públ. de ministerios, secret. etc (1)	14210			14210	2300			2300
ACN bancários								
ACN médicos (6)	167000	27000	470772	1697252	66697	59821		126518
ACN outros		58299		58299		163622		163622
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	97047	207770	18320	403137	160407	119867		1203916
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)						29000		29000
TBS funcionários de escolas e universidades (3)					1079113			1079113
TBS comerciários (7)		167400	18320	125720				
TBS motoristas	59047	153600		212647		83200		95200
TBS correio	40000			40000	4924			4924
TBS outros		27631		27631		5034		5034
OUTROS/O.I.		62704	126394	770597		1790		1790
TOTAL	374313	2426748	795314	6963276	3404938	1203310	474576	5144933

TABELA 2

CENSO DE SERVIÇOS PRESTADOS POR EMPRESAS SETORES, ESPÉCIE DE SERVIÇOS PRESTADOS E CATEGORIAS OCUPACIONAIS

Brasil, região urbana,

1970-1987.

	1985				1984			
	PÚBLICO	PRIVADO	ASSOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	ASSOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	38275	1099915		1735190	246552	1672737		2153289
TI metalúrgicos	905	1357441		1357421	247113	1225742		1441911
TI trabalhadores do construtor civil		71926		71926	24407	310263		332770
TI urbanitários					27008			27008
TI químicos	37275	50294		87569		166977		166977
TI alimentações		64404		64404		45453		45453
TI outros		286790		286790	1663	142695		144358
ACH APLICADORES DE CLASSE IURIA	16317477	76649	6478	16395594	11237610	70651	30459	11347920
ACH professores de escolas e universidades (2)	816173	45346	6478	867997	6020894	45353	5402	6071749
ACH greve geral de servidores públicos (1)	9480556			9480556	197123			197123
ACH serv. públ. de ministerios, secret. etc. (4)	447064			447064	4326742			4326742
ACH bancários					33170	5141	24771	38882
ACH médicos (6)	134165	12876		147041	393094	5492	24	398610
ACH outros	3257	10177		21415		19056		19056
TBS TRABALHADORES DE BAIXO EM SERVIÇO	44327	473556	4009	521892	121344	213233	31803	346380
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)	11013	24246	3239	36598	82270	2059		84329
TBS funcionários de escolas e universidades (3)	4178			6478	32062			32062
TBS comerciantes (7)	22573	396549		419122	5701	95453		101154
TBS motoristas	4257	42275	1650	48182		109323	31803	141126
TBS correios								
TBS outros	594	12956		13466	2812	7621		9839
OUTROS/S.L.		42719	3239	51953		178316	759	179834
TOTAL	16746597	2270784	14066	13214087	11631737	2363537	62063	14055337

TABELA 2

VALORES DE JORNADAS PERDIDAS POR CHANCES SETORES, SEGUNDO SEGUIMIENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, região urbana,
1970-1987.

	1935				1984		
	PUBLICO	PRIVADO	AGROS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	AGROS
II TRABALHADORES DA INDUSTRIA	345229	1610337		1955566	594833	8472371	61500
II metalurgicos	185764	4374143		4559907	229912	4252351	
II trabalhadores da construcao civil	45819	1530406		1576225	4926	1275212	
II urbanitarios	125741	774		126714	327457	3610	
II quimicos	229	36332		36562	27946	427495	
II alimentacao	7050	94904		101954		404691	
II outros	12890	1852370		1865260	4592	2127452	6069
AGS ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	4445033	1395030	2100445	7940508	34592353	924740	1221220
AGS professores de escolas e universidades (2)	3860273	770264		4630537	21731733	554710	10159
AGS greve geral de servidores publicos (1)					1107300		
AGS serv.publ.de ministerios, secret. etc. (4)	516700			516700	16576504		
AGS bancarios	42742	20721	2100445	2163608	103442	146332	104600
AGS medicos (6)	53400	243612	0400	297012	1426323	45004	0005
AGS outros	700	362732		363432		145494	
TSB TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	1154974	3794971	2544377	7494322	4510242	1019472	507933
TSB funcionarios de estabel. de saude (5)	10137023	23133	2410000	12609516	1437831	91034	7500
TSB funcionarios de escolas e universidades (3)	21700	700		21800	1919000	2003	
TSB comerciantes (7)	03330	2724542		3007591	119562	907100	
TSB motoristas	8917	520745	134377	649639	190000	464647	07003
TSB correio	750631			750631	359121		
TSB outros	211504	123351		334855	507719	270276	3100
OUTROS/S.I.		395175		395175		114037	3021
TOTAL	54003316	18570612	4452222	76996150	40133423	11031220	1000001

TABELA 2

ÍNDICE DE JORNADAS PERDIDAS POR GRÁVEIS SETORES, SEGUNDO PERÍODOS AGALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, região urbana,
1970-1977.

	1977			
	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	1878582	18321671		12101453
TI metalúrgicos	372415	2115476		2212476
TI trabalhadores da construção civil		4486659		4486659
TI urbanitários	1243241	52715		1296717
TI químicos	76500	115745		175765
TI alimentacao		323019		323019
TI outros	265691	2614327		2880017
ADM AGALARIADOS DE CLASSE MEDIA	89321299	4491193	4477913	140533530
ADM professores de escolas e universidades (2)	32813266	3475327	116500	36634593
ADM greve geral de servidores publicos (1)	44323331			44323331
ADM serv. públ. de ministerios, secret. etc (4)	6718246			6718246
ADM bancarios	1264327	147665	6342463	7774314
ADM médicos (6)	4159133	651773	1000	4811153
ADM outros	42700	194327		237027
TSS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	15032247	4472272	4500	19741019
TSS funcionarios de estabelec. de saúde (5)	3117640	405764	4500	3524924
TSS funcionarios de escolas e universidades (3)	9192613	407238		961021
TSS contratuários (7)	237532	2121894		2239977
TSS motoristas	40400	1407093		1497703
TSS comercio	40063			40063
TSS outros	2443533	399103		2751432
DETERMINA.S.I.		76384		76384
TOTAL	164312661	19506013	6482413	132091007

Fonte: REPERMUNICAP. Pesquisas: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

- (1) greves gerais dos servidores publicos municipais, estaduais ou federais
- (2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionarios de escolas e universidades
- (3) greves so de funcionarios de escolas e universidades
- (4) greves localizadas de ministerios, secretarias, fundacoes, etc.
- (5) greves so de funcionarios de estabelecimentos de saúde
- (6) greves so de médicos ou greves conjuntas de médicos e funcionarios de estabelecimentos de saúde
- (7) exclui o setor saúde

TABELA 2a

DISTRIBUICAO PORCENTUAL DE JOVENS PESSOAS POR GRANDES SETORES, CIDADES SECTORES ASSOCIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, regioes urbanas,
1970-1987.

	1970-1987				1978			
	PUBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
II INDUSTRIAIS DA INDUSTRIA	1.6	18.4	0.1	16.6		48.8		48.8
II metalurgicos	0.3	9.2	0.1	9.6		38.3		38.3
II trabalhadores da construcao civil	0.0	3.2	0.0	3.2		9.4		9.4
II artesanais	0.4	0.5		0.6				
II quimicos	0.0	0.3		0.4		0.9		0.9
II alimentacao	0.0	0.3		0.3		1.1		1.1
II outros	0.1	2.3	0.0	2.4		8.1		8.1
ACN ASSOCIADOS DE CLASSE MEDIA	69.8	2.6	5.0	69.4	23.9	23.7	2.2	49.8
ACN professores de escolas e universidades (2)	35.1	1.6	1.9	36.6	20.5		2.2	22.7
ACN grupo geral de servidores publicos (1)	16.7			16.7				
ACN serv.públ.de ministerios, secret. etc (4)	8.2			8.2	3.3			3.3
ACN bancarios	0.4	0.2	2.8	3.5		0.5		0.5
ACN medicos (6)	2.8	0.3	0.3	2.9				
ACN outros	0.0	0.5		0.5		23.2		23.2
TGS TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	9.5	0.6	1.0	14.3	0.1	1.0		1.1
TGS funcionarios de escolas, de saude (5)	4.4	0.2	0.7	5.3				
TGS funcionarios de escolas e universidades (3)	5.7	0.1		3.8				
TGS comerciantes (7)	0.1	2.0	0.6	2.2		0.0		0.0
TGS motoristas	0.1	1.0	0.2	1.4	0.1	0.4		0.5
TGS correio	0.4			0.4				
TGS outros	0.9	0.3	0.0	1.2		0.6		0.6
OUTROS/S.I.		0.7	0.0	0.7		0.2		0.2
TOTAL	71.6	22.3	6.1	100.0	24.6	73.8	2.2	100.0
(Reserva estatistica - em anexo)				337.9				1.9

TABELA 2a
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE JORNADAS PERDIDAS POR DOENÇAS SELECIONADAS, SINTOMAS SELECIONADOS ASSOCIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, região urbana,
1978-1987.

	1979				1980			
	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
TI TRANSMISSOES DA INFLUENZA	0.0	49.4	0.0	44.7	0.0	52.0	0.0	52.0
TI catarrhos		31.1	0.0	31.4		49.0		49.0
TI trabalhadores de construçao civil		10.5		10.5	0.0	2.4	0.0	2.4
TI urbanitários	0.8			0.8				
TI quilatos		0.2		0.2				
TI alimentares		0.4		0.4		0.0		0.0
TI outros		1.4		1.4		0.2		0.6
COM ASSOCIADOS DE CLASSE MEDIA	16.7	4.4	23.0	44.9	35.3	1.5	9.0	45.8
COM professores de escolas e universidades (2)	12.2	1.2	22.0	35.4	34.3	0.2	0.7	43.2
COM greve geral de servidores públicos (1)	2.0			2.0	0.9			0.9
COM serv.públ.de ministérios, secret. etc (1)	1.7			1.7	0.0			0.0
COM bancários		1.7	0.2	1.9				
COM médicos (4)	0.9	0.3	1.4	2.7	0.1	0.9	0.2	0.4
COM outros		1.2		1.2		1.3		1.3
TS TRANSMISSOES DE LÍZES EM SERVIÇO	2.1	4.4	0.4	7.0	0.2	1.0	0.3	1.5
TS funcionários de estabelec. de saúde (5)							0.0	0.0
TS funcionários de escolas e universidades (5)					0.2			0.2
TS comitários (7)		1.0		1.0		0.2	0.2	0.3
TS motoristas	0.0	3.0	0.4	4.2	0.0	0.2	0.1	0.5
TS correios	1.4			1.4				
TS outros		0.3		0.3		0.7		0.7
OUTROS/S.I.		3.4	0.1	3.5		0.4		0.4
TOTAL	19.6	55.9	24.5	100.0	35.5	55.2	9.2	100.0
(Números absolutos - em milhões)				20.8				13.9

TABELA 2a

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE JOVENS RECLUTADOS POR GRUPOS SOCIAIS, REGIÃO SERTÃO AGRIÍCOLA E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, regiões urbana,
1970-1977.

	1971				1972			
	PÚBLICO	PRIVADO	AGROG	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	AGROG	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	0.7	17.7		28.9	2.6	19.4	3.4	25.4
TI metalúrgicos	3.5	10.6		14.1	0.5	15.7	3.4	19.6
TI trabalhadores da construção civil		6.5		6.5	0.1	0.1		0.2
TI urbanitários					2.0			2.0
TI químicos		0.1		0.1		0.1		0.1
TI alimentícios						1.9		1.9
TI outros	0.2	2.4		2.6		1.6		1.6
ACM ASSALARIADOS DE CLASSE (COTA)	31.0	1.0	9.1	42.7	42.3	3.2	5.0	51.3
ACM professores de escolas e universidades (2)	27.6	0.6	1.9	30.0	35.6	0.0	5.0	41.6
ACM prova geral de servidores públicos (1)	6.7			6.7	4.0			4.0
ACM curvabilidade ministeriais, secret. etc (4)	2.1			2.1	0.5			0.5
ACM bancários								
ACM advogados (6)	15.5	0.4	7.1	23.0	1.3	1.2		2.4
ACM outros		0.8		0.8		2.0		2.0
TGS TRABALHADORES DE BARRA EM SERVIÇO	1.4	4.1	0.3	5.8	21.0	2.3		23.3
TGS funcionários de estabelec. de saúde (5)						0.6		0.6
TGS funcionários de escolas e universidades (3)					20.9			20.9
TGS comerciários (7)		1.5	0.3	1.8				
TGS motoristas	0.9	2.2		3.0		1.7		1.7
TGS correio	0.6			0.6	0.1			0.1
TGS outros		0.4		0.4		0.1		0.1
OUTROS/S.L.		9.2	2.0	11.2		0.0		0.0
TOTAL	53.9	34.0	11.3	100.0	65.9	24.9	9.2	100.0
(Números absolutos - em milhares)				7.6				5.2

TABELA 2:

DISTRIBUICAO POTENCIAL DE JORNADA SEGUROS POR SETORES SETORES, SETORES DESEMPREGADOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS COLECIONARIAS
Brasil, regiao urbana,
1978-1987.

	1988				1989			
	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
II TRABALHADORES DA INDUSTRIA	0.3	12.9		13.2	1.9	13.5		15.4
II metalurgicos	0.0	9.9		9.9	1.5	0.0		1.5
II trabalhadores da construçao civil		0.5		0.5	0.2	2.2		2.4
II estancionarios					0.2			0.2
II quimicos	0.3	0.4		0.7		1.1		1.1
II alimentacao		0.5		0.5		0.3		0.3
II outros		1.6		1.6	0.0	1.0		1.0
SEM ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	61.9	0.0	0.0	61.9	60.0	0.0	0.0	60.0
SEM professores de escolas e universidades (2)	6.2	0.3	0.0	6.5	65.8	0.3	0.0	66.1
SEM grupo geral de servidores publicos (1)	71.2			71.2	0.0			0.0
SEM serv. públ. de ministerios, secret. etc (4)	3.4			3.4	35.8			35.8
SEM bancarios					0.2	0.0	0.2	0.2
SEM medicos (6)	1.0	0.1		1.1	2.4	0.0	0.0	2.4
SEM outros	0.0	0.1		0.1		0.1		0.1
SEM TRABALHADORES DE BASE EM SERVIDO	0.3	3.4	0.0	3.7	0.9	1.5	0.2	2.6
SEM funcionarios de estab. de ensino (5)	0.1	0.2	0.0	0.3	0.6	0.0		0.6
SEM funcionarios de escolas e universidades (2)	0.0			0.0	0.2			0.2
SEM secretarios (7)	0.2	3.0		3.2	0.0	0.7		0.7
SEM estenografas	0.0	0.3	0.0	0.3		0.0	0.2	0.2
SEM servico								
SEM outros	0.0	0.1		0.1	0.0	0.0		0.0
OUTROS/OUT.		0.4	0.0	0.4		1.3	0.0	1.3
TOTAL	62.5	17.4	0.1	79.9	62.7	16.8	0.4	79.9
(Descontos absolutos - as alíneas)				13.2				13.2

YOCOLA 22

DISTRIBUICAO MEDIANTE DE JORNADAS PERIÓDICAS POR GRUPOS SÓCIES, GRUPOS SÓCIES ASSOCIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, região urbana,
1978-1987.

	1985				1986			
	PÚBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
II TRANSFERÊNCIAS DE MOVIMENTO	6.5	12.3		18.8	1.1	14.0	0.1	17.2
II metalúrgicos	0.2	8.4		8.6	0.4	8.0		8.4
II trabalhadores da construção civil	0.1	2.0		2.1	0.0	2.4		2.4
II urbanitários	0.2	0.0		0.2	0.6	0.0		0.6
II químicos	0.0	0.4		0.4	0.1	0.8		0.9
II alimentícios	0.0	0.1		0.1		0.8		0.8
II outros	6.0	2.4		2.4	0.0	4.0	6.1	4.1
ACM ASSOCIADOS DE PLANO DESEJO	58.1	1.0	2.0	62.6	65.9	1.7	1.9	69.6
ACM professores de escolas e universidades (2)	50.5	1.0		51.5	40.9	1.0	0.0	42.0
ACM greve geral de servidores públicos (1)					2.2			2.2
ACM servapob. de ministerios, secret. etc (4)	6.7			6.7	19.9			19.9
ACM bancários	0.1	0.0	2.7	2.8	0.2	0.3	1.9	2.4
ACM médicos (5)	0.7	0.3	0.0	1.0	2.7	0.1	0.0	2.8
ACM outros	0.0	0.0		0.0		0.0		0.0
TDS TRANSFERÊNCIAS DE BOM EM SERVIÇO	15.1	4.7	5.3	25.1	9.6	3.4	1.0	14.0
TDS funcionários de estabelec. de saúde (3)	13.4	0.0	3.1	16.5	2.7	0.2	0.0	2.9
TDS funcionários de escolas e universidades (3)	0.3	0.0		0.3	3.6	0.0		3.6
TDS comarcários (7)	0.1	3.0		3.1	0.2	1.9		2.1
TDS motoristas	0.0	0.7	0.2	0.9	0.4	0.9	0.9	2.2
TDS correio	1.0			1.0	0.7			0.7
TDS outros	0.3	0.2		0.5	1.6	0.5	0.0	2.1
OUTROS/S.I.		0.5		0.5		0.2	0.6	0.8
TOTAL	73.6	20.3	6.1	99.0	75.6	21.4	3.0	100.0
(Números absolutos - em milhares)				76.6				53.1

TABELA 2a

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE JORNADAS PERDIDAS POR GRANDES SETORES, CORRESPONDENTES ASSOCIADOS E CATEGORIAS RELACIONADAS
Brasil, região urbana,
1970-1987.

	1987			
	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	1.4	7.8		9.2
TI metalúrgicos	0.8	1.9		2.7
TI trabalhadores da construção civil		3.6		3.6
TI armamentários	0.9	0.0		1.0
TI químicos	0.1	0.1		0.1
TI alimentação		0.3		0.3
TI outros	0.2	2.6		2.8
AGN ASSOCIADOS DE CLASSE MÉDIA	67.5	3.4	4.9	75.8
AGN professores de escolas e universidades (2)	24.8	2.6	0.1	27.5
AGN greve geral de servidores públicos (1)	33.5			33.5
AGN servidores ministeriais, secret. etc (4)	5.1			5.1
AGN bancários	1.0	0.1	4.0	5.1
AGN médicos (6)	2.1	0.5	0.0	2.6
AGN outros	0.0	0.1		0.1
TES TRABALHADORES DE BAIXO EM SERVIÇO	11.4	3.5	0.0	14.9
TES funcionários de estabelec. de saúde (5)	2.4	0.3	0.0	2.7
TES funcionários de escolas e universidades (3)	6.9	0.4		7.3
TES comerciários (7)	0.2	1.5		1.7
TES motoristas	0.0	1.1		1.1
TES transporte	0.0			0.0
TES outros	1.0	0.2		1.2
GRÁFICOS/S.I.		0.1		0.1
TOTAL	88.4	14.7	4.9	108.0
(Números absolutos - em milhões)				132.0

Fonte: IUPERJ/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

- (1) greves gerais dos servidores públicos municipais, estaduais ou federais
- (2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionários de escolas e universidades
- (3) greves so de funcionários de escolas e universidades
- (4) greves localizadas de ministeriais, secretarias, fundações, etc.
- (5) greves so de funcionários de estabelecimentos de saúde
- (6) greves so de médicos ou greves conjuntas de médicos e funcionários de estabelecimentos de saúde
- (7) inclui o setor saúde

TABELA 3

RECEITA DE ENTREVISTAS POR ORDENS SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
 Brasil, região urbana,
 1970-1987.

	1970-1987				1970			
	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
II TRABALHADORES DA INDUSTRIA	734537	4342823	17660	6773362		114151		114151
II metalurgicos	222197	3322585	6603	3550782		67762		67762
II trabalhadores da construçao civil	4243	555434	1000	876749		8050		8050
II metalmeccanicos	424794	57607		461803				
II alimentacao	769	178768		179437		9300		9300
II quimicos	12776	181313		142109		4630		4630
II outros	71877	1587994	16000	1585972		24439		24439
ACN ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	11562741	920481	2499421	14991053	26790			26790
ACN professores de escolas e universidades (2)	5452713	512170	425024	6073727	20030			20030
ACN serv. públ. de ministerios, secret. etc (4)	2945545			2945545	6790			6790
ACN bancarios	362432	154104	1947450	2464165				
ACN grupo geral de servidores públicos (1)	2455769		35340	2462519				
ACN medicos (6)	414367	101902	89547	602756				
ACN outros	3775	163214		164191				
TBS TRABALHADORES DE BAIXO EM SERVICO	1933577	1561610	523709	4237314	16	314		330
TBS motoristas	74537	721147	284098	1091784	16	250		266
TBS comerciantes (7)	61046	421279	2200	1619435		31		31
TBS funcionarios de estabel. de saude (5)	637707	64251	36019	746018				
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)	433468	56155		507636				
TBS correio	173162			173162				
TBS outros	524693	106383	401	713649				
OUTROS/S.T.		846241	350	846591		710		710
TOTAL	11257627	9774552	2843200	21057820	26806	115175		141981

TABELA 3

NÚMERO DE EMPREGADOS POR GRUPO DE ATIVIDADES, GÊNERO E CATEGORIA DE EMPREGO

Brasil, região urbana,

1978-1987.

	1977				1980			
	PÚBLICO	PRIVADO	AGROS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	AGROS	TOTAL
II TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	360	939492	660	940512	260	393150	1000	395010
II metalúrgicos		672766	660	673426		347670		347670
II trabalhadores da construção civil		216014		216014	260	29740	1000	30000
II urbanitários	300			300				
II alimentares		8547		8547				
II químicos		5350		5350				
II outros		42735		42735		15600		15600
ACM ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	162000	107000	200074	569074	219100	104442	53734	377276
ACM professores de escolas e universidades (2)	123000	32571	271700	422671	200002	1200	46900	206192
ACM servidores de ministérios, secret. etc (4)	39120			39120	674			674
ACM bancários		73000	16000	89000				
ACM grevistas de servidores públicos (1)	150			150	6700			6700
ACM médicos (6)	720	450	2674	3844	3754	52	4004	8210
ACM outros		3390		3390		103216		103216
TES TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	12760	167200	44000	228860	1200	33722	2204	37126
TES motoristas	200	119110	44000	163410	100	1162		1262
TES comerciais (7)		47300		47300		20000	2200	22200
TES funcionários de estabelec. de saúde (8)								
TES funcionários de escolas e universidades (3)					1100			1100
TES correio	12500			12500				
TES outros		340		340		12500	1	12841
OUTROS/S.L.		37475		37475		2200		2200
TOTAL	175990	1255226	240074	1779290	220300	500114	56735	776149

TABELA 3

NÚMERO DE OCUPISTAS POR GRUPOS CENSAIS, SEGUNDO SEXUOS ASSOCIADOS E CATEGORIAS ELECCIONALES

Brasil, região urbana,

1978-1987.

	1978				1987			
	PUBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDUSTRIA	16163	164783		121163	17000	165457		122457
TI metalurgicos	13400	47208		60608	5500	94277		99777
TI trabalhadores da construcao civil		55550		55550		3050		3050
TI urbanitarios					11500			11500
TI alimentacao						1800		1800
TI quimicos		400		400		1300		1300
TI outros	2400	4400		6800		4950		4950
ACH ASSOCIADOS DE CLASSE MEDIA	325543	2654	98933	427030	216105	2600	100000	318965
ACH professores de escolas e universidades (2)	212418	1370	200	213988	193310	100	100000	204410
ACH serv.público ministerios, secret. etc (4)	13122			13122	16845			16845
ACH bancarios								
ACH greve geral de servidores publicos (1)	49765		34000	83765	4000			4000
ACH medicos (4)	60100	700	41900	102700	1950	2300		4250
ACH outros		700		700				
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	10000	8200		18200	30000	7000		37000
TBS motoristas		3050		3050		7000		7000
TBS comerciantes (7)								
TBS funcionarios de estabel. de saude (5)								
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)					30000			30000
TBS correio	10000			10000				
TBS outros		5140		5140		70		70
OUTROS/S.L.		56000	100	56100		700		700
TOTAL	351943	171922	98933	622898	242105	116732	100000	458837

TABELA 3

NÚMERO DE EMPREGADOS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SETORIAL E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana.

1970-1987.

	1970				1984			
	PÚBLICO	PRIVADO	AGROS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	AGROS	TOTAL
YI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	5350	312516		318866	52716	342359		434275
YI metalúrgicos	520	263145		261125	52113	233765		207878
YI trabalhadores de construção civil		6897		6897	100	33713		33813
YI urbanitários						21100		21100
YI alimentacao		2925		2925		6450		6450
YI químicos	4405	13450		17855		18860		18860
YI outros		30657		30657	703	35204		35907
ACM ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	497162	1540		498702	730677	32651	1006	773934
ACM professores de escolas e universidades (2)	52518			52518	451414	30161		481575
ACM serv.públ.de ministérios, secret. etc (4)	102256			102256	136215			136215
ACM bancários					35300	2440	1140	41740
ACM greve geral de servidores públicos (1)	321817			321817	13600			13600
ACM médicos (6)	21457	140		21457	43240		06	43246
ACM outros		1803		1803		50		50
YBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	2020	51148	534	53792	70745	27170	24000	156020
YBS motoristas	220	9624	534	10378		16510	24210	40720
YBS comerciários (7)		41300		41300	3000	9529		12529
YBS funcionários de estabelec. de saúde (5)		182		182	46325	410		46735
YBS funcionários de escolas e universidades (3)					21900			21900
YBS correio								
YBS outros	1000			1000	6020	720		6740
OUTROS/S.L.		2950		2950		10025	250	10275
TOTAL	554032	367074	534	874626	871538	424210	25406	1299254

TABELA 3

NÚMERO DE SERVIDORES POR GRANDES CATEGORIAS, SEGUNDO SECTORION ADMINISTRATIVOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, regiões urbanas,

	1985				1986			
	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
II TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	161274	152775		162039	137826	1152749	10000	1290555
II metalúrgicos	49150	220000		677715	38184	450016		494200
II trabalhadores da construção civil	3030	130000		130000	903	140961		140961
II urbanitários	47104	12		47166	91393	1605		92998
II alimentados	750	20007		20007		74001		74001
II químicos	110	32014		32154	4506	40159		44711
II outros	1200	70764		71004	2700	234147	10000	240047
ADM ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	2270310	170000	700000	3140310	2067201	130000	500000	3514401
ADM professores de escolas e universidades (2)	1500001	110000		1610001	1500000	70000	2000	1570000
ADM serv.públ.de ministerios, secret. etc (4)	447100			447100	1100000			1100000
ADM bancários	40700	1900	700000	750000	11000	40001	500000	550001
ADM greve geral de servidores públicos (f)					110000			110000
ADM médicos (6)	27007	20000	0000	62000	32716	15000	0000	50001
ADM outros	100	30000		30000		4000		4000
TDS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	542277	240000	01000	992277	473071	366777	171750	1012600
TDS motoristas	1200	100000	49700	150000	52000	02000	100000	150000
TDS comerciais (7)	12700	250000		260000	30770	191000		220000
TDS funcionários de estabelec. de saúde (5)	300000	2000	31700	360000	67000	16100	3010	80000
TDS funcionários de escolas e universidades (3)	30000	700		30000	70000	400		70000
TDS correio	00000			00000	20000			20000
TDS outros	60000	0000		70000	221000	70000	100	290000
OUTROS/S.I.		320000		320000		330000		330000
TOTAL	2600000	2400000	700000	4000000	3470000	1990000	600000	6060000

TABELA 3

NÚMERO DE GREVISTAS POR GRUPOS SETORIAIS, SETORES SECTORAIS ASSOCIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, região urbana,
1970-1987.

	1987			
	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
TE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	488228	1814155		1447678
TI metalúrgicos	42700	348041		374741
TI trabalhadores da construção civil		216119		216119
TI urbanitários	274440	14010		280450
TI alimentícios		31175		31175
TI químicos	1701	17739		19440
TI outros	64274	434408		498682
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	4238045	139181	735669	5009595
ACH professores de escolas e universidades (2)	1478023	230267	4669	1708919
ACH servidores de ministérios, secret. etc (4)	753371			753371
ACH bancários	263682	34252	736459	1029593
ACH greve geral de servidores públicos (1)	1675197			1675197
ACH médicos (6)	223725	68537	1006	292268
ACH outros	2595	10040		12635
TES TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	794765	927771	1559	1723095
TES motoristas	23261	394781		408042
TES comarcários (7)	38486	381800		394641
TES funcionários de estabelec. de saúde (5)	181303	46936	1559	228798
TES funcionários de escolas e universidades (3)	281673	88776		370449
TES correio	38339			38339
TES outros	227182	87176		314358
OUTROS/S.T.		63362		63362
TOTAL	5458878	2397615	727168	8583661

Fonte: IBGE/CEBRAP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

- (1) greves gerais dos servidores públicos municipais, estaduais ou federais
- (2) greves de professores ou greves conjuntas de professores e funcionários de escolas e universidades
- (3) greves de funcionários de escolas e universidades
- (4) greves localizadas de ministérios, secretarias, fundações, etc.
- (5) greves de funcionários de estabelecimentos de saúde
- (6) greves de médicos ou greves conjuntas de médicos e funcionários de estabelecimentos de saúde
- (7) exclui o setor saúde

TABELA 3A

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DE CREVISTAS POR GRUPOS SETORIAIS, SEGUNDO SUBGRUPOS ASSOCIATIVOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, região urbana,
1978-1987.

	1978-1987				1978			
	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	2.7	22.5	6.1	25.3		33.4		33.4
TI metalúrgicos	6.6	12.4	6.9	13.2		47.7		47.7
TI trabalhadores da construção civil	6.0	3.2	6.0	3.2		5.7		5.7
TI urbanitários	1.6	0.1		1.7				
TI alimentícios	0.0	0.7		0.7		6.6		6.6
TI químicos	0.0	0.5		0.5		3.2		3.2
TI outros	0.3	5.6	0.0	5.9		17.2		17.2
ACH ASSOCIADOS DE CLASSE MÉDIA	43.0	3.5	9.3	55.8	18.7			18.7
ACH professores de escolas e universidades (2)	36.2	1.9	1.6	23.7	14.1			14.1
ACH servidores ministeriais, secret. etc (4)	11.0			11.0	4.0			4.0
ACH bancários	1.0	0.6	7.2	9.2				
ACH grupo geral de servidores públicos (1)	9.3		0.1	9.1				
ACH outros (6)	1.5	0.4	0.3	2.2				
ACH outros	0.0	0.3		0.6				
TES TRABALHADORES DE CASE EM SERVIÇO	7.3	7.3	1.2	15.8	0.0	0.2		0.2
TES estatísticos	0.3	2.7	1.1	4.1	0.0	0.2		0.2
TES comerciais (7)	6.3	3.4	0.0	3.8		0.6		0.6
TES funcionários de estabelec. de saúde (5)	2.4	0.2	0.1	2.8				
TES funcionários de escolas e universidades (3)	1.7	0.2		1.9				
TES correios	0.7			0.7				
TES outros	2.0	0.7	0.0	2.7				
OUTROS/S.I.		3.1	0.0	3.1		0.5		0.5
TOTAL	53.0	36.4	10.6	100.0	18.9	81.1		100.0
(Números absolutos)				26037829				141701

TABELA 2A

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE EMPREGADOS POR DIVERSOS SETORES, TIPO DE EMPREGOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1970-1987.

	1970				1987			
	PUBLICO	PRIVADO	OUTROS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	OUTROS	TOTAL
II TRABALHADORES DA INDUSTRIA	6.0	38.1	0.4	53.5	0.0	43.5	0.1	43.6
II metalurgicos		32.0	0.4	32.4		42.9		42.9
II trabalhadores da construcao civil		11.9		11.9	0.0	3.7	0.1	3.8
II artesanais	0.0			0.0				
II alimentacao		0.5		0.5				
II quimicos		0.3		0.3				
II outros		2.4		2.4		1.9		1.9
ASH ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	9.2	6.2	16.4	31.8	27.0	12.9	6.6	46.5
ASH professores de escolas e universidades (2)	6.9	1.8	13.3	24.1	25.6	0.1	5.8	31.5
ASH servidores de ministerios, secret., etc (4)	2.2			2.2	0.1			0.1
ASH bancarios		4.1	0.9	5.0				
ASH preta geral de servidores publicos (1)	6.0			6.0	0.0			0.0
ASH medicos (6)	6.6	0.6	0.2	7.4	6.3	0.6	1.8	8.7
ASH outros		6.2		6.2		12.7		12.7
TBS TRABALHADORES DE BASTA EM SERVICO	0.7	9.4	2.3	12.4	0.1	4.2	0.3	4.6
TBS motoristas	0.6	6.7	2.5	9.8	0.0	0.1		0.1
TBS comerciantes (7)		2.7		2.7		2.3	0.3	2.7
TBS funcionarios de estabelec. de ensino (5)								
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)					0.1			0.1
TBS terraço	0.7			0.7				
TBS outros		0.0		0.0		1.5	0.0	1.5
OUTROS/S.I.		2.1		2.1		0.3		0.3
TOTAL	9.9	70.8	19.3	100.0	27.2	65.8	7.0	100.0
(Números absolutos)				1776796				211092

TABELA 2b

DISTRIBUIÇÃO PRESENTAL DE GRUPOS POR GRUPOS SEXUAIS, SEXO, RACAS, IDADES E CATEGORIAS SOCIAIS

Brasil, região urbana,

1970-1977.

	1970				1977			
	POPULOS	FAZENDAS	ANOS	TOTAL	POPULOS	FAZENDAS	ANOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDUSTRIA	2.6	15.8		19.5	3.6	22.4		26.6
TI metalurgicos	2.2	7.6		9.7	1.1	17.7		20.8
TI trabalhadores da construçao civil		0.1		0.1		0.6		0.6
TI urbanitarios					2.4			2.4
TI alimentares						0.4		0.4
TI quiticos		0.1		0.1		0.9		0.9
TI outros	0.5	1.8		1.9		1.7		1.6
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	32.3	0.5	15.9	48.6	43.9	0.4	23.9	68.3
ACH professores de escolas e universidades (2)	32.3	0.2	0.0	32.7	43.4	0.0	23.9	67.3
ACH servidores ministeriais, secret. etc (4)	2.2			2.2	2.3			2.3
ACH bancarios								
ACH greve geral de servidores publicos (1)	0.0		5.9	5.9	0.0			0.0
ACH medicos (6)	7.6	0.1	2.0	9.7	0.4	0.5		0.9
ACH outros		0.1		0.1				
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIDOR	1.6	1.3		2.9	7.3	1.6		8.9
TBS motoristas		0.5		0.5		1.6		1.6
TBS camponeses (7)								
TBS funcionarios de estabelec. de saude (5)								
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)					7.3			7.3
TBS correio	1.6			1.6				
TBS outros		0.8		0.8		0.0		0.0
OUTROS/S.L.		7.6	0.0	7.6		0.2		0.2
TOTAL	56.5	27.6	15.9	99.9	54.8	24.3	26.9	106.0
(Numeros absolutos)				622395				478637

TABELA 35

DISTRIBUICAO DEMOGRAFICA DE PROFISSIONAIS POR GRANDES SETORES, SETORES SECUNDARIOS AGLOMERADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, regiao urbana,
1978-1987.

	1978				1984			
	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
VI TRABALHADORES DA INDUSTRIA	6.6	35.8		35.5	4.0	26.3		32.3
VI metalurgicos	6.1	29.7		29.9	3.9	17.8		21.0
VI trabalhadores da construcao civil		6.8		6.8	0.0	2.5		2.5
VI urbanizarios						1.6		1.6
VI alimentacao		6.3		6.3		0.5		0.5
VI quimicos	6.5	1.5		2.0		1.2		1.2
VI outros		3.4		3.4	0.1	2.7		2.7
SEM ASSOCIACAO DE CLASSE FETIA	56.8	6.2		57.1	55.9	2.5	6.1	59.4
SEM professores de escolas e universidades (2)	6.0			6.0	34.1	2.3		36.4
SEM serv. públ. de ministerios, secret. etc (4)	11.7			11.7	14.8			14.8
SEM bancarios					2.9	0.2	6.1	3.2
SEM grupo geral de servidores publicos (1)	36.7			36.7	1.0			1.0
SEM medicos (6)	2.4	6.0		2.5	3.0		6.0	3.0
SEM outros		0.2		0.2		0.0		0.0
VII TRABALHADORES DE FASE EM SERVICIO	6.2	5.9	6.1	6.1	6.0	2.1	1.8	9.9
VII motoristas	6.0	1.1	6.1	1.2		1.2	1.8	3.1
VII secretarios (7)		4.7		4.7	0.2	0.7		0.9
VII funcionarios de estabel. de saude (5)		0.0		0.0	3.6	0.0		3.7
VII funcionarios de escolas e universidades (3)					1.7			1.7
VII correio								
VII outros	6.2			6.2	0.5	0.1		0.5
OUTROS/S.L.		6.3		6.3		1.4	6.0	1.4
TOTAL	57.7	42.3	6.1	100.6	65.9	32.2	1.7	100.0
(Números absolutos)				874626				1222927

TABLA 3A
DISTRIBUCION PORCENTUAL DE EMPLEADOS POR GRUPOS SEXUALES, TIPO DE EMPLEO, ASOCIACIONES E COLECTIVAS DELEGACIONES
Brasil, region urbana,
1970-1977.

	1970				1977			
	PUBLICO	PRIVADO	ASOS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	ASOS	TOTAL
II TRABAJADORES DE INDUSTRIA	1.7	25.1		26.7	2.2	18.7	0.2	21.1
II metalurgicos	0.6	10.8		11.4	0.6	10.6		11.2
II trabajadores de construccion civil	0.0	2.2		2.2	0.0	2.4		2.4
II urbanitarios	0.0	0.0		0.0	1.5	0.0		1.5
II electricistas	0.0	0.4		0.4		1.2		1.2
II quimicos	0.0	0.3		0.3	0.1	0.7		0.7
II otros	0.0	11.6		11.7	0.0	3.0	0.2	4.0
CON ASOCIACIONES DE CLASES NOBIA	37.1	2.9	11.6	51.6	45.5	2.2	0.3	57.0
CON profesores de escuelas e universidades (2)	25.2	1.9		27.0	25.3	1.2	0.0	26.5
CON serv. publ. de ministerios, secret. etc (4)	10.6			10.6	10.6			10.6
CON bancarios	0.0	0.0	11.5	12.3	0.2	0.7	0.1	0.9
CON grupo geral de servidores publicos (1)					1.9			1.9
CON medicos (6)	0.5	0.4	0.1	1.0	0.5	0.2	0.1	0.8
CON otros	0.0	0.4		0.4		0.1		0.1
TDS TRABAJADORES DE BASE EN SERVICIO	0.5	0.1	1.3	1.9	7.7	6.0	2.8	16.4
TDS motoristas	0.0	1.7	0.0	2.5	0.0	1.3	2.7	4.9
TDS conserjarios (7)	0.2	4.2		4.4	0.5	3.1		3.6
TDS funcionarios de establec. de salud (5)	5.5	0.0	0.5	6.1	1.1	0.0	0.1	1.1
TDS funcionarios de escuelas e universidades (3)	0.5	0.0		0.5	1.3	0.0		1.3
TDS correo	1.5			1.5	0.3			0.3
TDS otros	1.1	0.1		1.2	3.6	1.2	0.0	4.8
OTROS/O.I.		5.4		5.4		5.4		5.4
TOTAL	47.6	30.4	13.0	100.0	56.4	32.3	11.2	100.0
(Niveles absolutos)				6093336				6142762

ACQUINO: 068707.RK1

TABELA 34

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE GREVISTAS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSOCIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, regioe urbana.
1978-1987.

	1987			
	PUBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
II TRABALHADORES DA INDUSTRIA	4.7	12.2		16.9
II metalurgicos	6.7	3.4		4.4
II trabalhadores da construcao civil		2.8		2.8
II urbanitarios	3.2	6.2		3.4
II alimentacao		0.6		0.6
II quieiros	0.8	0.2		0.2
II outros	0.7	4.7		5.5
ACM ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	49.6	4.2	8.6	62.3
ACM professores de escolas e universidades (2)	12.7	3.0	0.1	15.7
ACM serv.publ.de ministerios, secret. etc (4)	9.1			9.1
ACM bancarios	3.1	0.4	8.5	12.0
ACM greve geral de servidores publicos (1)	22.1			22.1
ACM medicos (6)	2.6	0.7	0.0	3.3
ACM outros	0.0	0.1		0.2
TGS TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	9.3	10.8	0.0	20.1
TGS motoristas	0.2	4.5		4.7
TGS comerciantes (7)	0.4	4.1		4.6
TGS funcionarios de estabelec. de saude (5)	2.2	0.5	0.0	2.7
TGS funcionarios de escolas e universidades (3)	3.3	0.6		3.9
TGS correio	0.4			0.4
TGS outros	2.6	1.0		3.7
OUTROS/S.L.		0.7		0.7
TOTAL	62.5	27.9	8.6	106.6
(Números absolutos)				6582378

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

- (1) greves gerais dos servidores publicos municipais, estaduais ou federais
- (2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionarios de escolas e universidades
- (3) greves so de funcionarios de escolas e universidade
- (4) greves localizadas de ministerios, secretarias, fundacoes, etc.
- (5) greves so de funcionarios de estabelecimentos de saude
- (6) greves so de medicos ou greves conjuntas de medicos e funcionarios de estabelecimentos de saude
- (7) inclui o setor saude

TABELA 4

MÉDIA DE GREVISTAS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1978-1987.

	1978-1987				1978			
	PÚBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	3928	2076	2200	2188		1841		1841
TI metalúrgicos	6727	2031	1190	2120		1831		1831
TI trabalhadores da construção civil	474	2457	1000	2405		1046		1046
TI urbanitários	3631	4112		3665				
TI alimentícios	780	1064		1062		1866		1866
TI químicos	900	531		578		1333		1333
TI outros	4758	2945	10000	3011		2715		2715
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	8295	2100	31245	7899	5353	*		5353
ACH professores de escolas e universidades (2)	13831	2427	13397	10022	20000		*	20000
ACH serv. públ. de ministérios, secret. etc (4)	4200			4200	1698			1698
ACH bancários	6808	3147	194745	22001		*		*
ACH greve geral de servidores públicos (1)	25393			25905				
ACH médicos (6)	2654	1145	2357	2137				
ACH outros	497	2001		1932		*		*
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	5359	2066	4176	3066	16	79		66
TBS motoristas	3727	1851	4335	2270	16	83		67
TBS comerciantes (7)	1572	2710	733	2540		64		64
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)	5694	659	4601	3337				
TBS funcionários de escolas e universidades (3)	7559	4923		7150				
TBS correio	7955			7955				
TBS outros	5466	2047	601	3776		*		*
OUTROS/S.L.		4285	44	4120		170		170
TOTAL	7325	2105	16341	4675	4460	1645	*	1849

TABELA 4

MÉDIA DE GREVISTAS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS ELECCIONARIAS

Brasil, região urbana,
1978-1987.

	1979				1980			
	PUBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL	PUBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDUSTRIA	2340	11054		16756	266	10079	1000	9617
TI metalurgicos	3300	17250		16570		13372		15372
TI trabalhadores da construcao civil		12354		12354	200	3720	1000	3896
TI urbanitarios	300			300				
TI alimentacao		1060		1060		*		*
TI quimicos		1703		1703				
TI outros		2306		2306		3130		3130
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	11642	5760	22336	12236	12174	13058	6717	11090
ACH professores de escolas e universidades (2)	36750	0140	36014	20406	26000	000	15633	19700
ACH serv.públ.de ministerios, secret. etc (4)	5509			5509	225			225
ACH bancarios		24332	16000	22250				
ACH greve geral de servidores publicos (1)	150			150	2233			2233
ACH medicos (6)	360	92	535	321	939	52	1367	1064
ACH outros		404		404		20642		20642
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	3175	8004	4400	9333	602	5620	2200	4125
TBS motoristas	200	8551	44000	10220	100	307	*	316
TBS comerciantes (7)		15033		15033		10000	2200	7420
TBS funcionarios de estabelec. de saude (5)							*	*
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)					1100			1100
TBS correio	4167			4167				
TBS outros		170		170		12500		12500
OUTROS/S.I.		1561		1561		393		393
TOTAL	8695	8527	23004	9736	10502	9044	5070	9412

TABELA 4

MÉDIA DE OBRIGISTAS POR GRANDES SETORES, CERTOS SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1978-1987.

	1981				1982			
	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	5467	3882		3275	8588	1917	*	2148
TI metalúrgicos	6788	2836		2428	5588	2192	*	2268
TI trabalhadores da construção civil		8417		8417	*	1017		1017
TI urbanitários					11588			11588
TI alimentações						627		627
TI químicos		668		668		1388		1388
TI outros	3888	1888		1888		998		998
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	15734	488	6213	16683	9356	893	188888	12838
ACH professores de escolas e universidades (2)	28242	457	288	14571	19331	188	188888	24431
ACH serv. públ. de ministerios, secret. etc (4)	4473			4473	1549			1549
ACH bancários								
ACH greve geral de servidores públicos (1)	12358			12358	2888			2888
ACH médicos (6)	28888	358	6881	8759	658	1278		986
ACH outros		392		392		*		3
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	18888	3846	*	3846	35888	767		3879
TBS motoristas	*	1545		1545		844		844
TBS comerciários (7)		*	*	*				
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)						*		*
TBS funcionários de escolas e universidades (3)					35888			35888
TBS correio	18888	2858		18888	*			*
TBS outros		2578		2578		78		78
OUTROS/S.L.		2758	188	2888		243		243
TOTAL	14378	2886	5857	6167	18184	1641	188888 ⁸	4934

TABELA 4

MÉDIA DE GREVISTAS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1978-1987.

	1983				1984			
	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	1792	1732		1733	5287	1076		1261
TI metalúrgicos	906	1858		1852	7445	1128		1338
TI trabalhadores da construção civil		690		690	100	1465		1468
TI urbanitários					5275			5275
TI alimentação		505		505		921		921
TI químicos	2200	1499		1626		642		642
TI outros		1768		1768	352	861		837
ACM ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	11636	277		10185	12329	3620	543	10893
ACM professores de escolas e universidades (2)	5835	*	*	5835	10909	6032	*	16206
ACM serv públ. de ministerios, secret. etc (4)	5681			5681	9811			9811
ACM bancários					9575	813	1000	5218
ACM greve geral de servidores públicos (1)	40127			40127	4500			4500
ACM médicos (6)	3045	47		2146	4472	*	86	4823
ACM outros	*	450		450		50		50
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	673	2550	550	2239	6579	604	8100	2174
TBS motoristas	110	963	550	800		787	8100	1761
TBS comerciários (7)	*	4599		4599	1500	476		570
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)	*	152	*	152	16000	205		9687
TBS funcionários de escolas e universidades (3)	*			*	5475			5475
TBS correio								
TBS outros	1800	*		1800	2007	360		1340
OUTROS/S.I.		227	*	227		462	250	457
TOTAL	10510	1672	550	3229	10320	1020	4272	2706

TABELA 4

MÉDIA DE GREVISTAS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1976-1987.

	1975				1986			
	PÚBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	ANOS	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	4604	4301		4310	3282	1356	10000	1454
TI metalúrgicos	9826	3326		3493	4773	1355		1411
TI trabalhadores da construção civil	3000	3019		3019	321	1002		1749
TI urbanitários	2627	12		3369	3008	535		3444
TI alimentícios	700	1312		1279		1337		1337
TI químicos	110	782		766	917	582		526
TI outros	1200	11443		11284	1330	1604	10000	1657
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	15157	3010	236203	15007	13152	1720	56776	11406
ACH professores de escolas e universidades (2)	31953	3019		21127				14013
ACH serv.públ.de ministerios, secret. etc (4)	8297			8297	9710			9710
ACH bancários	12425	300	350225	60368	3300	2376	500000	26276
ACH greve geral de servidores públicos (1)					12033			12033
ACH médicos (6)	1530	3270	0400	2305	1636	2175	2074	1905
ACH outros	140	9060		7202	22954	1733	473	424
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	6703	3074	0746	5116	5091	2049	3570	3162
TBS motoristas	650	2041	4970	2462	17560	1354	3000	2042
TBS comerciários (7)	1503	4477		4121	1810	2454		2333
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)	11901	530	15850	10560	2952	609	1203	1996
TBS funcionários de escolas e universidades (3)	3056	700		3505	11426	161		5046
TBS correio	11700			11700	20900			20900
TBS outros	0544	1039		5326	5272	4401	660	4970
OUTROS/S.L.		10097		10097		2237	*	2237
TOTAL	12454	4350	52603	7617	9854	1505	11944	3021

TABELA 4

MEDIA DE GREVISTAS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, região urbana,
1970-1987.

	1987			
	PUBLICO	PRIVADO	AMBOS	TOTAL
II TRABALHADORES DA INDUSTRIA	5184	1427		1787
II metalurgicos	12548	926		1097
II trabalhadores da construcao civil		2110		2110
II urbanitarios	4158	4783		4185
II alimentacao		883		883
II quimicos	1700	323		347
II outros	9196	2497		2774
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	7369	2178	183915	7182
ACH professores de escolas e universidades (2)	8655	2816	4668	6199
ACH serv.públ.de ministerios, secret. etc (4)	2439			2439
ACH bancarios	9742	3314	365090	25737
ACH greve geral de servidores publicos (1)	41200			41200
ACH medicos (6)	4287	1230	1000	2833
ACH outros	767	591		631
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	6021	2397	1500	3313
TBS motoristas	6733	2649		2731
TBS cooperarios (7)	2135	2850		2716
TBS funcionarios de estabelec. de saude (5)	4334	719	1500	2134
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)	9183	7568		8886
TBS correio	19000			19000
TBS outros	2489	1981		3978
OUTROS/S.I.		9080		9080
TOTAL	6930	1858	147432	4120

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

* Sem informacao de media de grevistas.

(1) greves gerais dos servidores publicos municipais, estaduais ou federais

(2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionarios de escolas e universidades

(3) greves so de funcionarios de escolas e universidades

(4) greves localizadas de ministerios, secretarias, fundacoes, etc.

(5) greves so de funcionarios de estabelecimentos de saude

(6) greves so de medicos ou greves conjuntas de medicos e funcionarios de estabelecimentos de saude

(7) exclui o setor saude

TABELA 5

MÉDIA DE DIAS PARADOS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SETORES ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1970-1987.

	TOTAL 1970-1987				1970				1979			
	PUB	PRIV	AMB	TOTAL	PUB	PRIV	AMB	TOTAL	PUB	PRIV	AMB	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	4.0	5.6	5.4	5.4		4.4		4.4	9.3	7.4		7.5
TI metalúrgicos	4.9	5.4	5.9	5.4		5.3		5.3	8.0	7.8		7.8
TI trabalhadores da construção civil	4.2	5.7	2.0	5.7		1.1		1.1		7.1		7.1
TI urbanitários	4.4	4.2		4.4					10.0			10.0
TI alimentares	10.0	6.2		6.2		2.4		2.4		8.7		8.7
TI químicos	7.1	5.4		5.5		2.2		2.2				
TI outros	6.2	6.1	6.0	6.1		4.6		4.6		6.1		6.1
ACM ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	9.4	8.7	10.5	9.2	7.5	70.3	11.0	27.5	8.7	6.1	15.9	9.7
ACM professores de escolas e universidades (2)	12.9	9.9	11.9	11.9	19.0		11.0	13.7	12.7	6.3	15.6	12.8
ACM serv. públ. de ministerios, secret. etc (4)	6.3			6.3	5.2			5.2	4.2			4.2
ACM bancários	2.5	2.4	4.1	2.6		5.0		5.0		6.3	2.0	5.3
ACM greve geral de servidores públicos (1)	11.6			11.6					18.0			18.0
ACM médicos (6)	15.3	7.7	11.1	12.4					16.0	4.7	19.2	14.2
ACM outros	4.1	9.7		9.1		115.0		115.0		6.3		6.3
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	7.9	4.4	6.2	5.3	1.0	1.9		1.7	7.7	2.5	2.0	3.5
TBS motoristas	2.9	2.9	2.7	2.9	1.0	1.3		1.3	9.0	2.4	2.0	3.1
TBS comerciantes (7)	3.8	4.7	3.7	4.5		1.0		1.0		3.5		3.5
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)	12.1	7.7	36.8	11.0								
TBS funcionários de escolas e universidades (3)	10.4	9.3		10.3								
TBS correio	5.2			5.2					7.0			7.0
TBS outros	3.8	5.4	5.0	4.6		6.0		6.0		2.4		2.4
OUTROS/S.I.		3.3	3.4	3.4		2.0		2.0		3.5	2.0	3.4
TOTAL	8.6	5.6	7.9	6.5	5.9	6.5	11.0	6.5	8.5	5.7	14.1	6.0

TABELA 5

MÉDIA DE DIAS PARADOS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEMENTE ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

	1960				1961				1962			
	PUB	PRIV	AMB	TOTAL	PUB	PRIV	AMB	TOTAL	PUB	PRIV	AMB	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDUSTRIA	2.0	5.7	2.0	5.6	3.3	7.2		6.8	5.0	6.7		6.6
TI metalurgicos		6.2		6.2	3.0	8.2		7.7	5.0	4.8		4.8
TI trabalhadores da construçao civil	2.0	5.6	2.0	5.2		4.7		4.7	1.0	1.7		1.5
TI urbanitarios									9.0			9.0
TI alimentacao		2.0		2.0						22.0		22.0
TI quimicos										4.0		4.0
TI outros		4.6		4.6	4.0	5.7		5.4		9.9		9.9
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	11.3	9.6	13.6	11.4	11.5	25.3	9.2	12.7	6.5	5.7	3.0	6.2
ACH professores de escolas e universidades (2)	17.2	6.7	18.3	15.7	11.9	21.9	9.5	13.1	10.0	1.0	3.0	9.6
ACH serv.públ.de ministerios, secret. etc (4)	3.3			3.3	3.7			3.7	1.2			1.2
ACH bancarios												
ACH greve geral de servidores publicos (1)	7.7			7.7	9.6			9.6	8.3			8.3
ACH medicos (6)	4.0	4.5	9.0	6.1	17.2	41.0	9.1	15.2	2.3	4.5		3.0
ACH outros		13.4		13.4		1.0		1.0		19.5		19.5
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	12.0	2.2	2.5	4.2	2.5	2.0	3.0	2.2	15.5	2.4		3.7
TBS motoristas	4.0	1.3		2.0	1.0	2.0		1.0		2.3		2.3
TBS comerciantes (7)		1.0	4.0	2.0			3.0	3.0				
TBS funcionarios de estabelec. de saude (5)			1.0	1.0						6.6		6.6
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)	28.0			28.0					30.0			30.0
TBS correio					4.0			4.0	1.0			1.0
TBS outros		6.0		6.0		2.0		2.0		1.0		1.0
OUTROS/S.I.		6.0		6.0		6.4	5.0	6.3		2.7		2.7
TOTAL	11.0	5.8	10.6	7.4	10.1	8.2	8.5	8.0	6.8	5.5	3.0	5.7

TABELA 5

MÉDIA DE DIAS FOMADOS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1978-1987.

	1983				1984				1985			
	PUB	PRIV	AMB	TOTAL	PUB	PRIV	AMB	TOTAL	PUB	PRIV	AMB	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDUSTRIA	3.3	3.5		3.5	2.9	3.3		3.3	3.9	5.3		5.2
TI metalurgicos	1.0	3.0		3.0	3.6	3.1		3.1	5.0	5.0		5.0
TI trabalhadores da construcao civil		3.4		3.4	3.3	4.1		4.0	15.0	7.0		7.2
TI urbanitarios					1.7			1.7	2.3	0.6		2.1
TI alimentacao		17.7		17.7		5.2		5.2	16.0	3.6		3.9
TI quimicos	4.0	1.6		2.1		3.8		3.8	2.0	3.2		3.2
TI outros		4.2		4.2	2.0	3.3		3.3	10.0	4.5		4.6
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	4.3	3.2	1.0	4.1	6.6	2.6	5.2	6.0	8.3	7.3	1.4	7.9
ACH professores de escolas e universidades (2)	4.7	14.0	1.0	4.0	0.7	4.1	2.0	7.9	15.5	0.3		12.7
ACH serv.publ.de ministerios, secret. etc (4)	2.4			2.4	6.2			6.2	4.1			4.1
ACH bancarios					0.4	1.0	7.7	2.3	2.6	2.0	1.6	2.5
ACH greve geral de servidores publicos (1)	9.2			9.2	9.0			9.0				
ACH medicos (6)	5.9	1.0		4.4	4.8	1.0	1.0	4.3	9.4	5.3	1.0	7.8
ACH outros	1.0	4.0		3.5		2.5		2.5	5.0	0.4		6.0
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	2.2	2.0	2.0	2.0	9.4	2.4	1.3	2.0	10.5	4.3	22.4	7.3
TBS motoristas	3.7	1.3	3.0	1.7		2.8	1.3	2.6	1.0	2.6	2.0	2.4
TBS comerciantes (7)	3.5	2.6		2.7	1.0	1.9		1.8	4.5	6.1		5.9
TBS funcionarios de estabelec. de saude (5)		2.4	1.0	2.2	1.1	5.0		2.0	18.3	1.0	134.5	21.7
TBS funcionarios de escolas e universidades (3)	1.0			1.0	1.0			1.0	6.4	1.0		5.0
TBS correio									5.0			5.0
TBS outros	0.1	4.0		1.4	0.4	3.0		1.5	2.8	4.1		3.4
OUTROS/S.I.		1.0	1.0	1.7		2.0	3.0	2.8		2.9		2.9
TOTAL	4.1	3.2	1.4	3.4	5.4	3.1	3.7	3.6	8.5	5.1	18.5	6.4

TABELA 5

MÉDIA DE DIAS PARADOS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS

Brasil, região urbana,

1978-1987.

	1986				1987			
	PUB	PRIV	AMB	TOTAL	PUB	PRIV	AMB	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	3.4	6.0	6.0	5.8	6.3	6.9		6.7
TI metalúrgicos	5.4	5.9		5.6	6.0	6.7		6.6
TI trabalhadores da construção civil	3.3	5.5		5.5		6.3		6.3
TI urbanitários	2.9	2.0		2.8	5.5	7.7		5.5
TI alimentação		5.3		5.3		5.4		5.4
TI químicos	3.8	6.9		6.6	45.0	6.6		7.3
TI outros	1.0	6.4	6.0	6.3	8.9	7.7		7.8
ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	7.6	6.5	6.6	7.3	11.7	9.8	7.4	11.3
ACH professores de escolas e universidades (2)	10.0	8.9	5.8	9.4	16.4	11.7	25.0	14.6
ACH serv. públ. de ministérios, secret. etc (4)	5.1			5.1	8.1			8.1
ACH bancários	2.8	2.0	2.0	2.2	2.7	2.2	3.7	2.6
ACH greve geral de servidores públicos (1)	7.0			7.0	13.7			13.7
ACH médicos (6)	15.5	4.3	9.3	12.7	26.1	9.1	1.0	18.0
ACH outros		5.0		5.0	4.4	8.4		7.5
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	5.1	4.5	3.1	4.5	8.7	5.2	3.0	6.1
TBS motoristas	2.5	3.6	2.9	3.3	2.0	3.2		3.2
TBS comerciários (7)	3.8	3.9		3.9	3.9	5.4		5.2
TBS funcionários de estabelec. de saúde (5)	9.2	5.7	6.7	7.7	11.0	9.3	3.0	9.9
TBS funcionários de escolas e universidades (3)	10.0	10.0		10.0	12.4	10.1		12.0
TBS correio	9.0			9.0	1.2			1.2
TBS outros	2.3	8.9	5.0	4.2	6.5	5.2		5.8
OUTROS/S.I.		3.0	1.0	2.9		2.3		2.3
TOTAL	6.4	5.7	3.6	5.8	10.7	6.7	6.7	8.2

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

(1) greves gerais dos servidores públicos municipais, estaduais ou federais

(2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionários de escolas e universidades

(3) greves so de funcionários de escolas e universidade

(4) greves localizadas de ministérios, secretarias, fundações, etc.

(5) greves so de funcionários de estabelecimentos de saúde

(6) greves so de médicos ou greves conjuntas de médicos e funcionários de estabelecimentos de saúde

(7) exclui o setor saúde

TABELA 5A

MÉDIA DE DIAS PARADOS POR GRANDES SETORES, SEGUNDO SEGMENTOS ASSALARIADOS E CATEGORIAS SELECIONADAS.

Brasil, região urbana,

Períodos: 1976-1987; 1978-1984 e 1985-1987.

	1976-1987				1978-1984				1985-1987			
	PB	PR	S.I	TOTAL	PB	PR	S.I	TOTAL	PB	PR	S.I	TOTAL
TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA	4.8	5.6	5.4	5.6	4.0	4.5	5.3	4.5	5.8	6.1	6.0	6.0
TI metalúrgicos	4.9	5.4	5.9	5.4	4.1	4.2	5.9	4.2	5.4	6.1		6.1
TI trabalhadores da construção civil	4.2	5.7	2.0	5.7	2.6	4.6	2.0	4.5	6.2	6.2		6.2
TI químicos	7.1	5.4		5.5	4.0	3.4		3.5	8.2	5.9		6.0
TI alimentícios	10.0	6.2		6.2		10.2		10.2	10.0	5.1		5.2
TI urbanitários	4.4	4.2		4.4	5.1			5.1	4.4	4.2		4.4
TI outros	6.2	6.1	6.0	6.1	2.7	4.7		4.6	7.0	6.6	6.0	6.6
ACM ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	9.4	8.7	10.5	9.2	7.0	9.7	11.8	8.6	10.1	8.4	5.9	9.6
ACM serv públ. de ministérios, secret. etc (4)	6.3			6.3	4.0			4.0	6.7			6.7
ACM professores de escolas e universidades (2)	12.9	9.9	11.9	11.9	9.7	7.8	12.8	10.0	14.3	10.2	8.5	12.6
ACM médicos (6)	15.3	7.7	11.1	12.4	6.7	6.6	11.9	8.4	20.1	8.0	6.0	15.0
ACM bancários	2.5	2.4	4.1	2.6	0.4	3.5	6.3	3.1	2.7	2.2	2.7	2.5
ACM greve geral de servidores públicos (1)	11.6			11.6	9.8			9.8	12.7			12.7
ACM outros	4.1	9.7		9.1	1.0	13.1		12.7	4.5	7.2		6.7
TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	7.9	4.4	6.2	5.3	7.5	2.3	2.1	2.6	8.0	4.9	6.9	5.9

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

(1) greves gerais dos servidores públicos municipais, estaduais ou federais

(2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionários de escolas e universidades

(3) greves so de funcionários de escolas e universidades

(4) greves localizadas de ministérios, secretarias, fundações, etc.

(5) greves so de funcionários de estabelecimentos de saúde

(6) greves so de médicos ou greves conjuntas de médicos e funcionários de estabelecimentos de saúde

(7) exclui o setor saúde

TABELA 6
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE GREVES SEGUNDO LOCALIZACAO
Brasil, regioes urbana:
1976-87

	TOTAL	76	79	80	81	82	83	84	85	86	87
REGIAO SUDESTE	65.4	95.8	68.3	63.2	60.7	72.9	67.2	78.8	63.9	66.8	59.0
• OUTROS ESTADOS DO SUDESTE	26.3	10.2	35.0	20.8	10.7	11.8	15.3	13.9	10.7	19.1	24.1
• ESTADO DE SAO PAULO	45.2	85.6	33.3	42.4	42.0	61.1	51.9	64.9	45.2	47.7	34.9
• INTERIOR DO ESTADO DE SAO PAULO	14.3	9.3	12.6	20.1	22.7	22.2	11.7	17.3	12.4	12.9	14.9
• GRANDE SAO PAULO	30.8	76.3	20.7	22.2	19.3	38.9	40.2	47.6	32.8	34.9	20.0
• Municipio de Sao Paulo	17.6	42.4	11.0	8.3	10.0	18.8	15.5	23.8	17.9	21.4	13.7
• ABC	9.9	18.6	8.5	12.5	6.0	16.7	19.1	21.4	11.7	9.2	4.3
• Outros da Grande Sao Paulo	3.3	15.3	1.2	1.4	3.3	3.5	5.6	2.4	3.2	4.3	2.0
REGIAO SUL	12.1	2.5	15.4	15.3	18.7	8.3	11.7	7.9	13.1	11.7	12.0
REGIAO NORDESTE	10.9	1.7	8.5	11.8	16.0	6.3	8.7	6.0	10.2	8.5	15.6
REGIAO CENTRO-OESTE	6.2		6.1	3.5	2.7	5.6	16.2	4.2	7.4	5.6	6.8
• BRASILIA	2.9		3.3	0.7	0.7	0.7	1.5	1.6	4.4	2.1	3.9
• OUTROS DA REGIAO CENTRO-OESTE	3.4		2.8	2.8	2.0	4.9	8.7	2.6	3.0	3.5	3.0
REGIAO NORTE	2.1		1.2	2.8	2.7	1.4	0.5	1.0	2.9	1.6	2.9
GREVES NACIONAIS	1.7		0.4	3.5	4.7	1.4	0.5	0.8	1.8	1.6	2.0
SEM INFORMACAO	1.6				0.7	2.1	1.3	1.3	0.6	4.1	0.7
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
NUMEROS ABSOLUTOS	6593	118	246	144	150	144	393	618	927	1665	2188

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de greves no Brasil".

TABELA 7

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE GREVES E DE JORNADAS PERDIDAS DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS GREVISTAS

Brasil, regioes urbanas,

1978-82.

	1978	1979	1980	1981	1982
METALURGICOS DO SETOR PRIVADO					
. Numero de greves	53.4	18.3	21.5	20.0	36.1
. Numero de jornadas perdidas	38.3	31.1	49.0	18.6	15.7
PROFESSORES DE AMBOS OS SETORES (1)					
. Numero de greves	2.5	9.3	16.7	14.7	9.7
. Numero de jornadas perdidas	22.7	35.4	43.2	38.0	20.9
CONSTRUCAO CIVIL DO SETOR PRIVADO					
. Numero de greves	6.8	8.1	11.8	4.7	2.1
. Numero de jornadas perdidas	0.4	10.5	2.4	6.6	0.1
MEDICOS DE AMBOS OS SETORES (2)					
. Numero de greves		7.7	9.7	15.3	8.3
. Numero de jornadas perdidas		2.7	0.4	23.0	2.4
MOTORISTAS (E COBRADORES) DO SETOR PRIVADO					
. Numero de greves	5.1	8.9	4.9	4.7	10.4
. Numero de jornadas perdidas	0.4	3.0	0.2	2.2	1.7
FUNCCIONARIOS DA AREA DE ENSINO					
. Numero de greves			0.7		1.4
. Numero de jornadas perdidas			0.2		20.9
TOTAL (% sobre o total de todas as categorias)					
. Numero de greves	67.8	52.3	65.3	59.4	68.6
. Numero de jornadas perdidas	61.8	82.7	95.4	72.4	61.7

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

(1) Inclui greves conjuntas de professores e funcionarios de estabelecimentos de ensino.

(2) Inclui greves conjuntas de medicos e funcionarios de estabelecimentos de saude.

TABELA D
REQUINTO MEDIO DOS EMPREGADOS
Regiao Metropolitana de Sao Paulo
1984-86

	84	81	82	83	84	85	86
JANEIRO	-	2981	3090	3144	2586	2404	2743
FEVEREIRO	3162	2924	2991	2978	2479	2404	2696
MARÇO	3232	2925	3029	2983	2367	2332	2593
ABRIL	3175	3069	3035	2877	2292	2311	2974
MAI	3437	3133	3041	2998	2485	2555	3398
JUNHO	3398	3214	3024	2916	2451	2634	3399
JULHO	3205	3210	3066	2638	2444	2607	3275
AGOSTO	3237	3053	2949	2540	2468	2617	3353
SETEMBRO	3235	3003	2979	2387	2356	2597	3411
OUTUBRO	2999	3021	3009	2331	2366	2605	3451
NOVEMBRO	3389	3072	2422	2674	2685	2949	-
DEZEMBRO	4495	4795	4327	3435	3024	3325	-

Fonte: FINE/IDEE, Tabulacao Especial, apud ibidea.
Deflacionado pelo INPC sem empurgo - Marco de 1984=100

ARQUIVO: IPE-FIPE.MK1

TABELA 9

Variação Anual do Rendimento na Ocupação Principal dos Empregados com Carteira,
Segundo Diferentes Índices Deflatores.

Região Metropolitana de São Paulo,

1983/1985.

Base: 1979

DEFLATOR	1979	1983	1984	1985
ISP - DI não ajustado	100.0	57.5	53.5	58.2
IGP - DI ajustado (1)	100.0	66.7	63.7	69.3
INPC	100.0	67.6	67.6	75.1
FIPE - TOTAL	100.0	76.9	84.5	99.0
FIPE - ALIMENTAÇÃO	100.0	66.6	74.0	83.1
DIEESE - TOTAL	100.0	67.3	71.5	76.4
DIEESE - ALIMENTAÇÃO	100.0	58.4	63.5	68.6

FONTE: PNADs/IBGE, apud "O Mercado de Trabalho Brasileiro - Estrutura e Conjuntura", Ministério do Trabalho - Instituto de Economia Industrial (UFRIJ), 1987.

(1) Não consideradas as variações de preços decorrentes da retirada de subsídios e choques de oferta.

TABELA 16
 NÚMERO DE GREVES METALÚRGICAS, SEGUNDO BASES TERRITORIAIS ESPECÍFICAS
 Brasil, região urbana
 1978-87.

	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	TOTAL
ABC	20	13	9	8	20	62	71	59	89	49	488
MUN. DE SÃO PAULO	20	2	3	3	13	34	77	45	216	117	538
OUTROS DO ESTADO DE SP	18	9	12	11	19	28	53	44	96	87	377
OUTROS ESTADOS	5	21	7	8		25	23	51	81	83	304
SEM INFORMAÇÃO						1	3	1	17	2	24
TOTAL	63	45	31	30	52	150	227	260	499	338	1635
ABC	31.7	28.9	29.0	26.7	38.5	41.3	31.3	29.5	17.8	14.5	24.5
MUN. DE SÃO PAULO	31.7	4.4	9.7	10.0	25.0	22.7	33.9	22.5	43.3	34.6	32.4
OUTROS DO ESTADO DE SP	28.6	20.0	38.7	36.7	36.5	18.7	23.3	22.0	19.2	25.7	23.1
OUTROS ESTADOS	7.9	46.7	22.6	26.7		16.7	10.1	25.5	16.2	24.6	18.6
SEM INFORMAÇÃO						0.7	1.3	0.5	3.4	0.6	1.5
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 11

NÚMERO DE JORNADAS PERDIDAS DOS METALÚRGICOS, SEGUNDO BASES TERRITORIAIS ESPECÍFICAS

Brasil, região urbana
1978-87.

	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	TOTAL
ABC	324276	478825	6965578	189539	477596	1018661	447639	4898774	881711	689350	14552899
ADM. DE SÃO PAULO	195386	2534000	13444	37800	191877	186338	142238	90297	743825	342381	4476806
OUTROS DO ESTADO DE SP	96793	536150	639282	209064	140318	37882	388141	705863	566515	1076195	4339122
OUTROS ESTADOS	92473	2922800	99807	396554		130443	253874	1426229	2092039	361406	7693126
SEM INFORMAÇÃO						3239	3387	98800	25816	624	126184
TOTAL	788847	6471775	6818191	742418	689790	1384322	1235248	6396163	4252381	2469876	31289132
ABC	45.7	7.4	89.0	25.5	59.0	73.6	36.2	63.8	28.7	27.9	46.8
ADM. DE SÃO PAULO	27.6	39.2	0.2	5.1	23.7	13.5	11.5	1.4	17.5	13.9	14.3
OUTROS DO ESTADO DE SP	13.7	8.3	9.4	28.2	17.3	2.7	31.4	11.1	11.9	43.6	13.9
OUTROS ESTADOS	13.0	45.2	1.5	41.2		18.0	20.6	22.3	49.2	14.6	24.6
SEM INFORMAÇÃO						0.2	0.3	1.4	0.7	0.0	0.4
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 12
NÚMERO DE GREVISTAS METALÚRGICOS, SEGUNDO BASES TERRITORIAIS ESPECÍFICAS
Brasil, região urbana
1978-87.

	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	TOTAL
ABC	16960	2136	220240	25100	67305	164329	95353	178925	117612	58359	946399
MUN. DE SÃO PAULO	27672	230800	1000	3600	6530	23945	36365	23985	113243	57686	525821
OUTROS DO ESTADO DE SP	6530	50450	166190	3745	28362	23262	69657	45765	63698	49983	440562
OUTROS ESTADOS	16600	389380	19440	15443		18614	33784	288910	356797	145423	1284391
SEM INFORMAÇÃO						30003	506	90000	4666	690	125962
TOTAL	67762	672766	347670	47208	94277	268145	235765	628585	656816	312861	3322335
ABC	25.0	0.3	63.3	53.1	71.5	63.2	40.4	28.5	17.9	18.7	28.5
MUN. DE SÃO PAULO	40.8	34.3	0.5	6.3	6.9	9.2	15.4	3.8	17.3	18.5	15.8
OUTROS DO ESTADO DE SP	9.6	7.5	30.5	7.9	21.6	8.9	29.5	7.4	9.7	16.0	13.3
OUTROS ESTADOS	24.5	57.9	5.6	32.7		7.2	14.3	46.0	54.4	46.6	38.7
SEM INFORMAÇÃO						11.5	0.3	14.3	0.7	0.2	3.8
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 13

TAXA DE CONQUISTA DAS REIVINDICAÇÕES NAS GREVES SEGUNDO DIFERENTES SEGMENTOS GREVISTAS DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO (-2 — +2)*

Brasil, região urbana,
1978/82, 1983-87.

	78/82	83	84	85	86	87		1978-82	1983-84	1985-87	TOTAL	1983-87
TOTAL	0.2	0.2	0.8	0.4	-0.1	0.0		0.2	0.6	0.1	0.2	0.2
PRIVADO	0.3	0.3	1.0	0.5	-0.1	0.1		0.3	0.7	0.1	0.3	0.3
PÚBLICO	-0.1	-0.1	-0.1	0.2	-0.4	-0.1		-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1
SEM INFORMAÇÃO				-0.6		-1.0				-0.2	-0.1	-0.2
SETOR PÚBLICO	-0.1	-0.1	-0.1	0.2	-0.4	-0.1		-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1
autarquias e fundações federais		2.0	-1.0	0.0	-0.7	0.3			0.5	0.3	0.3	0.3
empresas municipais		-1.0		0.5	0.2	0.4			-1.0	0.4	0.3	0.3
administração direta estadual	-0.1	-0.4	-0.2	0.5	0.3	-0.3		-0.1	-0.3	0.1	0.0	0.1
administração direta municipal	0.3	0.4	1.0	0.5	-0.2	-0.3		0.3	0.7	-0.1	0.0	0.0
autarquias e fundações municipais				2.0	-2.0							
autarquias e fundações estaduais			2.0	-2.0	-0.1				2.0	-0.3	-0.1	-0.1
empresas federais		-1.0	-1.0	-0.3	-0.9	0.2			-1.0	-0.2	-0.2	-0.3
empresas estaduais			1.0	-0.7	-0.5	-0.5			1.0	-0.5	-0.5	-0.5
administração direta federal	-0.4		-1.0	-0.3	-1.8	-0.6		-0.4	-1.0	-0.9	-0.7	-0.9
sem informação		-2.0	-1.0	0.7	-2.0	-1.0			-1.5	-0.2	-0.6	-0.6
Público municipal	0.3	0.3	1.0	0.6	-0.2	-0.2		0.3	0.6	-0.1	0.0	0.0
Público estadual	-0.1	-0.4	0.3	0.2	-0.1	-0.4		-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1
Público federal	-0.2		-1.0	0.0	-1.1	0.0		-0.2	-0.8	-0.2	-0.2	-0.2
Autarquias e fundações		2.0	0.5	0.6	-0.4	0.3			1.0	0.2	0.2	0.2
Administração direta	-0.1	0.1	0.3	0.4	-0.2	-0.4		-0.1	0.2	-0.1	-0.1	-0.1
Empresas		-1.0	-0.8	-0.4	-0.6	0.0			-0.8	-0.2	-0.3	-0.3

TABELA 13

TAXA DE CONQUISTA DAS REIVINDICAÇÕES NAS GREVES SEGUNDO DIFERENTES SEGMENTOS GREVISTAS DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO (-2 --- +2)*

Brasil, região urbana,

1979/82, 1983-87.

	78/82	83	84	85	86	87	1978-82	1983-84	1985-87	TOTAL	1983-87
SETOR PRIVADO	0.3	0.3	1.0	0.5	-0.1	0.1	0.3	0.7	0.1	0.3	0.3
tbs-ensino						1.0			1.0	1.0	1.0
acm-médico	2.0			1.0	2.0	-0.5	2.0		0.4	0.8	0.4
tbs-saúde	2.6			1.7	-1.5	0.6	2.0		0.5	0.6	0.5
tbs-motoristas	0.6	0.2	1.7	0.5	1.0	0.1	0.6	1.1	0.5	0.6	0.6
tbs-comerciários	0.7	1.7	1.2	0.7	-0.4	0.5	0.7	1.3	0.3	0.4	0.4
ti-construção civil	-0.1	1.0	1.6	1.4	-0.6	0.2	-0.1	1.3	0.3	0.4	0.5
tbs-outros	0.3	2.0	2.0	0.3	-0.7	1.2	0.3	2.0	0.1	0.3	0.3
ti-metalúrgicos	0.2	0.2	0.8	0.2	0.1	-0.1	0.2	0.6	0.1	0.3	0.3
ti-outros	0.1	0.4	1.4	0.3	-0.3	0.3	0.1	1.0	0.0	0.2	0.3
acm-outros	0.0	1.7	1.0	1.0	-1.0	-0.3	0.0	1.3	-0.1	0.2	0.3
ti-urbanitários				1.0	2.0	-0.7			0.2	0.2	0.2
ti-alimentação	0.7	0.8	0.9	0.9	-0.6	-0.4	0.7	0.8	-0.3	0.1	0.0
acm-professores	0.0			0.3	-0.5	0.2	0.0		0.0	0.0	0.0
ti-químicos	0.8	-0.3	0.1	0.3	-0.6	-0.1	0.8	0.0	-0.2	-0.1	-0.2
acm-bancários	0.0		-1.0	2.0	-1.4	-0.2	0.0	-1.0	-0.5	-0.5	-0.5
outros-si	0.5	-0.2	1.4	0.9	1.0		0.5	0.9	0.9	0.7	0.9
TBS	0.5	0.7	1.5	0.6	0.1	0.4	0.5	1.2	0.4	0.5	0.5
TI	0.2	0.2	0.9	0.4	-0.1	0.0	0.2	0.6	0.1	0.2	0.2
ACH	0.3	1.7	0.6	0.7	-0.7	0.0	0.3	1.0	-0.1	0.1	0.0
ACH+TBS	0.4	0.9	1.3	0.6	-0.1	0.3	0.4	1.2	0.3	0.4	0.4
TI (exceto metalúrgicos)	0.2	0.3	0.9	0.7	-0.5	0.1	0.2	0.7	0.0	0.2	0.2
METALÚRGICOS	0.2	0.2	0.8	0.2	0.1	-0.1	0.2	0.6	0.1	0.3	0.3
do Município de São Paulo	0.2	0.5	1.0	0.6	0.4	0.4	0.2	0.8	0.4	0.5	0.5
do interior do Estado de São Paulo	0.3	0.4	0.5	0.3	0.4	0.6	0.3	0.5	0.4	0.4	0.4
da região do ABC	0.3	-0.2	1.0	0.4	-0.2	-0.7	0.3	0.5	-0.1	0.2	0.2
do Brasil (exceto o Estado de S. Paulo)	0.0	0.6	0.4	-0.5	-0.6	-0.5	0.0	0.5	-0.6	-0.2	-0.3

Fonte: NEPP-UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

* Sobre o cálculo das taxas, ver nota 28.

TABELA 13A

REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA DE GREVES COM INFORMACOES SOBRE O RESULTADOS DAS REIVINDICAÇÕES,
SEGUNDO DIFERENTES SEGMENTOS GREVISTAS DOS SETORES PUBLICO E PRIVADO

Brasil, região urbana,
1978/82, 1983-87.

	Nº DE GREVES ANALISADAS						X DA AMOSTRA SOBRE O TOTAL DE GREVES					
	78/82	83	84	85	86	87	78/82	83	84	85	86	87
TOTAL	387	144	253	378	565	458	38.3	37.2	40.9	40.8	33.9	20.9
PRIVADO	235	124	222	282	439	281	41.2	45.3	47.5	45.3	36.7	20.9
PUBLICO	45	22	27	86	164	176	28.3	19.3	19.0	29.8	25.8	21.0
SEM INFORMACAO	27		4	16	22	1	37.0		44.4	62.5	33.0	16.7
SETOR PUBLICO	45	22	27	86	164	176	28.3	19.3	19.0	29.8	25.8	21.0
autarquias e fundacoes federais	1	1	1	9	3	18	50.0	25.0	7.7	25.0	15.0	10.4
empresas municipais		1		2	5	7		50.0		50.0	33.5	30.9
administracao direta estadual	19	8	5	29	21	35	35.2	26.7	14.3	28.7	21.4	15.4
administracao direta municipal	7	9	7	13	26	43	15.6	20.9	21.2	24.5	25.0	20.0
autarquias e fundacoes municipais				1	1					100.0	33.3	
autarquias e fundacoes estaduais			1	1	8				7.7	100.0	30.1	
empresas federais	8	2	9	16	15	44	40.0	40.0	52.9	33.1	23.9	43.0
empresas estaduais			1	9	19	14			10.0	50.0	35.2	24.6
administracao direta federal	10		2	3	5	14	26.3		15.4	11.1	21.7	11.9
sem informacao		1	1	3	1	1			16.7	50.0	11.1	25.0
Publico municipal	7	10	7	16	32	50	15.6	20.8	20.0	27.6	26.7	21.5
Publico estadual	19	8	7	39	40	49	35.2	18.6	12.1	32.5	27.7	17.3
Publico federal	19	3	12	28	23	76	31.7	13.0	27.9	26.7	22.8	24.0
Autarquias e fundacoes	1	1	2	11	12	18	50.0	6.3	7.4	20.9	27.3	10.4
Administracao direta	36	17	14	45	52	92	26.3	19.5	17.3	24.9	22.1	16.4
Empresas	8	3	10	27	39	65	40.0	27.3	35.7	42.2	31.2	34.9

TABELA 13A

REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA DE GREVES COM INFORMACOES SOBRE O RESULTADO DAS REIVINDICACOES,
SEGUNDO DIFERENTES SEGMENTOS GREVISTAS DOS SETORES PUBLICO E PRIVADO

Brasil, regioe urbana,
1978/82, 1983-87.

	Nº DE GREVES ANALISADAS						% DA AMOSTRA SOBRE O TOTAL DE GREVES					
	78/82	83	84	85	86	87	78/82	83	84	85	86	87
SETOR PRIVADO	235	124	222	279	439	281	41.2	45.3	47.5	44.9	36.7	29.9
tbs-ensino	0	0	0	0	0	1				0.0	0.0	14.3
acm-medico	3	0	0	3	1	4	21.4	0.0	0.0	30.0	14.3	8.2
tbs-saude	1	0	0	3	2	7	100.0	0.0	0.0	50.0	10.0	10.3
tbs-motoristas	21	9	13	37	28	40	36.8	52.9	50.0	57.0	30.9	25.2
tbs-comerciaris	3	3	10	32	27	35	36.0	25.0	34.5	47.0	31.0	25.5
ti-construcao civil	15	6	7	25	28	13	27.3	40.0	25.9	53.2	31.1	11.0
tbs-outros	8	1	1	3	9	5	53.3	100.0	33.3	37.5	50.0	10.6
ti-metalurgicos	109	73	124	86	212	92	49.3	48.3	54.6	43.0	42.5	27.2
ti-outros	21	13	24	28	49	32	37.5	59.1	50.0	39.4	32.9	19.3
acm-outros	9	3	4	4	4	6	40.9	50.0	100.0	57.1	26.7	26.1
ti-urbanitarios	0	0	0	1	1	3				50.0	33.3	75.0
ti-alimentacao	6	4	7	8	19	9	31.6	66.7	77.8	42.1	33.3	15.5
acm-professores.	9	0	0	9	12	10	64.3	0.0	0.0	23.7	21.1	19.1
ti-quimicos	5	6	17	25	39	10	50.0	54.5	56.7	58.1	45.9	19.2
acm-bancarios	1	0	1	1	5	6	25.0		25.0	16.7	23.8	42.9
outros-si	24	6	14	14	3	0	33.3	30.0	23.6	42.4	10.0	0.0
TBS	33	13	24	75	66	88	39.8	37.1	40.0	51.4	33.3	21.1
TI	156	102	179	173	340	159	43.2	49.8	52.5	45.3	32.4	21.5
ACM	22	3	5	17	22	34	40.7	21.4	29.4	27.9	22.0	18.9
ACM+TBS	55	16	29	92	88	122	37.9	37.2	36.3	82.1	68.2	42.4
TI (exceto metalurgicos)	47	36	57	85	136	67	33.6	53.6	48.7	46.4	33.9	16.6
METALURGICOS	109	72	122	80	212	92	49.3	48.3	54.5	44.2	44.0	27.4
do Municipio de Sao Paulo	13	23	42	16	106	43	31.7	67.6	54.5	35.6	35.1	36.8
do interior do Estado de Sao Paulo	39	7	22	16	33	7	56.5	25.0	41.5	36.4	34.4	8.0
da regioe do ABC	37	31	42	37	38	26	52.9	50.0	57.2	62.7	42.7	40.8
de Brasil (exceto o Estado de S.Paulo)	20	11	16	19	35	22	40.8	44.0	69.6	37.3	43.2	26.5

Fonte: NEPP-UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 14

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA NATUREZA DAS REIVINDICACOES DAS GREVES,
SEGUNDO DIFERENTES SEGMENTOS GREVISTAS

Brasil, regioe urbana,

1983/1987.

	A	B	C	(B+C)	Z	N	!! LEGENDA: !!
TOTAL	75.8	12.9	11.3	24.2	100.0	4862	!! A = Reivindicacoes cujo conteudo se refere
PRIVADO	75.4	13.0	11.6	24.6	100.0	2747	!! exclusivamente a renovacao do acordo coletivo
PUBLICO	76.6	13.2	10.2	23.4	100.0	1205	!! B = Exclusivamente contra o nao cumprimento de
SEM INFORMACAO	79.1	7.3	13.6	20.9	100.0	110	!! leis, acordos ou convencoes coletivas.
							!! C = Reivindicacoes de azbas as naturezas.
SETOR PUBLICO							
autarquias e fundacoes municipais	37.5	50.0	12.5	62.5	100.0	8	
administracao direta municipal	65.1	20.8	14.2	34.9	100.0	289	
empresas municipais	70.4	11.1	10.5	29.6	100.0	27	
administracao direta estadual	74.8	13.5	11.6	25.2	100.0	318	
autarquias e fundacoes federais	77.9	13.3	8.8	22.1	100.0	113	
autarquias e fundacoes estaduais	80.0	17.1	2.9	20.0	100.0	35	
empresas estaduais	81.3	8.7	7.0	15.7	100.0	115	
empresas federais	86.5	6.5	7.0	13.5	100.0	105	
administracao direta federal	88.7	5.2	6.1	11.3	100.0	115	
Publico municipal	64.8	20.7	14.5	35.2	100.0	324	
Publico estadual	77.6	12.6	9.8	22.4	100.0	468	
Publico federal	84.7	8.0	7.3	15.3	100.0	413	
Administracao direta	73.1	15.1	11.8	26.9	100.0	722	
Autarquias e fundacoes	76.3	16.0	7.7	23.7	100.0	156	
Empresas	84.4	7.6	8.0	15.6	100.0	327	
SETOR PRIVADO	75.4	13.0	11.6	24.6	100.0	2747	
tbs-saude	54.3	30.4	15.2	45.7	100.0	46	
aca-medicos	57.1	34.3	8.6	42.9	100.0	35	
ti-construcao civil	60.5	27.0	12.4	39.5	100.0	185	
tbs-motoristas	67.3	15.9	16.8	32.7	100.0	220	
tbs-comerciaros	71.1	10.5	10.4	20.9	100.0	239	
ti-alimentacao	71.4	7.7	20.9	28.6	100.0	91	
aca-professores	78.0	11.0	11.0	22.0	100.0	109	
ti-metalurgicos	80.1	10.0	9.0	19.9	100.0	1120	
ti-quimicos	85.9	6.1	8.0	14.1	100.0	163	
aca-bancarios	100.0	0.0	0.0	0.0	100.0	26	
TBS	68.9	14.4	16.7	31.1	100.0	550	
ACM	76.0	14.7	9.3	24.0	100.0	225	
TI	77.0	12.4	10.7	23.0	100.0	1868	
METALURGICOS	80.1	10.8	9.1	19.9	100.0	1120	
OUT.BR	70.7	14.6	14.6	29.3	100.0	295	
HSP	81.0	8.5	10.5	19.0	100.0	410	
OUT.SP	81.2	13.0	5.8	18.8	100.0	207	
ABC	84.6	9.7	5.7	15.4	100.0	298	

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 14a

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA NATUREZA DAS REIVINDICACOES DAS GREVES,
SEGUNDO DIFERENTES SEGMENTOS GREVISTASBrasil, regio urbana,
1987.

	A	B	C	Z	N	
TOTAL	77.3	10.4	12.3	100.0	962	11
PRIVADO	78.0	10.5	11.4	100.0	533	11
PUBLICO	77.0	10.2	12.8	100.0	421	11
SEM INFORMACAO	50.0	12.5	37.5	100.0	8	11
SETOR PUBLICO	77.0	10.2	12.8	100.0	421	11
Publico federal	83.8	9.7	6.5	100.0	185	11
Publico estadual	75.6	10.2	14.2	100.0	127	11
Publico municipal	67.0	11.0	22.0	100.0	109	11
Administracao direta	73.1	10.3	16.5	100.0	242	11
Autorquias e fundacoes	68.5	20.4	11.1	100.0	54	11
Empresas	88.2	5.6	6.4	100.0	125	11
SETOR PRIVADO	78.0	10.5	11.4	100.0	533	11
aca-bancarios	100.0	0.0	0.0	100.0	9	11
aca-medicos	59.3	32.3	8.3	100.0	12	11
aca-outros	75.9	18.8	6.3	100.0	16	11
aca-professores	80.6	9.7	9.7	100.0	31	11
ti-alimentacao	78.6	0.0	29.4	100.0	17	11
ti-construcao civil	74.2	9.7	16.1	100.0	31	11
ti-metalurgicos	81.6	6.3	11.9	100.0	159	11
ti-outros	86.0	8.8	5.3	100.0	57	11
ti-quimicos	94.4	0.0	5.6	100.0	18	11
ti-urbanitarios	100.0	0.0	0.0	100.0	3	11
tbs-coercitarios	66.7	14.7	18.7	100.0	75	11
tbs-ensino	100.0	0.0	0.0	100.0	2	11
tbs-motoristas	72.5	17.4	10.1	100.0	69	11
tbs-saude	76.2	14.3	9.5	100.0	21	11
tbs-outros	84.6	15.4	0.0	100.0	13	11
TI	82.1	6.3	11.6	100.0	285	11
ACM	77.9	14.7	7.4	100.0	68	11
TBS	71.7	15.6	12.8	100.0	190	11
METALURGICOS (CONFERE)	81.6	6.3	12.0	100.0	158	11
ABC	83.9	3.2	12.9	100.0	31	11
MSP	88.6	4.3	7.1	100.0	70	11
OUT.BR	67.4	11.6	20.9	100.0	43	11
OUT.SP	85.7	7.1	7.1	100.0	14	11

LEGENDA:

A = Reivindicacoes cujo contendo se refere
exclusivamente a renovacao do acordo coletivo.
B = Exclusivamente contra o nao cumprimento de
leis, acordos ou convencoes coletivas.
C = Reivindicacoes de ambas as naturezas.

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 15

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS
MOVIMENTOS GREVISTAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE GREVES DO PERÍODO
Brasil, região urbana,
Períodos: 1978-79; 1980-84; 1985-86; 1987.

Greves em que ocorreu ao menos uma reivindicação quanto a:	PERÍODOS:			
	1987	1985-86	1980-84	1978-79
	%	%		
Ajuste salarial	76.5	74.3	47.2	71.7
Não cumprimento de leis e acordos	22.6	17.6	33.4	12.9
Situação funcional	19.8	21.3	22.9	3.0
estabilidade		14.4	16.1	0.5
encarregamento		6.0	4.2	1.4
Condições de trabalho	17.6	22.7	12.4	11.0
redução ou regularização de jornada		13.7	4	3.6
higiene, segurança, insalubridade		2.5	1.2	1.1
Adicionais e abonos	16.6	26.0	7.7	6.3
Bem estar na empresa	11.2	7.7	2.7	6.0
Poder sindical	4.8	9.5	9.2	5.8

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 16

TAXA DE CONQUISTA DAS GREVES POR TIPOS DE REIVINDICAÇÕES, SEGUNDO GRANDES SETORES (*).

Brasil, região urbana,

1983-87.

	PRIVADO		PÚBLICO		TOTAL	
	TAXA (**)	N	TAXA (**)	N	TAXA (**)	N
NÃO CUMPRIMENTO	0.49	383	0.20	93	0.43	478
RELATIVAS A GREVE, DE SOLIDARIEDADE E OUTRAS	0.32	380	0.18	79	0.29	465
SITUAÇÃO FUNCIONAL (exceto estabilidade)	0.23	79	0.00	92	0.10	171
ESTABILIDADE TEMPORÁRIA	0.11	346	-0.09	35	0.08	390
SALÁRIO	0.08	1591	-0.09	570	0.03	2228
PODER SINDICAL	-0.02	233	-0.41	29	-0.07	266
SEM ESTAR	-0.03	199	0.17	48	0.02	251
CONDIÇÕES DE TRABALHO (exceto jornada)	-0.08	151	-0.55	22	-0.14	175
JORNADA DE TRABALHO	-0.34	218	-0.44	41	-0.35	269
ADICIONAIS	-0.16	245	-0.04	133	-0.11	383

Fonte: IUPERJ/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

(*) No "Livro de Códigos" deste "Anexo" estão detalhadas as reivindicações de cada grupo.

(**) = Variação da taxa: (-1 — +1)

O sistema de cálculo das taxas está explicado na nota nº 38 do texto

TABELA 17

CLAUSULAS NEGOCIADAS NAS GREVES SEGUNDO GRUPOS E SUB-GRUPOS (*)

Brasil, região urbana,

1983/87.

	(N)	SOBRE CLAUSULAS %	SOBRE GREVES %
Grupos e sub-grupos de reivindicações:			
100 - REIVINDICAÇÕES SALARIAIS	4532	43.8	111.1
140 - Aumento real de salário	1683	16.3	41.3
150 - Reajustes salariais	1546	14.9	37.9
170 - Abonos e Antecipações	424	4.1	10.4
110/120 - Relativas a periodicidade dos reajustes	261	2.5	6.4
130 - Relativas a reajustes escalonados	67	0.7	1.7
190 - Outros itens relativos a reivindicações salariais	550	5.3	13.5
700 - REIVINDICAÇÕES SOBRE O NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E ACORDOS COLETIVOS	1166	11.3	28.6
710 - Contra o atraso de pagamento	569	5.5	13.9
760 - Contra o não cumprimento de cláusulas previstas nos acordos	247	2.4	6.1
730 - Contra o não pagamento/recolhimento de benet. trabalhistas monet.	136	1.3	3.3
720 - Contra o não cumprimento da legislação salarial em vigor	112	1.1	2.7
740 - Contra o não cumprimento de itens não monet. da legisl. trabalhista	90	0.9	2.2
790 - Outras reivindicações contra o não cumprimento de leis e acordos	12	0.1	0.3
400 - REIVINDICAÇÕES RELATIVAS A SITUAÇÃO FUNCIONAL	1101	10.6	27.0
410 - Estabilidade	666	6.4	16.3
420 - Relativas a planos de cargos e salários, contratação e demissão	321	3.1	7.9
450 - Referentes a normas especif. da empresa (exceto jornada de trab.)	65	0.6	1.6
440 - Relativas a mão de obra temporária ou de empresas contratadas	29	0.3	0.7
499 - Outros itens relativos a situação funcional	20	0.2	0.5
300 - REIVINDICAÇÕES REFERENTES AS CONDIÇÕES DE TRABALHO	950	9.2	23.3
310 - Relativas a jornada e ritmo de trabalho	532	5.1	13.0
320 - Sobre as condições do local de trabalho	168	1.6	4.1
340/377 - Outros itens relativos as condições de trabalho	250	2.4	6.1
600 - REIVINDICAÇÕES REFERENTES AO CONFLITO GREVISTA E DE SOLIDARIEDADE	865	8.4	21.2
840 - Relativas ao conflito grevista	334	3.2	8.2
841 - Pelo pagamento dos dias parados	229	2.2	5.6
842/843/849 - Outras: Contra demissão de grevistas, etc	105	1.0	2.6
830 - Manifestações de solidariedade	315	3.0	7.7
832 - Protesto contra a demissão/pela recontração de trab.	247	2.4	6.1
831/833/839 - Outras: Solidariedade com outras categ., etc	68	0.7	1.7
620 - Reivindicações políticas ou participacionistas dirigidas a empresa	89	0.9	2.2
610 - Reivindicações políticas dirigidas ao governo	28	0.3	0.7
899 - Outras reivindicações	100	1.0	2.5

TABELA 17
CLAUSULAS NEGOCIADAS NAS GREVES SEGUNDO GRUPOS E SUB-GRUPOS (*)
Brasil, região urbana,
1983/87.

	(K)	SOBRE CLAUSULAS %	SOBRE GREVES %
Grupos e sub-grupos de Reivindicações:			
200 - REIVINDICAÇÕES REFERENTES A ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES	759	7.3	18.6
220 - Relativas a adicionais por condições especiais de trabalho	543	5.2	13.3
240 - Relativas a gratificações e abonos especiais	115	1.1	2.8
210 - Relativas a adicionais por tempo de serviço	82	0.8	2.0
299 - Outros tipos de adicionais e gratificações	19	0.2	0.5
500 - REIVINDICAÇÕES REFERENTES AO PODER SINDICAL	486	4.7	11.9
540 - Relativas às Comissões de Fabrica	275	2.7	6.7
570 - Temáticas relativas a categoria	84	0.8	2.1
510 - Relativas a CIPA	43	0.4	1.1
550 - Relativas a Comissão Paritária ou a Comissão de Salários	36	0.3	0.9
520/530 - Relativas aos Diretores ou Delegados Sindicais	25	0.2	0.6
510 - Relativas aos Sindicatos ou Associações	21	0.2	0.5
599 - Outros itens relativos ao poder sindical	2	0.0	0.0
600 - REIVINDICAÇÕES REFERENTES A POLÍTICAS DE BEM-ESTAR NAS EMPRESAS	484	4.7	11.9
650 - Relativas a alimentação	215	2.1	5.3
640 - Relativas a transporte	136	1.3	3.3
610 - Relativas a Saúde	73	0.7	1.8
630 - Relativas a Educação	28	0.3	0.7
620 - Relativas a Previdência	13	0.1	0.3
699 - Outros itens relativos a políticas de bem-estar nas empresas	19	0.2	0.5
TOTAL DE CLAUSULAS REIVINDICADAS	10344	100.0	
TOTAL DE GREVES COM INFORMAÇÃO DE REIVINDICAÇÃO	4080		
GREVES SEM INFORMAÇÃO DE REIVINDICAÇÃO	1711		
TOTAL DE GREVES DO PERÍODO 1983/87	5791		
% DE GREVES COM INFORMAÇÃO DE REIVINDICAÇÃO	70.5		
NÚMERO MÉDIO DE REIVINDICAÇÕES POR GREVE	2.5		

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

(*) Veja o conteúdo específico das cláusulas de cada sub-grupo no "Livro de Códigos" do NEPP.

TABELA 18
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE GREVES POR GRANDES SETORES, SEGUNDO CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, Regiao urbana
1987

PUBLICO PRIVADO AMBOS

Principais categorias em ordem decrescente:

metalurgicos		15.4	
serv.publ.de ministerios, secret. etc (4)	14.7		
motoristas		7.2	
professores de escolas e universidades (2)	6.3		
comerciantes (7)		6.2	
trabalhadores da construcao civil		5.3	
professores de escolas e universidades (2)		4.6	
urbanitarios	3.5		
funcionarios de estabelec. de saude (5)		3.1	
trabalhadores em industrias de alimentacao		2.6	
medicos (6)	2.6		
quimicos		2.5	
greve geral de servidores publicos (1)	2.3		
medicos (6)		2.2	
funcionarios de estabelec. de saude (5)	2.1		
funcionarios de escolas e universidades (3)	1.5		
bancarios	1.5		
comerciantes (7)	1.1		
bancarios		0.6	
outros	2.8	11.5	0.5
TOTAL	38.3	61.2	0.5 100.0

Fonte: NEPP/UNICAMP

Legenda:

- (1) greves gerais dos servidores publicos municipais, estaduais ou federais
- (2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionarios de escolas e universidades
- (3) greves so de funcionarios de escolas e universidade
- (4) greves localizadas de ministerios, secretarias, fundacoes, etc.
- (5) greves so de funcionarios de estabelecimentos de saude
- (6) greves so de medicos ou greves conjuntas de medicos e funcionarios de estabelecimentos de saude
- (7) exclui o setor saude

TABELA 19
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE JORNADAS PERDIDAS POR GRANDES SETORES,
SEGUNDO CATEGORIAS SELECIONADAS
Brasil, regio urbana
1987

SETORES:

Principais categorias em ordem decrescente: PUBLICO PRIVADO AMBOS

greve geral de servidores publicos (1)	33.6		
professores de escolas e universidades (2)	18.4		
funcionarios de escolas e universidades (3)	6.9		
serv. publ. de ministerios, secret. etc (4)	4.8		
bancarios		4.8	
trabalhadores da construcao civil		3.5	
medicos (6)	3.2		
professores de escolas e universidades (2)		2.7	
funcionarios de estabel. de saude (5)	2.4		
metalurgicos		1.7	
comerciantes (7)		1.5	
urbanitarios	1.0		
bancarios	1.0		
motoristas		0.9	
outros	7.9	3.9	1.5
TOTAL	79.2	14.4	6.3 100.0

Fonte: INEP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Legenda:

- (1) greves gerais dos servidores publicos municipais, estaduais ou federais
- (2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionarios de escolas e universidades
- (3) greves so de funcionarios de escolas e universidades
- (4) greves localizadas de ministerios, secretarias, fundacoes, etc.
- (5) greves so de funcionarios de estabelecimentos de saude
- (6) greves so de medicos ou greves conjuntas de medicos e funcionarios de estabelecimentos de saude
- (7) exclui o setor saude

TABELA 24

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS GREVES DO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E NÍVELS DE GOVERNO

Brasil, região urbana
1978-1987.

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	TOTAL
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES					5.0	14.0	19.0	13.1	10.9	11.7	11.6
Autarquias e fundações estaduais						7.9	9.2	6.3	5.2		2.3
Autarquias e fundações federais						3.5	9.2	12.5	5.0		3.8
Autarquias e fundações municipais						2.6	0.7	0.3	0.7		0.4
Sem informação					5.0					11.7	5.1
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	87.5	73.7	97.0	90.0	85.0	76.3	61.3	64.7	58.1	67.3	66.6
Administração direta estadual	62.5	21.1	33.3	42.5	32.5	26.3	24.6	34.9	24.3	27.1	28.0
Administração direta federal	12.5	5.3	24.2	25.0	12.5	5.3	9.2	9.3	5.7	14.1	11.6
Administração direta municipal	12.5	39.5	39.5	17.5	30.0	37.7	23.2	10.3	25.8	25.7	25.3
Sem informação		7.9	9.1	5.0	10.0	7.0	4.2	2.1	2.2	0.5	2.3
EMPRESAS PÚBLICAS	12.5	26.3	3.0	10.0	10.0	9.6	19.7	22.1	31.0	21.0	21.0
empresas estaduais						3.5	7.0	6.2	13.4	6.8	7.4
empresas federais		21.1		2.5	7.5	4.4	12.0	14.5	14.4	12.1	12.1
empresas municipais						1.8	0.7	1.4	3.2	2.1	2.0
Sem informação	12.5	5.3	3.0	7.5	2.5						0.4
ESTADUAL	62.5	21.1	33.3	42.5	32.5	37.7	40.0	41.5	42.9	33.9	37.6
FEDERAL	12.5	26.3	24.2	27.5	20.0	13.2	39.3	36.3	25.1	26.1	26.0
MUNICIPAL	12.5	39.5	30.3	17.5	30.0	42.1	24.6	20.1	29.0	27.8	27.7
SEM INFORMAÇÃO	12.5	13.2	12.1	12.5	17.5	7.0	4.2	2.1	2.2	12.2	7.9
TOTAL DO SETOR PÚBLICO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
NÚMEROS ABSOLUTOS	0	30	33	40	40	114	142	209	403	838	1945

FONTE: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 21

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS JORNADAS PERDIDAS DO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E NÍVEIS DE GOVERNO

Brasil, regiões urbanas
1979-1987.

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	TOTAL
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES					30.8	1.1	10.9	2.8	6.1	10.1	7.1
Autarquias e fundações estaduais						0.5	2.1	0.0	0.5		0.2
Autarquias e fundações federais						0.5	0.8	2.7	5.5		2.0
Autarquias e fundações municipais						0.1	0.0	0.0	0.0		0.0
Sem informação					30.8					10.1	4.9
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	99.6	96.1	100.0	98.0	65.2	98.3	86.5	94.6	89.2	24.4	88.8
Administração direta estadual	99.4	74.1	75.0	48.4	54.7	7.7	57.5	73.5	53.7	54.8	57.7
Administração direta federal	0.1	0.2	20.1	38.4	2.5	3.2	24.1	15.0	17.2	4.5	19.7
Administração direta municipal	0.0	12.8	4.5	2.3	2.0	3.5	3.8	2.4	4.6	15.3	8.8
Sem informação		9.0	0.3	9.6	5.9	83.9	1.2	3.0	13.6	9.8	11.7
EMPRESAS PÚBLICAS	0.4	3.9	0.0	1.2	4.0	0.6	2.6	2.6	4.7	5.5	4.1
empresas estaduais						0.2	0.3	0.5	1.1	0.0	0.7
empresas federais						0.4	2.2	2.1	3.0	4.6	3.1
empresas municipais						0.0	0.0	0.0	0.6	0.1	0.2
Sem informação	0.4	3.9	0.0	1.2	4.0						0.1
ESTADUAL	99.4	74.1	75.0	48.4	54.7	8.3	59.9	74.0	53.3	55.6	58.6
FEDERAL	0.1	0.2	20.1	38.4	2.5	4.0	35.2	19.8	25.8	9.1	15.8
MUNICIPAL	0.0	12.8	4.5	2.3	2.0	3.7	3.8	2.4	5.3	15.4	8.9
SEM INFORMAÇÃO	0.4	12.9	0.4	10.8	40.8	83.9	1.2	3.0	13.6	19.9	16.7
TOTAL DO SETOR PÚBLICO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
(N)	443457	4072537	4045246	3761313	3406639	10900698	11621737	56336616	40133423	106312661	241933750

FONTE: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 22

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE GREVISTAS DO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E NÍVEIS DE GOVERNO

Brasil, região urbana

1978-1987

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	TOTAL
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES					13.5	1.5	11.3	5.1	6.7	7.7	6.6
Autarquias e fundações estaduais						1.1	4.5	0.1	0.6		0.5
Autarquias e fundações federais						0.4	6.8	5.0	6.1	7.7	5.9
Autarquias e fundações municipais						0.1	0.0	0.0	0.1		0.0
Sem informação					13.5						0.2
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	100.0	99.8	99.9	92.5	80.0	97.0	77.4	83.6	79.6	74.3	79.8
Administração direta estadual	97.7	69.9	79.7	54.1	73.1	19.6	57.5	65.2	47.4	47.4	52.2
Administração direta federal	2.2	0.4	16.5	35.1	0.5	20.0	0.8	9.1	16.1	0.7	11.5
Administração direta municipal	0.1	22.1	3.4	3.4	6.4	6.0	4.7	7.1	5.7	9.9	7.6
Sem informação		7.4	0.3			50.6	6.4	2.2	10.4	8.4	0.5
EMPRESAS PÚBLICAS		0.2	0.1	7.5	6.5	1.5	11.3	11.3	13.7	18.0	13.6
empresas estaduais						0.4	0.8	2.7	4.7	3.5	3.1
empresas federais				2.8		1.1	10.5	8.5	7.0	13.8	9.5
empresas municipais						0.0		0.1	1.9	0.7	0.7
Sem informação		0.2	0.1	4.7	6.5						0.2
ESTADUAL	97.7	69.9	79.7	54.1	73.1	21.1	62.8	68.0	52.7	50.9	55.9
FEDERAL	2.2	0.4	16.5	37.9	0.5	22.2	26.0	22.7	29.2	30.3	24.9
MUNICIPAL	0.1	22.1	3.4	3.4	6.4	6.1	4.7	7.1	7.7	10.4	8.3
SEM INFORMAÇÃO		7.6	0.4	4.7	20.0	50.6	6.4	2.2	10.4	8.4	9.6
TOTAL DO SETOR PÚBLICO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
(H)	26006	175593	220533	351943	262105	504502	871538	2501859	3478498	5453073	14247677

FONTE: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 23

MÉDIA DE DIAS PARADOS DO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E NÍVEIS DE GOVERNO

Brasil, região urbana,
1978-1987.

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
OUTORGAS E FUNDAÇÕES					16.5	2.9	6.0	10.5	6.2	13.1
Autarquias e fundações estaduais						1.0	3.8	3.0	5.6	
Autarquias e fundações federais						4.3	8.5	10.7	7.0	
Autarquias e fundações municipais						5.7	1.0	14.0	4.5	13.1
Sem informação					16.5					
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.6	8.7	11.4	11.1	6.6	4.4	6.3	9.6	8.3	12.8
Administração direta estadual	8.8	16.8	12.7	12.2	8.4	4.5	6.0	11.0	8.7	11.6
Administração direta federal	1.0	16.0	8.4	14.9	3.0	4.3	1.2	11.1	9.3	8.2
Administração direta municipal	1.0	4.3	11.7	2.6	4.7	4.1	5.0	5.7	7.4	14.3
Sem informação		3.0	7.4	7.0	10.3	6.3	2.8	15.3	12.6	20.3
EMPRESAS PÚBLICAS	1.0	8.0	2.0	3.5	4.0	2.8	1.8	3.8	3.1	5.2
empresas estaduais						1.8	1.4	3.9	2.9	5.1
empresas federais		7.2		4.0	2.3	2.8	2.1	3.9	3.3	5.3
empresas municipais						5.0	1.0	1.5	3.2	4.0
Sem informação	1.0	10.0	2.0	3.3	9.0					
ESTADUAL	8.8	16.8	12.7	12.2	8.4	3.6	4.7	9.9	6.5	10.3
FEDERAL	1.0	8.7	8.4	13.8	2.7	3.8	7.0	8.0	5.3	8.0
MUNICIPAL	1.0	4.3	11.7	2.6	4.7	4.2	4.8	5.6	6.9	12.6
SEM INFORMAÇÃO	1.0	6.5	2.0	4.3	11.9	6.3	2.8	15.3	12.6	20.3
TOTAL DO SETOR PÚBLICO	5.9	8.5	11.0	10.1	6.8	4.1	5.4	8.5	6.4	10.7
outros/S.I.	11.0	14.1	10.6	8.5	3.0	1.4	3.7	18.5	3.6	6.7
setor privado	6.5	5.7	5.0	8.2	5.5	3.2	3.1	5.1	5.7	6.7
TOTAL GERAL	6.5	6.8	7.4	8.8	5.9	3.4	3.6	6.3	5.8	8.2

FONTE: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 24

MÉDIA DE GREVISTAS DO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E NÍVEIS DE GOVERNO

Brasil, região urbana,
1978-1987.

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES					17650	1928	8190	4516	6139	4406
Autarquias e fundações estaduais						5500	5614	2700	1190	
Autarquias e fundações federais						895	14725	4714	11702	4496
Autarquias e fundações municipais						420	80	190	808	
Sem informação					17650					
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4468	10879	11017	15754	9991	12879	12972	16502	13384	7643
Administração direta estadual	6540	30750	25165	19033	21283	9082	20881	23650	18332	11868
Administração direta federal	600	360	7264	20563	1400	34992	15260	13940	28346	4470
Administração direta municipal	16	4071	1254	2368	1684	1599	2274	4759	2177	2640
Sem informação						42535	11226	12860		114150
EMPRESAS PÚBLICAS		3233	200	6600	8500	1233	5447	6171	4396	6020
empresas estaduais						960	3513	5167	3790	3470
empresas federais						1793	6553	7077	5438	6303
empresas municipais						100		633	5605	1990
Sem informação		3233	200	6600	8500					
ESTADUAL	6540	30750	25165	19033	21283	8172	14578	20544	11682	10176
FEDERAL	600	2831	7264	19054	3450	14018	9867	7749	12244	5695
MUNICIPAL	16	4071	1254	2368	1684	1472	2159	4399	2492	2587
SEM INFORMAÇÃO		400	317	10640	11705	42535	11226	12860		114150
TOTAL DO SETOR PÚBLICO	4468	8695	10502	14398	10484	10510	10300	12454	9854	6930
outros/S.I.		23384	5693	5457	100000	550	4273	52693	11944	147432
setor privado	1645	8529	9044	2086	1641	1672	1020	4350	1505	1857
TOTAL GERAL	1868	9730	9012	6107	4934	3239	2706	7616	3821	4123

FONTE: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

TABELA 25

DISTRIBUICAO PERCENTUAL (SIMPLES E ACUMULADA) DAS GREVES SEGUNDO SUA DURACAO

Brasil, regioao urbana,

Períodos: 1978-82, 1983-84, 1985-87

	TOTAL		1978/82 *		1983/84		1985/87	
	%	% ACUM. //	%	% ACUM. //	%	% ACUM. //	%	% ACUM. //
Menos de 1 dia	5.7	5.7 //		//	11.1	11.1 //	5.4	5.4 //
1 dia	23.0	28.6 //	30.2	30.2 //	45.8	56.8 //	17.3	22.6 //
2 dias	15.9	44.7 //	9.8	40.0 //	9.4	66.4 //	18.6	40.7 //
de 3 a 10 dias	38.7	83.3 //	41.3	81.2 //	26.6	93.0 //	40.9	81.6 //
de 11 a 30 dias	14.4	97.7 //	16.7	97.9 //	6.3	99.3 //	15.8	97.3 //
Mais de 30 dias	2.3	100.0 //	2.1	100.0 //	0.7	100.0 //	2.7	100.0 //
TOTAL	6328	//	623	//	994	//	4711	//
. sem informacao	4.0	//	22.3	//	1.7	//	1.4	//
. TOTAL	6593	//	882	//	1011	//	4706	//

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de greves no Brasil".

* Para este período, estão incluídas em "1 dia" as greves com duracao menor

TABELA 26
DISTRIBUICAO DAS CATEGORIAS DE BASES TERRITORIAIS ESPECIFICAS, POR SETOR,
SEGUNDO O NUMERO DE GREVES POR ELAS REALIZADAS
Brasil, regio urbana, 1983/87

Nº de greves realizadas pelas categorias entre 1983 e 1987	TOTAL *			SETOR PRIVADO			SETOR PUBLICO		
	Nº	%	% ACUM.	Nº	%	% ACUM.	Nº	%	% ACUM.
1 greve	1525	65.4	65.4	814	63.2	63.2	658	67.8	67.8
2 greves	345	15.7	81.1	207	16.1	79.3	146	15.1	82.9
3 greves	158	6.8	87.9	84	6.5	85.8	71	7.3	90.2
4 greves	89	3.8	91.7	51	4.0	89.8	34	3.5	93.7
5 greves	55	2.4	94.0	36	2.8	92.5	19	2.0	95.7
6 greves	24	1.0	95.1	12	0.9	93.5	12	1.2	96.9
7 greves	24	1.0	96.1	14	1.1	94.6	10	1.0	97.9
8 greves	15	0.6	96.7	10	0.8	95.3	5	0.5	98.5
9 greves	12	0.5	97.3	10	0.8	96.1	1	0.1	98.6
10 greves ou mais	64	2.7	100.0	59	3.9	100.0	14	1.4	100.0
TOTAL DE CATEGORIAS	2331	100.0		1283	100.0		978	100.0	

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves
no Brasil"

* Inclui as greves conjuntas dos setores publico e privado e as que nao contem informacao de setor

TABELA 27

PRODUTO INTERNO BRUTO, EM CRUZEIROS E EM DOLAR: TOTAL, PER CAPITA E VARIACÖES ANUAIS
BRASIL -- 1947-90

ANOS	PIB VALOR TOTAL		POPULACAO	PIB PER CAPITA
			POR	
	A PREÇOS DE 1990 ANUAL (%)		1.000 HAB (2)	A PREÇOS DE 1990 ANUAL (%)
	Cr\$ (1)	Cr\$ 90		11Cr\$ 1.000 (2)
1947	2,574,557	...	49,411	53.2
1948	2,765,692	7.4	49,571	55.8
1949	2,949,131	6.6	50,759	58.1
1950	3,140,267	6.5	51,973	60.4
1951	3,326,271	5.9	53,520	62.1
1952	3,616,181	8.7	55,124	65.6
1953	3,767,259	2.5	56,777	65.3
1954	4,081,034	10.1	58,475	69.8
1955	4,361,481	6.9	60,224	72.4
1956	4,560,623	3.2	62,625	72.6
1957	4,863,652	8.1	63,886	76.1
1958	5,237,626	7.7	65,791	79.6
1959	5,520,102	5.6	67,810	81.6
1960	6,066,268	9.7	69,797	86.9
1961	6,695,626	10.3	71,811	93.2
1962	7,042,510	5.3	73,883	95.3
1963	7,151,547	1.5	76,015	94.1
1964	7,360,641	2.9	78,203	94.1
1965	8,304,175	12.8	80,905	102.6
1966	9,386,692	13.0	83,694	112.2
1967	9,844,896	4.9	86,580	113.7
1968	10,944,594	11.2	89,565	122.2
1969	12,031,194	9.9	92,653	129.9
1970	12,212,616	1.5	95,847	127.4
1971	13,597,883	11.3	98,226	138.4
1972	15,221,518	11.9	100,624	151.3
1973	17,347,769	14.0	103,050	168.3
1974	18,762,297	8.2	105,516	177.8
1975	19,731,677	5.2	108,032	182.6

TABELA 27

PRODUTO INTERNO BRUTO, EM CRUZEIROS E EM DOLAR: TOTAL, PER CAPITA E VARIACOES ANUAIS
BRASIL -- 1947-90

ANOS	PIB VALOR TOTAL		POPULACAO	PIB PER CAPITA	
	A PRECOS DE 1990		POR 1.000 HAB	A PRECOS DE 1990	
	DE 1990	ANUAL (%)	(2)	DE 1990	ANUAL
	Cr\$ (1)	Cr\$ 90		US\$ 1.000	(%)
1976	21,755,581	10.3	110,598	196.7	7.7
1977	22,027,073	4.9	113,207	201.7	2.5
1978	23,963,856	5.0	115,859	206.8	2.6
1979	25,593,493	6.8	118,553	215.8	4.3
1980	27,993,981	9.1	121,236	230.1	6.6
1981	26,678,027	-4.4	124,068	215.0	-6.5
1982	26,031,271	0.6	126,098	211.4	-1.7
1983	25,916,312	-3.4	129,766	199.7	-5.5
1984	27,224,243	5.3	132,659	205.7	3.0
1985	29,452,197	7.9	135,564	217.3	5.6
1986	31,660,759	7.5	138,493	228.7	5.3
1987	32,800,394	3.6	141,452	231.9	1.4
1988	32,770,882	-0.1	144,428	226.9	-2.2
1989	33,854,127	3.3	147,404	229.7	1.2
1990	32,353,477	-4.4	150,368	215.2	-6.3

FORNE: CONTAS NACIONAIS -- IBRE/FGV Conjuntura Economica, Rio de Janeiro, nos 25(9) de set/71 e 44(6) de junho/90; FIBGE Series Historicas, 2a Ed (p/ a decada de 80) e Anuarios Estatisticos do Brasil

NOTAS: (1) cr\$ 1.000.000 - atualizados segundo Deflator Implícito para Contas Nacionais/FGV.
(2) Populacao estimada para 01 de julho.

TABELA 27a

PIB PER CAPITA

TAXA MEDIA DE CRESCIMENTO NA DECADE

BRASIL, Decadas de 50, 60, 70, 80.

1950-59	3.39%
1960-69	4.56%
1970-79	6.83%
1980-89	-0.02%

TABELA 28

MÉDIA DE JORNADAS PERDIDAS EM GREVES URBANAS, POR SETORES, SEGUNDO PAÍSES SELECIONADOS

Período: 1981-85 *

	INDUSTRIAL		NÃO INDUSTRIAL		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ALEMANHA	1149	99.6	5	0.4	1153	100.0
ÍNDIA	45237	95.7	2034	4.3	47370	100.0
R. UNIDO	7702	83.0	1592	17.0	9374	100.0
FRANÇA	1166	82.6	246	17.4	1411	100.0
ITALIA	7292	68.9	3290	31.1	10582	100.0
EUA	6893	64.1	3854	35.9	10747	100.0
PORTUGAL	304	63.5	175	36.5	480	100.0
ECUADOR	220	62.0	135	38.0	355	100.0
GRÉCIA	676	60.6	439	39.4	1115	100.0
JAPÃO	213	48.2	229	51.8	442	100.0
BRASIL 70-82	4038	42.0	5387	57.2	9425	100.0
BRASIL 78-87	5594	16.7	27957	83.3	33551	100.0
SUECIA	23	14.5	133	85.5	156	100.0
BRASIL 83-87	7150	12.4	50527	87.6	57677	100.0

FONTES: BRASIL: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil";

OUTROS PAÍSES: Elaborado a partir de dados publicados em "Year Book of Labour Statistics", OIT.

* exceto para a Grécia, cuja média baseia-se apenas nos anos de 1981 e 82, e para o Brasil, onde foram contemplados três distintos períodos, especificados na tabela

TABELA 29

MÉDIA DE JORNADAS PERDIDAS POR 100.000 TRABALHADORES OCUPADOS NAS ATIVIDADES URBANAS
SEGUNDO TIPOS DE ATIVIDADES E PAÍSES SELECIONADOS.

Período: 1981-85 *

SETOR INDUSTRIAL		SETOR NAO INDUSTRIAL		TOTAL	
INDIA	146501	BRASIL 83-87	164118	BRASIL 83-87	129626
ITALIA	105739	ITALIA	20116	INDIA	60157
R UNIDO	98731	GRECIA	27920	ITALIA	56098
GRECIA	63443	BRASIL 78-82	17498	GRECIA	42261
BRASIL 83-87	52159	EQUADOR	13037	R UNIDO	41036
EQUADOR	47299	R UNIDO	10640	ESPAÑA	34288
BRASIL 78-82	29457	PORTUGAL	9632	EQUADOR	24679
EUA	20800	INDIA	5275	BRASIL 78-82	21182
PORTUGAL	20768	EUA	4959	PORTUGAL	14646
FRANÇA	16872	SUECIA	4753	EUA	9705
ALEMANHA	10521	FRANÇA	1905	FRANÇA	7320
SUECIA	1766	JAPAO	704	ALEMANHA	4501
JAPAO	1053	ALEMANHA	31	SUECIA	3816
ESPAÑA	S.I.	ESPAÑA	S.I.	JAPAO	830

FONTES: BRASIL: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil";

OUTROS PAÍSES: Elaborado a partir de dados publicados em "Year Book of Labour Statistics", OIT.

* exceto para a Grécia, cuja média baseia-se apenas nos anos de 1981 e 82, e para o Brasil, onde foram contemplados dois distintos períodos, especificados na tabela

NOTA: Ano base da PEO: 1985 para EUA, Japao, Italia, Portugal, Suecia e Alemanha,
1984 para França, Grécia e Reino Unido,
1982 para Equador
1981 para Índia

TABELA 34 - SÍNTESE DOS INDICADORES DE GREVES, POR GRANDES SETORES
Brasil, Região Urbana
Períodos: 1976-87; 1978-82; 1983-87; 1985-87

	Greves por 100.000 assal.	Grevistas por 100.000 assal.	Duração (jornadas/grevistas)
1976-87			
Total	1.5	6.0	12.6
Privado	1.2	2.6	7.7
Público	2.8	29.3	17.0
1978-82			
Total	0.4	1.7	12.7
Privado	0.3	1.2	11.1
Público	0.5	3.0	16.0
1983-87			
Total	2.6	10.2	12.6
Privado	2.1	4.0	6.7
Público	5.1	37.6	17.1
1985-87			
Total	3.5	15.4	12.6
Privado	2.8	6.0	6.8
Público	7.3	56.1	17.1

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

ANEXO DA TABELA 30

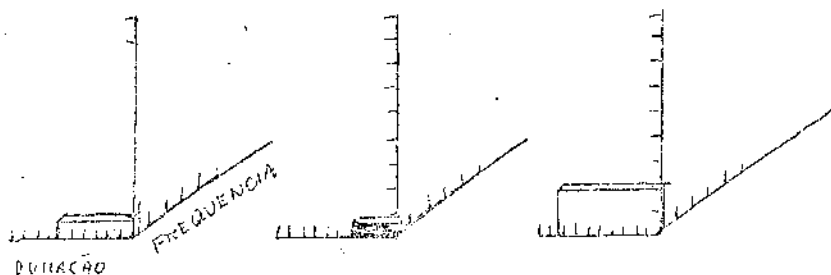
TOTAL

PÚBLICO

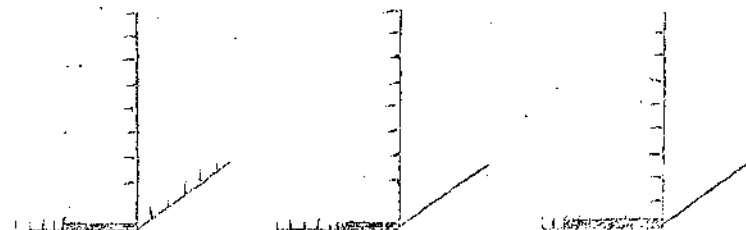
PRIVADO

1978-1987

AMPLITUDE



1978-1982



1985-1987

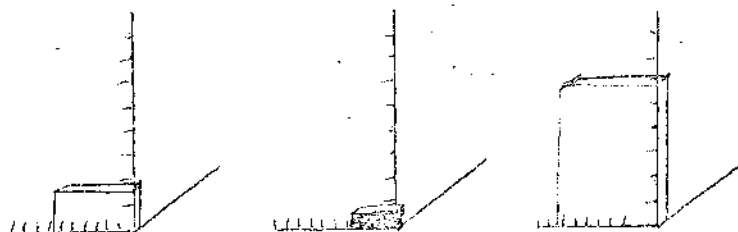


TABELA 31
SINDICATOS, POR ABRANGENCIA DA BASE TERRITORIAL, SEGUNDO TIPO DE SINDICATO
Brasil, 1987.

	MUNICIPAL	INTERMUNICIPAL	ESTADUAL	INTERESTADUAL	NACIONAL	TOTAL
EMPREGADOS	3651	1329	617	39	12	5648
. Urbano	1193	1055	617	39	12	2916
. Rural	2458	274				2732
EMPREGADORES	2145	665	606	30	24	3470
. Urbano	639	420	606	30	24	1719
. Rural	1506	245				1751
TOTAL	5796	1994	1223	69	36	9118

Fonte: Elaborada a partir de dados publicados em: "Sindicatos: Indicadores Sociais", IBGE, 1989.

TABELA 31a
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DOS SINDICATOS, POR ABRANGENCIA DA BASE TERRITORIAL, SEGUNDO TIPO DE SINDICATO
Brasil, 1987.

	MUNICIPAL	INTERMUNICIPAL	ESTADUAL	INTERESTADUAL	NACIONAL	TOTAL
EMPREGADOS	64.6	23.5	10.9	0.7	0.2	100.0
. Urbano	40.9	36.2	21.2	1.3	0.4	100.0
. Rural	90.0	10.0	0.0	0.0	0.0	100.0
EMPREGADORES	61.0	19.2	17.5	0.9	0.7	100.0
. Urbano	37.2	24.4	35.3	1.7	1.4	100.0
. Rural	86.0	14.0	0.0	0.0	0.0	100.0
TOTAL	63.6	21.9	13.4	0.8	0.4	100.0

Fonte: Elaborada a partir de dados publicados em: "Sindicatos: Indicadores Sociais", IBGE, 1989.

TABELA 32
 PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NOS CONFLITOS
 Brasil, região urbana,
 1970-87

	TOTAL	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Não	72.6	9.1	17.4	0.0	10.0	47.2	73.2	79.5	73.6	72.5	79.5	
Sim	26.4	90.9	82.6	100.0	90.0	52.8	26.8	20.5	26.4	27.5	20.5	
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	
Sem informacao	54.3	90.7	90.7	88.6	93.3	75.0	43.0	37.5	45.3	39.3	64.5	
TOTAL	6593	118	246	144	150	144	393	618	927	1685	2183	

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil"

TABELA 33

DISTRIBUICAO DOS EMPREGADOS SEGUNDO FAIXAS DE SALARIO MINIMO DO SALARIO CONTRATUAL

BRASIL, Setor Publico Federal e Setor Organizado

1985

	FAIXAS DE SALARIO MINIMO									
Ate 1	De 1 a 3	De 3 a 5	De 5 a 7	De 7 a 10	De 10 a 15	De 15 a 20	Mais de 20	Ignorado	Total	
Setor Publico Federal	4.8	44.0	24.0	9.3	7.2	5.0	1.5	0.8	2.4	100.0
Empresas Prod. Estatais (1)	1.7	38.0	27.1	12.8	8.3	5.8	2.3	1.2	2.7	100.0
Ent. tipicas de Governo	0.3	37.2	23.8	11.6	9.3	8.3	5.2	4.2	0.2	100.0
Bancos Oficiais	4.5	11.1	40.0	16.0	15.5	10.9	1.3	0.5	0.2	100.0
Concessionarias	1.1	25.9	38.9	14.3	9.6	6.2	2.4	1.4	0.1	100.0
Fundacoes	0.8	37.0	26.5	10.1	9.6	10.4	3.4	1.2	1.0	100.0
Autarquias	3.7	61.6	20.8	4.0	5.3	2.3	0.4	0.1	1.9	100.0
Administracao Publica	15.0	59.0	11.7	4.2	1.7	1.6	0.5	0.5	5.6	100.0
Setor Organizado	16.4	56.9	11.4	4.3	2.0	1.8	0.7	0.7	5.2	100.0

FONTE: MTb - RAIS/85 - Tabulacao Especial Setor Publico Federal, apud Saldanha, Rosângela et alii; "Emprego e Salario no Setor Publico Federal", Brasilia: MTb, SES, 1988

(1) Exclui a empresa DATAPREV

TABELA 34
DISTRIBUICAO RELATIVA DO EMPREGO SEGUNDO GRAUS DE INSTRUCAO
BRASIL, Setor Publico Federal e Setor Organizado
1985

	Analfabeto	Menos de 4 serie	4 a 8º Incompl.	1º grau completo	2º grau Incompl.	2º grau completo	Superior Incompl.	Superior completo	Ignorado e nao decl.	Total
Setor Publico Federal	0.7	4.5	18.6	16.4	7.3	25.3	6.0	21.6	0.2	100.0
Empresas Prod. Estatais (1)	0.9	5.6	26.7	16.0	11.0	22.0	4.8	13.0		100.0
Ent. tipicas de Governo	0.7	10.2	17.8	16.4	5.7	22.2	5.7	27.3		100.0
Bancos Oficiais	0.1	2.2	5.3	5.1	5.6	32.7	18.6	30.4		100.0
Concessionarias	0.4	6.6	27.0	12.3	9.1	23.6	5.8	15.2		100.0
Fundacoes	0.6	5.9	15.9	9.6	4.8	24.1	5.5	33.5	0.1	100.0
Autarquias	0.9	4.0	15.8	16.0	4.0	10.4	5.1	33.6	0.1	100.0
Administracao Publica	0.6	3.0	9.4	27.9	6.5	34.8	2.5	14.6	0.7	100.0
Setor Organizado	3.7	14.7	35.4	11.0	7.0	14.5	3.5	7.8	1.2	100.0

FORTE: NTB - RAIS/85 - Tabulacao Especial Setor Publico Federal, apud Saldanha, Rosangela et alii; "Emprego e Salario no Setor Publico Federal", Brasilia:NTB,SES,1983

(1) Exclui a empresa DATAPREV

TABELA 35

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE GREVES E DE JORNADAS, MEDIA DE DIAS PARADOS E MEDIA DE GREVISTAS DE CATEGORIAS SELECIONADAS DOS SETORES PUBLICO E PRIVADO
Brasil, regio urbana,
1970-1987.

SETOR	CATEGORIAS SELECIONADAS	GREVES	JORNADAS	MEDIA DE DIAS	MEDIA DE GREVISTAS
PUBLICO	ACH medicos	0.0	3.3	15.3	2454
PUBLICO	ACH professores de escolas e universidades	20.2	46.3	12.9	13331
PUBLICO	TBS funcionarios de estabelec. de saude	5.0	6.2	12.1	5694
PUBLICO	ACH greve geral de servidores publicos	4.0	23.3	11.6	25593
PUBLICO	TBS funcionarios de escolas e universidades	3.1	5.2	10.4	7559
PUBLICO	TI alimentacao	0.1	0.0	10.0	700
PRIVADO	ACH professores de escolas e universidades	4.7	7.0	9.9	2427
PRIVADO	TBS funcionarios de escolas e universidades	0.2	0.6	9.3	4923
PRIVADO	TBS funcionarios de estabelec. de saude	2.3	0.7	7.7	650
PRIVADO	ACH medicos	2.0	1.5	7.7	1145
PUBLICO	TI quimicos	0.6	0.1	7.1	900
PUBLICO	ACH serv. publ. de ministerios, secret. etc	35.5	11.5	6.3	4266
PRIVADO	TI alimentacao	3.0	1.5	6.2	1064
PRIVADO	TI trabalhadores da construcao civil	7.9	14.4	5.7	2457
PRIVADO	TI metalurgicos	36.6	41.4	5.4	2031
PRIVADO	TI quimicos	5.2	1.5	5.4	561
PUBLICO	TBS correio	1.1	0.6	5.2	7955
PUBLICO	TI metalurgicos	1.7	0.4	4.9	6727
PRIVADO	TBS comerciais	7.6	9.0	4.7	2710
PUBLICO	TI urbanitarios	6.0	0.8	4.4	3631
PUBLICO	TI trabalhadores da construcao civil	0.5	0.0	4.2	474
PRIVADO	TI urbanitarios	0.2	0.1	4.2	4112
PUBLICO	TBS comerciais	2.0	0.2	3.8	1572
PRIVADO	TBS motoristas	8.8	4.6	2.9	1051
PUBLICO	TBS motoristas	1.0	0.2	2.9	3727
PUBLICO	ACH bancarios	2.7	0.6	2.5	6830
PRIVADO	ACH bancarios	1.1	0.9	2.4	3147
PUBLICO	ACH - ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	22.1	60.0	9.4	8295
PRIVADO	ACH - ASSALARIADOS DE CLASSE MEDIA	6.5	2.6	8.7	2196
PUBLICO	TBS - TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	5.5	9.8	7.9	5358
PRIVADO	TI - TRABALHADORES DE INDUSTRIAS	44.2	15.4	5.6	2076
PUBLICO	TI - TRABALHADORES DE INDUSTRIAS	2.0	1.6	4.0	3920
PRIVADO	TBS - TRABALHADORES DE BASE EM SERVICO	14.3	3.6	4.4	2006
PUBLICO	TOTAL	100.0	100.0	8.6	7325
PRIVADO	TOTAL	100.0	100.0	5.6	2105

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Obs: a tabela esta ordenada pela media de dias parados

GRAFICOS

GRÁFICO 1

Nº DE GREVES SEGUNDO GRANDES SETORES

Brasil, Região Urbana, 1978-87.

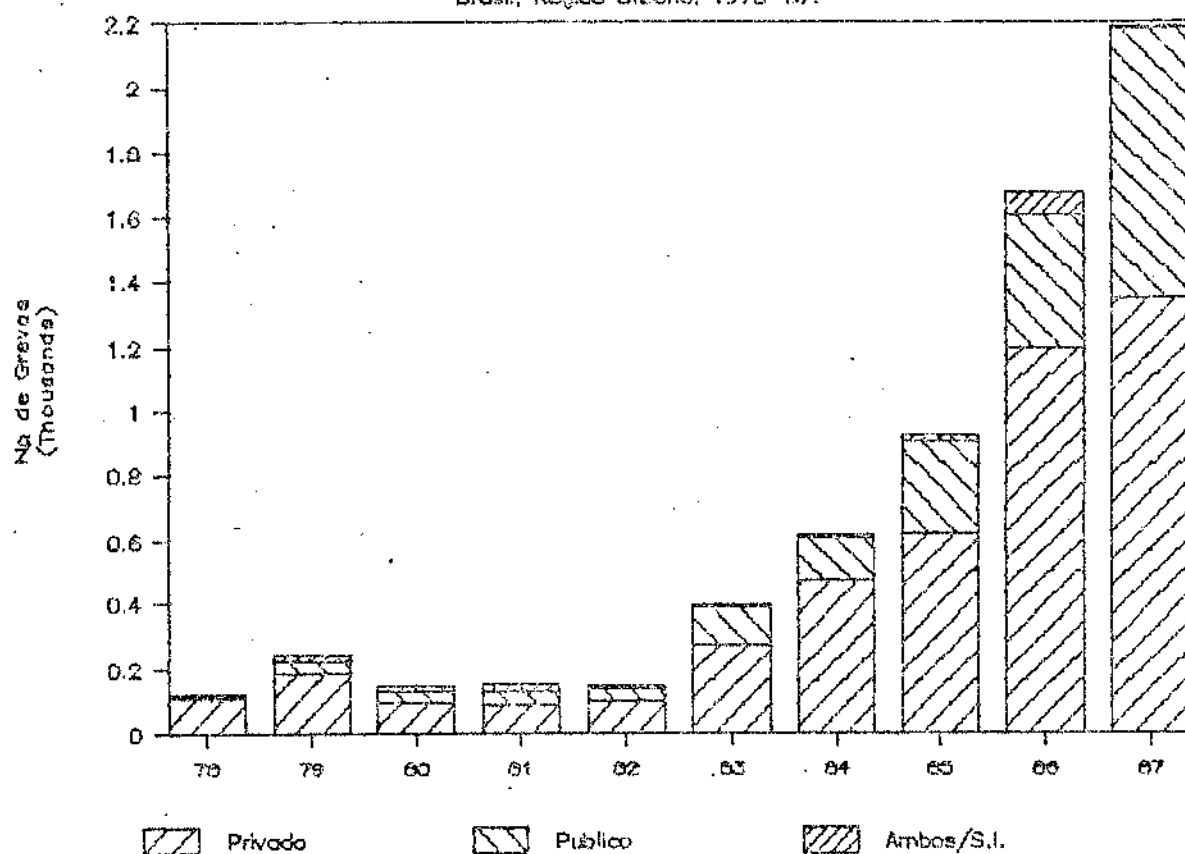


GRÁFICO 2

JORNADAS PERDIDAS POR GRANDES SETORES

Brasil, região urbana, 1978-87.

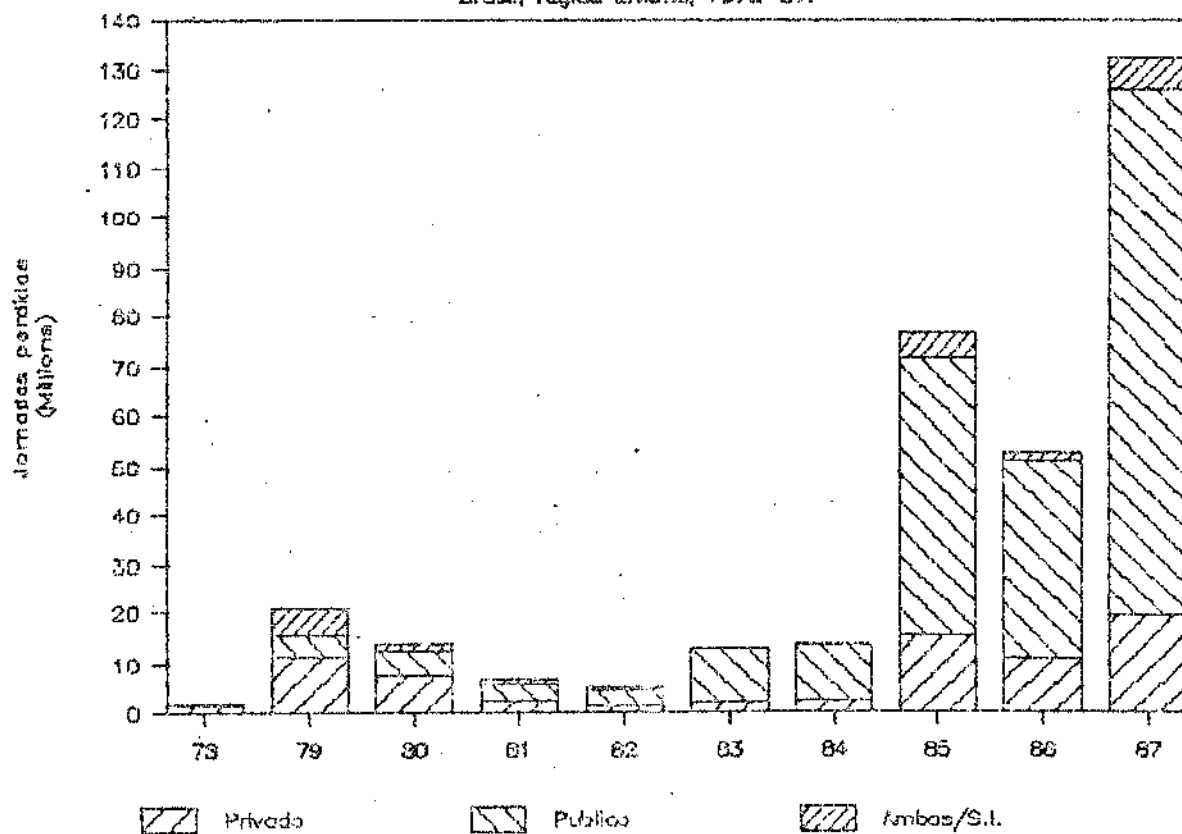


GRÁFICO 3

Nº DE GREVISTAS POR GRANDES SETORES

Brasil, região urbana, 1978-87

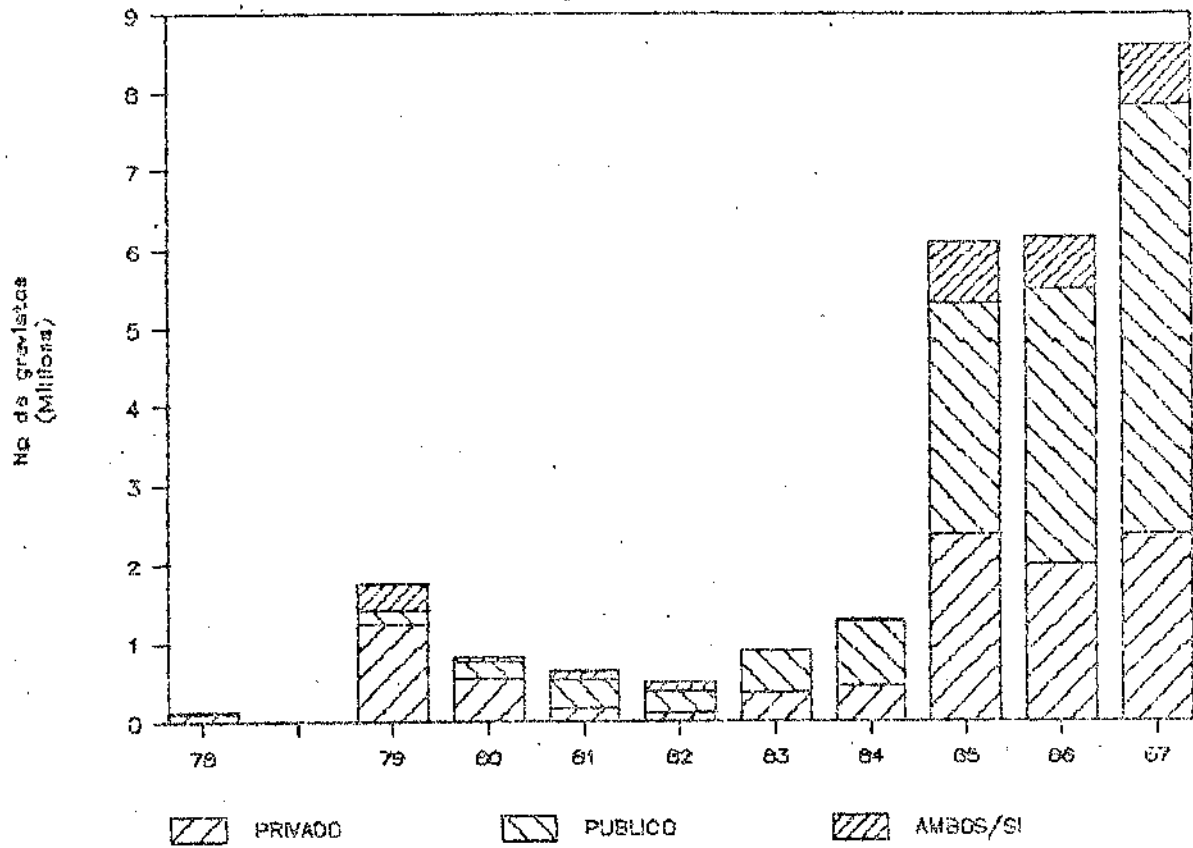


GRÁFICO 4

Nº DE GREVES POR SEGMENTOS ASSALARIADOS

Brasil, Região Urbana, 1978-87.

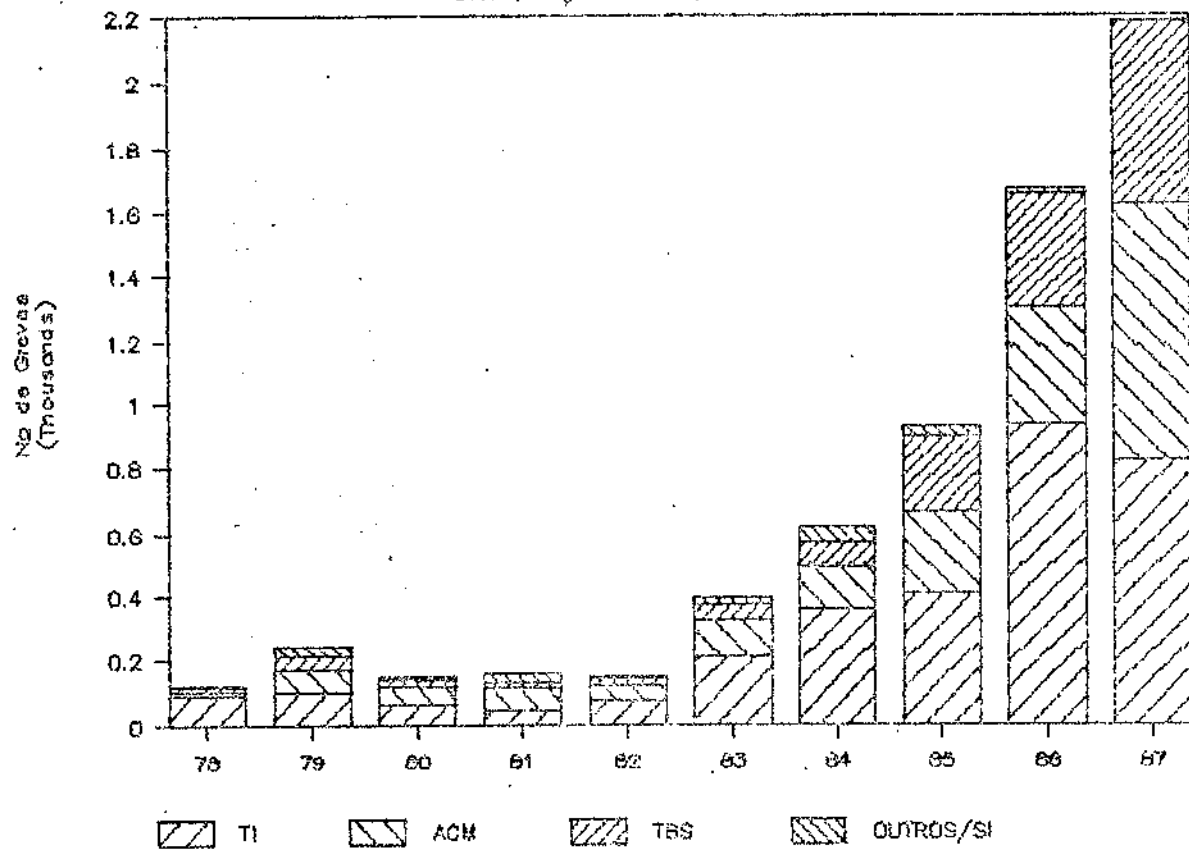


GRÁFICO 5

JORNADAS PERDIDAS POR SEGMENTOS ASSAL.

Brasil, região urbana, 1978-87.

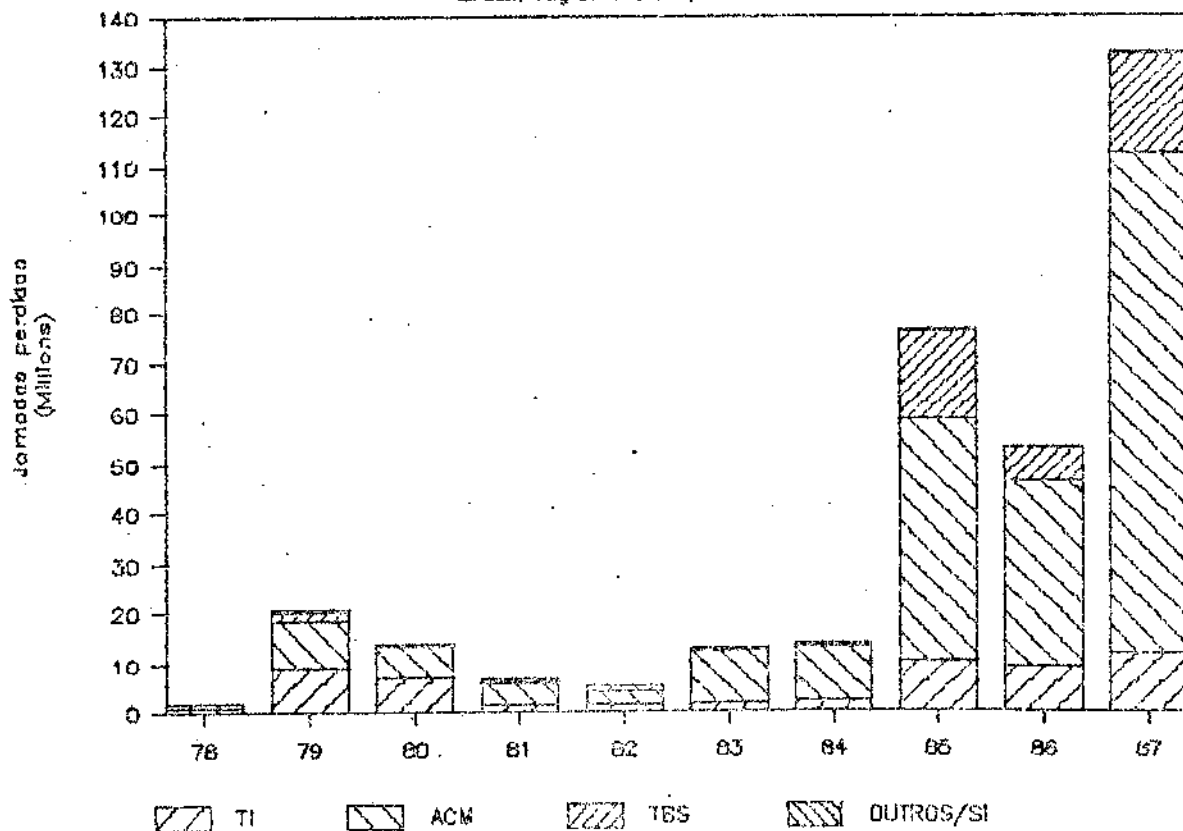


GRÁFICO 6

Nº GREVISTAS POR SEGMENTOS ASSALARIADOS

Brasil, região urbana, 1978-87

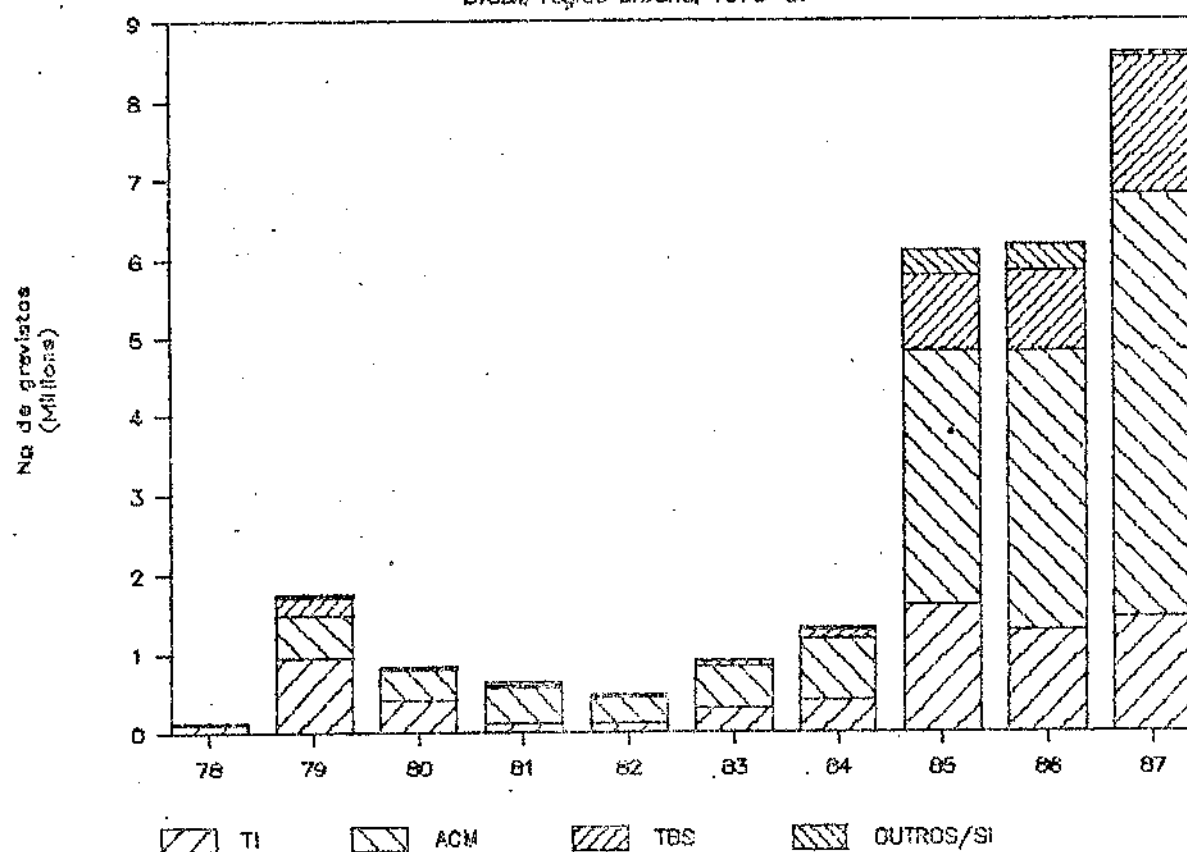


GRÁFICO 7

GREVES POR SEGMENTOS DO SETOR PRIVADO

Brasil, região urbana, 1978-87.

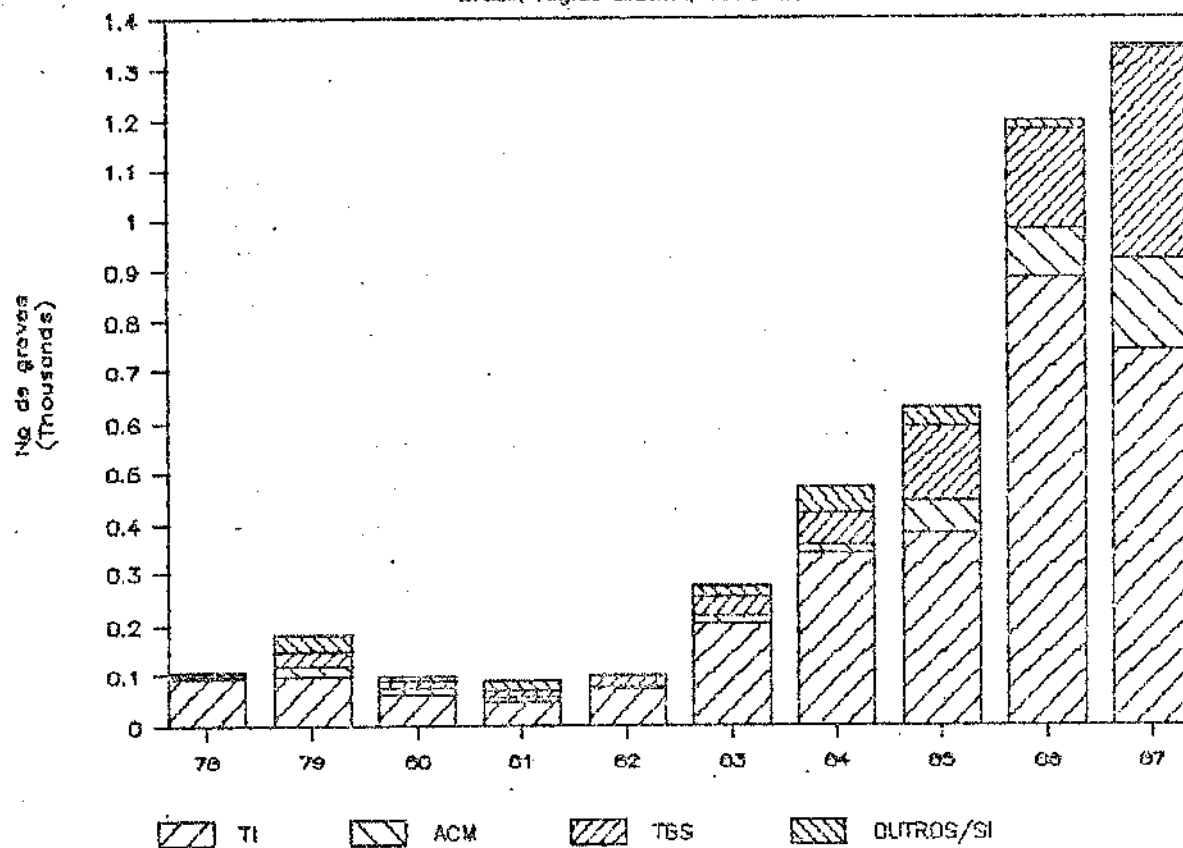


GRÁFICO 8

JORNADAS POR SEGMENTOS DO SETOR PRIVADO

Brasil, região urbana, 1978-87.

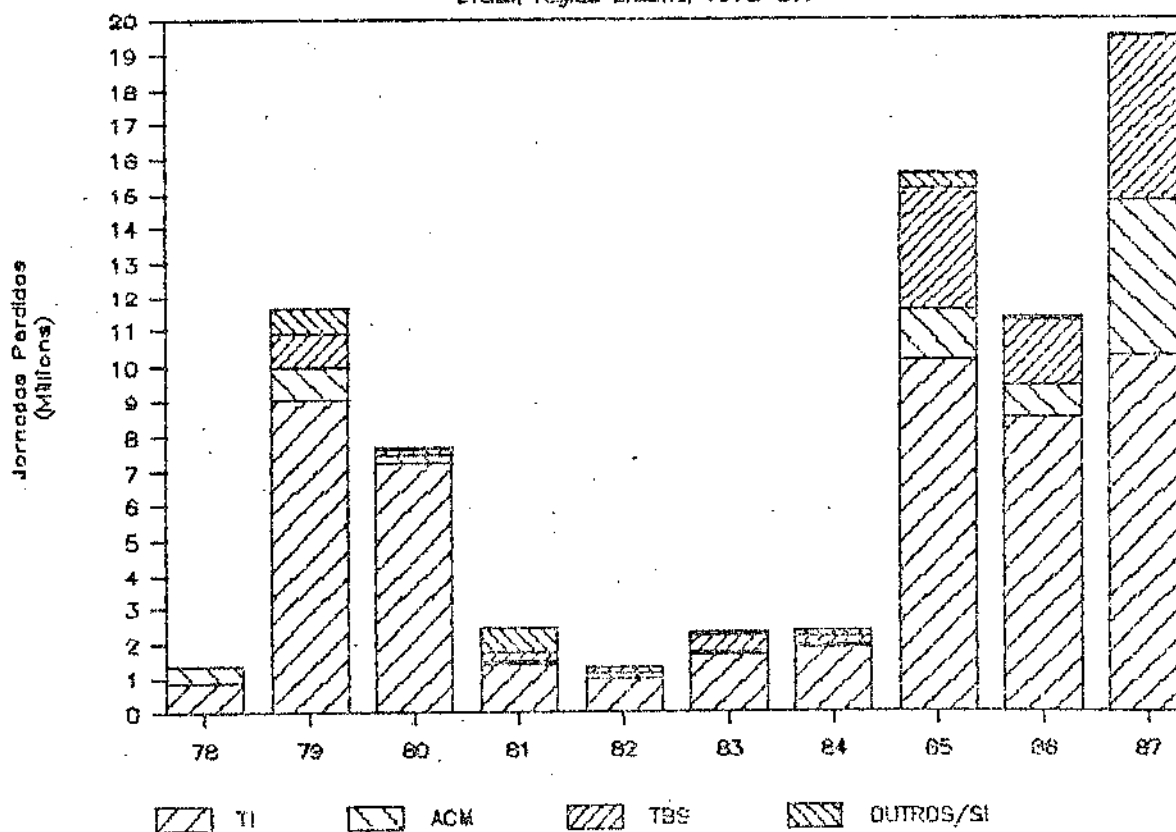


GRÁFICO 9

GREVISTAS P./ SEGMENTOS DO SETOR PRIVADO

Brasil, região urbana, 1978-87.

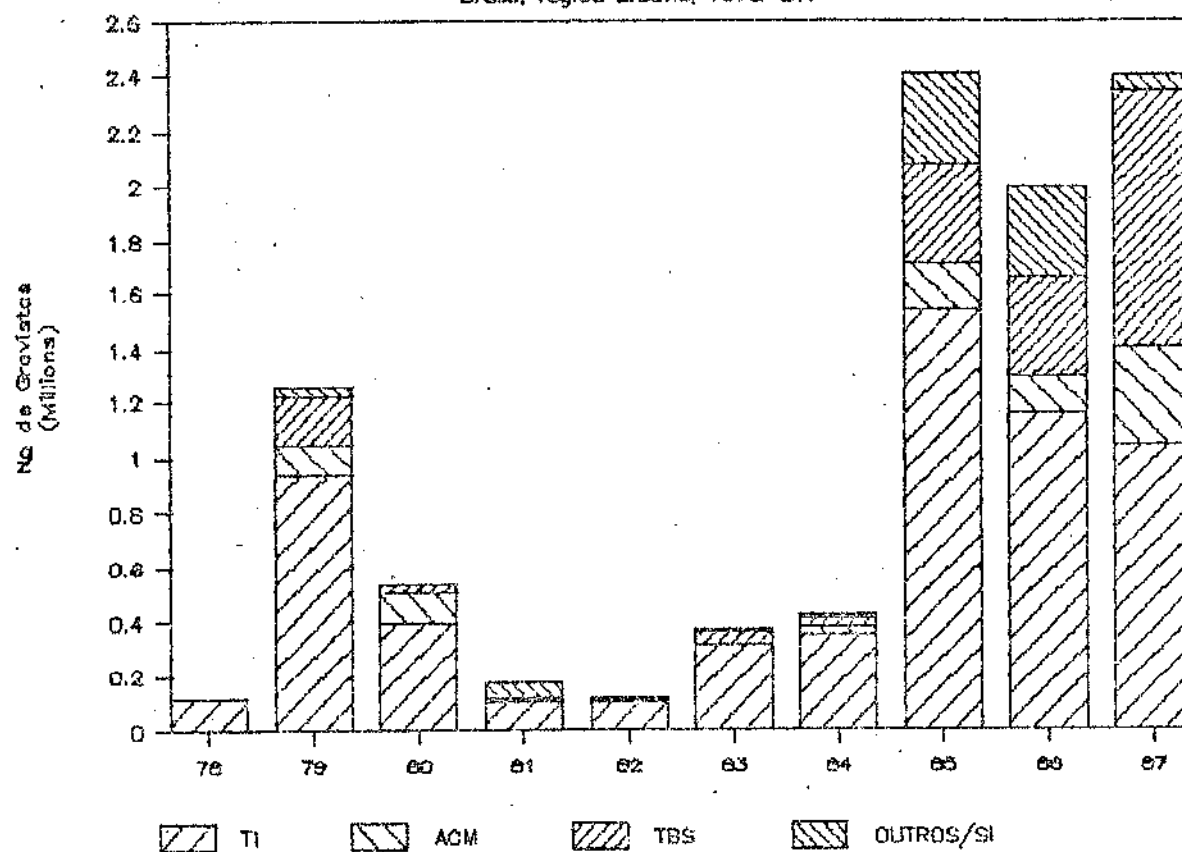


GRÁFICO 10

GREVES POR SEGMENTOS DO SETOR PUBLICO

Brasil, região urbana, 1978-87.

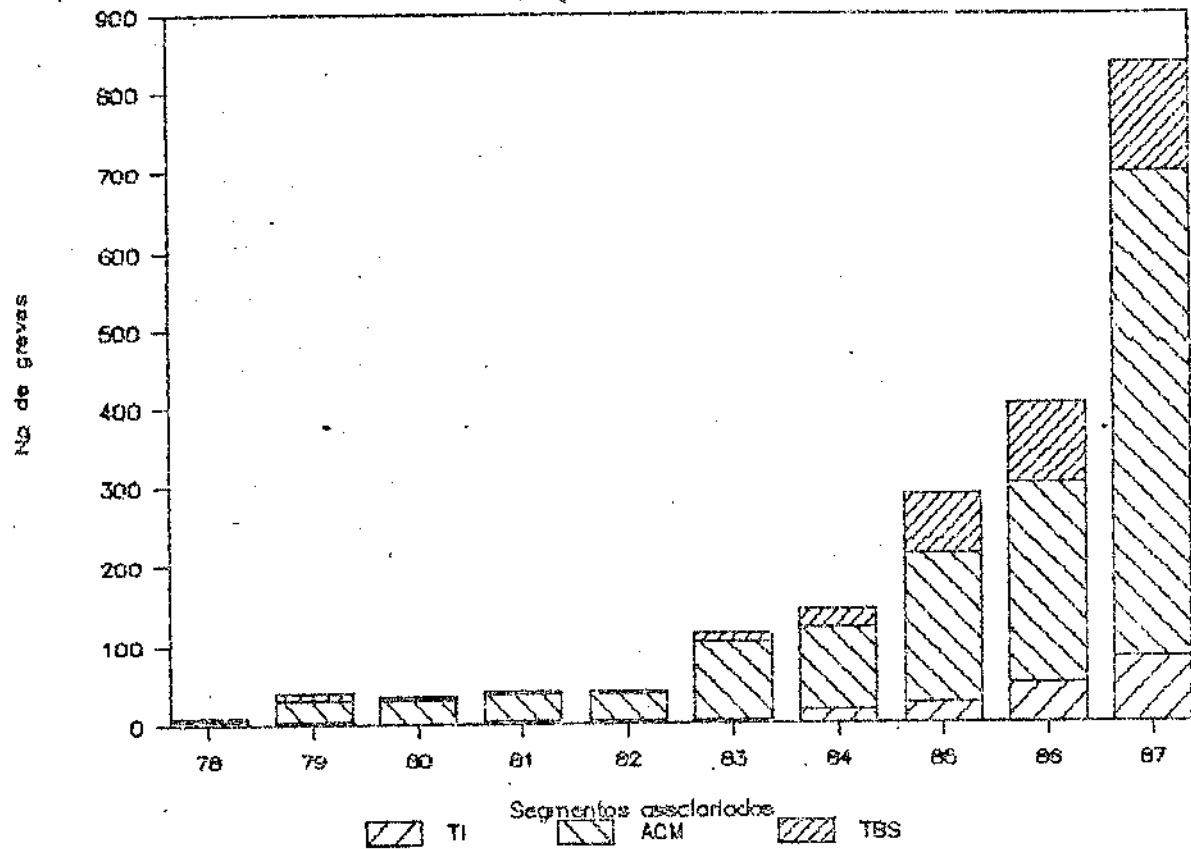
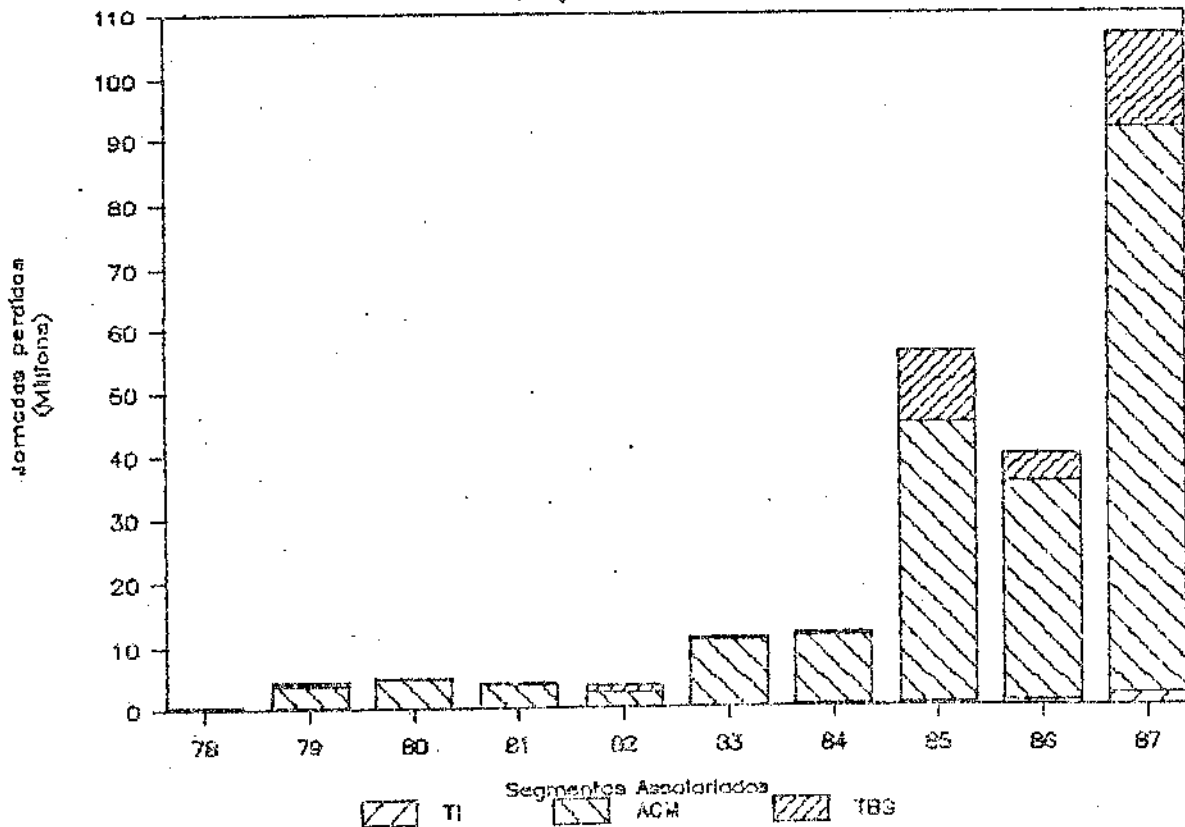


GRÁFICO 11

JORNADAS POR SEGMENTOS DO SETOR PUBLICO

Brasil, região urbana, 1978-87



GREVISTAS P./ SEGMENTOS DO SETOR PÚBLICO

Brasil, região urbana, 1978-87.

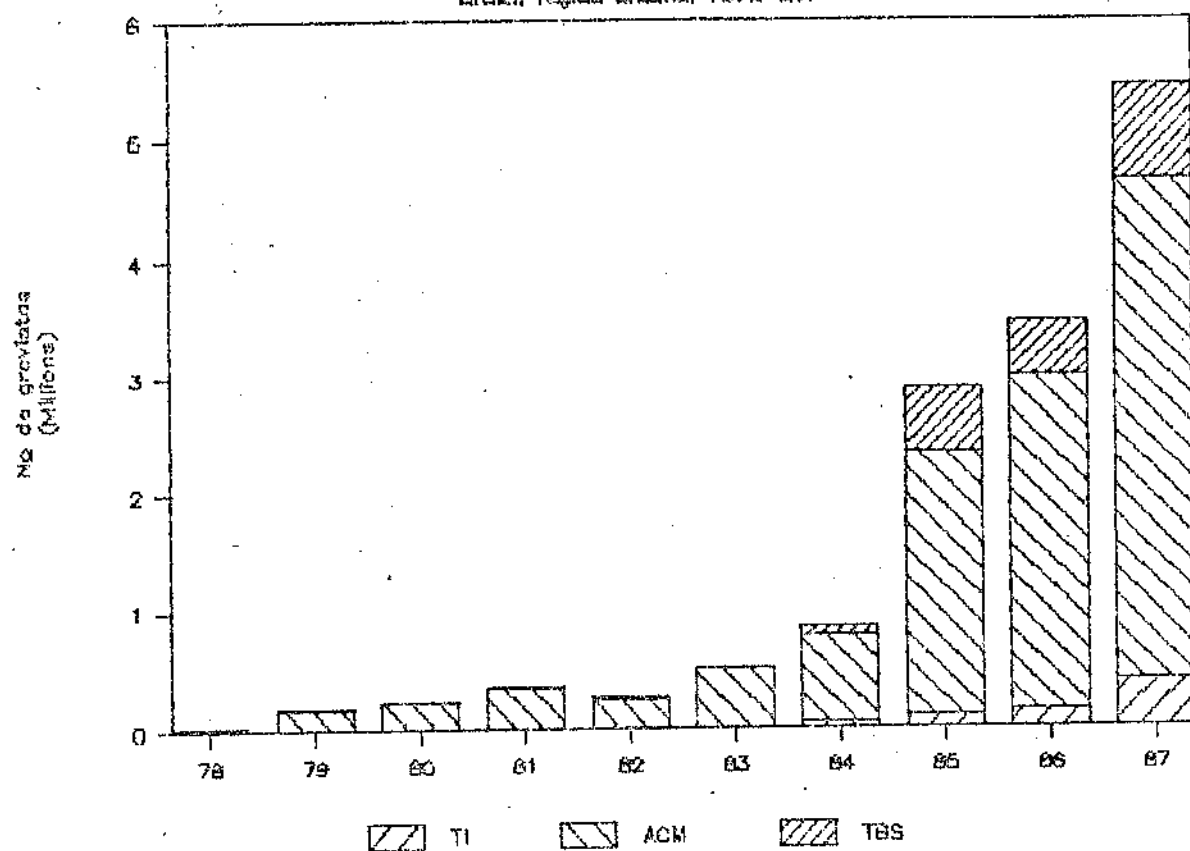


GRÁFICO 13

GREVES DO S.PUBL. POR NIVEIS DE GOVERNO

Brasil, regiões urbanas, 1978-87.

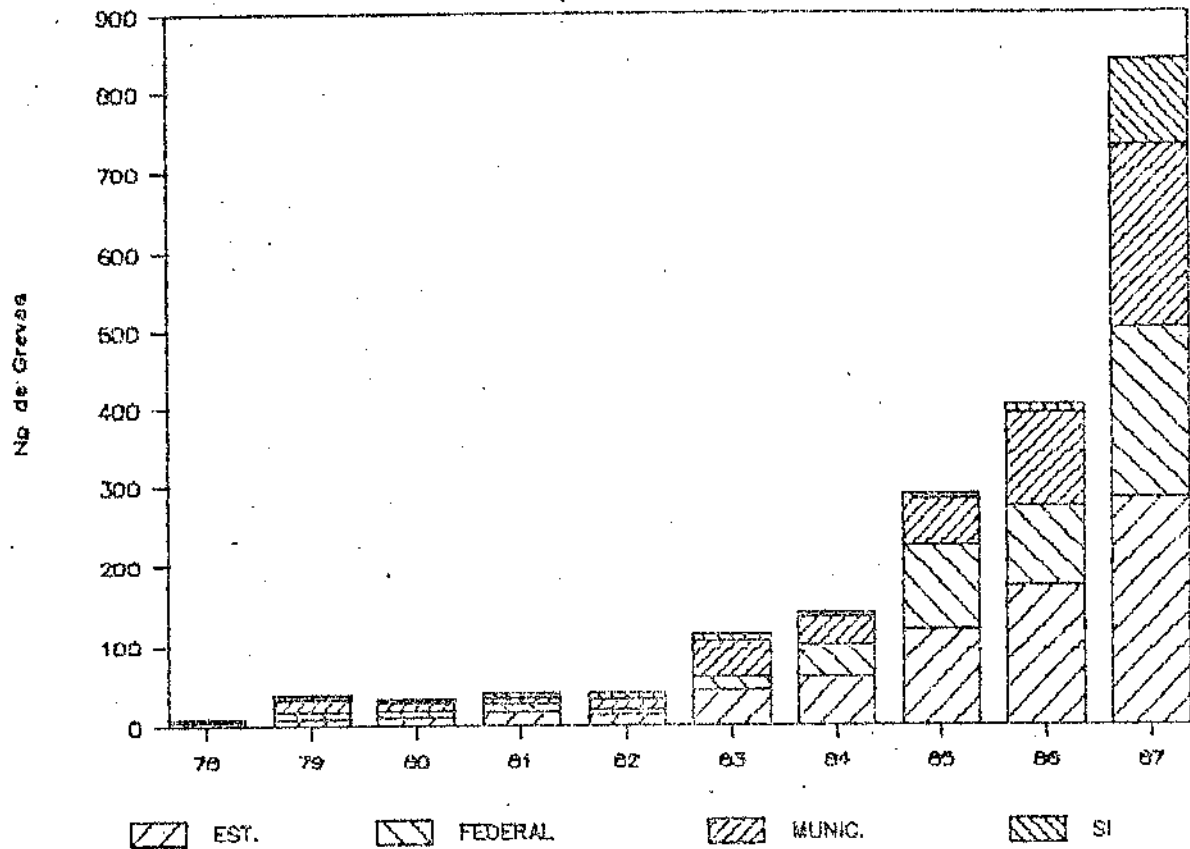


GRÁFICO 14

JORNADAS DO S.PUBL. P/ NIVEIS DE GOVERN

Brasil, regiões urbanas, 1978-87.

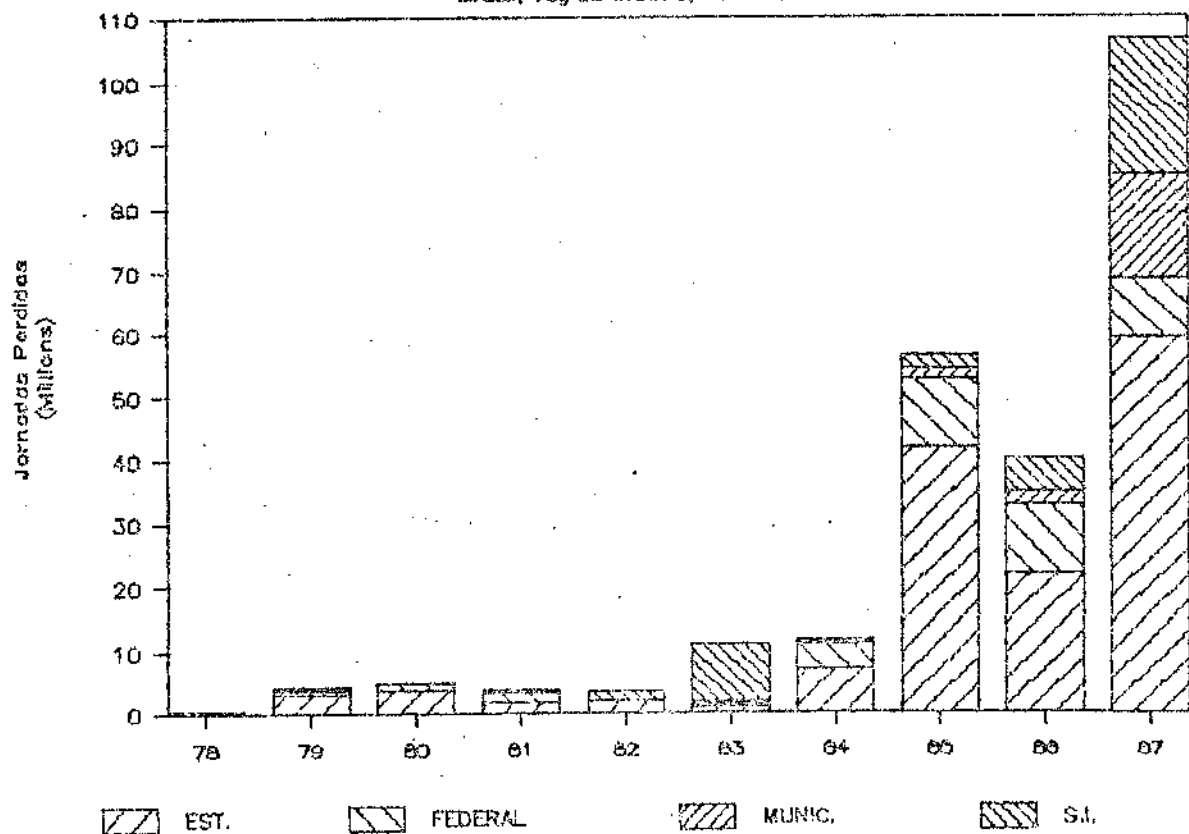


GRÁFICO 15

GREVES DO S.PUBL. POR TIPO DE ADMINIST.

Brasil, região urbana, 1978-87.

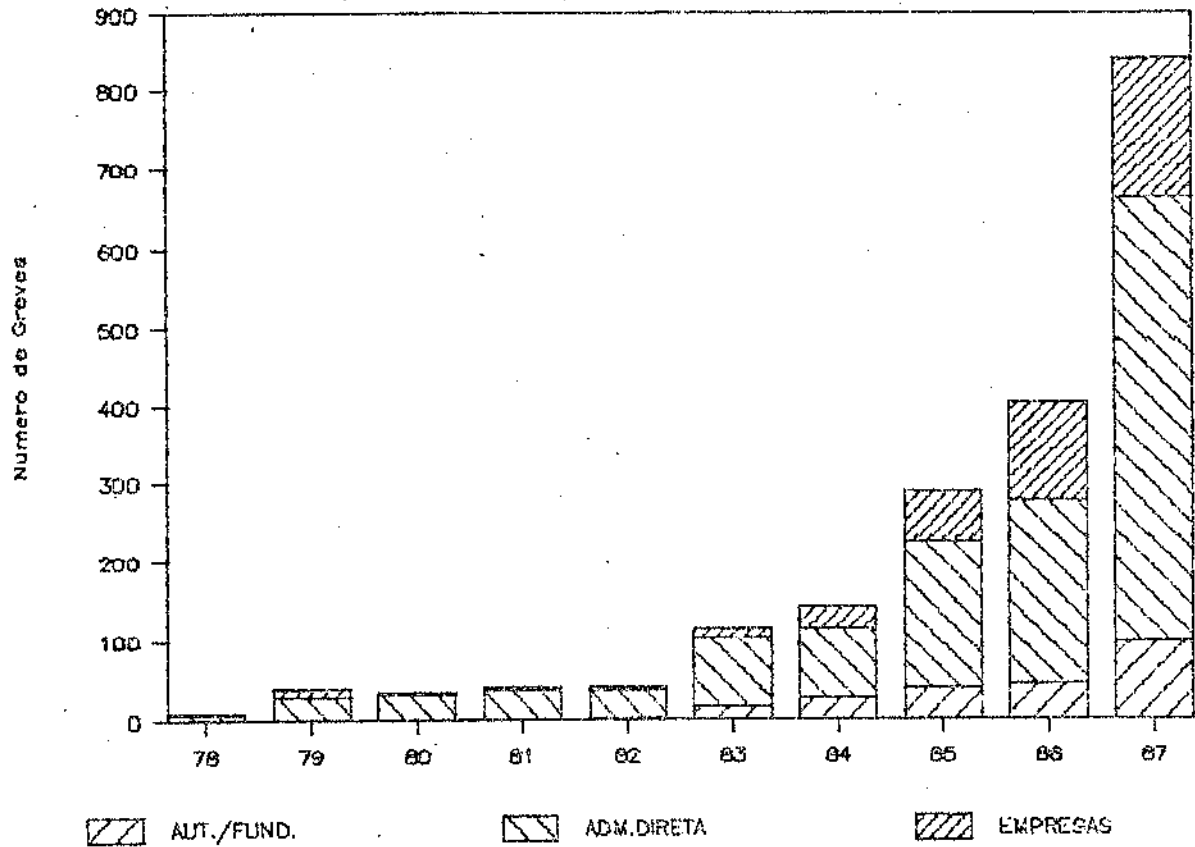


GRÁFICO 16

JORNADAS DO S.PUBL. P/ TIPO DE ADMINIST

Brasil, região urbana, 1978-87.

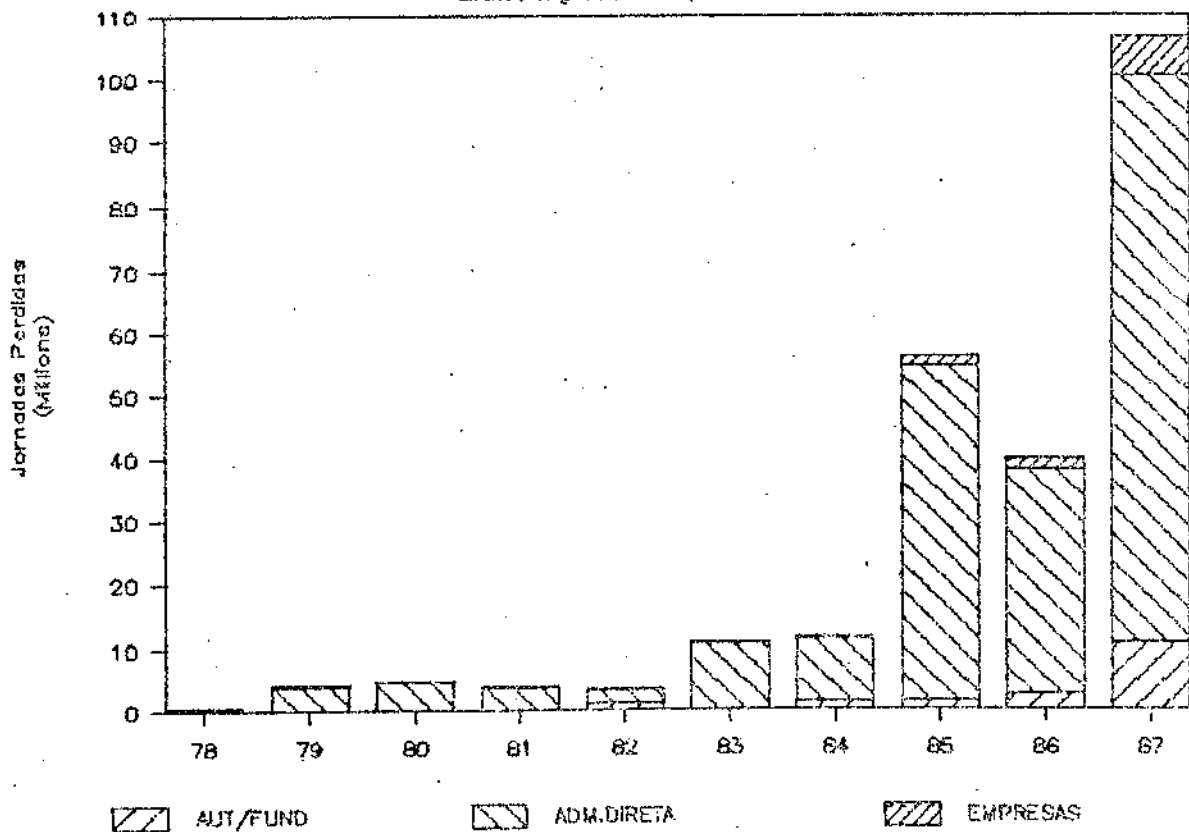


GRÁFICO 17

GREVES DO SETOR PRIVADO INDUSTRIAL

Brasil, região urbana, 1978-87.

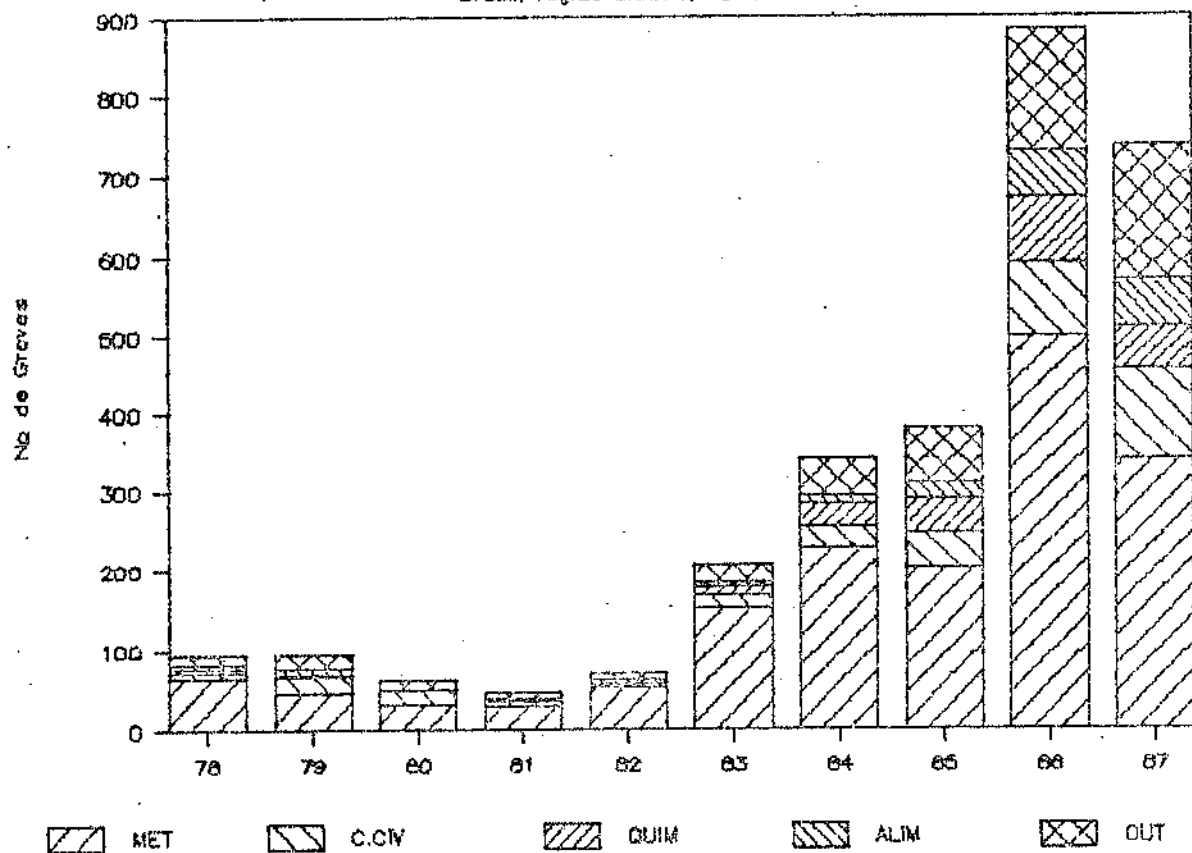


GRÁFICO 18

JORNADAS DO SETOR INDUSTRIAL PRIVADO

Brasil, região urbana, 1978-87.

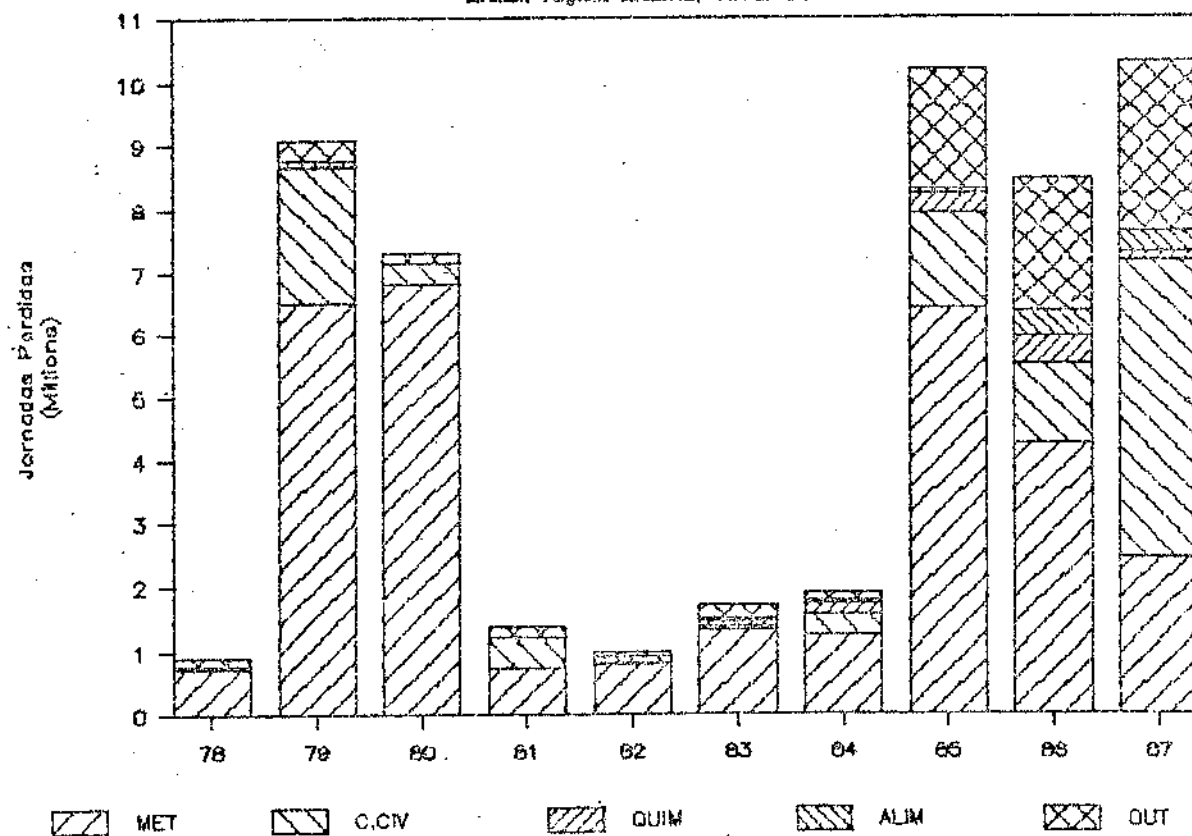


GRÁFICO 19

JORNADAS PERDIDAS POR 100.000 TRAB

MEDIA ANUAL DO PERIODO: 1976/87.

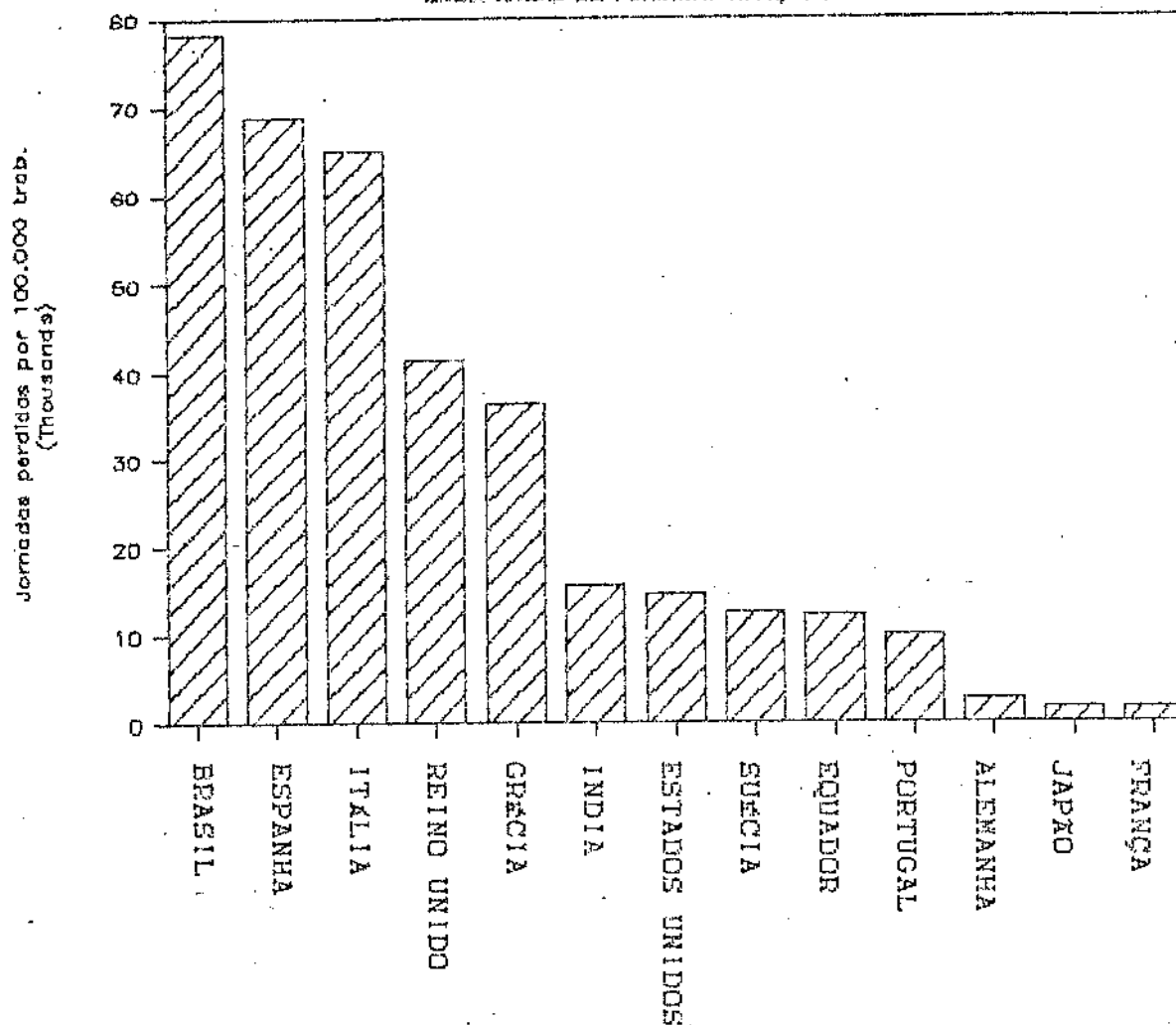


GRÁFICO 20

JORNADAS PERDIDAS POR 1000 TRAB.

BRASIL E ESPANHA - 1978-87

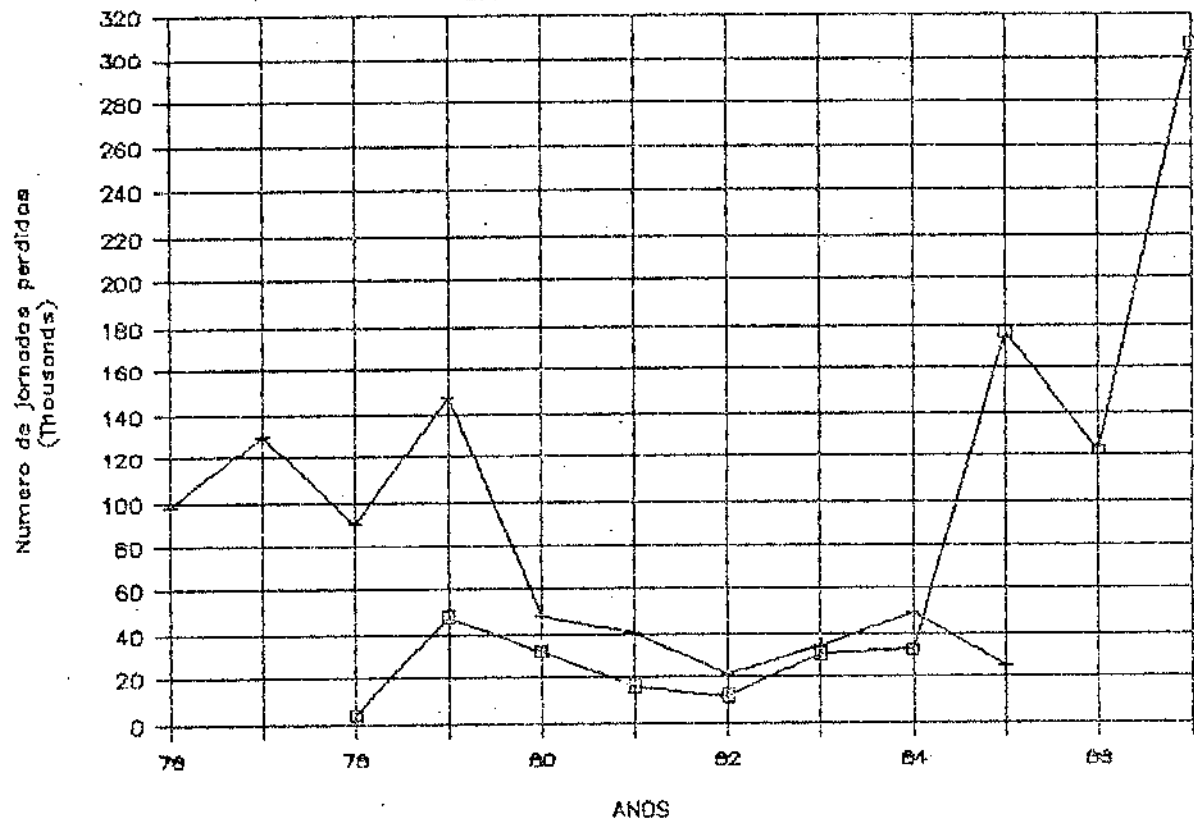


GRÁFICO 21

MEDIA DE DIAS PARADOS POR GRDES SETORES

Brasil, região urbana, 1978-87.

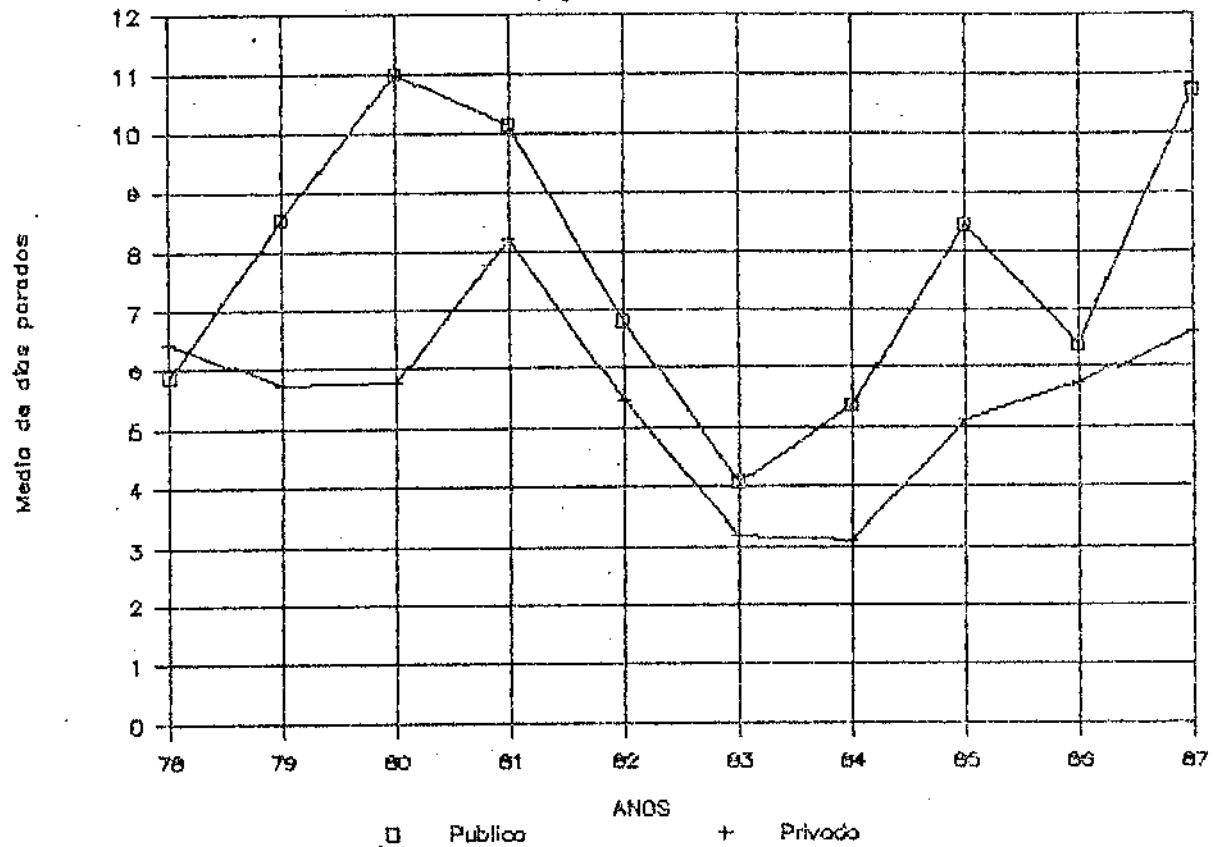


GRÁFICO 22

MEDIA DE GREVISTAS POR GRANDES SETORES.

Brasil, região urbana, 1978-87.

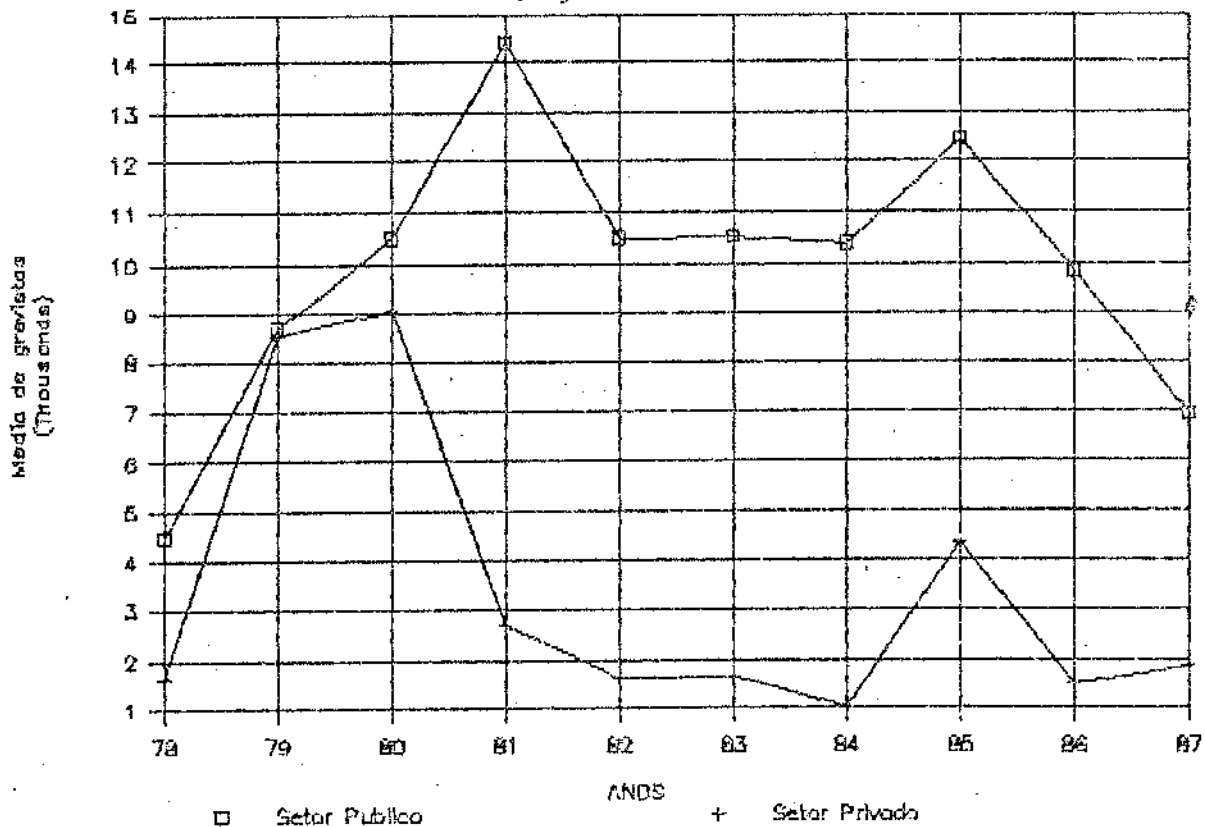


GRÁFICO 23

MEDIA DIAS PARADOS POR ESFERAS DE GOV.

Brasil, região urbana, 1978-87.

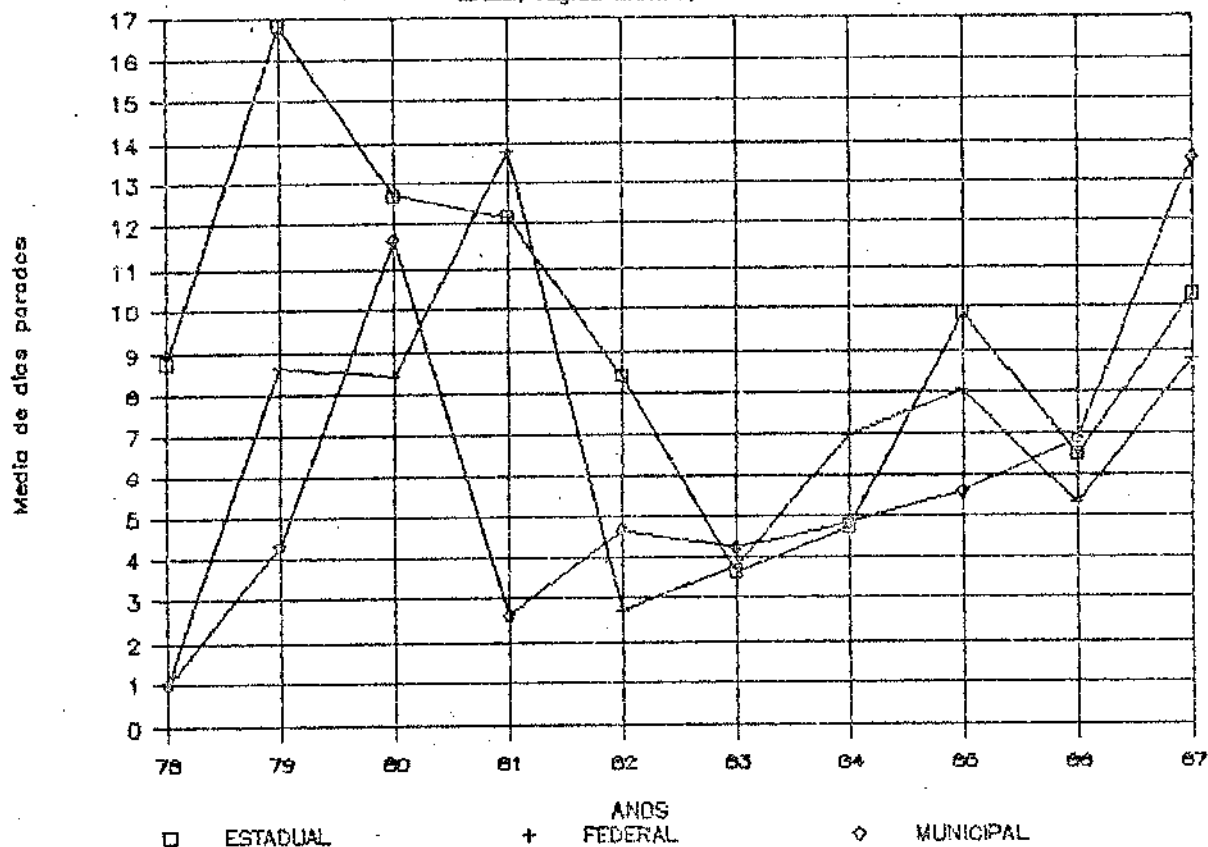


GRÁFICO 24

MEDIA DE GREVISTAS POR ESFERAS DE GOV.

Brasil, região urbana, 1978-87.

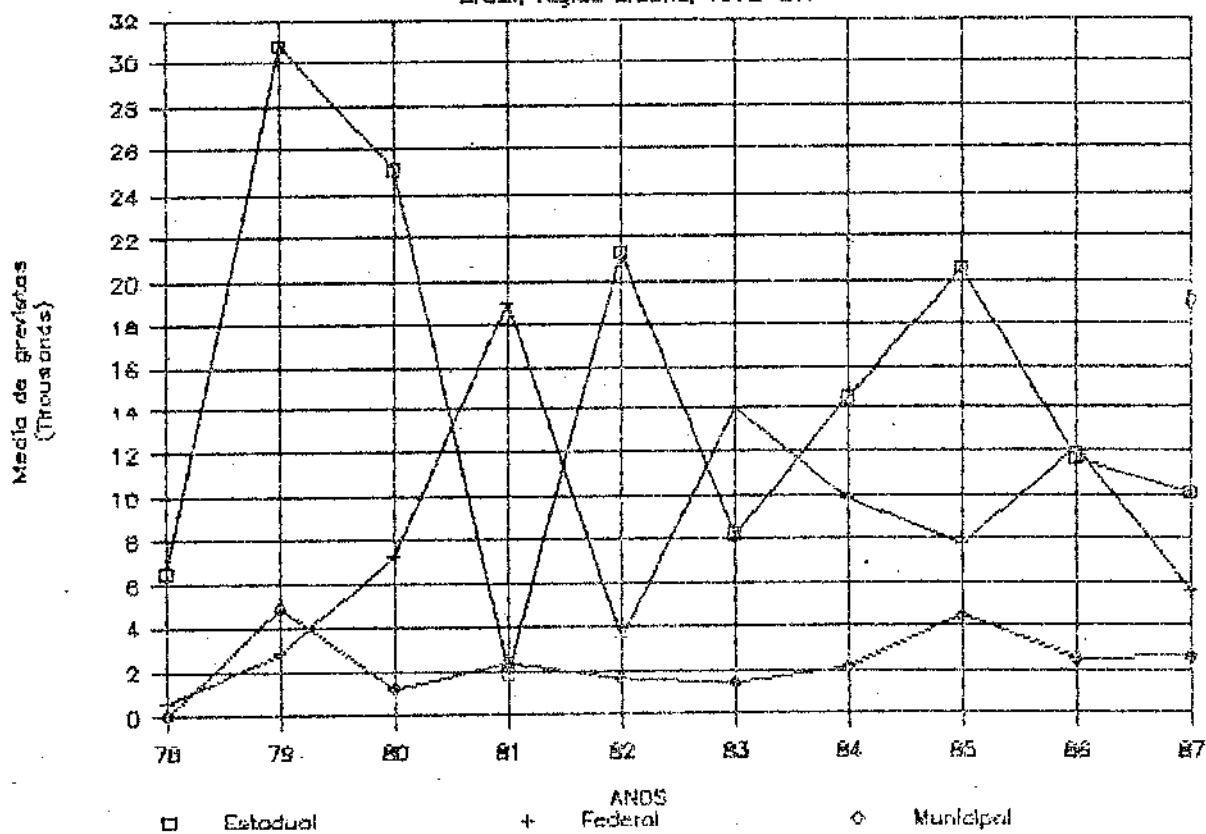


GRÁFICO 25

MEDIA DE DIAS PARADOS — METALURGICOS

ABC E MUNIC. DE SÃO PAULO, 1978-87.

MEDIAS DE DIAS PARADOS

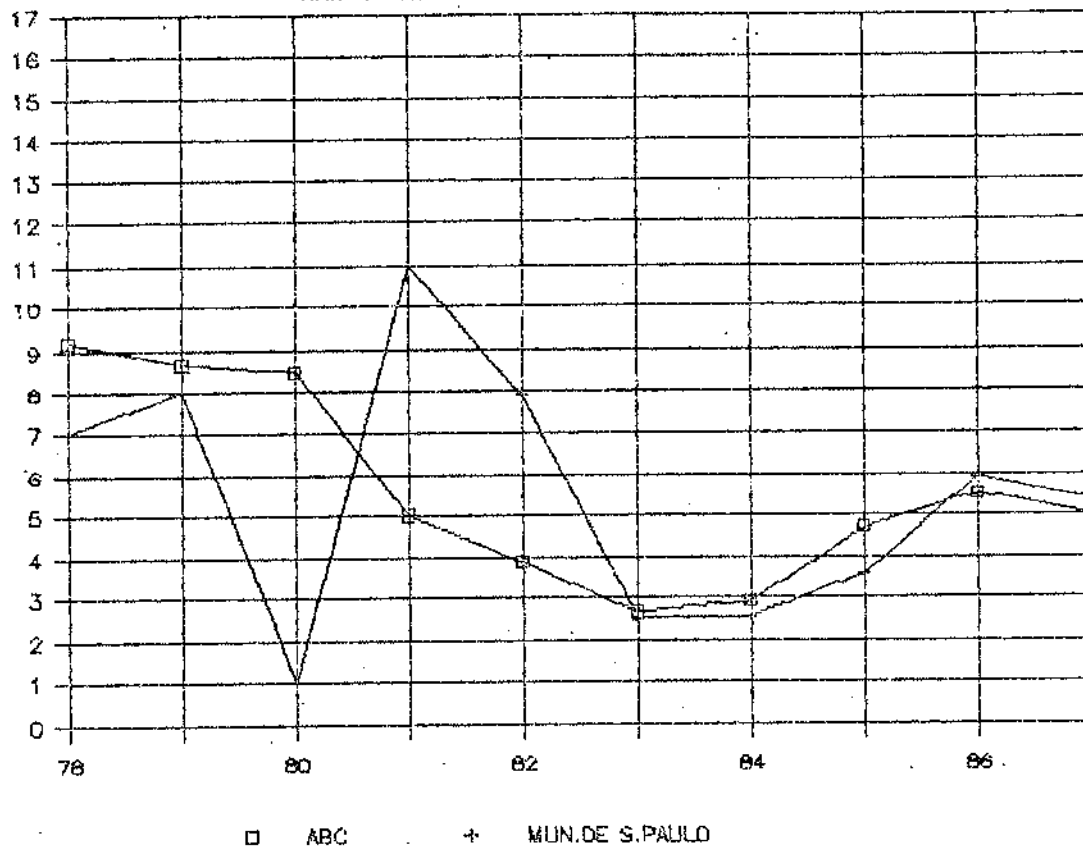


GRÁFICO 26

MEDIA DE DIAS PARADOS — METALURGICOS

ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL, 1978-87.

MEDIAS DE DIAS PARADOS

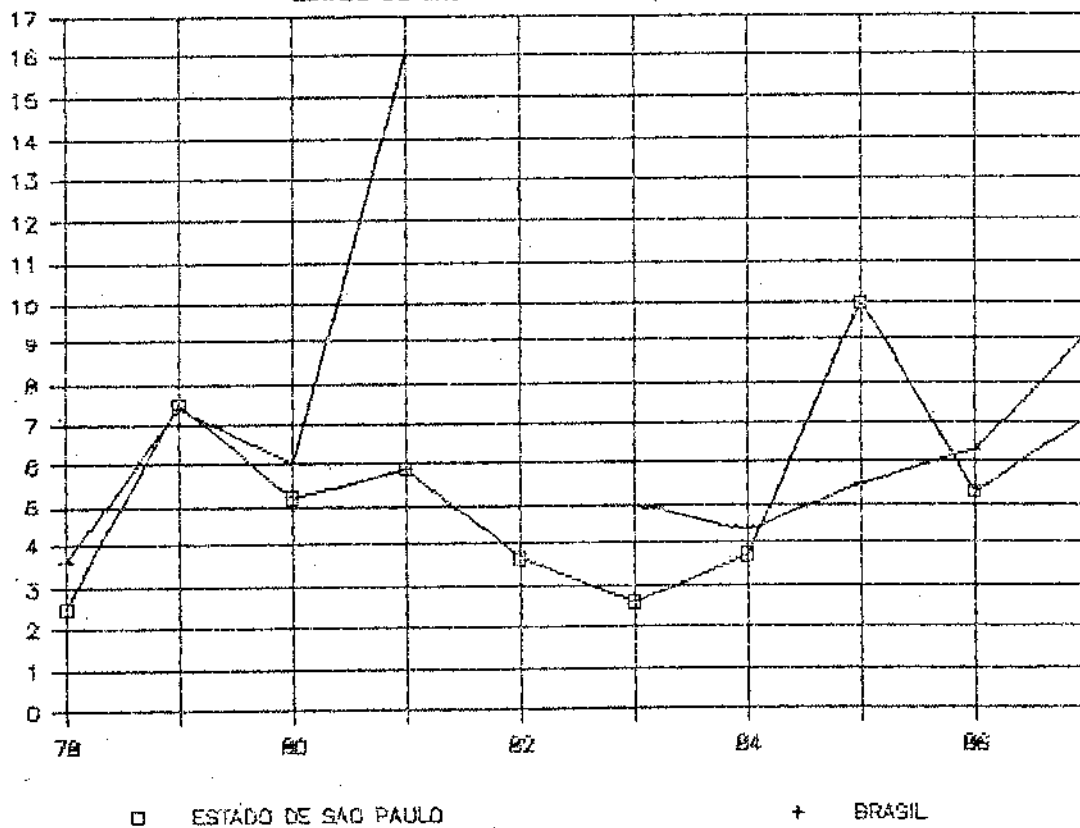


GRÁFICO 27

GREVES POR SETOR E SEGMENTOS ASSAL.

Brasil, região urbana, 1978/87.

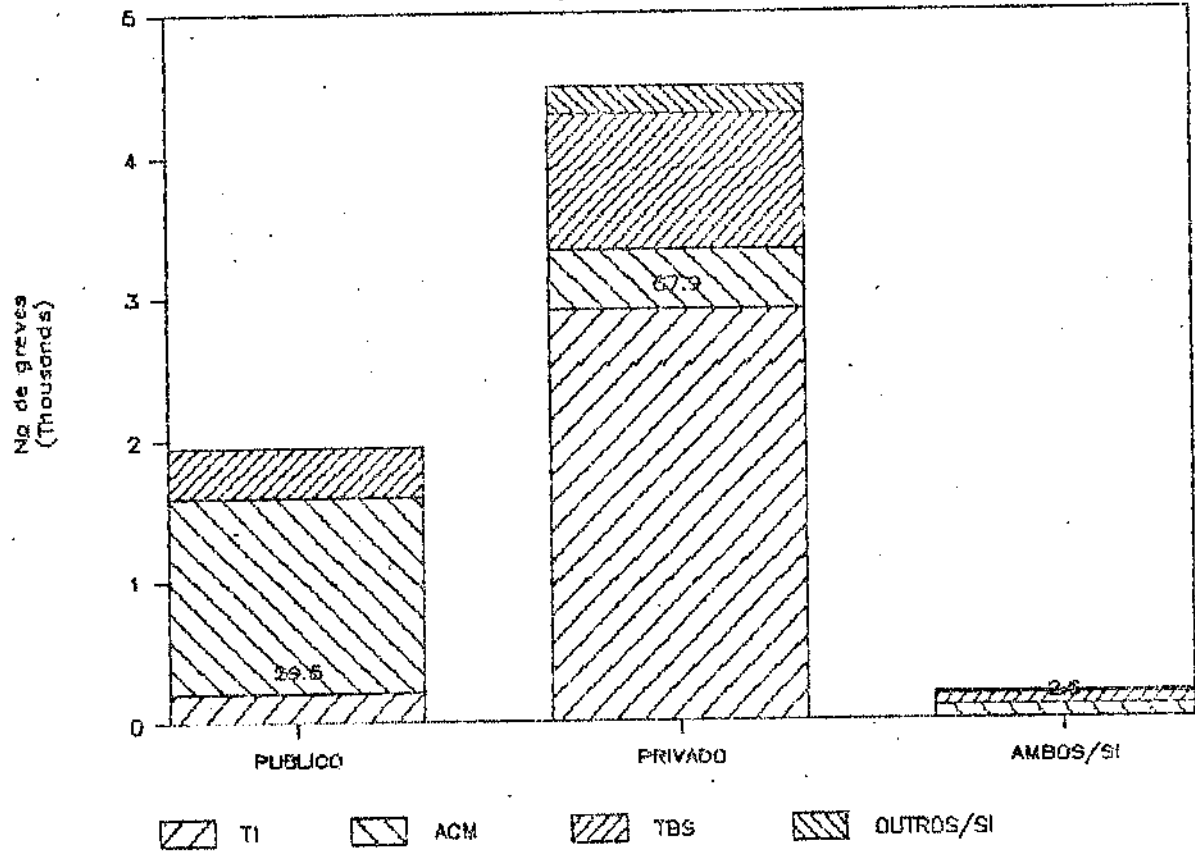


GRÁFICO 28

JORNADAS POR SETOR E SEGMENTOS ASSAL.

Brasil, região urbana, 1978/87.

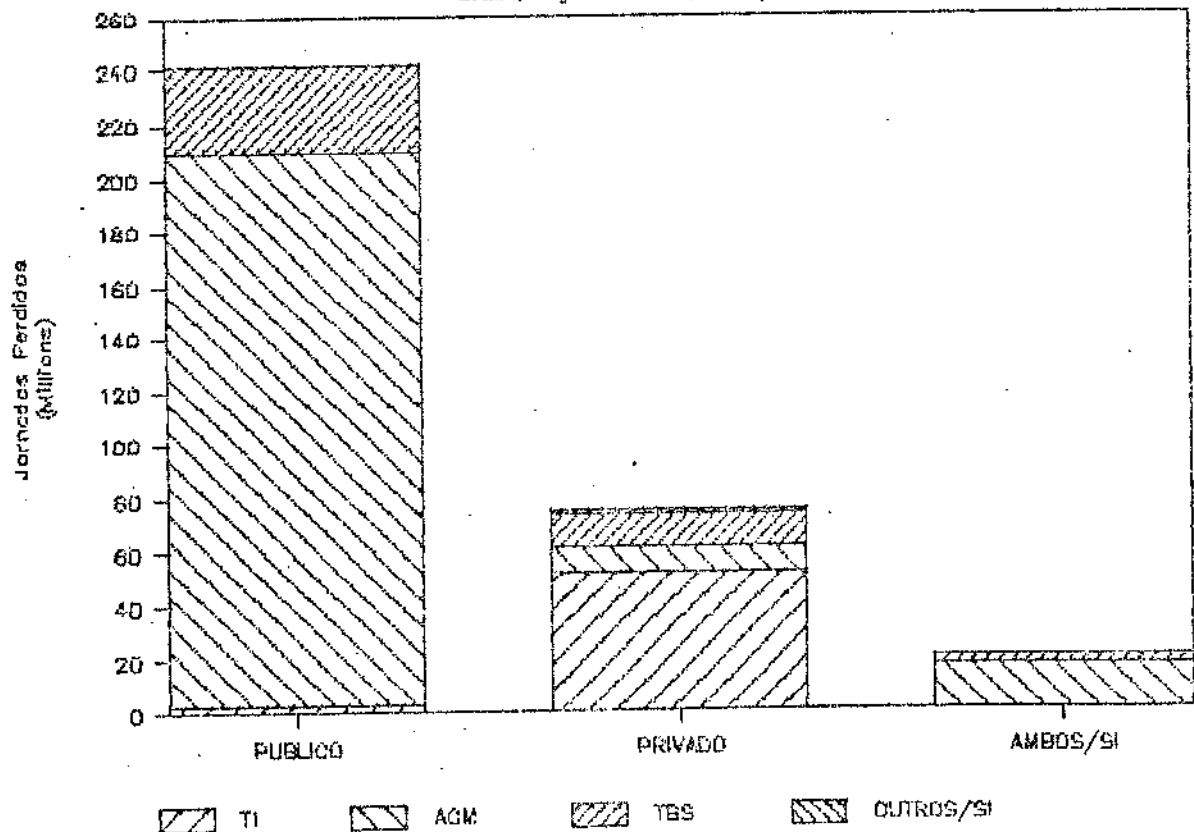


GRÁFICO 29

GREVISTAS POR SETOR E SEGMENTOS ASSAL.

Brasil, região urbana, 1978/87

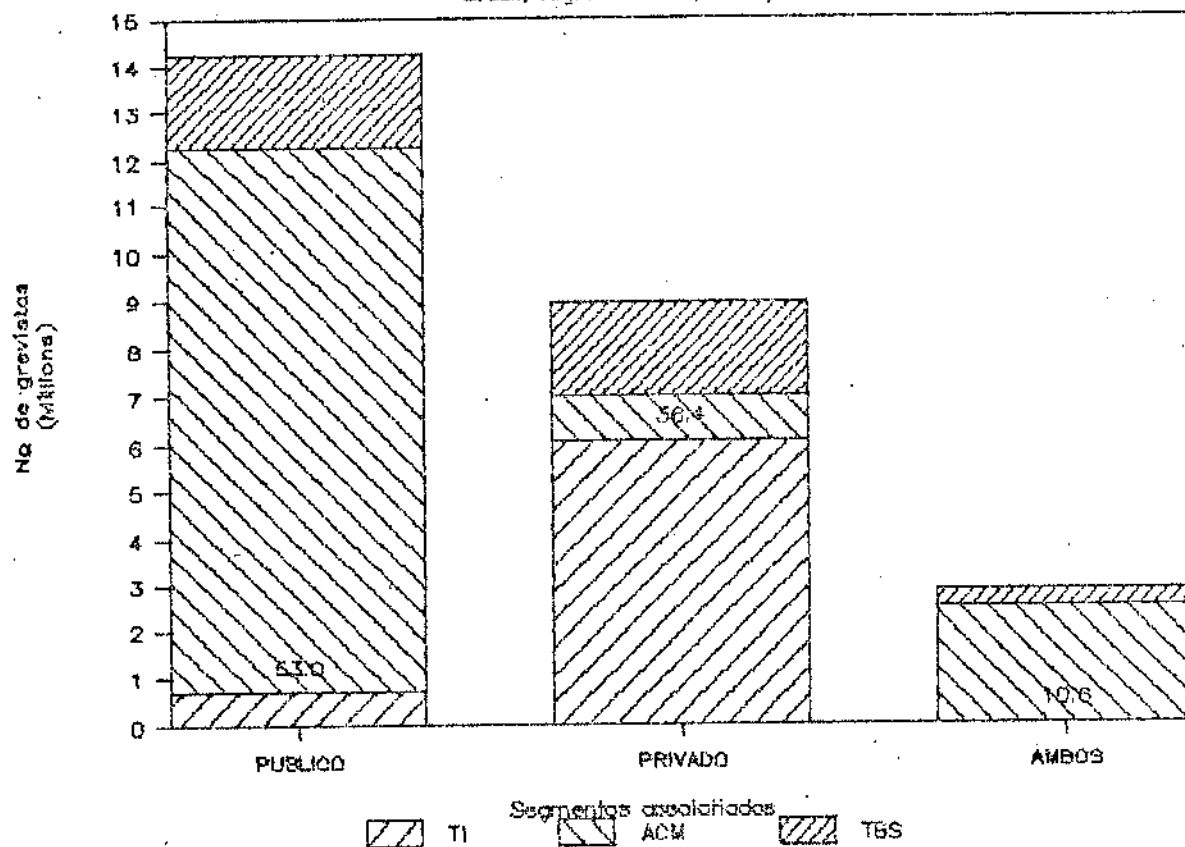


GRÁFICO 30
 GREVES DO S.PUBL. POR NIVEIS DE GOVERNO
 Brasil, região urbana, 1978/87.
 SEM INFORMAÇÃO (7.9%)

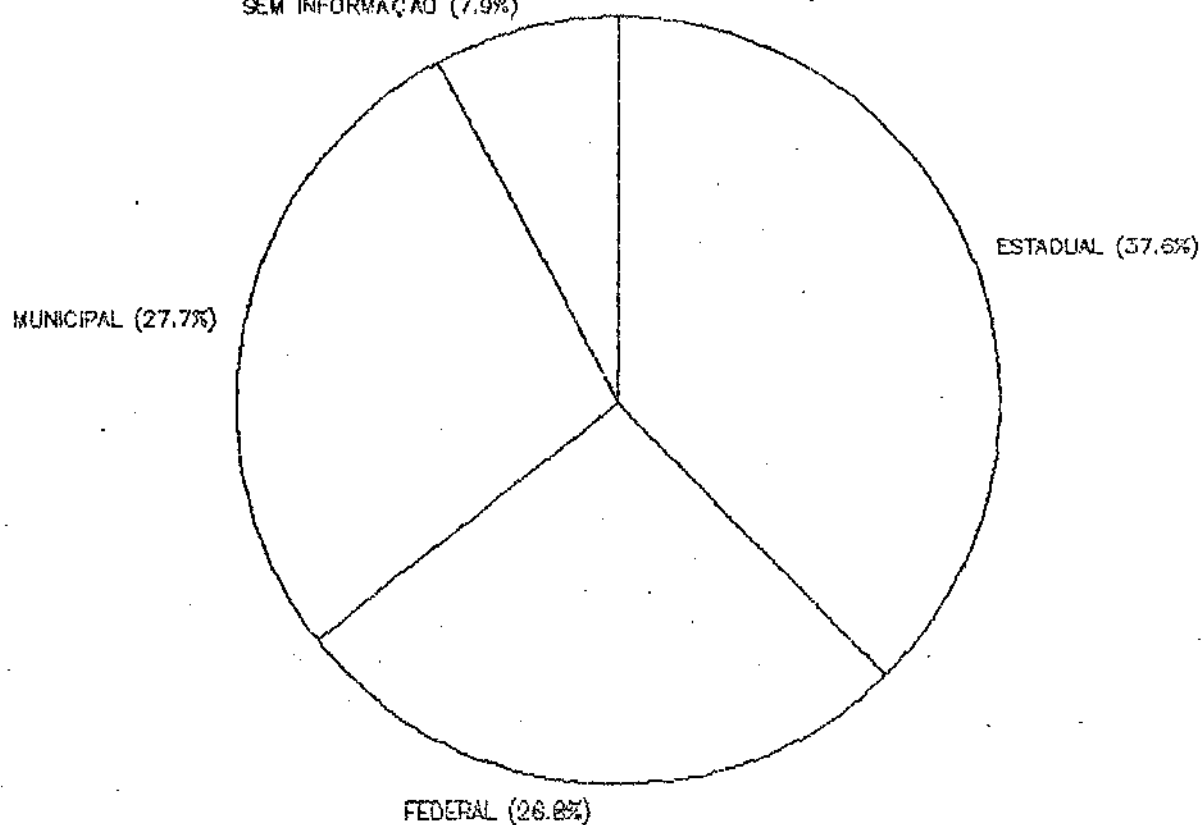


GRÁFICO 31
 JORNADAS DO S.PUBL. POR NIVEIS DE GOV.
 Brasil, região urbana, 1978-87.

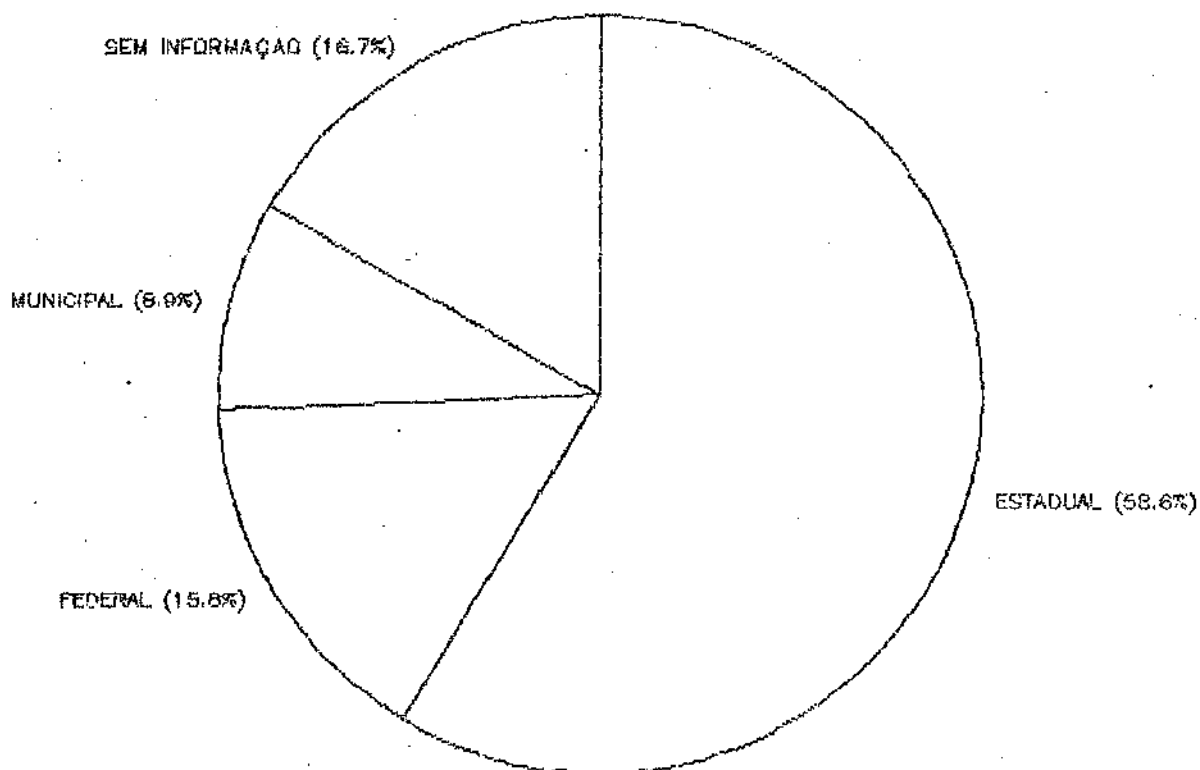


GRÁFICO 32

GREVES DO S.PUBL. POR TIPO DE ADMINIST.

Brasil, região urbana, 1978/87.

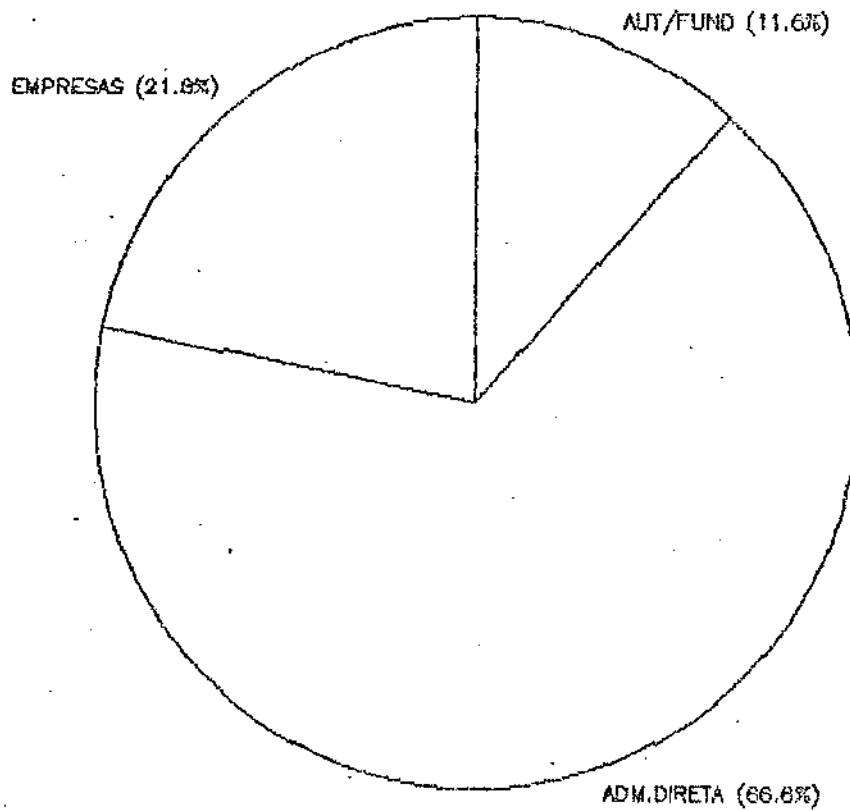
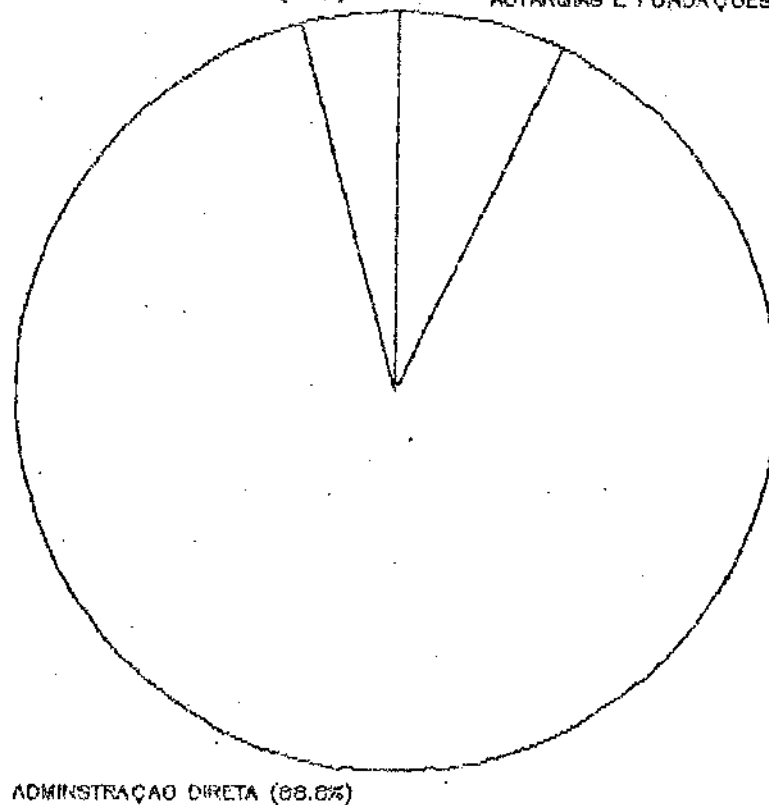


GRÁFICO 33

JORNADAS DO S.PUBL. P/ TIPO DE ADMINIST

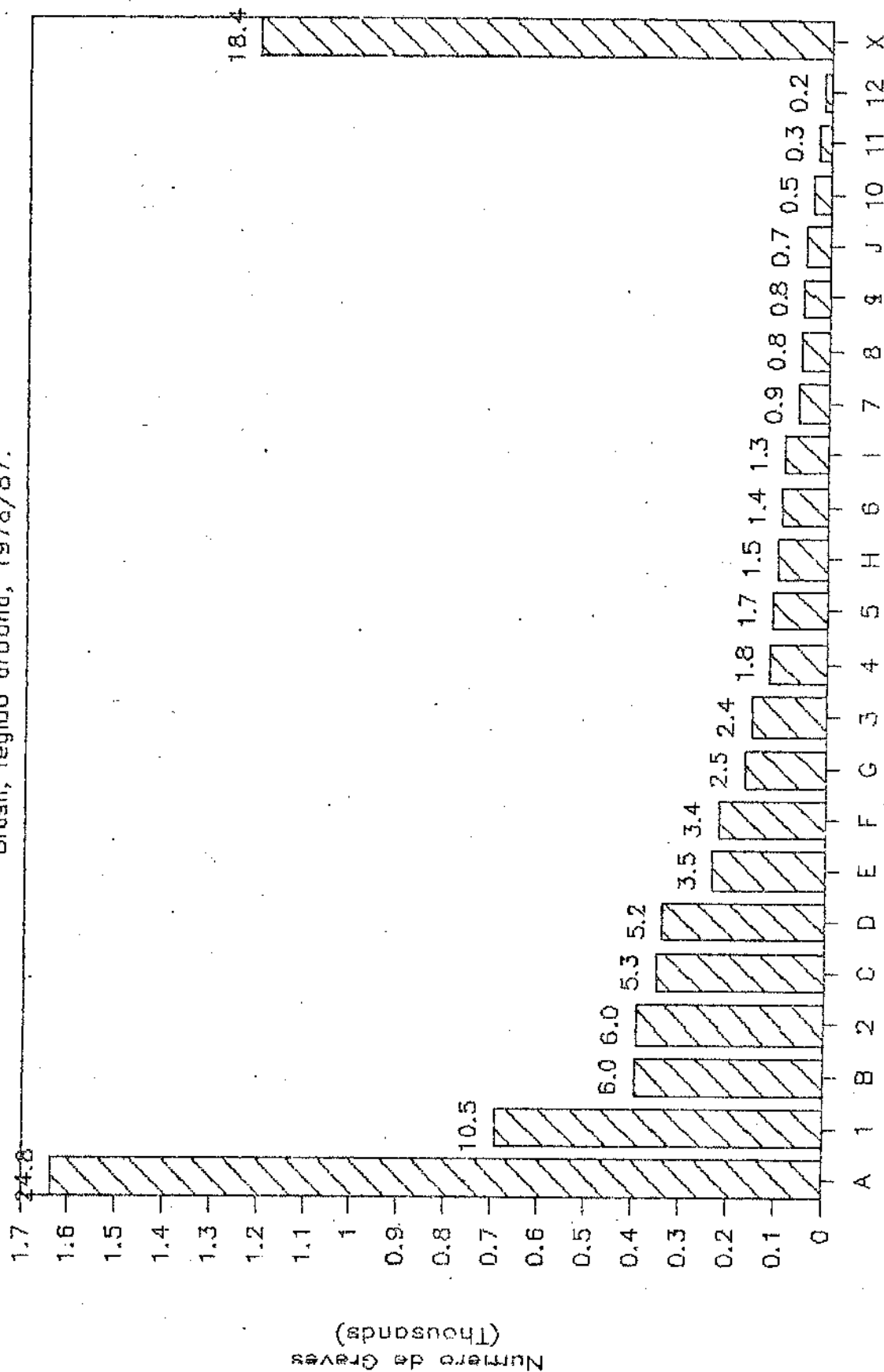
Brasil, região urbana, 1978/87.

EMPRESAS PÚBLICAS (4.1%) AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES (7.1%)



Nº DE GREVES DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS

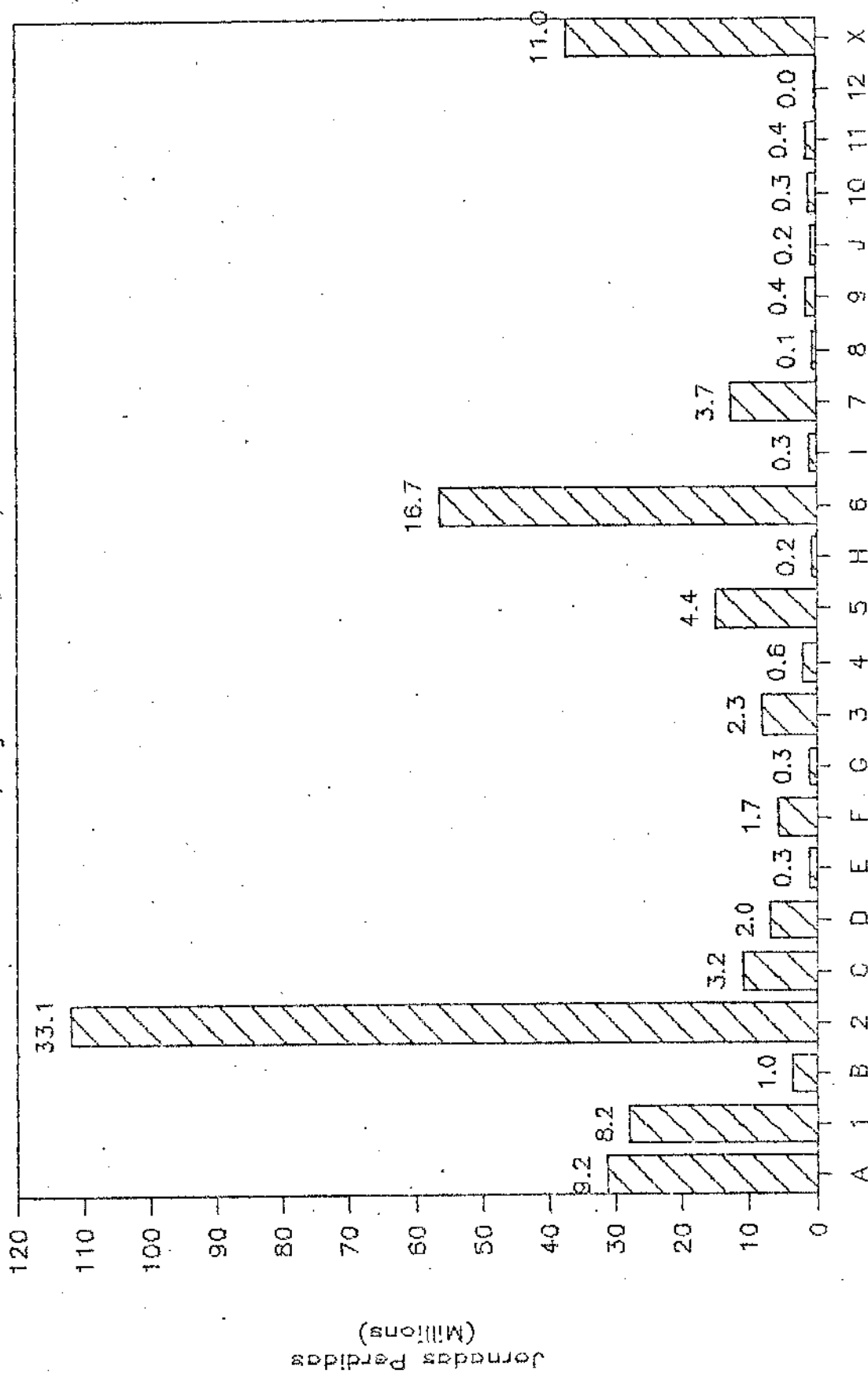
Brasil, região urbana, 1978/87.



TOTAL DE GREVES = 6593
VER LEGENDA ADIANTE

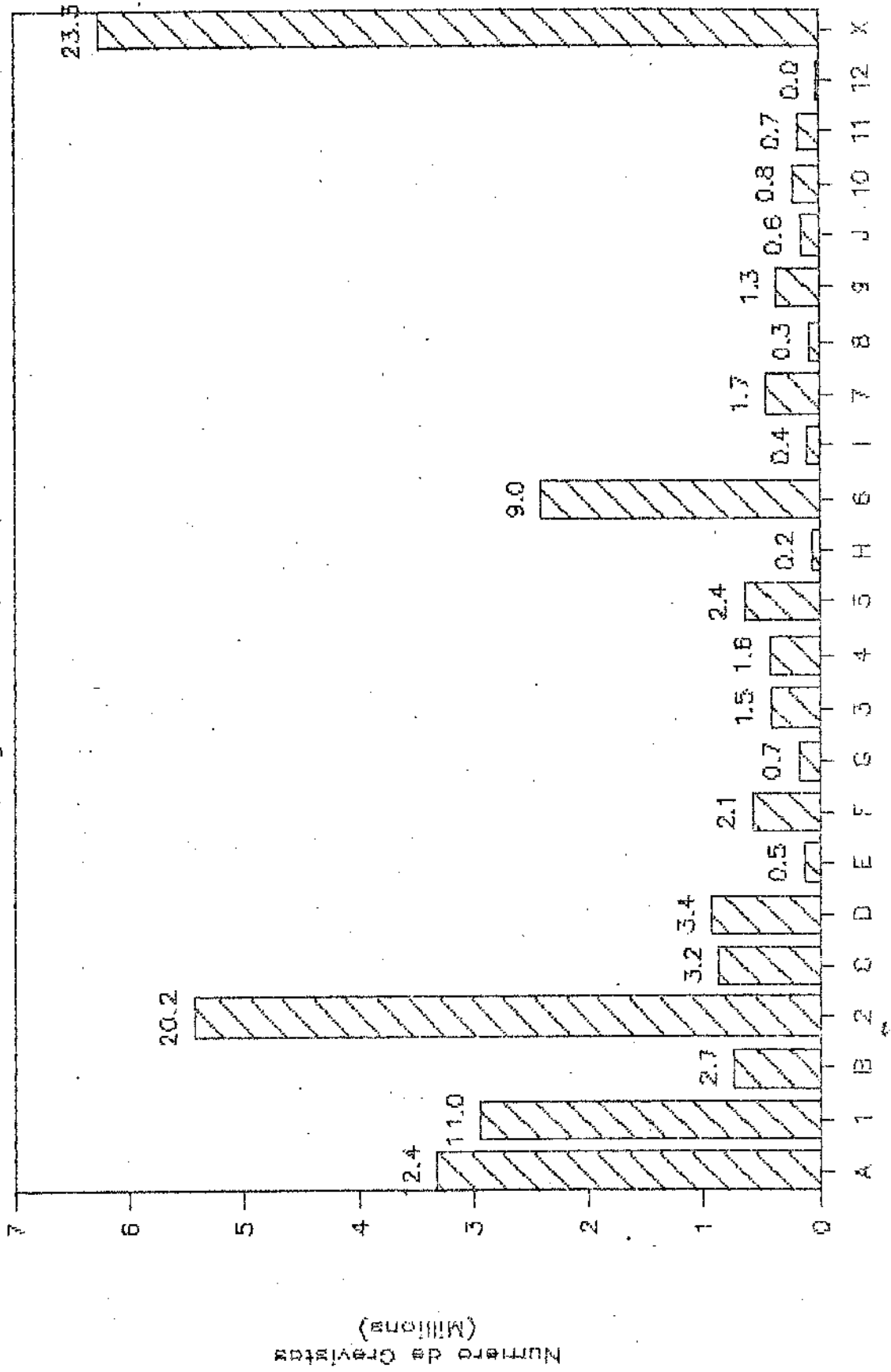
JORNADAS DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS

Brasil, região urbana, 1978/87.



N. DE GREVISTAS DAS PRINCIPAIS CATEGOR

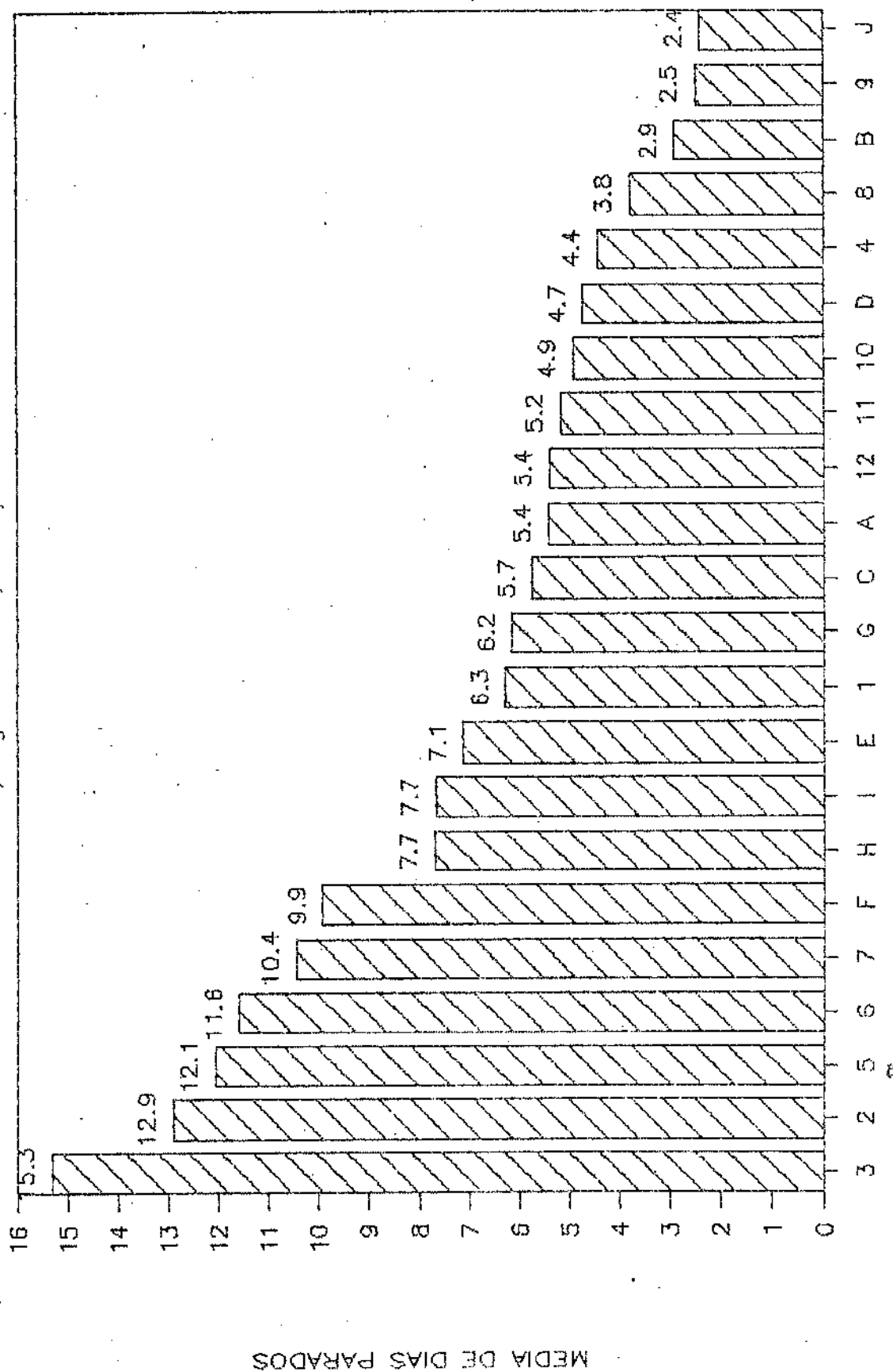
Brasil, região urbana, 1978/1987.



TOTAL DE GREVISTAS = 26,9 MILHOES
VER LEGENDA ADJACENTE

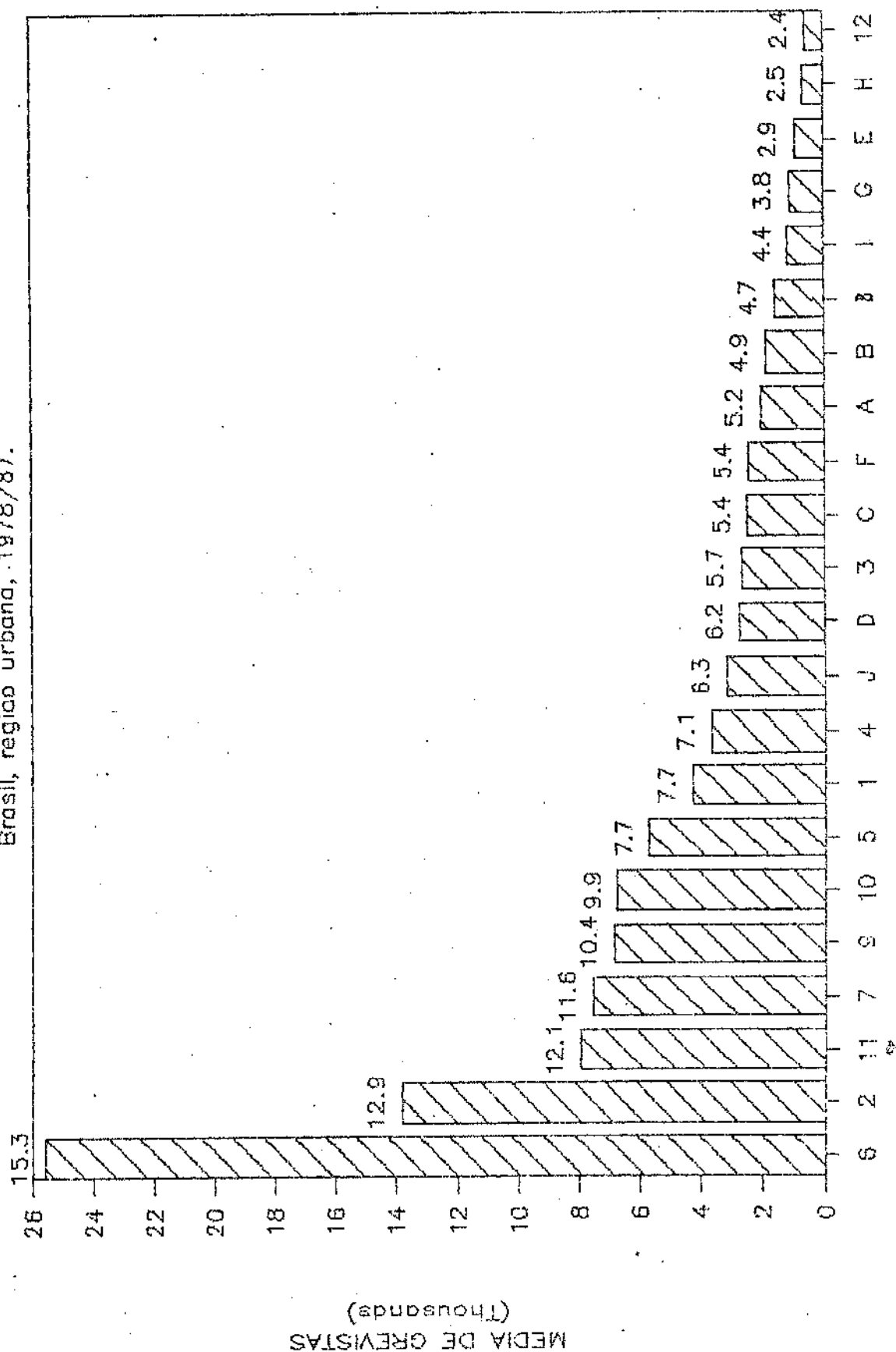
MÉDIA DE DIAS PARADOS DAS PRINC. CATEG.

Brasil, região urbana, 1978/87.


 VER LEGENDA ADIANTE

MEDIA GREVISTAS - PRINCIPAIS CATEGORIAS

Brasil, região urbana, 1978/87.



LEGENDA PARA OS GRAFICOS 34, 35, 36, 37 e 38.

Setores:	Categorias:
Privado Publico	
A	= metalurgicos
	1 = serv.publ.de ministerios, secret. etc (4)
B	= motoristas
	2 = professores de escolas e universidades (2)
C	= trabalhadores da construcao civil
D	= comerciarios (7)
E	= quimicos
F	= professores de escolas e universidades (2)
G	= alimentacao
	3 = medicos (6)
	4 = urbanitarios
	5 = funcionarios de estabelec. de saude (5)
II	= funcionarios de estabelec. de saude (5)
	6 = greve geral de servidores publicos (1)
I	= medicos
	7 = funcionarios de escolas e universidades (3)
	8 = comerciarios
	9 = bancarios
J	= bancarios
	10 = metalurgicos
	11 = correio
	12 = quimicos
X	= Sem informacao ou outras categorias dos setores publico ou privado

-
- (1) greves gerais dos servidores publicos municipais, estaduais ou federais
 (2) greves so de professores ou greves conjuntas de professores e funcionarios de escolas e universidades
 (3) greves so de funcionarios de escolas e universidades
 (4) greves localizadas de ministerios, secretarias, fundacoes, etc.
 (5) greves so de funcionarios de estabelecimentos de saude
 (6) greves so de medicos ou greves conjuntas de medicos e funcionarios de estabelecimentos de saude
 (7) exclui o setor saude

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

GRÁFICO 40

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

SEGUNDO GRANDES SETORES - 1978-87.

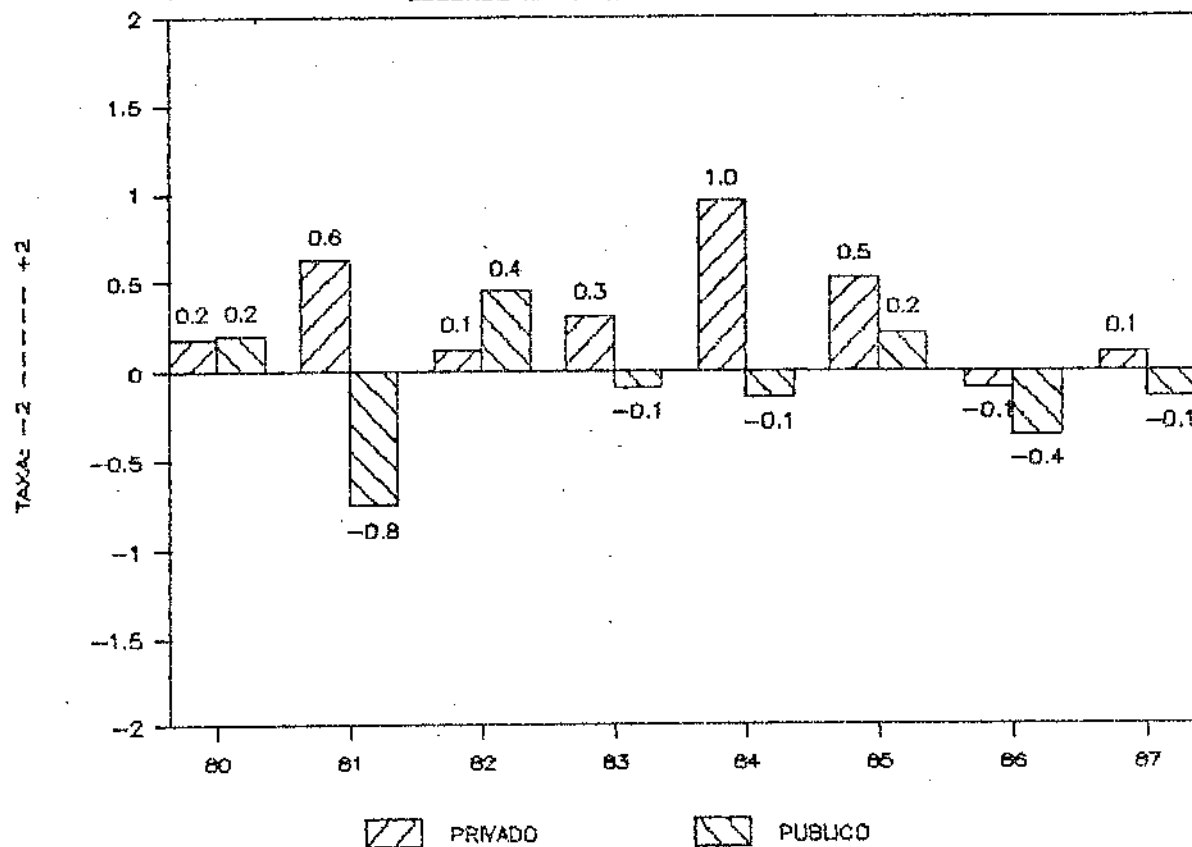


GRÁFICO 40 (A)

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

SEGUNDO GRANDES SETORES - 1978/87.

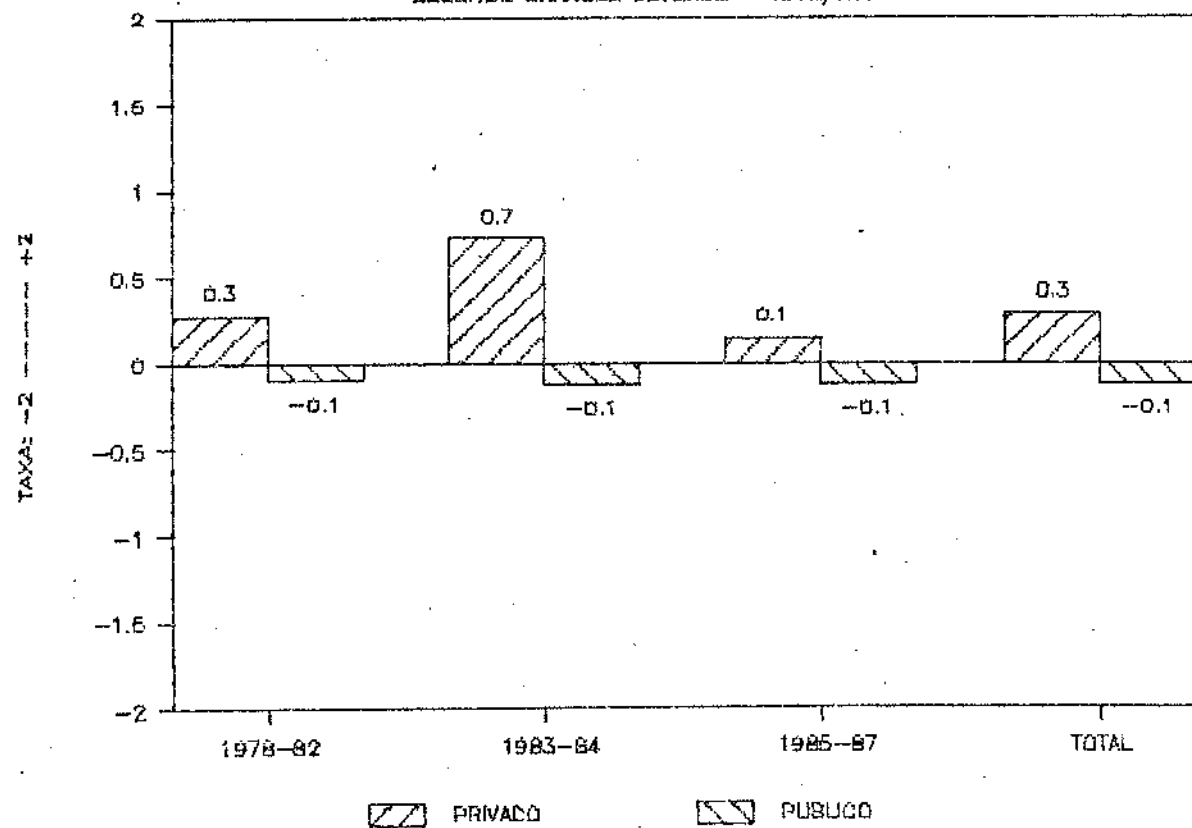


GRÁFICO 41

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

SEGUNDA ESFERAS DE GOVERNO - 1978-87.

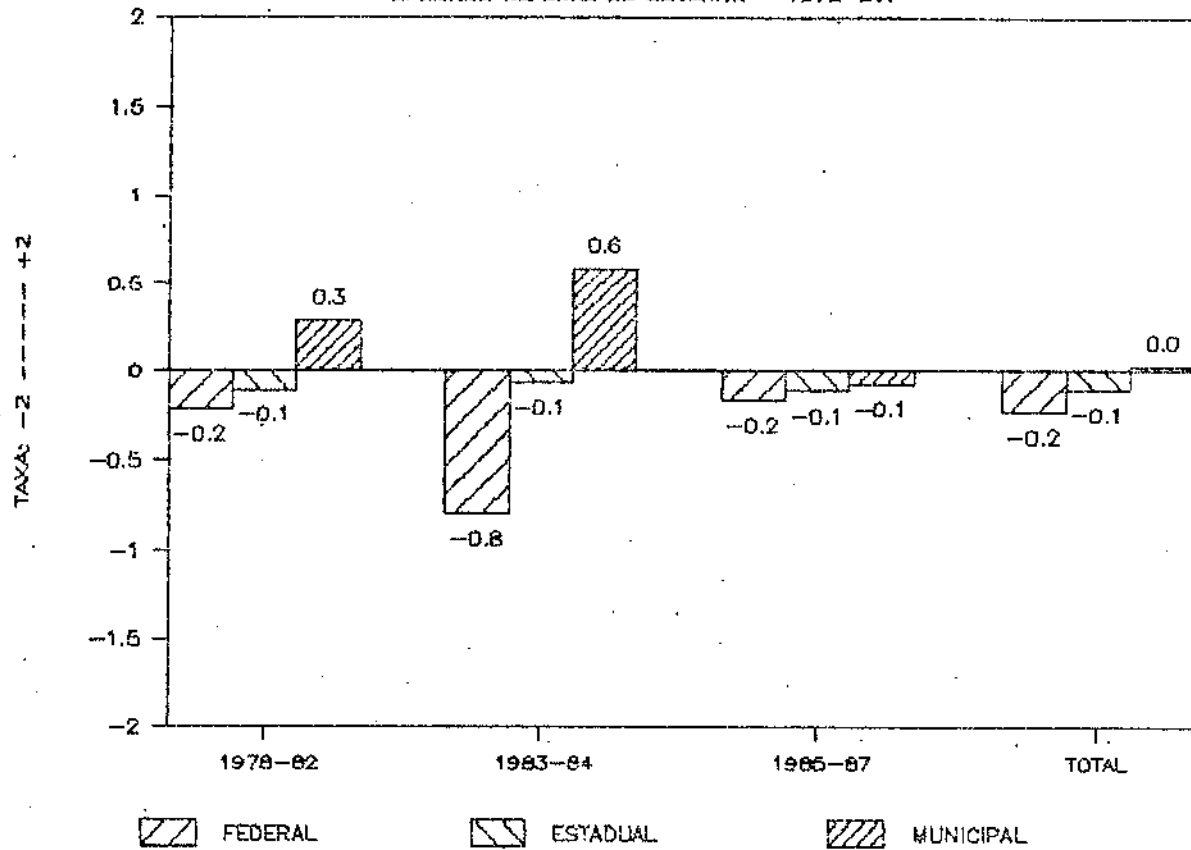


GRÁFICO 41 (A)

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

SEGUNDA ESFERAS DE GOVERNO - 1986-87.

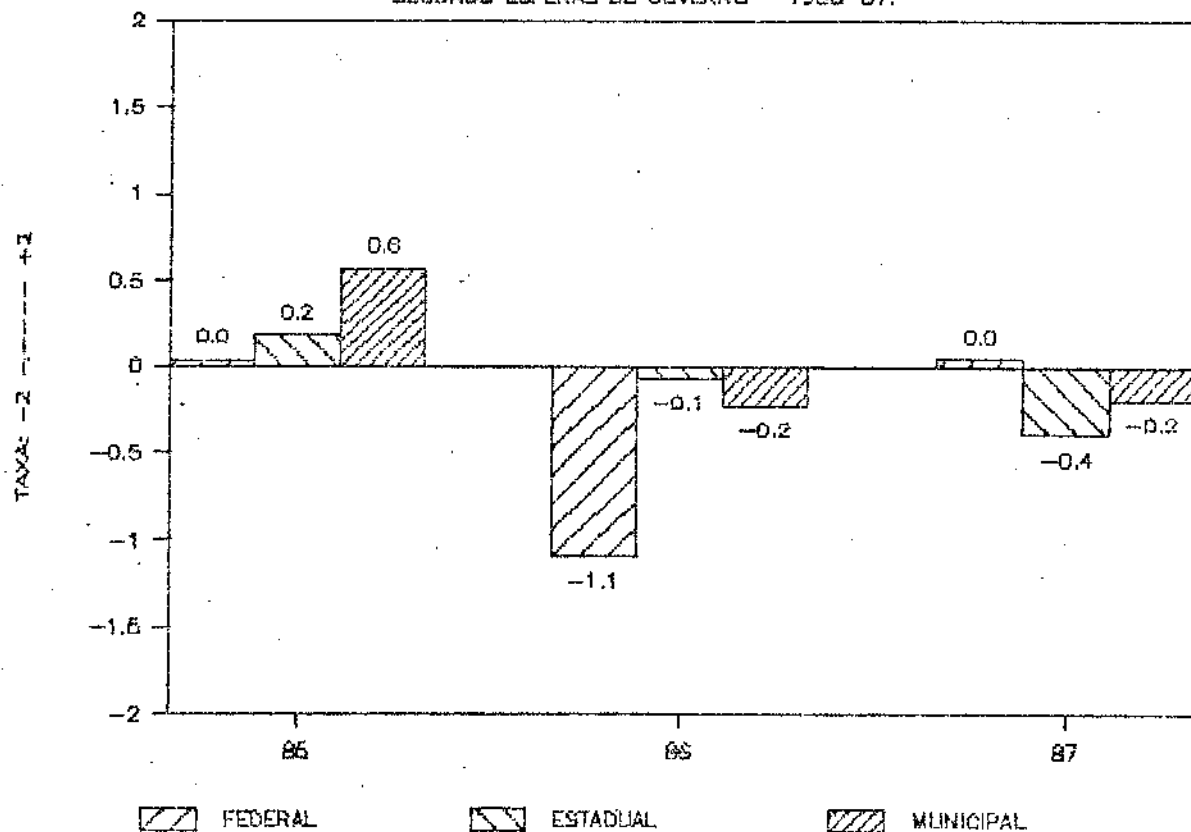


GRÁFICO 42

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

POR TIPOS DE ADMINISTRAÇÃO - 1978-87.

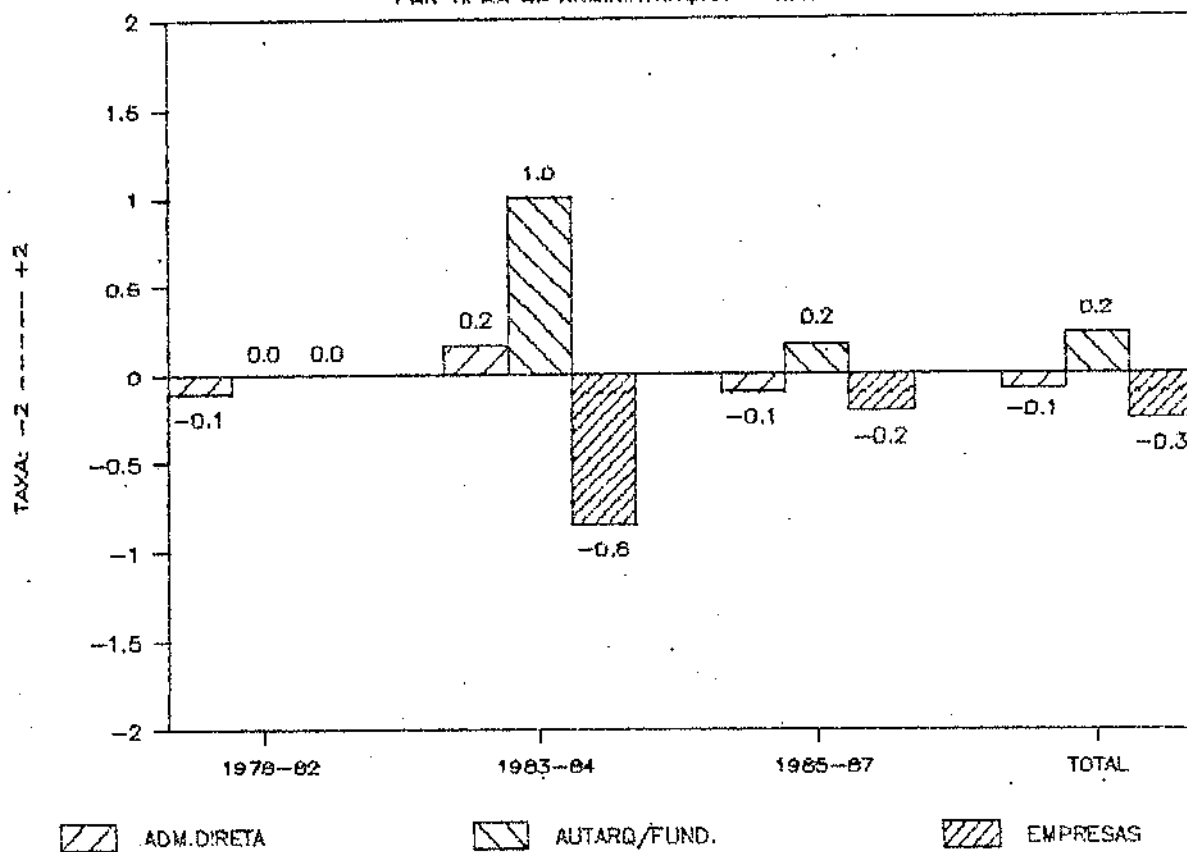
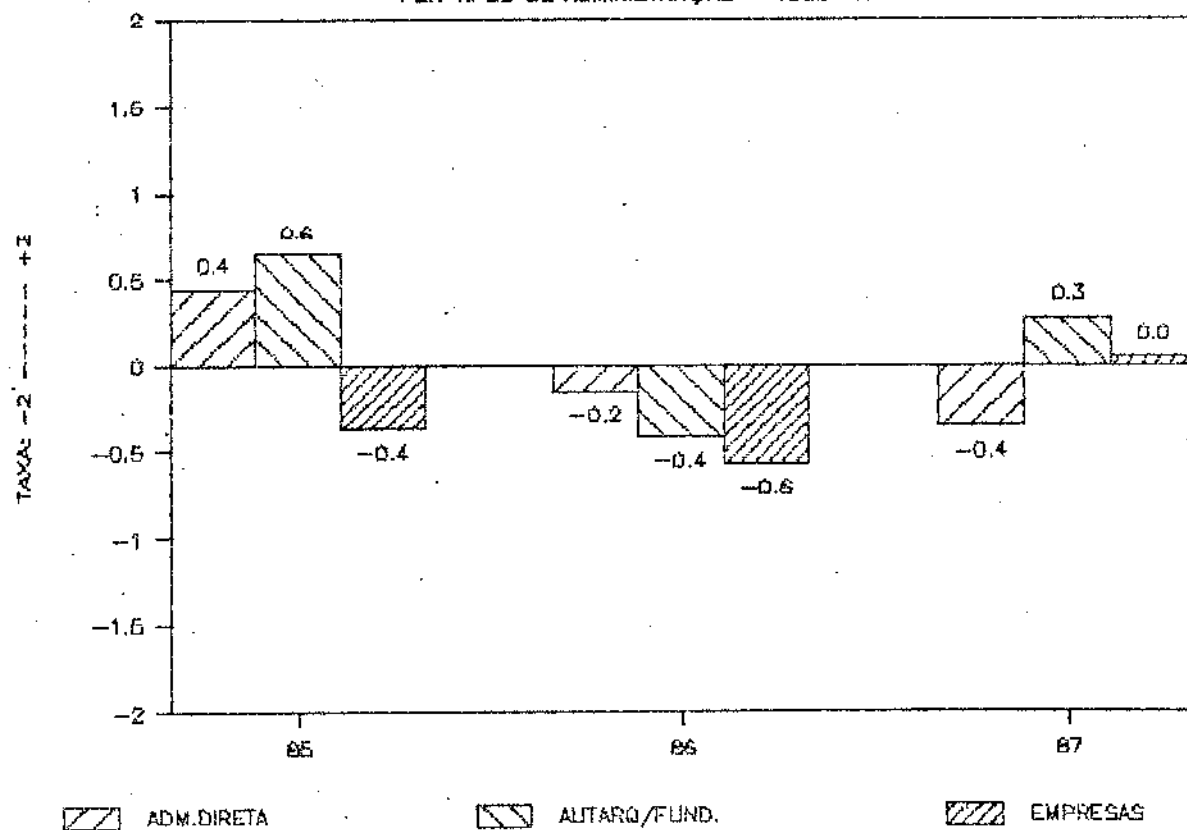


GRÁFICO 42 (A)

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

POR TIPOS DE ADMINISTRAÇÃO - 1985-87.



TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

POR SEGMENTOS DO SETOR PRIVADO 1978/87.

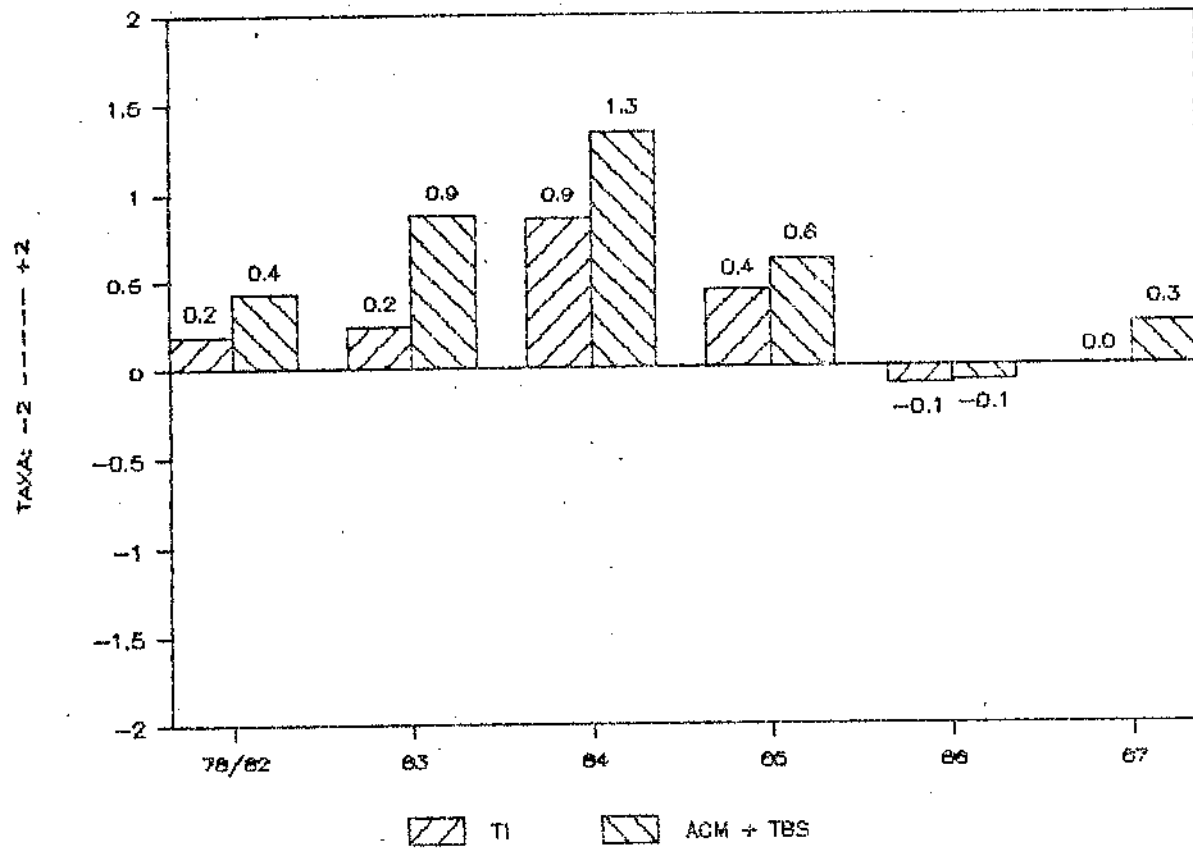


GRÁFICO 44

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

POR SEGMENTOS DO SETOR PRIVADO 1978/87.

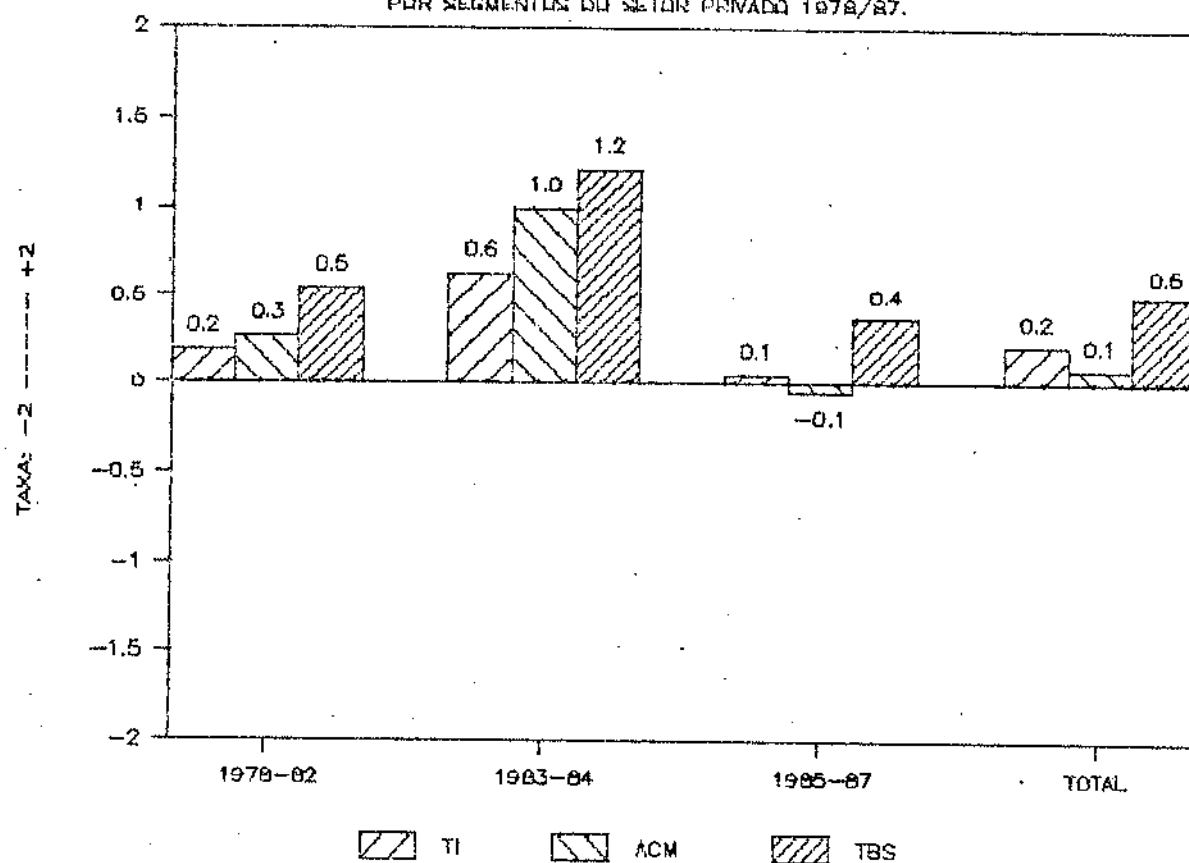


GRÁFICO 44 (A)

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

POR SEGMENTOS DO SETOR PRIVADO 1985-87.

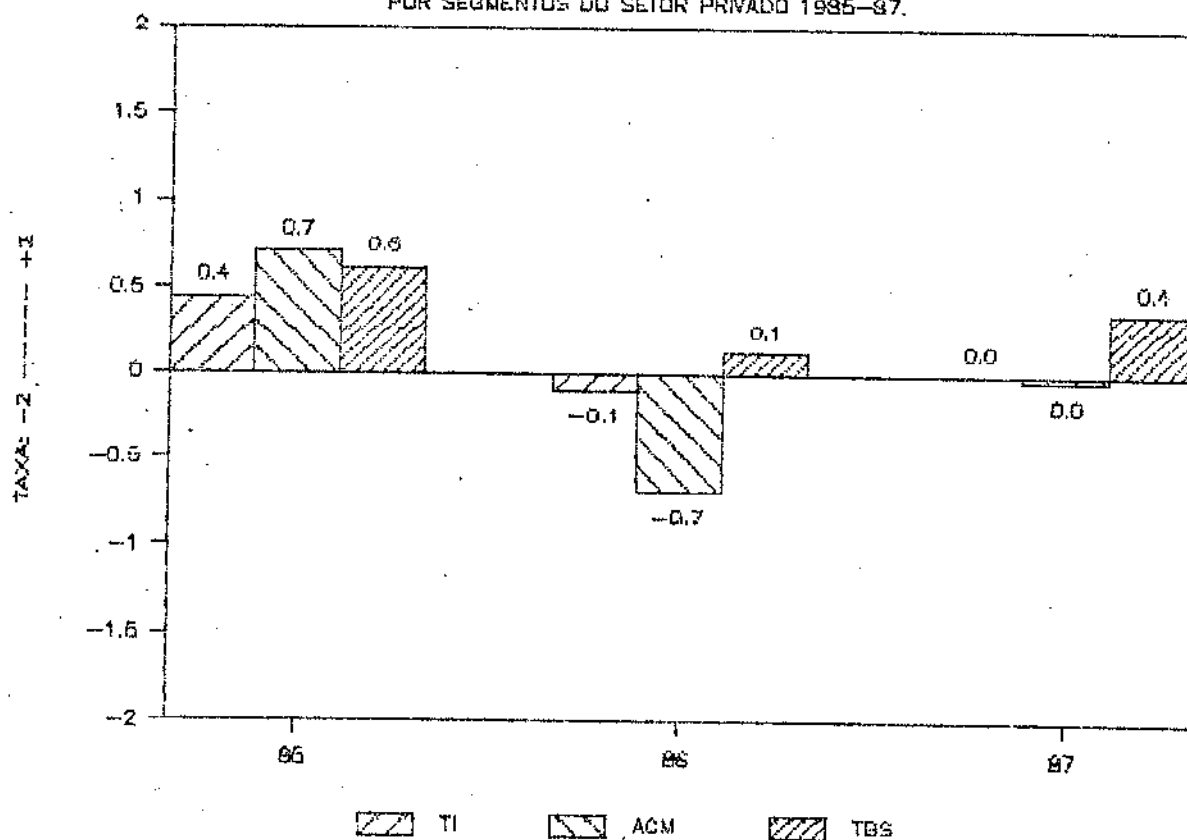


GRÁFICO 45

TAXA DE CONQUISTA DE REVINDICAÇÕES

POR SEGMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL PRIV.

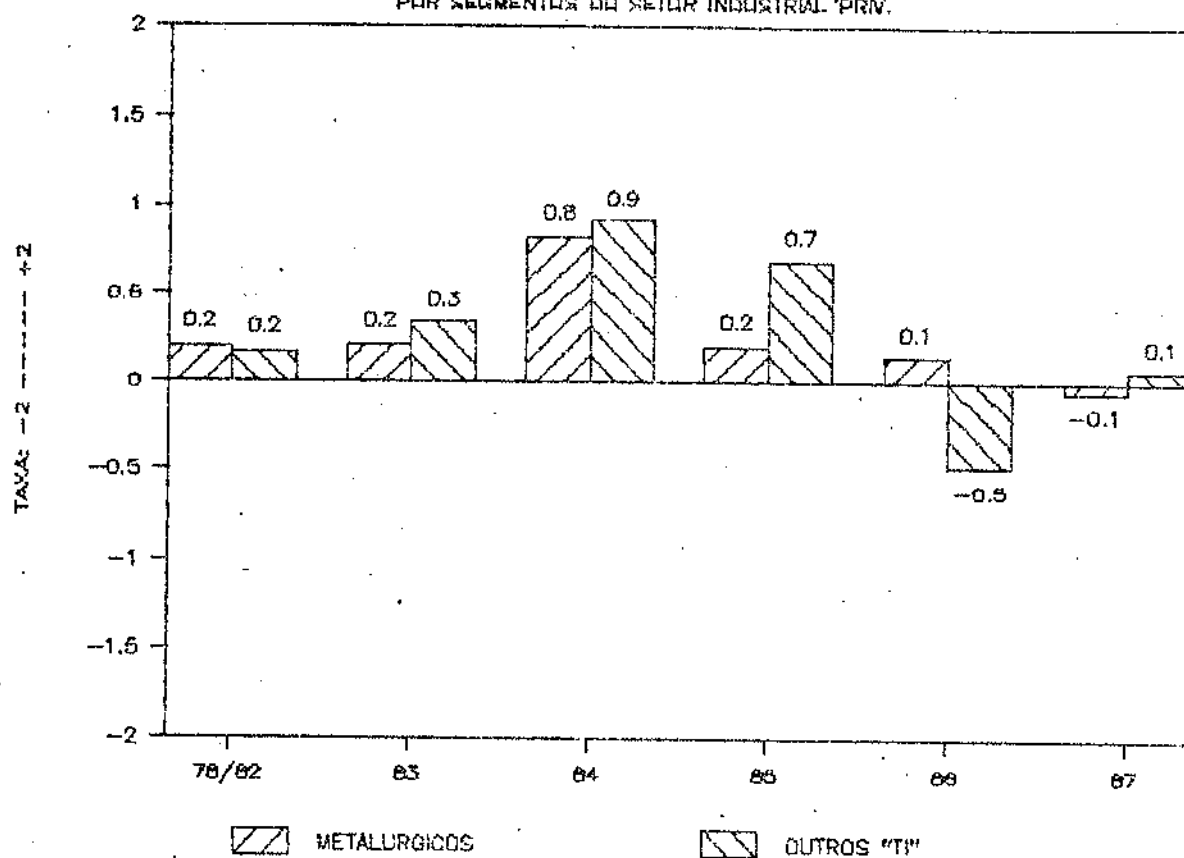


GRÁFICO 45 (A)

TAXA DE CONQUISTA DE REVINDICAÇÕES

POR SEGMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL PRIV.

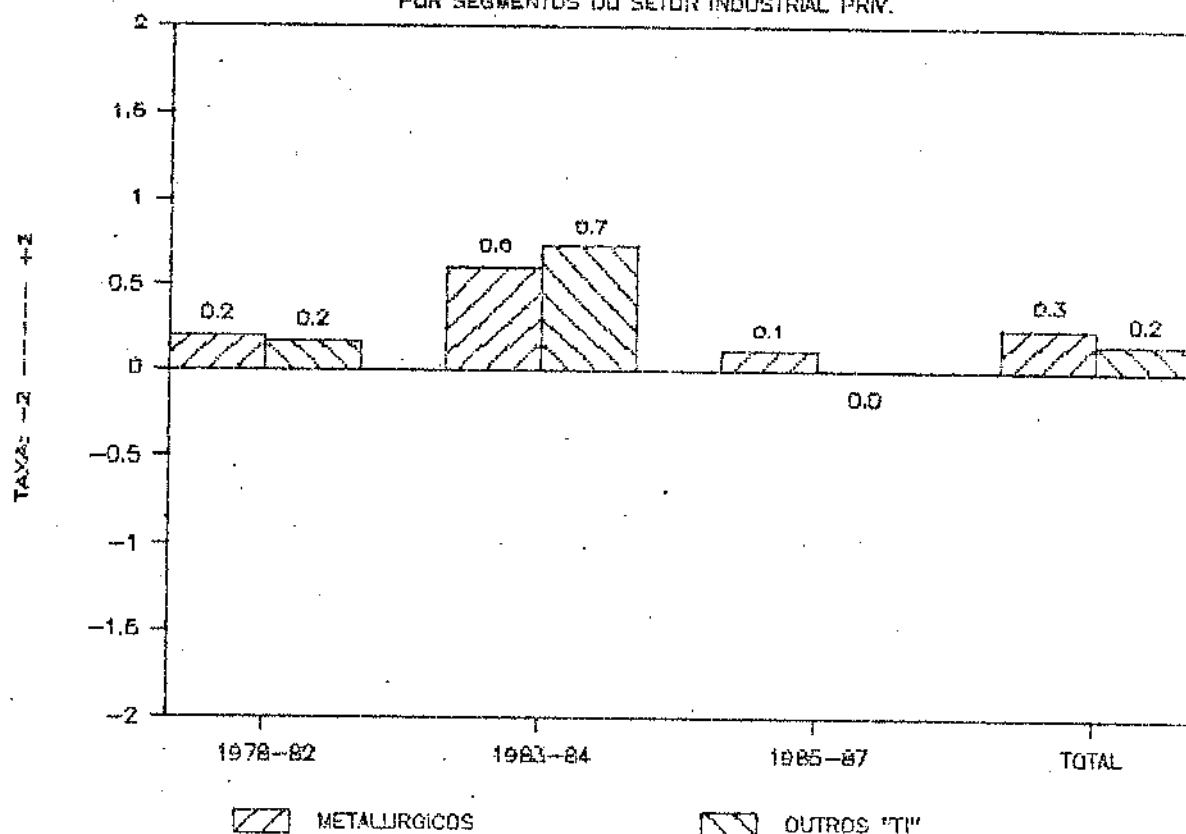


GRÁFICO 46

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

METALÚRGICOS - 1978-87.

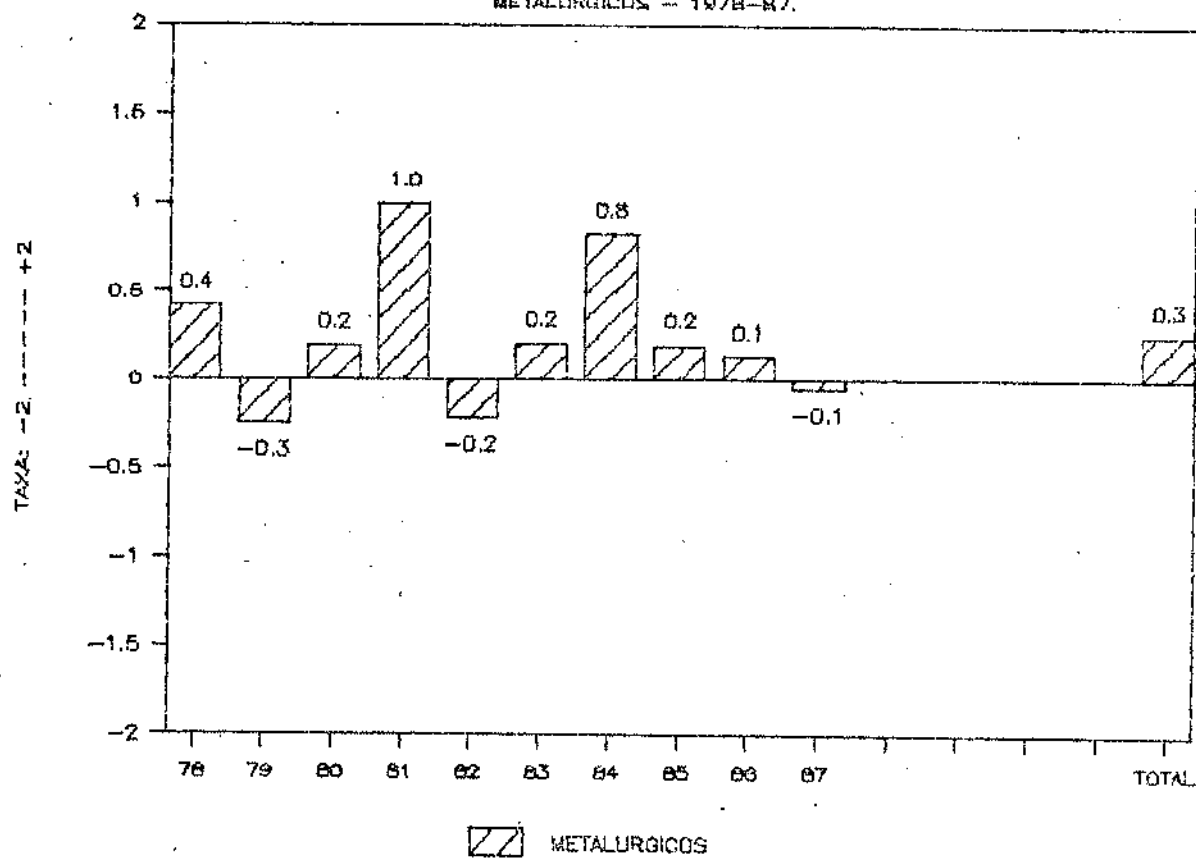


GRÁFICO 47

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

DOS METALÚRGICOS POR BASES TERRITORIAIS

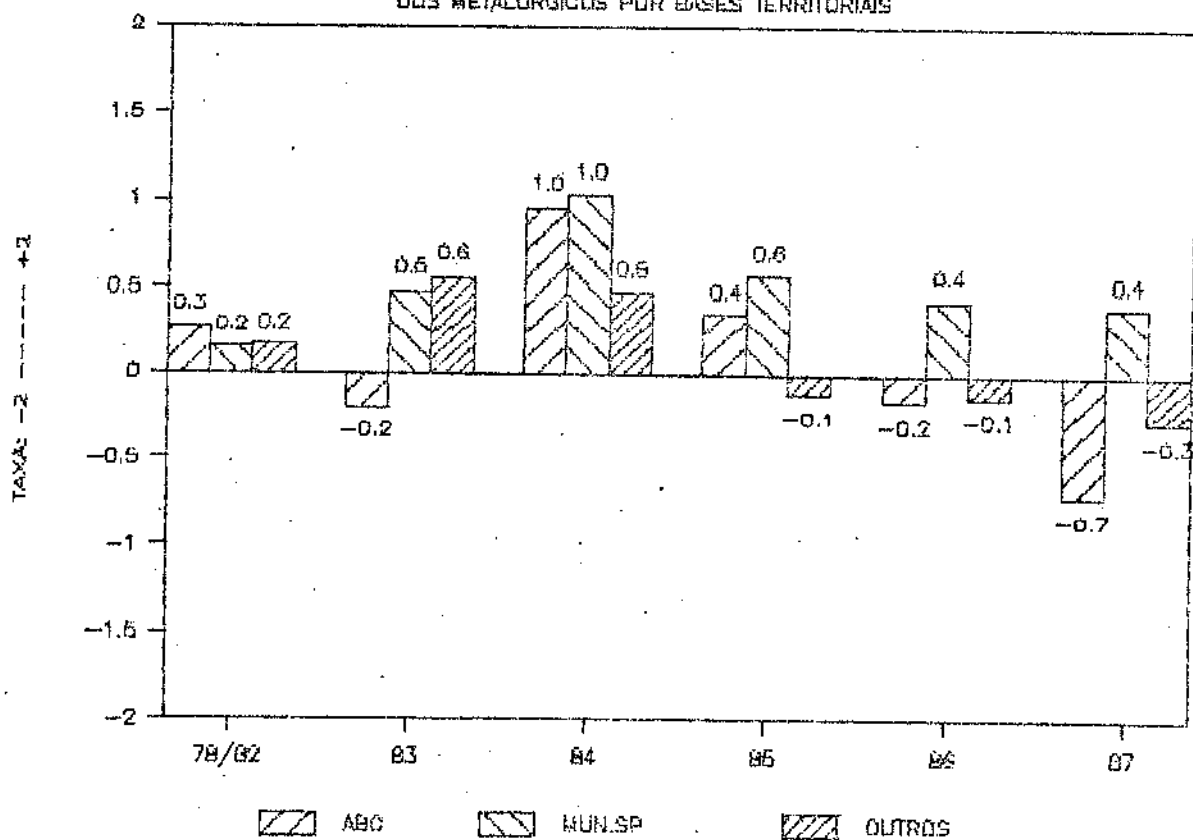


GRÁFICO 48

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

DOS METALÚRGICOS POR BASES TERRITORIAIS

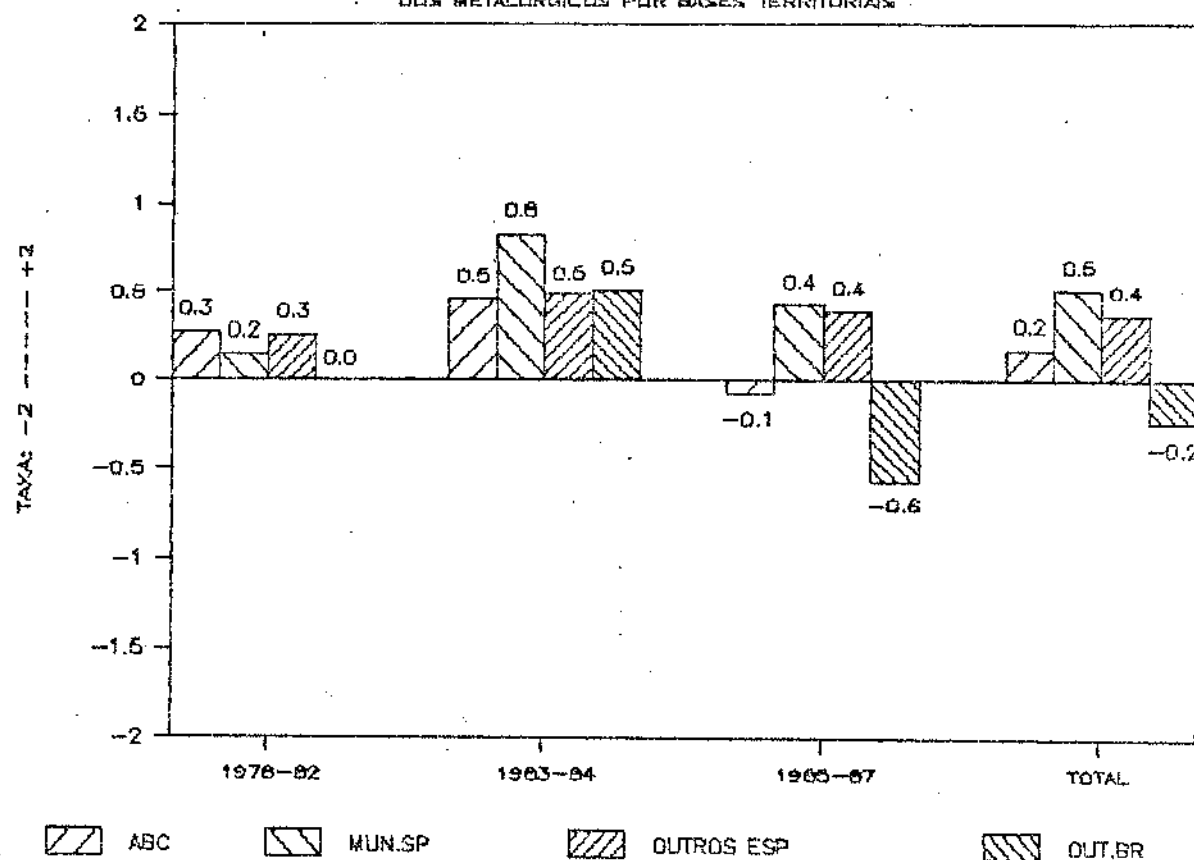


GRÁFICO 48 (A)

TAXA DE CONQUISTA DE REIVINDICAÇÕES

DOS METALÚRGICOS POR BASES TERRITORIAIS

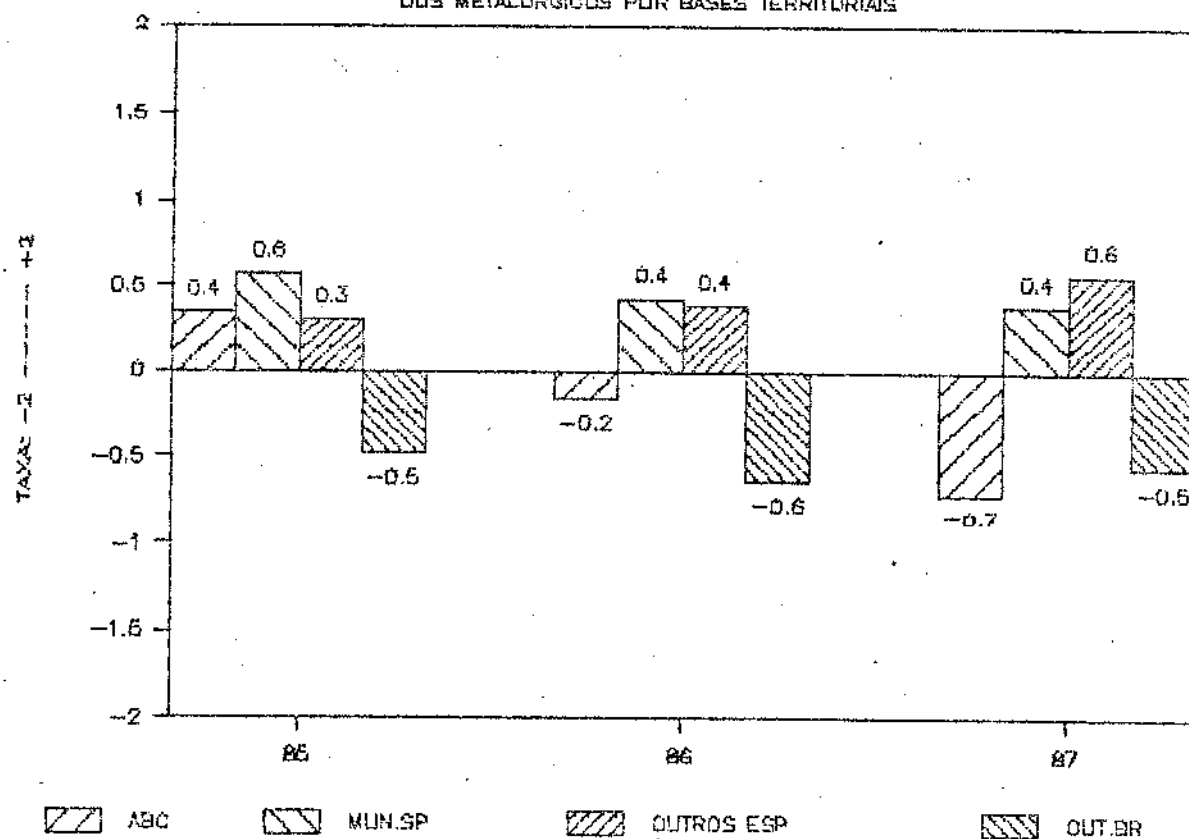


GRÁFICO 49

AMPLITUDE DAS GREVES (em %)

Brasil, região urbana, 1976/87

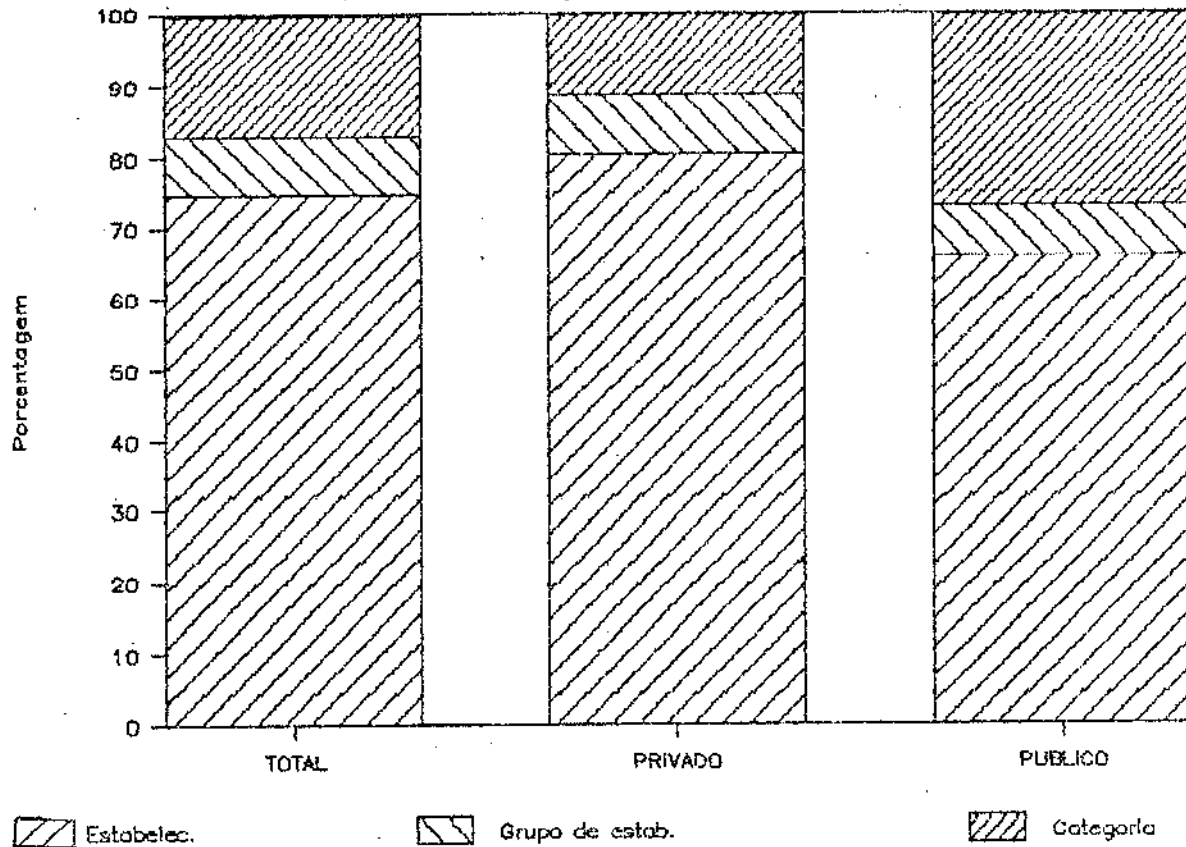


GRÁFICO 50

AMPLITUDE DAS GREVES (em %)

Brasil, região urbana, 1978-87

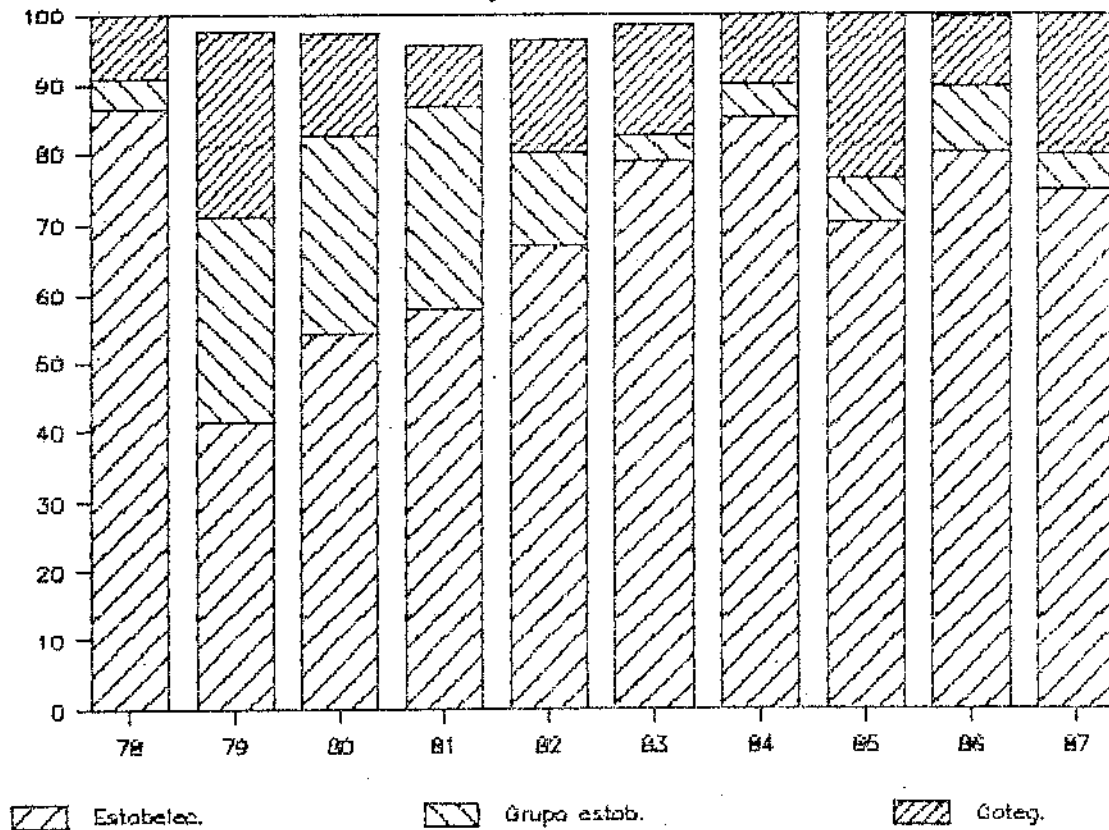


GRÁFICO 51

AMPLITUDE DAS GREVES DO SETOR PRIVADO %

Brasil, região urbana, 1978-87

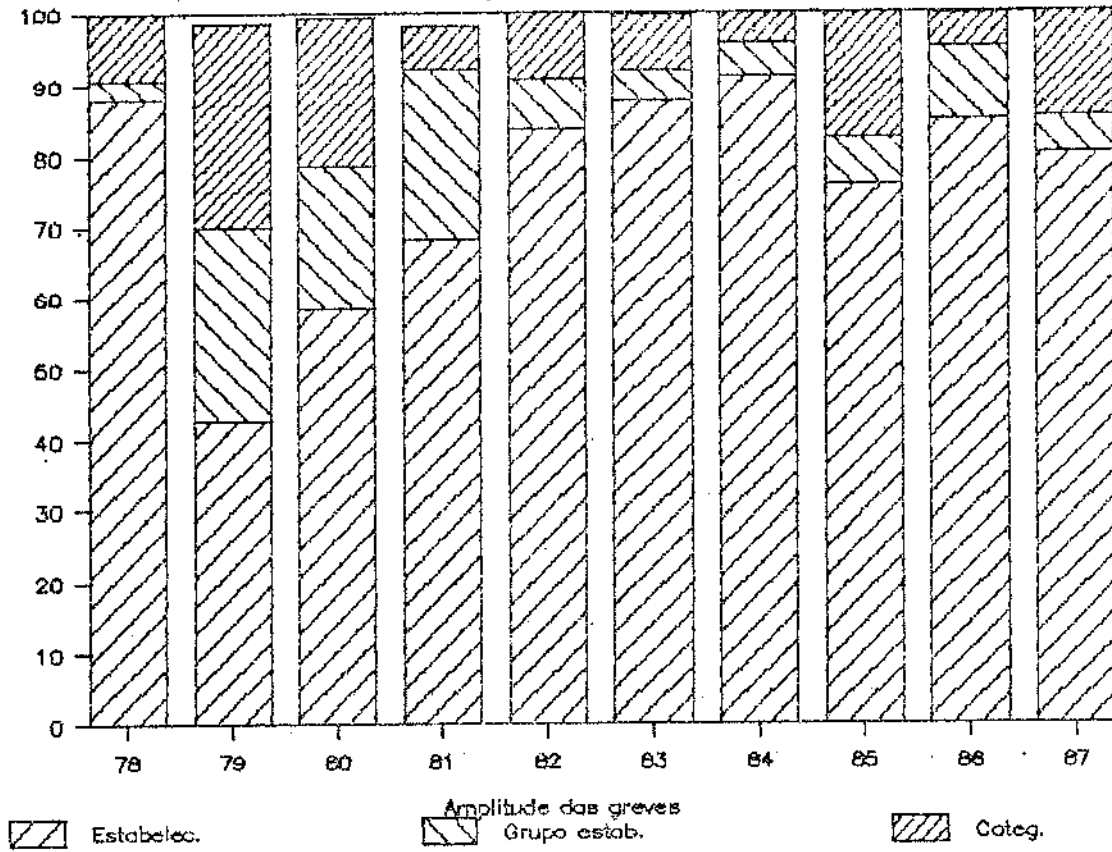


GRÁFICO 52

AMPLITUDE DAS GREVES DO SETOR PÚBLICO %

Brasil, região urbana, 1978-87

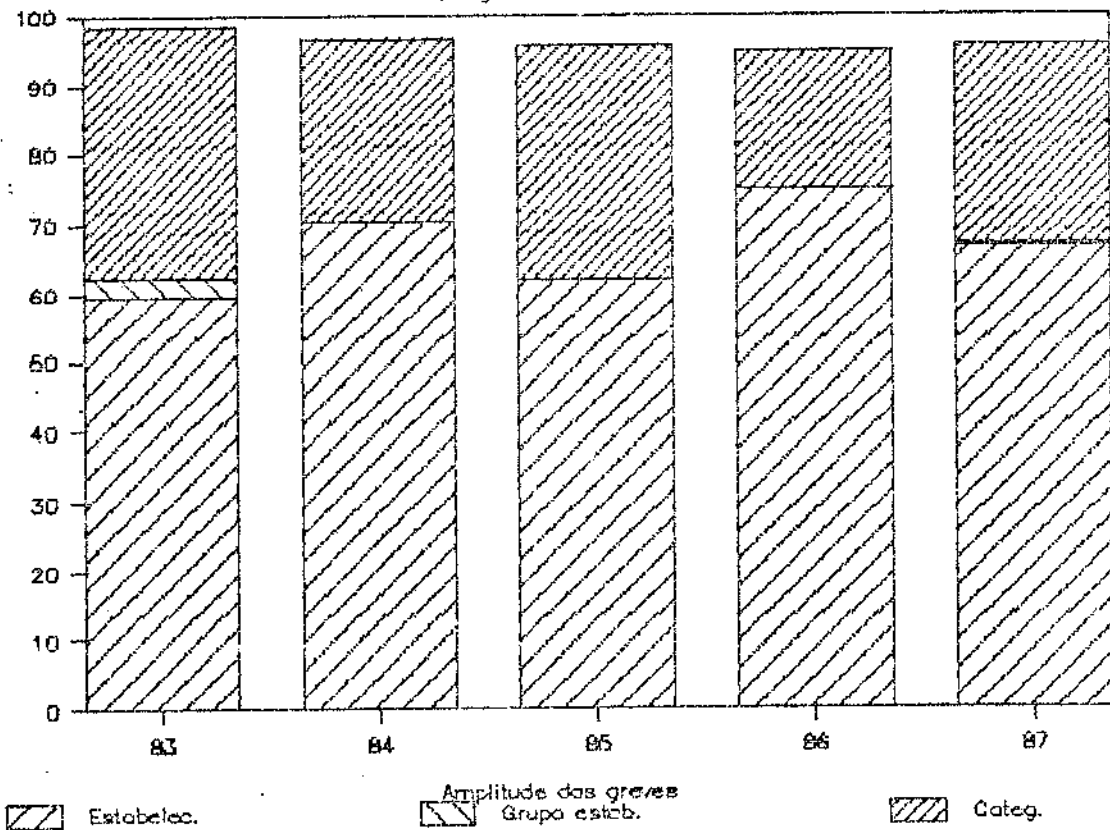


GRÁFICO 53

VARIAÇÃO MENSAL DO INPC

1979-1990

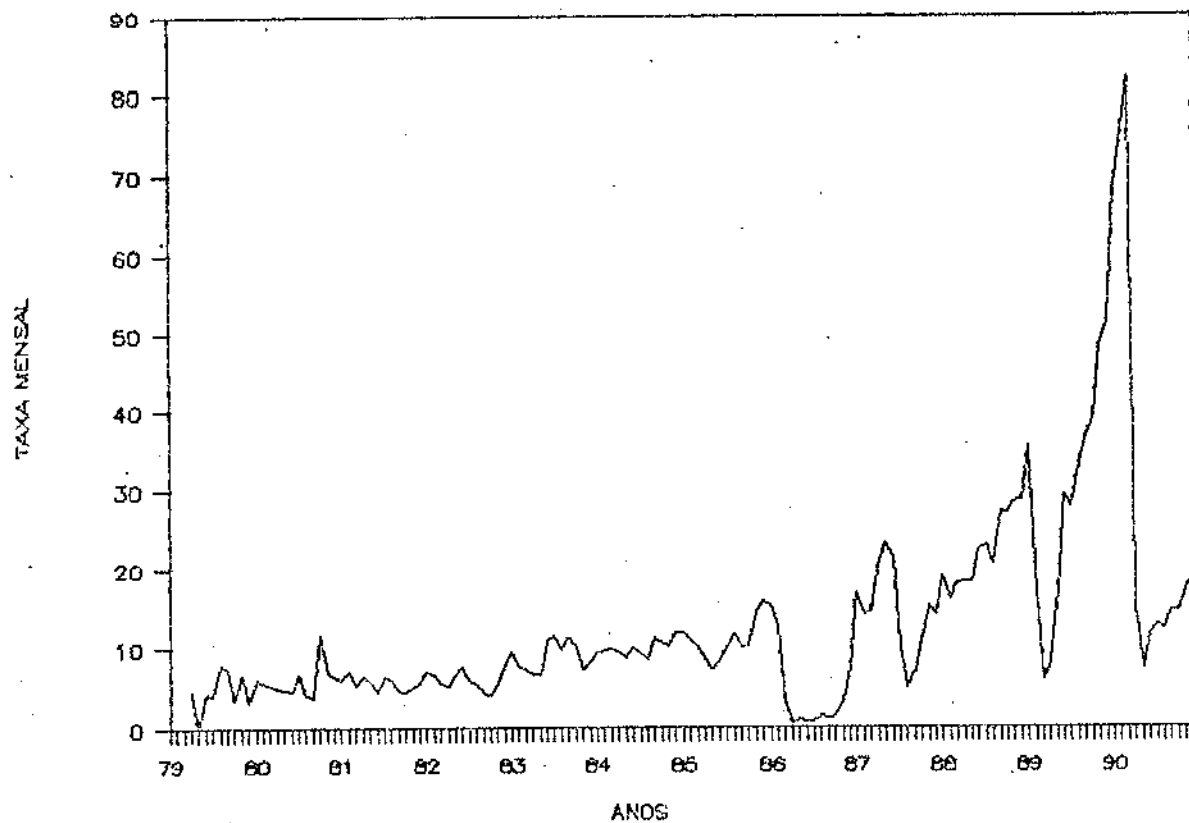
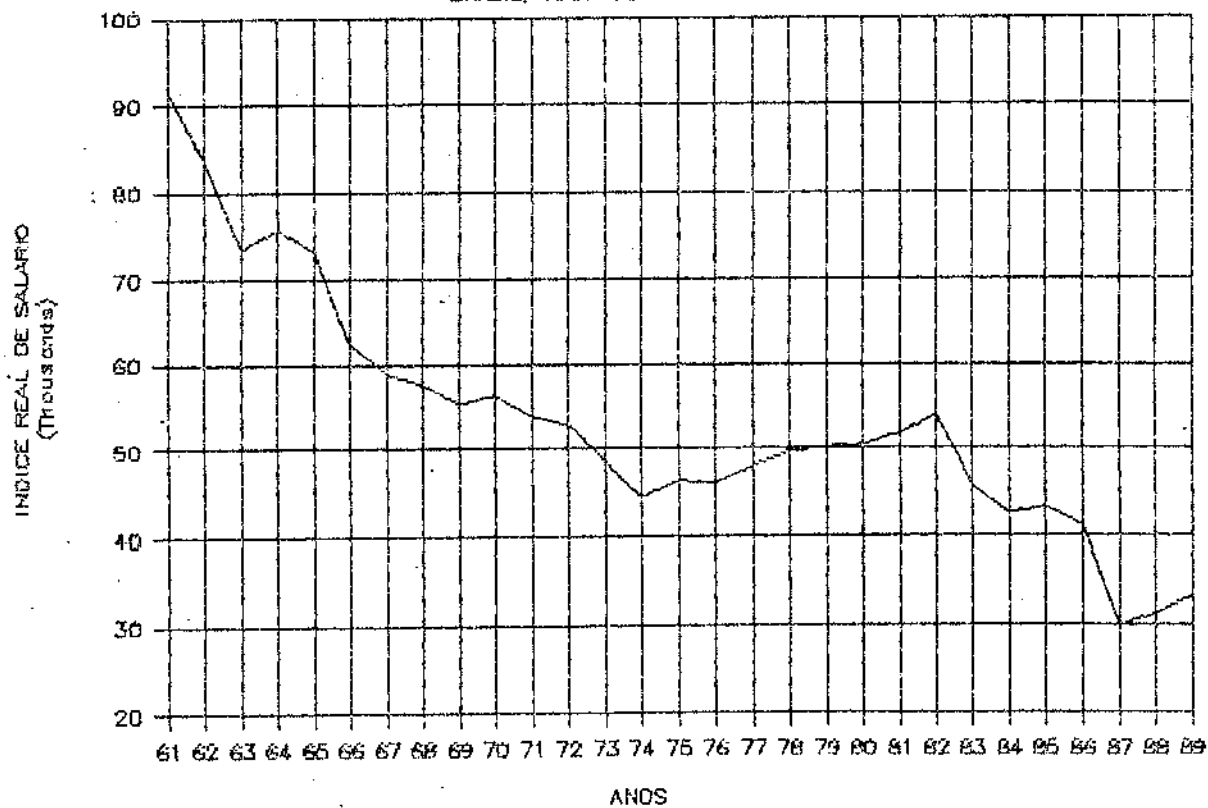


GRÁFICO 54

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MINIMO.

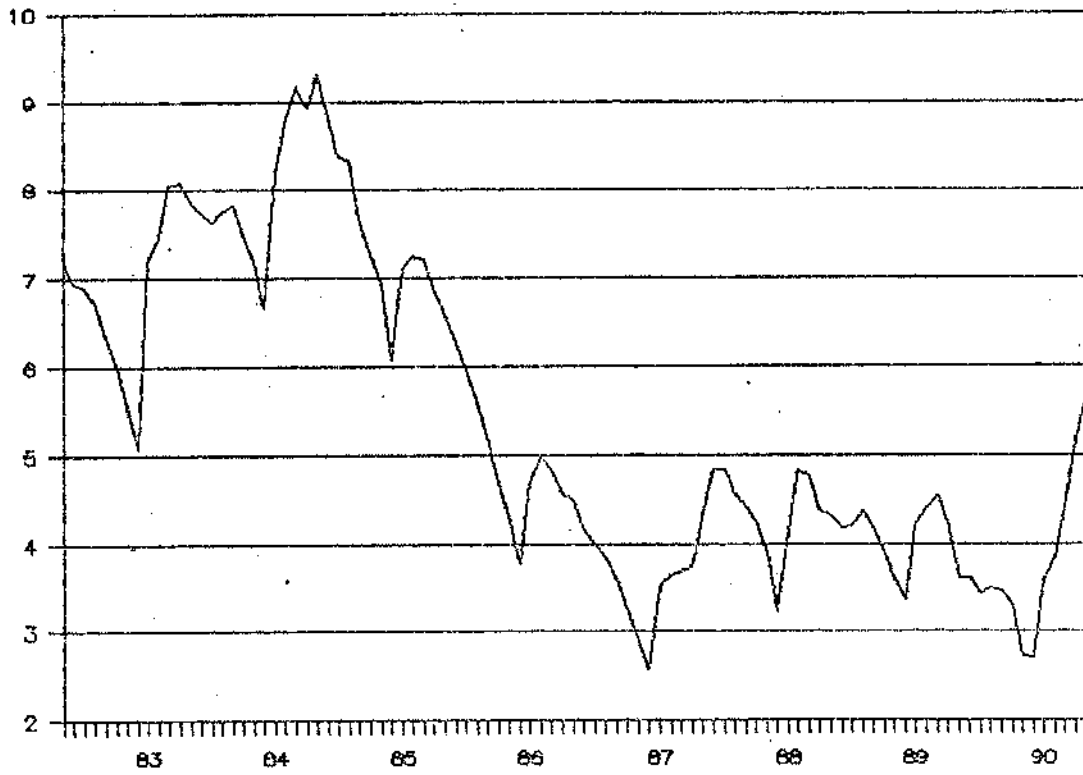
BRASIL, 1961-89. FONTE: DIEESE.



TAXA DE DESEMPREGO — PME (30 DIAS)

MEDIA DE 6 R. METROPOLITANAS — 1982-89

TAXA DE DESEMPREGO — 30 DIAS

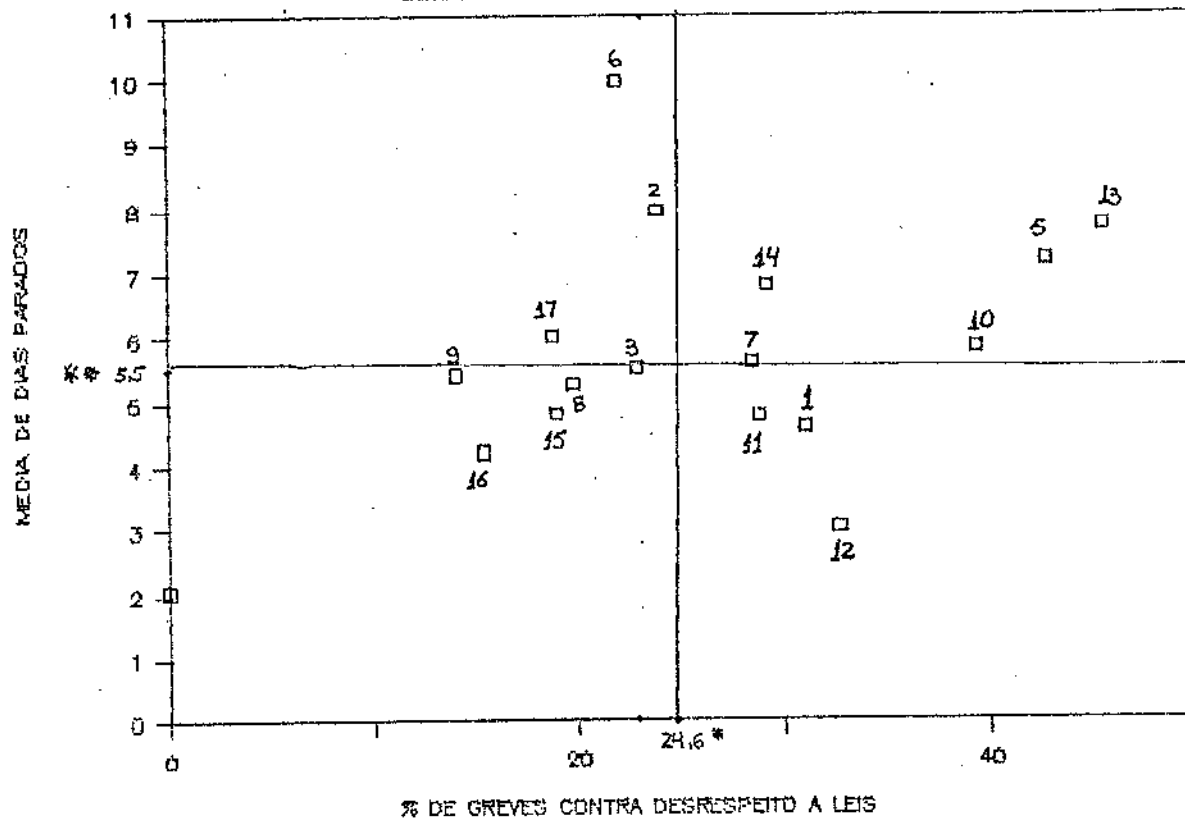


DE MAIO DE 82 A MAIO DE 90.
— FONTE: PME-IBGE

GRÁFICO 56

CORRELAÇÃO ENTRE DESRESPEITO A LEIS E

DURAÇÃO MÉDIA DAS GREVES - S. PRIVADO



Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Período: 1983-87

* Porcentagem de greves deflagradas contra o desrespeito a leis no total do setor privado.

** Média de dias parados do total do setor privado.

LEGENDA

SETOR PRIVADO

- 1 TBS TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO
- 2 ACH ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA
- 3 TI TRABALHADORES DA INDÚSTRIA
- 4 ACH bancários
- 5 ACH médicos (3)
- 6 ACH professores de escolas e universidades (1)
- 7 TI alimentação
- 8 TI metalúrgicos
- 9 TI químicos
- 10 TI trabalhadores da construção civil
- 11 TBS comerciários (4)
- 12 TBS motoristas
- 13 TBS funcionários de estabelec. de saúde (2)
- 14 METALÚRGICOS DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL
- 15 METALÚRGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- 16 METALÚRGICOS DA REGIÃO DO ABC
- 17 METALÚRGICOS DE OUTROS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO

(1) greves só de professores ou greves conjuntas de professores e funcionários de escolas e universidades

(2) greves só de funcionários de estabelecimentos de saúde

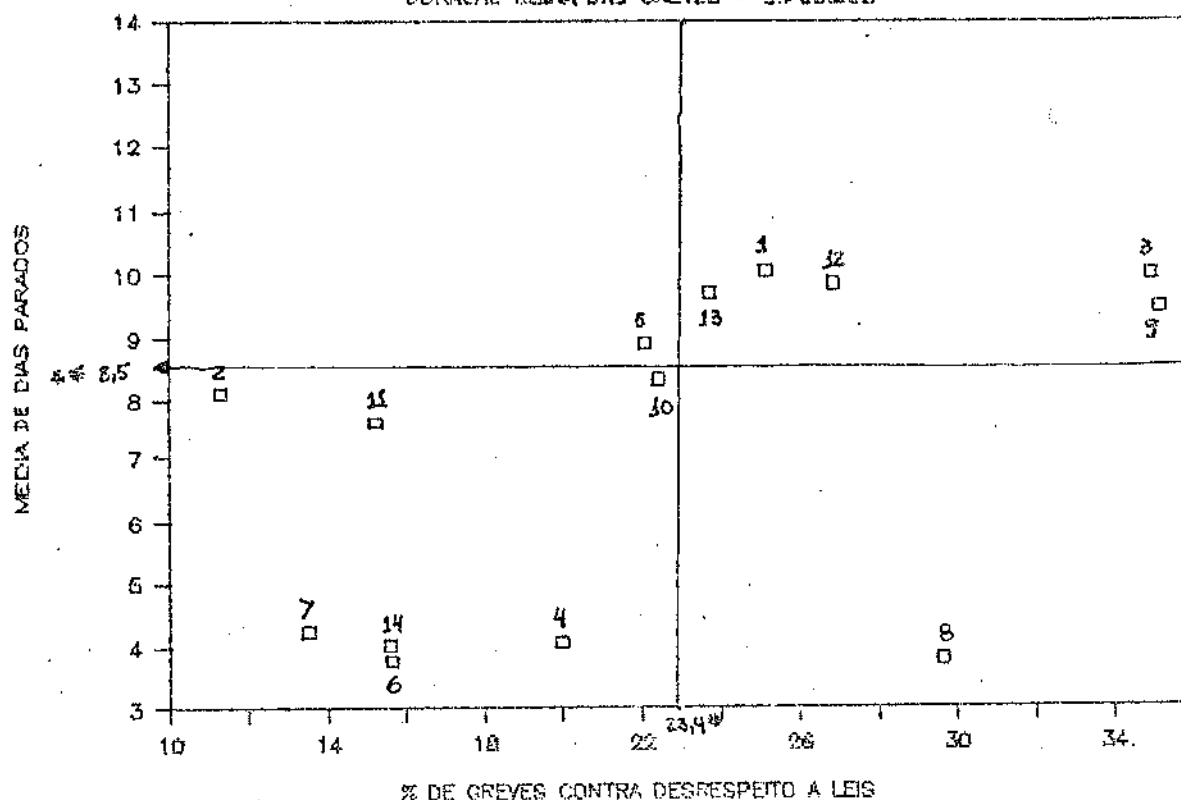
(3) greves só de médicos ou greves conjuntas de médicos e funcionários de estabelecimentos de saúde

(4) exclui o setor saúde

GRÁFICO 57

CORRELAÇÃO ENTRE DESRESPEITO A LEIS E

DURAÇÃO MÉDIA DAS GREVES - S. PÚBLICO



Fonte: NEFF/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

Período: 1983-87

* Porcentagem de greves deflagradas contra o desrespeito a leis no total do setor público.

** Média de dias parados do total do setor público.

LEGENDA

SETOR PÚBLICO

- 1 administração direta estadual
- 2 administração direta federal
- 3 administração direta municipal
- 4 autarquias e fundações estaduais
- 5 autarquias e fundações federais
- 6 empresas estaduais
- 7 empresas federais
- 8 empresas municipais
- 9 Público municipal
- 10 Público estadual
- 11 Público federal
- 12 Administração direta
- 13 Autarquias e fundações
- 14 Empresas

. Fora do gráfico: correlação negativa:
autarquias e fundações municipais